



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL**

ANDRÉ JACQUES MARTINS MONTEIRO

**VISLUMBRES DA ALMA DA CIDADE:
UMA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO LUGAR ATRAVÉS
DO LIVRO *HISTÓRIA DE VASSOURAS***

**RIO DE JANEIRO
2016**

ANDRÉ JACQUES MARTINS MONTEIRO

**VISLUMBRES DA ALMA DA CIDADE:
UMA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO LUGAR ATRAVÉS
DO LIVRO *HISTÓRIA DE VASSOURAS***

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) como parte dos pré-requisitos para a obtenção do Grau de Doutor em Memória Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Edlaine de Campos Gomes

RIO DE JANEIRO
2016

André Jacques Martins Monteiro

**VISLUMBRES DA ALMA DA CIDADE:
UMA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO LUGAR ATRAVÉS DO LIVRO
*HISTÓRIA DE VASSOURAS***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Memória Social.

Aprovada em: 11 / 03 / 2016

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Edlaine de Campos Gomes (UNIRIO)
Orientadora

Prof. Dr. Amir Geiger (UNIRIO)

Prof.^a Dr.^a Andrea Lopes da Costa Vieira (UNIRIO)

Prof.^a Dr.^a Surama Conde Sá Pinto (UFRRJ)

Prof. Dr. Carlos Eduardo dos Reis (UFSC)

Dedico este trabalho à Glorinha. Não imagino conseguir empreender esse desafio sem o teu afeto, o teu apoio e a tua paciência...

AGRADECIMENTOS

À Edlaine de Campos Gomes, pela gentileza de assumir a tarefa de me orientar, tendo eu já trilhado boa parte da minha trajetória no doutorado, trazendo minhas dificuldades e desafios de mudanças.

À CAPES, por ter viabilizado através da bolsa de estudos a devida dedicação ao empreendimento desta tese.

Ao Diego Antonello, por muito contribuir na compreensão das primeiras e possíveis incursões nos labirintos da psicanálise, além de tornar o percurso acadêmico mais solidário e, em determinados momentos, divertido.

Ao professor Amir Geiger, pela escuta atenta e difusa, por cada palavra precisa e por cada apontamento desviante, que me proporcionaram vislumbres de liberdade no pensamento em meio ao encarceramento do produtivismo acadêmico, semeando sucessivos reencontros com minha própria pesquisa.

Ao professor Alessandro Sales, pelo entusiasmo no compartilhamento das reflexões e das leituras minuciosas.

Ao Iran Silva da Conceição, na esperança de ter sido tão útil e solidário quanto representou a tua ajuda indispensável, tanto nos momentos em que Vassouras era uma terra próxima, quanto naqueles em que era uma terra distante.

À Sabrina Dinola, Fabiana Rangel e Mônica Martins da Silva, pelo apoio, pelas leituras possíveis e impossíveis, pelas sugestões viáveis e inviáveis, pelas discordâncias concordantes e dissonantes, mas principalmente pelo compartilhamento dos desafios acadêmicos e, acima de tudo, pela amizade.

À Glaís Sales Cordeiro, pelas palavras de incentivo e por ser uma boa referência de seriedade no meio acadêmico.

Ao Almir, Sônia e aos demais funcionários do Arquivo Municipal de Vassouras sob os cuidados do Escritório Técnico Médio Paraíba do IPHAN, pelo apoio e entusiasmo para desvendar e tornar presente os passados guardados nos acervos.

À Sandra Cândido, por me fazer a primeira apresentação de um Ignácio Raposo que eu não conhecia e que ainda oferece muito a conhecer.

À Ana Maria Continentino, pela qualidade da escuta e pelo dizer preciso e presente, que me proporcionaram importantes reconstruções do sentido de minhas próprias trajetórias.

RESUMO

A presente tese propõe um estudo sobre a construção da imagem de uma cidade, através do livro *História de Vassouras*, entendida como um reflexo da expressão de uma suposta “alma coletiva” elaborada narrativamente como referencial de identificação de acordo com as tendências ideológicas então vigentes no período de sua escrita. O referido livro foi escrito por Ignácio Raposo e publicado em 1935, reportando a uma das principais cidades do Vale do Paraíba fluminense, marcada pela economia cafeeira, pela aristocracia rural e pela escravidão. A publicação deste livro integra um conjunto de iniciativas realizadas pela prefeitura municipal de Vassouras entre os anos de 1932 e 1935, em comemoração do centenário da cidade, incluindo um projeto de remodelação urbanística, cultural e educacional, dentre outras propostas. O objetivo desta pesquisa é analisar como a conjuntura que circunscreve essa publicação se manifesta na configuração das memórias e da imagem local presentes nessa *História de Vassouras*. Para isso, são destacados na narrativa do referido livro aspectos que indicam o delineamento de uma hipotética “alma coletiva” pela qual se aspirava a definir o ser vassourense e observados os possíveis vínculos entre três fatores que compõem tal narrativa: uma genealogia do desenvolvimento urbano do centro político, o destaque de determinadas expressões culturais associadas ao modo de vida nessa cidade e uma trajetória da educação em Vassouras. O estudo destes fatores é delimitado por três instâncias complementares de análise: o contexto ideológico da publicação e do público destinado, as possíveis correspondências entre a imagem pública do autor e a sua obra, como também a configuração temática e a forma com que o livro foi organizado. As principais fontes utilizadas, além do próprio livro *História de Vassouras*, são os noticiários e as crônicas dos periódicos locais, regionais e nacionais vinculados aos temas e a agentes relacionados à construção de uma memória histórica da cidade de Vassouras no período delimitado. Para referenciar as análises das questões propostas são apropriados os conceitos de alma coletiva em Felix Guatarri, a reflexão sobre memória histórica de Durval Muniz de Albuquerque Júnior e de espaço e lugar em Michel de Certeau.

Palavras-chave: Vassouras; Ignácio Raposo; alma coletiva; espaço; imagem.

RÉSUMÉ

Cette thèse propose une étude sur la construction de l'image d'une ville, à travers le livre *Histoire de Vassouras*, en tant que reflet de l'expression d'une prétendue "âme collective" élaborée de manière narrative en guise de référence d'identification selon les tendances idéologiques alors en vigueur dans la période de son écriture. Ce livre a été écrit par Ignacio Raposo et publié en 1935 en référence à l'une des principales villes de la région fluminense de la vallée du fleuve Paraíba, marquée par l'économie du café, par l'aristocratie rurale et l'esclavage. La publication de ce livre intègre un ensemble d'initiatives prises par la mairie de Vassouras entre 1932 et 1935 en commémoration du centenaire de la ville, comprenant un projet de rénovation urbaine, culturelle et éducative, parmi d'autres propositions. Le but de cette recherche est d'analyser comment la situation entourant cette publication se manifeste dans la configuration de la mémoire et de l'image locale présentes dans cette *Histoire de Vassouras*. Par conséquent, dans le récit du livre sont mis en évidence des aspects esquissant une hypothétique «âme collective», qui aspirait à définir l'être "vassourense", et observés les possibles liens entre trois facteurs qui composent ledit récit : une généalogie du développement urbain du centre politique, l'accent sur certaines expressions culturelles associées au mode de vie dans cette ville et une trajectoire de l'éducation à Vassouras. L'étude de ces facteurs est délimitée par trois instances d'analyse complémentaires : le contexte idéologique de la publication et le public concerné, les possibles liens entre l'image publique de l'auteur et son œuvre, ainsi que la configuration thématique du livre et la manière dont il a été organisé. Les principales sources utilisées, au-delà du livre *Histoire de Vassouras*, sont les nouvelles et les chroniques des journaux locaux, régionaux et nationaux en rapport avec les thèmes et les acteurs impliqués dans la construction d'une mémoire historique concernant la ville de Vassouras dans la période choisie. Le concept d'âme collective, tel que proposé par Félix Guattari, la réflexion sur la mémoire historique de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, d'espace et de lieu, tel que traité par Michel de Certeau ont orienté l'analyse des questions posées.

Mots-clés: Vassouras; Ignacio Raposo; âme collective; espace; image.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: O MOSAICO DA ANÁLISE.....	23
1.1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	26
1.1.1. A narrativa dos memorialistas	28
1.1.2. A narrativa dos historiadores	30
1.1.3. A narrativa do Patrimônio	32
1.2. REFERENCIAL TEÓRICO	33
1.3. METODOLOGIA DA PESQUISA	46
2. O LIVRO <i>HISTÓRIA DE VASSOURAS</i> E O SEU CONTEXTO	54
2.1. SIMILITUDES E DIFERENÇAS NAS IMAGENS DO LUGAR.....	62
2.2. APÓS O DECLÍNIO DO CAFÉ: UM PANORAMA A PARTIR DE MAURÍCIO DE LACERDA E IGNÁCIO RAPOSO.....	67
3. VASSOURAS DE 1932 A 1935: O LUGAR DO PASSADO EM UM EFÊMERO PROJETO DE FUTURO	75
3.1. A FUNDAÇÃO 1º DE MAIO.....	86
3.2. AS PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES DA FUNDAÇÃO 1º DE MAIO.....	95
3.3. O JORNAL DE VASSOURAS.....	102
4. UMA IMAGEM DO AUTOR E SEUS REFLEXOS NA PRÓPRIA OBRA	111
4.1. ENTRE DEPOIMENTOS, CRÔNICAS E NOTÍCIAS: UM MOSAICO DA IMAGEM DO AUTOR.....	114
4.1.1. O anarquismo e o socialismo	122
4.1.2. Imagens de corpo e alma do autor	126
5. O LIVRO COMO UMA IMAGEM DA CIDADE.....	135
5.1. O CORPO DA OBRA	136
5.2. A ALMA COLETIVA COMO UMA IMANÊNCIA CONSTRUÍDA.....	147
5.3. RELATOS TRANSVERSAIS E ESPELHAMENTO DO AUTOR NA IMAGEM DA CIDADE.....	152
5.4. A ALMA COLETIVA E OS CRIMES NO PASSADO.....	156
5.5. IMAGENS SOBRE UMA IMAGEM:CONSIDERAÇÕES SOBRE O LIVRO <i>HISTÓRIA DE VASSOURAS</i>	160
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
REFERÊNCIAS.....	174

INTRODUÇÃO

Quando atinge um núcleo humano um certo grau de civilização, desde logo sente ele a necessidade moral de ter a sua história escrita e é muitas vezes o grandioso dessa história que o recomenda no conceito de outros povos.

Byron chega a dizer que a grandeza dos povos depende mais da eloquência de seus historiadores que do brilho dos seus heróis.

(RAPOSO, 1935, p. 1)

Assim inicia o prefácio escrito pelos editores do livro *História de Vassouras*, publicado em 1935 e de autoria de Ignácio Raposo, um maranhense que foi jornalista, poeta e literato, além de professor em faculdades de Filosofia e de Direito, dentre outras virtudes eruditas. Sua publicação integrou o conjunto de iniciativas que marcaram o contexto de comemoração em torno do centenário da elevação à condição de vila do município de Vassouras, que está localizado no Vale do Paraíba fluminense, na região centro-sul do Estado do Rio de Janeiro.

Esse livro trouxe a público a primeira narrativa abrangendo um século de formação desse município, alinhavando uma trajetória que se iniciou com os antecedentes que marcaram a formação da vila na primeira metade do século XIX, passando pelas fases de ascensão e de declínio econômico até as transformações locais em torno do período de sua publicação, momento em que os editores consagraram como referência de desenvolvimento, refletindo certo ideal de civilização. Em princípio, sobressaem nessa obra as marcas da economia cafeeira, da escravidão, como também o poder político e econômico dos grandes proprietários de terras e capitalistas, pontuado por acontecimentos e personalidades marcantes, além de elementos do cotidiano, fazendo com que seja uma das referências para o estudo histórico da região no período imperial.

Mas existem outros aspectos pouco abordados que permeiam essa *História de Vassouras*, os quais aludem ao presente em que foi escrita, ou à maneira como em um determinado contexto foi significado o próprio passado, através da elaboração de uma narrativa destinada a difundir uma imagem da cidade. Dentre estes aspectos proponho destacar três instâncias integradas, que são a conjuntura local e nacional em que a obra foi escrita, os traços do percurso pessoal e das tendências ideológicas do autor, que se refletem em sua escrita, como também como na obra é elaborada uma imagem da cidade associada a um ideal vigente de alma coletiva.

Tais enfoques possibilitam outras perspectivas que não se restringem às apropriações habituais desse livro de Ignácio Raposo, em geral, como um inventário de acontecimentos e

personagens consagrados, encadeados por uma narrativa de cunho histórico. Esta conjuntura em que foi escrito é atualmente ainda marcada por um relativo silêncio em grande parte dos estudos acadêmicos e memorialísticos. Nessa pesquisa analiso as possíveis motivações e estratégias que delineiam a imagem do lugar a partir da relação entre a significação dos registros de memória e as transformações e permanências no espaço da cidade, os quais entrelaçam a obra ao contexto do qual emerge. Cabe assim considerar que o grau de civilização ao qual a epígrafe faz referência não está circunscrito ao passado que é relatado pelo livro *História de Vassouras*, mas nas aspirações do presente em que foi escrito.

Um dos aspectos que insere essa obra de Ignácio Raposo em determinadas tendências dos estudos históricos na primeira metade do século XX, que é o foco dessa tese, foi a intenção ou a pretensão de revelar o caráter do povo, cuja própria narrativa contribui em sua invenção. Trata-se de uma concepção que marcou o período aqui estudado, na qual se supunha que cada sociedade era constituída de uma mentalidade própria, uma essência comum entre seus integrantes que caracterizaria o modo de ser, ou um conjunto de atributos que delineariam uma alma coletiva. Grande parte da ressonância desta concepção desse período estava intimamente relacionada às transformações sociais impulsionadas pelos processos de industrialização e de urbanização, assim como pela emergência das massas populares e pelas expressões do nacionalismo (GUATARRI, 1996; GONÇALVES, 1996; HOBBSAWM, 1984; REIS, 2006, 2007).

Tais concepções sobre a alma coletiva, por mais difusas e imprecisas que fossem em suas expressões emblemáticas e suas manifestações muitas vezes de cunho emotivo, fomentaram e instrumentalizaram desde as construções identitárias locais até as estratégias de unificação ou manutenção da unidade de estados nacionais. Com isso estariam intimamente relacionadas à ideia de nação, difundidas como suposto fundamento e caráter comum que permeariam as diferenças e particularidades dos locais que compunham o âmbito de sua soberania.

Em uma sociedade tão complexa em sua composição étnica, como também pela amplitude e diversidade de suas regiões, a esfera local cumpriria uma função relevante na construção da identidade nacional, principalmente as cidades. Um dos principais fatores, decorre do potencial de se constituírem como lugares onde se inscrevem os vestígios de memórias, onde se realizam os modos de vida e assentam os referenciais do imaginário das origens. São fatores potentes que participam dos fundamentos dos laços sociais, cujos usos podem naturalizar modelos de subjetivação e hierarquizações da sociedade, além de propiciar

os pontos de entrelaçamento entre o local e o nacional. São pequenas nações espelhando e compondo a grande nação (FERNANDES, 2009).

A elaboração do livro *História de Vassouras* ocorreu durante os desdobramentos da Revolução de 30, sucedida pela consolidação das ideologias autoritárias que culminaram com a ditadura Vargas, em meio às apropriações nacionais tanto das vertentes fascistas quanto das tendências socialistas que se confrontavam na Europa. Estes entre outros fatores alçaram a ideia de alma coletiva para um campo intenso de disputas entre as correntes do pensamento político e social brasileiro, as quais estavam empenhadas em delinear a identidade nacional, fazendo com que a educação e a cultura mediada pelo Estado se transformassem em instrumentos potentes de formação e disseminação de uma imagem coletiva. Inserido nesta conjuntura, é a partir de perspectivas e demandas próprias desse ambiente que Ignácio Raposo alinhava memórias e registros do passado apropriados como históricos em uma narrativa sobre o centenário da cidade.

Um eixo em comum entre as diferentes perspectivas sobre a alma coletiva convergia para as apropriações das memórias, através das quais os políticos e intelectuais buscavam adequar efeitos referenciais de origem, de trajetória e de afeto em relação às cidades. Desta forma construía-se ou atualizava-se discursivamente o sentimento de pertencimento e identificação com o lugar, enquanto se legitimavam aspectos ideológicos. A memória, com a plasticidade de sua expressão escrita, possibilitava uma importante margem de adequações de seus sentidos e significado, tanto pela seleção e distinção atribuídos aos registros de acontecimentos, pessoas e espaços evocados do passado, quanto pela interpretação dos mesmos.

Neste processo de elaboração de uma identidade nacional, que implicava relativa concomitância com referências próprias de memória e cultura das esferas locais, encontrava-se o empenho do poder público pela prevalência de uma imagem que se projetasse na sociedade em forma de ordem e unidade, ainda que em diversas circunstâncias as instâncias de poder estivessem em desalinho, como no caso de Vassouras em relação ao governo estadual e federal em 1935. Mesmo sem um pleno domínio e uma determinação premeditada, a instrumentalização dos aparatos estatais para construir e manter esta intenção de ordem e unidade forjava-se nos próprios percalços, contingências e embates. A pretensão era consolidar uma identidade nacional como uma importante referência de ideais e valores comuns, aos quais a sociedade pudesse se espelhar como modelo para formação de seus cidadãos (GONÇALVES, 1996; HOBBSAWM, 1984; PANDOLFI, 1999; REIS, 2006, 2007).

Estes reflexos locais das dinâmicas políticas nacionais em Vassouras implicaram demandas específicas, como a necessidade de significar as rupturas e permanências na própria trajetória da cidade diante das transformações que estavam sendo implementadas na primeira metade da década de 1930. Através da atuação do aparato educacional e cultural, aspirava-se a congregar na construção de uma identidade da cidade atributos que refletissem a modernização que estava sendo empreendida pelo poder público local, mas que mantivessem um caráter idêntico a si mesma em relação a determinados aspectos do seu passado, principalmente aqueles que corroborassem a concepção corrente de progresso.

Para situar estas permanências e rupturas que se evidenciavam na década de 1930, torna-se fundamental apresentar um breve panorama sobre aspectos do passado nos quais se apoiam a memória e a história do lugar. O município de Vassouras, que está situado no sul fluminense, integra a região que se estende ao longo do vale formado pelo rio Paraíba do Sul, que abrange as áreas fronteiriças de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Suas principais narrativas históricas reportam suas origens ao processo de ocupação dessa região pelos colonizadores, iniciado no século XVIII, com a paulatina abertura dos caminhos que ligavam o litoral a Minas Gerais, com o propósito de escoar a produção de ouro através dos portos de Parati e do Rio de Janeiro. O primeiro foi chamado de Caminho Novo, seguido pelo Caminho de Terra Firme, depois Variante do Caminho Novo e os Caminhos do Comércio e da Polícia. De acordo com Célia Muniz (2005, p. 28), “muitos lavradores e negociantes se estabeleceram às margens dessas estradas e iniciaram o povoamento da região que seria mais tarde o Vale do Café”.

Originalmente, a área onde Vassouras foi fundada era uma sesmaria pertencente a Luiz Homem de Azevedo e Francisco Rodrigues Alves que, ao longo do tempo, foi sendo dividida através de negociações ou heranças (SILVA TELLES, 1967, p. 20). De início, a “cabeça da vila” ou a sede era o povoado de Paty do Alferes. Nesse contexto, o plantio do café já estava se difundindo na região e em 1833 decidiu-se em consenso entre os vereadores locais a transferência da sede da vila para o povoado denominado Vassouras, localizado à margem do Caminho da Polícia. Este nome devia-se a um tipo de arbusto utilizado para varrer, muito comum na área da vila. Ignácio Raposo de maneira recorrente fez referências à classe política composta pela elite desta sociedade, como os principais empreendedores do desenvolvimento local, motivados pelo sentimento patriótico e alinhados com os desígnios da nação.

Em seu pleno vigor, cheia de poder e boa vontade, a Câmara não só curava do desenvolvimento do seu município como também se interessava por todos os

acontecimentos políticos que se passavam na esfera do Estado. Ela nunca desquitou da pátria; nenhum dos fatos generosos dos muitos que figuraram na história nacional, se realizou sem seus votos de entusiástica adesão. (RAPOSO, 1935, p.25).

Com a expansão da produção cafeeira tornando-se a principal geradora de recursos e riquezas do Segundo Reinado, na região do Vale do Paraíba fluminense o auge aconteceu em torno da década de 1850, período em que seus habitantes totalizavam 28.638, sendo 9.428 livres e 19.210 escravos (MUNIZ, 2005; STEIN, 1990). Houve nesse contexto um aumento na tensão pelo temor de rebeliões da parcela escravizada da sociedade, impelindo a implementação de estratégias de controle por parte da classe dominante no âmbito das fazendas, como também o aprimoramento da normatização do espaço público com vistas ao ordenamento e à segurança (SILVA TELLES, 1967; STEIN, 1990).

Em 1857 Vassouras foi elevada à condição de município, ocupando uma área que abrangia as atuais cidades de Japeri, uma parcela de Paracambi e Barra do Piraí, Mendes, Paty do Alferes e Miguel Pereira. Em meados da década de 1860 a ferrovia era símbolo de modernização. Apesar dos esforços da elite local, seu trajeto atravessava o município a seis quilômetros distante do seu centro.

Neste curto período de crescimento econômico, a imagem do lugar estava associada ao reflexo de sua elite, cuja ostentação figurava uma adequação de referências culturais europeias. Apesar do destaque conferido nesse período aos senhores de grandes propriedades de terra, entre os quais predominava o ideal de família patriarcal e muitos dispunham de títulos nobiliárquicos, este modelo de desenvolvimento foi marcado também pela ação de famílias dos pequenos e médios produtores de café e escravistas, além de capitalistas, comerciantes e demais profissionais liberais, entre outros. Ignácio Raposo buscou retratar as transformações no modo de vida desse segmento livre e abastado nessa conjuntura.

As festas religiosas cresceram muito de pompas. As ricas toaletes, os custosos adereços, as preciosas plumas, os leques de marfim, de sândalo, de tartaruga enchiam as naves da igreja. Enfim toda a sorte de luxo e bom gosto foi admitida na sociedade vassourense que, entretanto, na ostentação mundana, desprezava cada vez mais a simplicidade primitiva. (RAPOSO, 1935, p. 141).

No espaço a riqueza manifestou-se na urbanização e nos casarões e palacetes que emolduraram o núcleo da cidade. As remanescentes destas edificações que resistiram à ruína e à modernização tornaram-se marcos de memória que caracterizaram o lugar, como registros mais duradouros de um período de expansão econômica e ostentação, os quais foram

posteriormente apropriados pelos discursos historiográficos e de patrimonialização (SILVA TELLES, 1967; STEIN, 1990).

Em torno de 1880 tornaram-se mais evidentes os sinais de corrosão dessa conjuntura de prosperidade. Um dos principais motivos foi a decadência do modelo de produção de café na região, ocasionada pelo esgotamento da terra, pelo desaparecimento do solo virgem, a escassez de crédito para a lavoura na região e pela forte concorrência do café produzido no oeste paulista, entre outros fatores (STEIN, 1990). Acrescentando outras condições de ruptura que impactaram os modos de vida em diferentes instâncias dessa sociedade, tais como a abolição da escravatura e a falência de muitos proprietários de terra, as fazendas perderam muito do seu valor e gradativamente outras atividades produtivas passaram a ser desenvolvidas.

Houve uma paulatina implantação de novos modelos de desenvolvimento e produção, como a pecuária, mas que nem de longe iriam conferir à cidade a mesma relevância econômica do passado. Os surtos de febre amarela que acometeram na cidade na década de 1880 e em 1890, que trouxe a morte e o deslocamento de muitos dos habitantes, era uma memória marcante até no período em que a *História de Vassouras* foi escrita. Estes impactos na esfera econômica e social estenderam seus efeitos até meados de 1914, período em que Ignácio Raposo afirmaria que “Vassouras, que tanta vida revelara nos seus anos de opulência, começava agora a declinar, diminuída no movimento do seu comércio, da sua indústria, das suas artes, vivendo exclusivamente dos seus produtos agrícolas” (RAPOSO, 1935, p. 208). O autor ilustra essa conjuntura com a imagem de desânimo do vassourense, a ausência de iniciativa e o marasmo que permeava o lugar.

Frente a estas circunstâncias, Taunay (1939) afirma que uma parcela significativa dos descendentes das elites locais, principalmente a que se encontrava financeiramente decadente, mergulhou na nostalgia dos tempos áureos, enaltecendo o passado de *glamour* e os ícones do patriarcalismo rural. Apesar da notável presença de capitalistas desde os primórdios da formação da cidade, nesse período o segmento de profissionais liberais foi se tornando mais presente nos campos político, cultural e educacional. Além disso, implementaram o jornalismo local fomentando a interação de intelectuais nativos e de outras localidades, os quais produziram crônicas, poemas e memórias sobre Vassouras, como retratos dispersos ou imagens da cidade que refletiam e atuavam sobre esse contexto. Além das fontes e relatos de contemporâneos, serão estes registros que irão compor o encadeamento da narrativa do livro *História de Vassouras*.

Com a chegada de Raymundo Correa a Vassouras, nomeado Juiz Municipal, iniciava-se uma nova fase na vida intelectual da cidade: os homens de letras da Corte que até então desconheciam os encantos vassourenses, passaram a frequentá-los de contínuo, atraídos talvez por esses três ímãs de grande intensidade: Lucindo Filho, Raymundo Correa e Alberto Brandão. (RAPOSO, 1935, p. 236).

De acordo com Ignácio Raposo (1935, p. 236), “começaram a veranejar em Vassouras quase todos os anos Coelho Neto, Olavo Bilac, Guimarães Passos, Alberto de Oliveira e muitos outros literatos que enchiam com fulgor de suas palestras luminosas os amplos salões vassourenses”. Com o declínio econômico das fazendas da região e os processos de urbanização que caracterizaram esse período, a cidade adquiriu maior visibilidade como o principal palco da modernização, enquanto a vida na fazenda passava a representar o passado e a tradição. Essa conjuntura que sucede a crise regional ainda hoje é pouco estudada, sendo um momento em que são elaboradas importantes narrativas sobre o passado de Vassouras, que refletiam as particularidades das perspectivas de seu próprio tempo. No livro de Raposo, é possível observar que predominaram os espaços e os modos de vida que remetiam à condição de uma urbanidade própria no século XIX. Em parte, tais aspectos refletem demandas, desafios e ideais de progresso que buscavam legitimar o processo de modernização que caracterizaram o momento em que essa *História de Vassouras* foi escrita.

Esta perspectiva de Raposo difere de Stanley Stein (1990), que realizou sua pesquisa sobre Vassouras posteriormente, com enfoques e motivações diferentes. Para o brasilianista os aspectos rurais foram introjetados de forma mais marcante, pois considerou que “a fazenda de café do século XIX foi mais do que uma unidade de produção e um modelo de vida. Aceitando todas as consequências, ela deixou uma marca indelével nas mentes de todos que deixaram o Vale a fim de cumprir seus destinos em outros lugares” (p. 338). Estes pontos de vista diferentes não se anulam, mas revelam que, a partir do enfoque, são elaboradas imagens que enfatizam aspectos distintos de um mesmo lugar. Ao refletir sobre os fatores que compõem a abordagem de uma obra, como a trajetória e o lugar de fala do autor, como também ao público a que se destina, é possível também analisar o contexto em que é escrita.

Desta forma, é relevante esboçar de maneira introdutória o perfil do autor do livro *História de Vassouras*. Sendo atualmente pouco conhecido, Ignácio de Viveiros Raposo foi um maranhense de Alcântara, que nasceu no dia 16 de julho de 1875 e faleceu no Rio de Janeiro, em 21 de julho de 1944. Trabalhou nos Correios e Telégrafos no Recife e posteriormente participou como um dos fundadores do jornal *A Campanha* (1902-1904) em São Luís do

Maranhão. Em 1905 partiu para o Rio de Janeiro, onde se formou na Escola de Belas Artes, retornando ao Maranhão em 1911, quando foi eleito Deputado Estadual no Maranhão. De volta ao Rio de Janeiro, participou brevemente do movimento anarquista brasileiro cuja ideologia, mesclada com o socialismo e o cristianismo, iria de alguma forma estar presente em sua escrita.

Ignácio Raposo trabalhou intensamente na imprensa, seja como redator ou publicando crônicas, poesias e comentários literários nos jornais *O Paiz*, *Gazeta de Notícias*, *A Política*, *Jornal do Brazil*, *Pacotilha*, dentre outros. Escreveu também para o teatro de revista, em parceria com Catulo da Paixão Cearense, com quem concebeu a peça teatral de grande sucesso em 1915 intitulada *O marroeiro*. Além disso, Ignácio Raposo foi professor na Faculdade de Filosofia e na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro entre os anos de 1922 e 1927, onde ministrou aulas de sociologia e metafísica. Em relação a Vassouras, é imprecisa a forma como a conheceu, mas foi o seu segundo casamento, realizado em 1928 com Maria Magdalena Fraga, que o aproximou efetivamente da cidade, onde morou durante alguns anos de sua vida, chegando a escrever para os jornais locais *O Vassourense* e *Jornal de Vassouras*.

Durante sua permanência na cidade, entre os anos de 1932 e 1935, Maurício de Lacerda foi prefeito de Vassouras nomeado pelo interventor do estado do Rio de Janeiro Ary Parreiras, durante o período inicial do governo de Getúlio Vargas. Neste momento de seu percurso político, o então prefeito manteve-se próximo às ideologias de esquerda, as quais marcaram a tônica de sua administração municipal. Em sua gestão foi concebido um plano de modernização de Vassouras, cujas iniciativas destacadas nessa pesquisa estão no âmbito educacional e na remodelação do núcleo urbano da cidade, os quais estiveram profundamente relacionados à reconfiguração da memória e da imagem do lugar.

Este plano incluiu a criação da Fundação 1º de Maio, que teve por finalidade impulsionar a educação e a cultura como base da formação cidadã, implementando novas escolas, bibliotecas, museu, cinema, teatro e clubes agrícolas. Através desta fundação investiu-se em publicações de livros referentes ao passado da cidade, dentre eles a *Memória da fundação de Vassouras* (1933), de Mattoso Maia Forte, o *Quilombo de Manoel Congo* (1935), de Marcos (Pseudônimo de Carlos Lacerda, filho do prefeito e futuro governador do estado da Guanabara), como também *Fastos vassourenses* (1935), que foi uma compilação póstuma dos escritos de Jorge Pinto. Foi nesse contexto que Ignácio Raposo firmou um contrato com a prefeitura local para a publicação do livro *História de Vassouras* (1935). Estas iniciativas de apropriações e reelaboração das memórias era uma tendência que não estava restrita a Vassouras, mas tratava-

se de uma tendência em grande parte dos municípios do estado do Rio de Janeiro no mesmo período (FERNANDES, 2009).

O livro *História de Vassouras* estabeleceu-se como uma referência fundamental para as pesquisas sobre o Vale do Paraíba fluminense e a cidade de Vassouras no período imperial da história brasileira. Foram apropriações distintas das informações, registros e indicações que Ignácio Raposo proporcionou sobre o passado da cidade, sendo que a perspectiva do autor e sua concepção sobre o vassourense, em geral, não motivaram o mesmo interesse. De maneira diversa, no presente estudo a obra e suas correspondências com o contexto em que foi elaborada e com determinadas características de seu autor são colocadas em evidência, destacando na imagem que constrói sobre a cidade a expressão de um caráter coletivo. Tal aspecto caracteriza uma delimitação, um detalhe frente às mais diversas possibilidades de análise e reflexão que essa obra de Raposo oferece e, desta forma, trata-se também de uma perspectiva que reflete um contexto e um lugar de fala que elabora uma imagem sobre o livro *História de Vassouras*.

Com isso, torna-se relevante apresentar de forma sucinta alguns dos principais fatores no âmbito pessoal que de alguma forma influenciaram o processo de elaboração dessa pesquisa, estabelecendo assim um esboço do meu lugar de fala. Meu percurso de vida é atravessado por diferentes lugares desta cidade, tendo habitado tanto subúrbio quanto em áreas relativamente com maior concentração de renda e investimento do poder público. Como uma grande metrópole, uma parte significativa dos lugares que compõem o espaço da cidade estão em constante transformação, implicando diferentes graus de intensidade na ressonância nos modos de vida de seus habitantes, como também dispondo de referenciais tênues de memória associados à prática do espaço, que são distintos de monumentos e de lugares de memória instituídos. De maneira geral, embora nascido no Rio de Janeiro, nunca me senti enquadrado às características atribuídas socialmente ao chamado “carioca”.

Mesmo antes de ingressar no meio acadêmico e dispor de um ambiente que possibilitava reflexões sobre esta questão, habitualmente tive dificuldade em reconhecer que houvesse uma possível unidade que naturalmente expressasse uma suposta essência partilhada por sujeitos a partir dos vínculos com um lugar. Sem rejeitar os modos de vida, os sotaques, os aspectos culturais em comum com os quais, em determinadas circunstâncias, são apropriados ou atribuídos aos grupos ou às sociedades como identidade, como fatores que potencialmente tornariam seus integrantes idênticos ou semelhantes em algum aspecto ou intenção, pode haver também nesta dinâmica social uma parcela de hábito, de escolhas e de conveniência, além de intenções políticas e discursos instituídos.

Quando conheci Vassouras, em 1994, ainda distante de qualquer vinculação acadêmica, sentia-me encantado pela imagem da cidade que era difundida e que ressoava no ambiente, onde aparentemente as transformações no espaço eram mais gradativas, seus monumentos pareciam tornar presentes muitos aspectos do passado e os modos de vida simulavam acolher as memórias do lugar em seu cotidiano. Está foi a forma como inicialmente apreendi a imagem do lugar, na qual também estavam inseridas minhas demandas, minhas idealizações e meu imaginário sobre as cidades históricas e interioranas.

Minha relação com a cidade tornou-se mais efetiva em 2002, quando me mudei para Vassouras devido ao trabalho que passei a realizar no Programa de Saúde da Família, vinculado à secretaria municipal de saúde. Estas atividades possibilitaram-me o convívio com diferentes classes sociais e comunidades, tanto nos distritos como no centro de Vassouras.

Como morador, paulatinamente passei a me integrar com os aspectos do cotidiano e das atividades do lugar com as quais sentia afinidade. Com isso, realizei trabalhos voluntários no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como também participei de eventos, mobilizações e discussões na área de cultura, educação, turismo e práticas festivas relacionadas às comunidades menos abastadas. Em Vassouras, na segunda metade de 2005 iniciei minha formação em História na Universidade Severino Sombra, que me proporcionou outras perspectivas sobre as relações da cidade com seu passado, além de começar a me dedicar à pesquisa da prática festiva conhecida localmente como Caninha Verde, que se tornou tema de minha dissertação de mestrado.

Talvez reafirmando o que é recorrente, de certa maneira todas essas instituições e iniciativas de que participei dispunham de ou evidenciavam uma referência aparentemente comum no enfoque da própria coletividade, a partir do relativo consenso e da naturalização de uma identidade local, que se manifestava em maior ou menor grau, dependendo das circunstâncias e variando suas abordagens e representações de acordo com os segmentos sociais. Eram discursos que circulavam na oralidade dos habitantes ou na escrita sobre a cidade, como ressonância de memórias e das perspectivas das diferentes instâncias do poder público, de organizações sociais e agentes culturais e comunitários.

Apesar de pressuporem esta identidade como uma condição inerente ao lugar, ao observá-la através de seus usos, suas características aparentavam ser difusas, fragmentadas e imprecisas, imbricando as idealizações ou o imaginário referente ao modo de vida e às alusões ao passado. Estes aspectos instigaram-me e posteriormente possibilitaram-me esboçar questões

para reflexão a partir das impressões vividas em Vassouras, como uma delimitação do que naquele momento eu podia intuir frente à complexidade que representavam estes processos observados em Vassouras. Assim, no que se refere às dinâmicas das formações identitárias, passei a focar a forma como a imagem do lugar era construída e apropriada em relação aos usos das narrativas sobre o passado local e a significação do espaço.

Por vezes, em discursos institucionais ou mesmo no cotidiano da dinâmica social, a imagem da cidade pairava como uma personificação de atributos ideias comuns, como uma entidade indefinida que representaria simultaneamente um “modo próprio de ser”, que comporia uma ideia aproximada de uma alma da cidade. Por outro lado, tais aspectos também permeavam os usos políticos e mercadológicos do passado através da patrimonialização e dos empreendimentos turísticos. Na imagem do lugar estaria tacitamente presente a hierarquia social do lugar, implicando não apenas a territorialização da ocupação pelo valor da propriedade, mas também a relativa proximidade dos habitantes nos espaços com profundas diferenças na condição social. Estas diferenças, naturalizadas pelo hábito ou por nem sempre estarem evidentes, possibilitavam a coabitação das contradições e das ambivalências no cotidiano da cidade, parcialmente deslocado e presente no fascínio que se buscava proporcionar com a imagem da cidade.

Considerando que imagens de um lugar não são inerentes nem naturais, mas são construções que simultaneamente se apoiam e fomentam memórias e, conseqüentemente, decorrem de contingências, propósitos e disputas, cogitei a possibilidade de analisar a inserção da violência na construção da imagem do lugar. Para isso, inicialmente, a intenção nessa tese foi elaborar uma análise serial de processos criminais com o propósito de identificar possíveis correspondências entre as circunstâncias das ocorrências e o contexto histórico-social em que estavam inseridos. Parti do princípio de que, assim como as análises econômicas, demográficas ou sociais poderiam revelar aspectos da dinâmica de uma sociedade através de dados estatísticos de determinadas fontes, a análise dos crimes ocorridos na cidade poderia revelar outras características sobre o comportamento da sociedade vassourense e de que maneira poderiam estar relacionadas à imagem do lugar.

Com o desenvolvimento do estudo foi possível observar dificuldades nessa proposta de análise. Um dos motivos refere-se ao fato de que os crimes, mesmo sendo traumáticos em uma comunidade, raramente são apropriados na construção da imagem de um lugar que pretende espelhar os ideais de civilização. Além disso, os aspectos que tendem a prevalecer como imagem de um lugar são mediados pelas perspectivas de seus narradores interagindo com

as próprias comunidades, contemporizando o que se pretende mostrar com a forma a como se aspira ser visto.

Ao longo do estudo, uma das obras de referência pela qual me interessei foi o livro *História de Vassouras*, devido aos relatos de crimes que pontuavam a narrativa de Ignácio Raposo, um autor cuja trajetória não trouxe nenhum interesse específico no começo da pesquisa. Dentre estes relatos havia o caso de João Congo, um escravo que assassinou sua esposa na senzala e foi por isso condenado à forca. Posteriormente encontrei o documento original do processo criminal correspondente em consulta no Arquivo Municipal de Vassouras. Isto possibilitou realizar comparações entre a narrativa do processo criminal e a forma como Raposo relatava e significava o acontecimento. Tais aspectos suscitaram outras questões.

De acordo com o projeto original dessa tese, no qual eu havia iniciado um levantamento parcial dos padrões e circunstâncias que se apresentavam nos 410 processos criminais elencados entre os anos de 1814 a 1930, chamaram-me a atenção os crimes escolhidos por Ignácio Raposo para inserir em sua narrativa sobre o passado de Vassouras. Ou seja, por que o autor-narrador selecionou determinados crimes para relatar em detrimento de outros? Nesses relatos criminais, quais os motivos ou intenções no destaque conferido a certos personagens e na forma como foram abordadas suas trajetórias? Que outras manifestações de violência estariam entretecidas na narrativa de Raposo de maneira não tão evidentes como aquelas classificadas como crimes? De que maneira a formação pessoal do autor e o contexto ao qual destinava sua escrita constituíram sua perspectiva sobre a violência na memória do lugar?

Esta última questão suscitou outros desafios, pois a violência do crime é uma expressão reconhecida juridicamente e, desta forma, são perspectivas contextuais. Na obra de Raposo estas formas de violência integrariam um complexo entrelaçamento de outras expressões de violência que estariam implícitas, inerentes ao modo de vida ou que não seriam reconhecidas como tal naquele momento, inclusive permeando o anacronismo que atualmente seria atribuído ao autor. No que se refere à análise da construção da imagem do lugar, se a violência potencialmente pode passar a caracterizar todos os fatores e elementos da pesquisa, então perde seu valor como constituinte do objeto de análise, tendendo a uma síntese quase determinista que poderia sintetizar artificialmente a reflexão a que se pretende. Tomando como exemplo o crime de João Congo, tanto abordando a questão através da rede de opressão da sociedade escravocrata ou o assassinato como uma fissura nas estruturas de auto coerção

introjetadas pelos processos civilizadores, toda a análise estaria previamente condicionada por estas suposições.

Por outro lado, a possível perspectiva anacrônica de Raposo sobre os crimes de que trata fala mais do próprio autor e de seu contexto, como também do ideal de civilização que a narrativa busca atribuir à alma coletiva, do que propriamente da violência que relata. Assim, sem descartar por completo as etapas anteriores da elaboração dessa pesquisa, as questões relativas à violência tornaram-se um dos componentes da análise proposta. A construção da imagem do lugar como reflexo de um sentido de alma coletiva próprio de sua época impôs-se como o cerne da questão para a análise de *História de Vassouras*, o que incluiu as correspondências entre a perspectiva do autor e o público e o contexto em que o livro era gerado.

Com esta delimitação, os desafios foram estabelecidos. Mas o desafio que se colocou em seguida foi o fato de que, tanto em relação a Ignácio Raposo quanto ao contexto de Vassouras na década de 1930, foram poucas as pesquisas realizadas para que se pudesse dialogar. No que tange ao autor, não foram encontrados estudos ou biografias que discutissem sua vida e obra, sendo que grande parte do estudo aqui elaborado sobre sua trajetória decorreu das fontes relacionadas ao meio jornalístico. Algumas poucas, mas importantes informações, foram obtidas em um artigo escrito por seu sobrinho, José Cursino Raposo, em comemoração do centenário de nascimento de Ignácio, em 1975, e posteriormente reeditado na *Revista Maranhense de Letras*, de 1998. Por outro lado, foi possível localizar em diversos periódicos, entre os anos de 1897 e 1944, uma vasta produção literária, além de notícias esparsas e notas sobre seu perfil e suas atividades sociais, políticas e culturais, entre as quais buscamos elencar o que havia de fundamental para esse estudo.

Desta forma, busquei estruturar a análise em cinco etapas correspondendo aos capítulos dessa tese. O primeiro capítulo enfatiza o processo de análise, apresentando a configuração dos aspectos teóricos em três etapas, que são a revisão bibliográfica das principais obras que tangenciam o tema, os referenciais teóricos relativos aos conceitos utilizados na pesquisa e a metodologia proposta nessa tese. Partindo da revisão bibliográfica, busquei elencar as obras que abordam a cidade de Vassouras, considerando três principais campos discursivos que atuam na construção da imagem da cidade a partir de perspectivas do seu passado, que seriam os memorialistas, os historiadores e os estudos relacionados à preservação do patrimônio histórico local.

Em seguida, ainda no primeiro capítulo, proponho uma discussão sobre os principais conceitos com os quais balizo as reflexões desenvolvidas no presente estudo. O principal conceito que reflete diretamente o contexto abordado é o de alma coletiva, referindo-se à ideia de uma suposta mentalidade de grupo. A fundamentação desta noção está baseada na crítica realizada por Felix Guatarri, que aponta a ideia de alma coletiva como uma das distorções das concepções de cultura. Em relação à narrativa do passado do livro *História de Vassouras*, recorro à reflexão proposta por Durval Muniz de Albuquerque Júnior sobre memória histórica. Quanto às definições de espaço e de lugar associadas à construção narrativa dessa obra de Raposo, evoco a perspectiva de Michel de Certeau, a partir dos relatos do espaço. No caso do conceito de imagem, este será apresentado ao longo da tese de maneira associada aos demais conceitos.

A última etapa dos aspectos teóricos trata da metodologia proposta para a temática desse estudo. Buscando tangenciar as vertentes que integravam as concepções que buscavam fundamentar o conceito de alma coletiva, proponho recolocar a ideia de uma etnografia do livro, delimitando-o em três instâncias complementares, que são: a obra, o público e o seu contexto, e o autor. As principais fontes elencadas são os jornais e periódicos, destacando as notas, artigos e crônicas com depoimentos relativos às três instâncias propostas.

O segundo capítulo enfatiza as rupturas entre o passado e o momento da escrita da obra de Raposo sobre o município e as continuidades restabelecidas em sua narrativa. É discutida também a transição dos ideais da sociedade patriarcal para o predomínio do nacionalismo, dos modelos de civilização para o progresso.

No terceiro capítulo busco contextualizar o ambiente em que essa obra estava inserida, destacando os principais aspectos do amplo projeto de remodelação de Vassouras que foram pertinentes ao objeto dessa pesquisa. Isso inclui a atuação do então prefeito Maurício de Lacerda, os efeitos locais de sua relação com a política nacional e os embates ideológicos desse período, além dos usos políticos das narrativas sobre o passado da cidade. Este capítulo é dedicado à Fundação 1º de Maio, que capitaneou os projetos educacionais e culturais da gestão de Maurício de Lacerda, incluindo a publicação do livro *História de Vassouras*.

O quarto capítulo é dedicado à imagem do autor, construída a partir dos registros, relatos e depoimentos da imprensa. Apresento aspectos relevantes à essa pesquisa no que tange à trajetória de vida de Ignácio Raposo, enfatizando a sua formação e suas concepções ideológicas, as quais de alguma forma compuseram o estilo e a abordagem em sua escrita.

O quinto e último capítulo é uma análise do livro *História de Vassouras*, que se apresenta dividida em quatro partes. A primeira trata de aspectos estruturais da obra, como o estilo da escrita, composição das etapas do desenvolvimento da cidade e dos capítulos. A segunda parte destaca no conteúdo do texto e na estrutura da obra a forma como o autor constrói a ideia de alma coletiva. Na terceira parte deste capítulo são destacados relatos na obra estudada, os quais indicam possíveis relações de identificação e espelhamento entre determinados aspectos da trajetória e da imagem do autor e o que ele elege no passado de Vassouras para compor sua narrativa. Na quarta e última etapa são discutidos quatro autores que, em circunstâncias diferentes, apresentam suas reflexões e perspectivas sobre o livro *História de Vassouras*.

A partir dessas análises, pode-se discutir a forma como foi atualizada a imagem da cidade de Vassouras como um reflexo da concepção vigente de alma coletiva, durante a administração do prefeito Maurício de Lacerda entre os anos de 1932 e 1935, através do livro *História de Vassouras*, de autoria de Ignácio Raposo. Esta imagem é aqui destacada como uma dentre tantas outras sobre essa cidade do Vale do Paraíba, que, à sua maneira, conferiu significados aos vestígios de determinadas memórias que compuseram os sentidos e ideais atribuídos ao lugar. Desta forma, foi capaz de evocar no imaginário da coletividade à qual a obra foi inicialmente destinada determinados referenciais de identificação e pertencimento em meio a um projeto de modernização da cidade.

1. ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: O MOSAICO DA ANÁLISE

A configuração teórica da presente tese parte de uma abordagem diferenciada do livro *História de Vassouras*, que em geral é utilizado de maneira periférica nas pesquisas sobre o Vale do Paraíba Fluminense, como mais uma fonte secundária sobre o século XIX. Apesar disso, é considerado registro privilegiado pela proximidade com o contexto histórico que aborda, o que possibilitou o acesso do autor a diversas fontes que hoje não se encontram mais disponíveis. Mas o que proponho nesse estudo é trazer o foco de atenção para a própria obra e, além disso, enfatizar a relação nela configurada entre a imagem do lugar com a ideia de alma coletiva. Com isso, torna-se fundamental analisar os fatores relevantes que constituíram sua abordagem, dentre eles, como os aspectos analisados se apresentam na estrutura da narrativa do livro, a quem foi destinada e por quem e quando foi elaborada.

Ao elaborar sua narrativa sobre a cidade de Vassouras, Ignácio Raposo realiza sua seleção dos acontecimentos, personalidades e espaços nos diversos e dispersos vestígios do passado local. Tais vestígios e registros podem ser representados como fragmentos de memórias e histórias, que se tornaram matéria-prima para o autor compor, como um mosaico, uma imagem do lugar. São os marcos de fundação e origem, eventos em que convergem o local e o nacional, relatos sobre personalidades políticas, fazendeiros, capitalistas ou mesmo de criminosos, além dos relatos de edificações alçadas à condição de monumento.

Estes fragmentos são harmonizados através da habilidade de Raposo ao conferir um efeito de continuidade e unidade a estes elementos, muitas vezes variados e dispersos. Este engenho do autor manifesta-se de diferentes maneiras, dentre elas, quando toma a forma do encadeamento na sua periodização do desenvolvimento local, ou em suas interpretações e reflexões completando as lacunas ou interligando os contextos que relata, como também na ideia de um caráter local, um sentido de perenidade conferido pela concepção de uma alma coletiva.

Desta forma, a ideia de mosaico, evocando sua etimologia, confere um sentido alegórico que congrega as noções de imagem e de percurso, ao remeter a um “pavimento de ladrilhos variegados” (CUNHA, 1982, p. 534), ou que apresentam diversidade de cores. Por este enfoque, é possível colocar outras questões para reflexão, tais como a relação entre a aparente unidade desta imagem de Ignácio Raposo sobre a cidade de Vassouras. Uma delas é como e com que propósito a sua ideia de alma coletiva predomina ou sobrepõe a diversidade local das composições étnicas, culturais e sociais da cidade?

O termo História no título da obra, ainda que esta não se enquadre plenamente nos modelos atualmente vigentes que definem os trabalhos deste campo de estudo, reforça um caráter legitimador de um discurso que se pretende oficial. Há uma definição de Le Goff (1990) utilizada de forma recorrente por diferentes estudos sobre o passado, que afirma que memória está associada à ideia genérica de “herança do passado”, podendo apresentar-se como monumentos ou patrimônios de diversas espécies e condições. Por outro lado, a história seria a análise dos vestígios do passado através da “escolha do historiador” (p. 535).

A ideia de herança do passado é pertinente e fundamental, mas no que tange a essa pesquisa, esta concepção de memória estaria restrita ao aspecto mais evidente da intenção de Ignácio Raposo com seu livro e que ainda repercute em determinados setores da sociedade local. Há uma imagem da cidade quando o autor afirma que “Vassouras, apesar de tudo, estava então no apogeu. Por toda a parte se via crescer seu movimento, e se no mundo secular o progresso tanto se desenvolvia, no religioso era maior ainda, criando-se instituições pias de primeira ordem” (RAPOSO, 1935, p. 120). Em sua obra, há a intenção de levar ao seu público a sua compreensão da história local como uma herança que os constituía, que é apresentada como uma referência de valores para a formação de sua autoimagem, imbricando certo ideal de cidadania e pertencimento. Neste sentido, o que é considerado história oficial é difundida como memória do lugar. Tanto na memória quanto na história o caráter seletivo se faz presente, mas com profundas diferenças em relação ao domínio dos fatores, circunstâncias e propósitos que implicam a seleção.

Em princípio, nas definições na qual se destacam a intencionalidade implícita ou explícita, na memória encontra-se refletida a complexidade e o dinamismo dos aspectos subjetivos e sociais. Na História há o empenho pelos parâmetros científicos e comprobatórios para constituir uma versão factual base para um diálogo com outras perspectivas afins, para o desenvolvimento de reflexões sobre a temática proposta. Com isso, a história em muitas circunstâncias tende a devassar e a destituir as memórias de seus lastros no imaginário e encantamento. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007).

Dentre as diversas definições e abordagens sobre a memória, há alguns aspectos referentes às concepções que permeiam o senso comum que são relevantes nesse estudo. Principalmente quanto à intencionalidade da ênfase de determinados fragmentos do que é considerado marco da história local na imagem do lugar, que pode apresentar potencialmente um efeito semelhante ao da memória para a coletividade, como a mobilização de afetos, a maleabilidade das representações de mitos fundadores e dos ícones do passado, o sentimento

de pertencimento, dentre outros. Uma destas concepções é a afirmação de que a “memória é a faculdade, que tem a nossa alma, de conservar as ideias e noções dos objetos, e de as reproduzir na ausência deles” (SÃO LUIZ, 1828, p. 121).

Nesta formulação, onde o senso comum também projeta na concepção de alma coletiva uma entidade, refere-se à interação entre as impressões e a ausência do que ficou marcado naquele que percebe como uma esfera que tangencia o presente. É onde potencialmente tomam forma nas instâncias subjetivas e sociais as referências que constituem os efeitos de permanências e continuidades, que não são os objetos em si, mas as ideias, as noções e as imagens que se partilham sobre os mesmos. Assim, a sensação de permanência e continuidade não é algo inerente aos objetos, mas uma elaboração dos sujeitos e sociedades que compartilham ou impõem impressões comuns.

Esta abordagem implica desafios, principalmente no que tange aos aspectos teóricos e metodológicos. Se na formulação da revisão bibliográfica é possível, dentro de certos limites que caracterizam um campo de estudo interdisciplinar, acolher com mais abrangência diferentes expressões narrativas, no campo conceitual as dificuldades habitam nas próprias possibilidades. Comparativamente, cada campo disciplinar ao longo de sua prática disponibiliza parâmetros mais ou menos definidos para delimitar a própria esfera de atuação e análise, os quais constituem balizas relativas para dinamizar os atributos reflexivos dos conceitos utilizados. Por exemplo, um estudo de história política, de antropologia cultural ou de sociologia urbana tende a condicionar o conceito de memória de acordo com a própria disciplina e através de uma ou mais abordagens, as quais possibilitam as pontes para os já recorrentes diálogos entre disciplinas, que ocupam funções acessórias ou de complementação.

Em princípio, a pesquisa interdisciplinar pode ser balizada a partir da temática, estabelecendo uma relação aparentemente mais direta entre o conceito e o objeto de estudo. Mas isso implica, como em qualquer pesquisa, seus próprios riscos. Dentre eles, em alguns casos, uma possível ausência do referencial disciplinar pode impelir ao uso de uma quantidade excessiva de conceitos para que se possa dar conta da análise de um dado objeto. Por outro lado, a própria temática impõe que um determinado conceito esteja profundamente enraizado em disciplinas ou campos de estudos, que exigiria uma dedicação quase disciplinar para um uso razoável deste.

São grandes as chances de que uma proposta interdisciplinar dissimule certa originalidade, limitando-se a reproduzir uma configuração disciplinar em diálogo com outras,

ou mesmo não indo além de um trabalho disciplinar mal feito. O que não quer dizer que as áreas já estabelecidas não estejam isentas de problemas, principalmente quando se tornam um instrumental de difusão ideológica, quando há uma reprodutibilidade acrítica de conceitos estabelecidos ou mesmo quando é motivada pelo fetiche do colecionismo narrativo do passado. Estas foram algumas das questões com que me deparei direta e indiretamente na elaboração dessa tese, as quais exigiram em diversos momentos que se fizessem revisões do percurso proposto.

Há na interdisciplinaridade dos estudos da memória o potencial de uma autonomia responsável, que exige uma construção ou atualização constante de seus fundamentos teóricos e balizas metodológicas a cada questão que se propõe investigar. Outro ponto relevante no caso específico dessa pesquisa, é a observação de que no contexto estudado a ideia de alma coletiva integrou o campo conceitual e investigativo vigente das principais disciplinas das ciências sociais. Tal aspecto possibilita a presente pesquisa a colocar em evidência esse conceito de maneira contextualizada e crítica, para analisar os propósitos de seus usos associados à imagem de Vassouras através de Ignácio Raposo.

1.1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Uma questão fundamental ao elaborar uma discussão com as obras que circunscrevem o tema e a conjuntura em que o livro *História de Vassouras* foi publicado é que são raros os estudos dedicados à década de 1930 em Vassouras. Foram poucas as pesquisas identificadas que abordaram, por exemplo, os impactos do governo republicano e transformações da modernidade no Vale do Paraíba, com os processos de industrialização e urbanização que marcaram o final do século XIX às primeiras décadas do século XX. Tal aspecto impõe desafios e possibilidades na análise que proponho.

Esta observação se confirma em um dos poucos e importantes estudos sobre essa conjuntura, quando Maria Fernanda Ricci (2000, p. 11) constata uma “ausência de estudos referentes ao Vale do Paraíba no período entre 1900 e 1930”. É possível que um dos motivos para esta condição seja uma tendência em enfatizar temas históricos que remetam ao progresso e à modernização “como modelos a serem seguidos” (ARIAS NETO, 2004, p. 193) ou no mínimo valorizados. Como observa Célia Muniz (2005), durante longo período, o declínio econômico e o empobrecimento não foram motivos para o interesse da grande maioria dos historiadores que tematizaram a cidade de Vassouras. Desta forma, grande parte das obras

elencadas nessa revisão bibliográfica referem-se autores que antecederam ou foram contemporâneos a Ignácio Raposo, a perspectivas posteriores sobre o mesmo período em que prevaleceu na narrativa do livro *História de Vassouras*, que foi o século XIX, ou estudos que tratam da esfera nacional na década de 1930.

Outra questão relevante ao selecionar os estudos que contribuíram para a elaboração das análises dessa tese é o endosso da distinção entre historiografia e revisão bibliográfica. A historiografia refere-se à escrita da história, que em linhas gerais implica a delimitação de questões para análise no passado, de referencial teórico e metodologia (WEHLING, 1997). A revisão bibliográfica possibilita a inclusão de outras narrativas que não estão restritas aos critérios apresentados, entre elas a escrita dos memorialistas e cronistas. Apesar desta distinção, cabe salientar que nas narrativas aqui elencadas existem seus pontos de imbricação, onde ocorrem as divergências e convergências entre as abordagens, os propósitos, os métodos, os lugares de fala e o público destinado.

Desta forma, procurei delimitar para essa pesquisa três correntes discursivas, que são os memorialistas, os historiadores e o patrimônio histórico, sendo que compõem esta última produções relacionadas ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Entre as obras discutidas, busquei também destacar uma possível correspondência em cada uma delas com os três referenciais da memória propostos por Michel Pollak (1992), que são o espaço, as pessoas e personagens e o acontecimento.

Sem dúvida que, em grande parte das narrativas das memórias, estes três fatores encontram-se presentes, variando o destaque que pode ser atribuído a um em relação aos demais, assim como a forma com que se apresentam inter-relacionados na significação dos vestígios do passado. É na interação desses três fatores que se constitui assim a imbricação de instâncias materiais e imateriais, como também de temporalidades mais duradouras e mais fugazes, compondo as dimensões e os ritmos das narrativas que abordam as memórias. Assim, ao posicionar as obras que compõem a presente revisão bibliográfica de acordo com estas correntes discursivas, busquei realizar uma análise da relação com esses referenciais da memória. A maior parte das obras aqui elencadas são perspectivas sobre a cidade, mas também condensam imagens de Vassouras, como componentes do mosaico que forma uma imagem oficial da cidade em constante atualização.

1.1.1. A narrativa dos memorialistas

As obras elencadas como narrativas de memorialistas nessa pesquisa circunscrevem alguns dos principais autores que foram referência para Ignácio Raposo em seu estudo sobre Vassouras. Os escritos aqui apresentados são primordialmente crônicas, como registros parciais, momentâneos e descontínuos que refletem o olhar dos autores transitando entre seu presente e o passado da cidade. Em parte, seu lugar de fala define-se através de um processo de relativa exclusão: com a progressiva delimitação do campo de estudo da História, as obras que abordavam o passado e não estavam enquadradas nos princípios teóricos e metodológicos que caracterizavam esta disciplina ou em outro critério reconhecido como científico foram distinguidas como memorialistas.

Com isso, quando não desqualificada sua abordagem, esta narrativa do passado tendeu a ser conjurada na condição de fonte ou documento, como um postulado dependente do endosso científico ou subsumido em fragmentos por estudos legitimados academicamente. Na prática, quando o senso comum é instigado a algum interesse específico pelo passado, por exemplo, através do turismo, dos eventos ou pelos noticiários dos meios de comunicação, em diversas circunstâncias não distinguem a legitimidade entre a escrita memorialista de um texto histórico. Além disso, habitualmente o texto histórico dispõe de certa densidade em sua terminologia e linguagem, fazendo-o menos palatável ao grande público.

A relevância dos memorialistas para esse estudo são suas imagens sobre a cidade que antecederam a escrita do livro *História de Vassouras*, cujos fragmentos Ignácio Raposo incorporou em forma de relatos que compõem o encadeamento de sua narrativa.

Nos primeiros escritos sobre Vassouras, grande parte desta produção não coube aos fazendeiros, mas sim ao segmento predominantemente letrado, em geral, formado pelos profissionais liberais da sociedade local, dentre eles os advogados, os médicos e os educadores. Estes foram também os precursores da imprensa em Vassouras, que de acordo com o próprio Ignácio Raposo (1935), teve início em 15 de junho de 1874, com o jornal *O Município*. Segundo o autor, seu desenvolvimento tardio deveu-se ao “medo das desarmonias que poderia ela trazer numa sociedade em que todos eram amigos e parentes” (p. 196), em uma conjuntura que prenunciava o início do declínio da economia cafeeira.

A imprensa tornou-se o principal veículo da difusão desses escritos sobre o passado da cidade, predominando certo ufanismo local e a nostalgia do período de pujança econômica da cidade. Estas narrativas foram elaboradas em formato de crônicas, que se apresentavam

como fragmentos temáticos ou retratos esparsos do passado que, reforçando a ideia da formação de um mosaico, compunham os primeiros delineamentos da imagem do lugar, que esboçava um caráter coletivo. Essa ideia de mosaico apresenta-se na forma como Raposo incorpora tanto os textos quanto seus autores em sua *História de Vassouras*, juntamente com as demais fontes que derivaram de sua pesquisa, para construir enfoque sobre a cidade. Desta forma, as obras citadas possibilitaram observar a perspectiva dos autores e o que Raposo extraiu dos seus textos.

Inscrito no período de maior desenvolvimento econômico de Vassouras, um dos memorialistas que referenciou a escrita de Ignácio Raposo foi Alexandre Joaquim de Siqueira, que foi juiz municipal, o qual escreveu um dos primeiros textos dedicados à então vila, apresentado no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil em 1852. Intitulado *Memória histórica do município de Vassouras*, trata-se de um relato de caráter predominantemente descritivo, que apesar de fazer referência aos primeiros povoadores da região, dedica-se a apresentar de forma sistemática os aspectos geográficos, urbanísticos, sociais, jurídicos e administrativos da referida localidade. Sua narrativa, por estar situada no contexto de expansão econômica da cidade, assinala um duplo sentido de memória, ao lavrar as origens dos marcos de seu tempo e estabelecer um registro deste momento destinado ao futuro.

Dentre os escritos dos autores diretamente vinculados ao desenvolvimento da imprensa local, destacam-se os artigos de Alberto Brandão, que foi educador, político e jornalista, publicados em 1877 no jornal *O Município*, intitulados *O Passado e o Presente de Vassouras*. Outro autor da mesma época foi Jorge Pinto – médico, jornalista, poeta e escritor nascido em Vassouras em 1865 – do qual destacam-se nesse estudo duas obras importantes: *Folhas que o vento traz* (1923) e *Fastos vassourenses* (1935). São compilações de suas crônicas, de suas impressões e memórias sobre variados assuntos, reportando a um passado próspero que relacionava imagens e vínculos afetivos com o lugar, as relações de amizade e família e a lamentação de uma época que se perdera. Há também um artigo publicado no jornal *O Vassourense* em 31 de dezembro de 1893, de autoria de André Peixoto de Lacerda Werneck, intitulado *A vila de Paty do Alferes: apontamentos para serem lidos pelos meus conterrâneos*, que faz referência aos processos políticos e territoriais que antecederam a formação da vila de Vassouras. As obras destes memorialistas propiciaram um parâmetro de comparação sobre a escrita destes autores e o que foi destacado nelas e como foi significado por Ignácio Raposo.

1.1.2. A narrativa dos historiadores

Como anteriormente indiquei, a ênfase dos principais trabalhos historiográficos sobre Vassouras foram os períodos de ocupação da região do Vale do Paraíba, de desenvolvimento da economia cafeeira e seu posterior declínio, sendo que grande parte deles foram elaborados a partir da segunda metade do século XX. De forma recorrente o livro *História de Vassouras* integrou o conjunto bibliográfico destas pesquisas, muitas vezes representando um registro de informações, cujas fontes originais provavelmente não estavam mais disponíveis, ou propiciando indícios de circunstâncias que corroboravam outras fontes.

Ao elencar as obras historiográficas, considereirei três diferentes instâncias pertinentes ao tema abordado nessa tese. A primeira refere-se às obras que abordam em diferentes perspectivas o mesmo período que predominou na narrativa de Ignácio Raposo, que é o século XIX, possibilitando contrastar as perspectivas do referido autor sobre este contexto comum. A segunda são pesquisas que tratam de temas relacionados à conjuntura da escrita do livro *História de Vassouras*, as quais apresentam aspectos que integram o ambiente em que foi publicado. A terceira faz referência ao ambiente literário e intelectual em sua atuação na construção da imagem das cidades e da interpretação do sentido de nação na transição do século XIX para o XX.

No que tange as obras sobre a cidade de Vassouras que enfatizam o mesmo período a que Ignácio Raposo se dedicou, ou seja, o século XIX até o limiar do século XX, uma obra fundamental com viés historiográfico sobre Vassouras é o estudo realizado pelo pesquisador americano Stanley Stein. No livro intitulado *Vassouras: um município brasileiro de café – 1850-1900* (1990), o autor realiza análise histórica na qual destaca, entre outras discussões, a ascensão e o declínio da economia cafeeira na região, a formação das elites locais, a colonização, o cotidiano das fazendas, os aspectos culturais, os modos de vida de classes menos abastadas, tais como os escravos e os pobres desta sociedade. De maneira geral, a abrangência desse estudo inclui aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos.

Também sobre a contextualização do Vale do Paraíba e Vassouras, a historiadora Célia Muniz realiza dois estudos relevantes. O primeiro refere-se à sua dissertação de mestrado, defendida em 1979. Em *Os donos da terra*, a pesquisadora elabora um panorama sobre as formas de ocupação durante o desenvolvimento da economia cafeeira nessa região e seus decorrentes conflitos, questões estas amenizadas e abordadas superficialmente por Raposo. Posteriormente, em sua tese de doutorado, apresentada em 2005 com o título *A riqueza fugaz*,

Muniz realiza uma importante análise social das estratégias empreendidas por famílias da região de Vassouras diante dos desafios da economia cafeeira local. É um dos trabalhos mais consistentes que trata das famílias de cafeicultores, sem se restringir aos ramos mais abastados.

Em relação à contextualização do período em que foi publicado o livro *História de Vassouras*, duas obras são aqui destacadas. A primeira foi a dissertação de mestrado de Maria Fernanda Ricci: *A tessitura de uma comunidade fabril* (2000), que proporcionou um importante panorama sobre os reflexos dos ideais de progresso que marcaram a primeira metade do século XX que se refletiram na cidade de Vassouras. A autora aborda aspectos importantes da industrialização em Vassouras, delimitando seu recorte temporal na década de 1930, por meio do estudo da Companhia Têxtil São Luiz. A segunda obra relevante nesse estudo é o livro *Carlos Lacerda: a vida de um lutador* (1992). Em seus capítulos iniciais aborda, dentre outros aspectos, a atuação política da família Lacerda, tanto em Vassouras quanto na esfera nacional, principalmente sobre Maurício, seu pai, que foi prefeito dessa cidade e que empreendeu a publicação do livro de Ignácio Raposo.

No que se refere aos intelectuais e a literatura atuando na elaboração de significados para o ideal vigente de nação no período abordado nessa pesquisa, a tese que oferece uma importante análise foi elaborada por Rui Aniceto Nascimento Fernandes intitulada *História e identidade fluminense: a escrita da história e os usos do passado no estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950*. Nela Ignácio Raposo aparece entre os autores que produziram narrativas e imagens a partir dos vestígios do passado das localidades fluminenses com que estavam identificados. Fernandes apresenta os principais fatores políticos e culturais que compuseram o contexto em que estas obras foram elaboradas.

Em *Cidades estreitamente vigiadas*, Robert Moses Pachman analisa a emergência da cidade em meio ao contexto da modernidade e os ideais da civilização. Sua abordagem sobre a imagem da cidade analisada a partir da literatura e das crônicas do contexto imperial são importantes ao presente estudo como perspectiva de análise. O historiador Nicolau Sevcenko, em seu trabalho *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República* (1999), proporciona um estudo primoroso dos intelectuais e literatos na difusão de seus ideais sociais e de desenvolvimento da nação. O livro *História da imprensa no Brasil* (1999), de Nelson Werneck Sodré, apresenta um panorama da trajetória da imprensa, destacando seus principais agentes, os fatores ideológicos e as interações nos âmbitos político e social.

1.1.3. A narrativa do Patrimônio

Por último, devido ao fato de o núcleo urbano da cidade de Vassouras ser tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), os profissionais vinculados a esta instituição e pesquisadores dos processos relacionados à patrimonialização desenvolveram trabalhos em forma de estudos que constituem mais um ponto de vista que atua na constituição da imagem do lugar. Em seus discursos convergem os aspectos técnicos de arquitetura e urbanismo, com as perspectivas da historiografia e particularidades do memorialismo local, além das mediações das circunstâncias das normativas jurídicas e tendências políticas que norteiam e justificam a atuação institucional, destinada à preservação dos bens históricos reconhecidos pela referida instituição.

As obras aqui elencadas de autores que atuam neste viés da preservação dos monumentos históricos contribuem para a reflexão sobre um dos aspectos importantes em relação ao espaço e a memória na obra de Raposo, que são os ambientes rurais e urbanos de Vassouras. Neste sentido dois autores merecem destaque nessa pesquisa. Discutindo aspectos da urbanização desse município, Silva Telles publicou em 1968 na *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* a sua tese *Vassouras: estudo da construção residencial urbana*. Nessa obra o autor realiza um dos mais consistentes estudos sobre as características arquitetônicas do núcleo urbano desse município, destacando seus aspectos funcionais e estilísticos, o que contribui para a reflexão sobre os elementos que compõem uma reflexão sobre os aspectos materiais, no sentido urbanístico e arquitetônico da imagem do lugar. Descendente do Barão de Vassouras e tendo sido presidente do IPHAN, foi um dos responsáveis pelo tombamento urbanístico do centro de Vassouras. No mesmo sentido, a arquiteta, pesquisadora e responsável pelo Escritório Técnico do IPHAN em Vassouras Isabel Rocha apresenta, em sua dissertação de mestrado *Implantação e distribuição espacial e funcional da agroindústria fluminense, arquitetura do café: 1840-1860* (2007), a estrutura arquitetônica da fazenda cafeeira em seus aspectos funcionais, habitacionais e simbólicos, partindo da análise de sua organização em torno do terreiro de café.

Pelas obras e estudos dos memorialistas, dos historiadores, assim como as vertentes da preservação do patrimônio histórico, ainda que por vezes haja divergências em suas perspectivas devido às motivações, às estratégias de pesquisa, à construção dos seus discursos e ao público a que são destinados, é possível reconhecer interação e complementaridade em relação às construções e atualizações das imagens do passado de Vassouras.

1.2. REFERENCIAL TEÓRICO

A delimitação do referencial teórico nessa pesquisa, além de indicar o lugar ou as perspectivas pelas quais estão sendo abordadas as questões propostas, inclui também uma parcela relevante da delimitação do próprio objeto de estudo da pesquisa, pois em seu cerne encontra-se o conceito de alma coletiva, cuja pertinência é concomitante à publicação do livro *História de Vassouras*. Além disso, ao combinar os demais conceitos, este referencial teórico representa também uma imagem daquilo que é posto em análise como um mosaico, que delinea determinada forma de entendimento que possibilita destacar o objeto do seu contexto, no emaranhado dos elementos e fatores nos vestígios de memórias. Não é a imagem do objeto, mas aquilo que a compõe e a emoldura, destacando-a dos conjuntos e processos em que está imbricada, como uma maneira de apropriação e de compreensão que possibilita propor questões ao objeto de estudo.

O referencial teórico, como uma composição que se pretende harmônica entre os conceitos elencados, ao mobilizar a prática da reflexão não permite se limitar à pretensão do definitivo e ou da totalidade de entendimento sobre o que aborda, sem que se transforme em um sistema de crenças. Desta forma, ao focar os elementos que o compõem, podemos considerar que “um conceito é uma tentativa de responder a um feixe de problemas que se construiu, de maneira contingente, em um determinado momento” (GONDAR, 2005, p.13). Estes, entre outros fatores, contribuem para uma relativa polifonia de seus termos ao conjugar temporalidades e espacialidades, refletindo a época de sua emergência e o lugar de fala daqueles que o elaboram, dentre outras possibilidades.

No que tange a ideia de alma coletiva, no período em que Raposo concebeu sua obra sobre Vassouras e para o público ao qual foi inicialmente destinada, este conceito era apresentado de maneira prescritiva e predominantemente implícita, pautado em uma certeza consensual entre os segmentos eruditos sobre uma essência ou um caráter que tipificaria os povos. Mas ao analisar a intenção de efeito de verdade sobre esta hipótese na esfera política e social local, está sendo observado a forma como o conceito era concebido em sua época, mas colocando questões que são pertinentes à atualidade em relação a este passado delimitado.

No que se refere a uma das perspectivas sobre o conceito de memória e a relação com o presente, é possível conceber que “é uma maneira de pensar o passado em função do futuro a que se almeja. Seja qual for a escolha teórica em que situemos, estaremos comprometidos ética e politicamente” (GONDAR, 2005, p.17). Nessa pesquisa, tais considerações delimitam duas

dimensões complementares do que opera nas memórias em relação à imagem do lugar como objeto de estudo, que é a seleção e a significação de registros do passado na composição de uma narrativa, como também a construção de ideais de referência na formação de atores sociais.

Na análise dos vestígios do passado, tal aspecto proposto por Gondar ressalta tanto a responsabilidade que se impõe nesta configuração teórica, como também possibilita colocar esta mesma questão em relação à conjuntura em que se inscreve o objeto de estudo. Ou seja, busca evidenciar as concepções de ética e a política em uma determinada época e como foi pensado o passado em relação às expectativas que emergiam quando o livro *História de Vassouras* foi publicado, frente aos futuros possíveis naquele momento.

Este comprometimento ético e político, que pode ser estendido a qualquer outro conceito, está presente tanto na construção narrativa de Ignácio Raposo como na análise proposta nessa tese sobre sua obra. Se Raposo, em ressonância com os autores de sua época, está comprometido em revelar o caráter de um povo de uma localidade com base numa evocação seletiva e narrativa do passado, a presente tese intenciona outras ressonâncias atuais, ao buscar investigar o propósito e as estratégias desta construção, no sentido de contribuir para o reconhecimento da pluralidade das narrativas de memórias e a desnaturalização das concepções deterministas do passado sobre os sujeitos, sobre as sociedades e sobre o presente, aspirando a difundir o cuidado e a qualidade de reflexão sobre as trajetórias coletivas.

Com isso, tanto a elaboração como a apropriação dos conceitos como um componente de uma proposta de reflexão sobre questões apresentadas, não está necessariamente restrita à condição passiva de instrumentalizar discursivamente as observações e análises. Há também uma parcela de interferência, com maior ou menor intensidade, na forma de perceber os próprios objetos, questões ou processo com os quais se pretende definir e, conseqüentemente, nas interações e nos desdobramentos destes na sociedade e nos contextos aos quais integram, pois tornam-se uma imagem que representa o que está sendo observado.

Exemplificando tal proposição, sem dúvida é fundamental constatar criticamente em Halbwachs a ausência de conflito na abordagem da memória coletiva, já que vem da linhagem sociológica durkheimiana, na qual a pauta é a coesão social, quando em sua abordagem torna-se relevante “mais a integração das diferenças que o seu confronto”, ou mesmo à concepção de lugar de memória em Pierre Nora, como “uma tentativa de compensar o que foi destruído, frente a um possível lamento pelo esfacelamento da identidade nacional e comunitária” (GONDAR,

2005, p. 21). Todos os conceitos são modelos explicativos datados, os quais podem ser atualizados ou refutados por novas perspectivas.

Mas em determinadas circunstâncias, ao refutar os conceitos com novas perspectivas pode-se incorrer no risco de não se limitar aos aspectos que proporcionam reflexão e formas de entendimento, mas desconsiderar que mesmo quando um conceito congrega a intenção de verdade e perenidade, ele se institui e tem ressonância em determinada época e representa lugares de fala, principalmente os que representam como estratégias de configuração da realidade ou do modo de entendimento em uma certa conjuntura. Assim, ainda que em um conceito não se sustente mais a plenitude de sua capacidade explicativa, nele pode se manter a forma como determinados segmentos sociais pretendiam significar e configurar o que era concebido como realidade no momento em que estes conceitos emergiram. Este enfoque possibilita colocar em evidência o que Foucault (1999) chama de “condições de possibilidade”.

Com isso, ao analisar o conceito de alma coletiva, que atravessa o livro *História de Vassouras* e o inscreve em sua própria época, torna-se importante colocar em discussão as ideias de pensadores contemporâneos a Ignácio Raposo, para que se possam compreender seus significados dentro de sua conjuntura, ainda que isto implique o desconforto de trazer à tona autores atualmente combatidos em suas concepções raciais, como o francês Gustave Le Bon. Isso de forma alguma significa a ideia simplória de concordância e endosso de todos os aspectos do conjunto da obra deste autor, ou que não o citar representaria um engajamento em um ideal de justiça social, como se execrando autores afins às tendências racistas contribuiria para a sua eliminação do ideário ou dos processos sociais. As concepções de Le Bon são reflexos formalizados teoricamente de tendências de seu tempo, que encontram correspondências e ressonâncias modernizadas na atualidade. Desta forma, acredito que seja fundamental a análise crítica destas ideias quando os temas e as circunstâncias de alguma forma às tangenciam, possibilitando reflexões sobre suas estratégias de naturalização em contextos delimitados, ou suas rupturas e permanências em determinadas trajetórias, o que inclui suas metamorfoses e suas esferas de influência.

Desta forma, há a intenção nessa pesquisa de estabelecer um duplo movimento complementar em relação aos referenciais teóricos. Em um primeiro plano busco evidenciar o conceito de alma coletiva na interação entre a obra, o autor e o contexto, contribuindo tanto para a contextualização quanto para a delimitação do objeto de estudo. Concomitantemente à colocação deste eixo para análise, evoco outros conceitos, como os de memória, imagem e espaço, as correspondências mediadas pelos propósitos do presente estudo, que favorecem

reflexões sobre a constituição e a utilização na esfera social e política local da concepção vigente de alma coletiva, no sentido de relativizar o caráter essencialista a ela atribuído.

Em relação ao livro *História de Vassouras*, reafirmo que a ideia de alma coletiva que destaco se encontra incorporada à imagem que Raposo elabora dessa cidade. Esta ideia como uma construção narrativa se manifesta em diversas etapas e de diferentes formas no seu texto, sendo que abordarei estes aspectos no penúltimo capítulo. Mas na delimitação do referencial teórico é importante trazer algumas indicações e correspondências deste conceito na referida obra de Raposo. Entre suas principais expressões está a personificação da cidade, seja o lugar ou sua coletividade, que é apresentada como personagem dos relatos dispondo de atributos e características, além de sentir e reagir aos efeitos das contingências.

Alguns exemplos de personificação encontram-se na forma como Ignácio Raposo apresenta seus relatos, como o de que “Vassouras nunca assistiu a uma festa popular tão imponente, tão santa, tão significativa como a que se efetuou no dia 3 de Junho de 1882” (RAPOSO, 1935, p. 220), ou “com o reaparecimento da febre [amarela], caíra a cidade na mais profunda apatia” (RAPOSO, 1935, p. 218). Em outra passagem, o caráter atribuído à coletividade através do gentílico, quando o autor afirma que o “misterioso e inesperado crime vinha abalar o espírito naturalmente calmo do vassourense” (RAPOSO, 1935, p. 222). Estas são algumas das pequenas imagens que fazem do texto do livro um mosaico da cidade, nas quais as descrições possibilitavam aos leitores imaginar determinadas circunstâncias e características materiais e imateriais do passado, onde o autor conferia qualidades com efeito de imanência.

Mas essas descrições e relatos com base nos registros e fontes sobre a cidade constituía uma base factível de sua narrativa, com as quais Raposo estabelecia os vínculos e referências de uma realidade pretérita. É nesta base formada por relatos de acontecimentos, espaços e pessoas que o autor introduziu ou agregou a sua perspectiva e os valores a que estava alinhado, em ressonância com as transformações na esfera local, estadual e nacional. Assim, dentre outros aspectos, Ignácio Raposo elaborou trajetórias de famílias, de lugares e de instituições públicas e privadas, estabelecendo correspondências entretecidas com seu presente e com a cidade a que naquela conjuntura se aspirava. Com isso, como exemplo, sua narrativa contribuía revitalizando a memória de edificações e locais frente às modificações urbanas de Vassouras, ou conferia atributos comportamentais à coletividade que, em sua abordagem, aplainavam as diferenças e conflitos sociais.

Diante destes aspectos apresentados, ao delimitar nos conceitos elencados nesse referencial teórico, proponho iniciar pela concepção de imagem, por entender que é o principal fator com o qual Raposo elabora e compartilha a sua perspectiva da cidade de Vassouras. Esta delimitação é necessária devido a polifonia desse conceito que não se restringe à percepção de aspectos visuais. São apropriações e significações diversas, seja “como cópia do ‘verdadeiro’”, como forma de apresentação da realidade, seja “como forma de conhecer”, ou mesmo a ideia que se tem do que é percebido no mundo, “como se pensar fosse ver e ver fosse pensar” (CAPRETTINI, 1994 p.177). No caso da obra de Raposo, a imagem sobre a cidade de Vassouras inclui os aspectos visuais, principalmente de características urbanas remanescentes do passado que busca retratar. Mas há também uma afirmação de uma ideia do que é Vassouras fundamentada em aspectos de sua trajetória e, conseqüentemente, o que é ser vassourense.

Em um sentido amplo, Bergson (1999) chega a afirmar que “só apreendemos as coisas sob forma de imagens” (p. 21), e a percepção da matéria seriam “essas mesmas imagens relacionadas à ação possível de uma certa imagem determinada, meu corpo” (p.17). Desta forma, a percepção parte de um lugar, de uma referência delimitada como corpo, que também é uma imagem (BERGSON, 1999). No âmbito da temática proposta, podemos considerar que há diversas interações entre imagens em relação à questão que proponho sobre determinada *História de Vassouras*, onde destaco a imagem do autor, a imagem da obra e a imagem do público convergindo para a imagem da cidade, que através da narrativa do livro integra um corpo que confere forma a uma alma coletiva.

Na temática que coloco em discussão, a memória fundamenta uma instância comum à ideia de corpo e à imagem. Dentre os diversos fatores que delimitam um corpo, tanto como referência de subjetividade como decorrente de laços sociais, podemos destacar a sensibilidade e a afetação, mas também a esfera em que se registra a impressão das experiências, as marcas do vivido e significado que é incorporado como parte de si, que também compõem as memórias que possibilitam a inteligibilidade e a significação do que é percebido. Assim, “a memória, praticamente inseparável da percepção, intercala o passado no presente” (BERGSON, 1999, p. 77). Tal condição indica que na percepção não há apenas passividade de observação, mas pressupõe o processo de associação de sentidos e significados, os quais se assentam nas dinâmicas das memórias que atravessam as esferas subjetivas e sociais, com aquilo que se observa. Assim operam as distinções entre o que é e não é identificado ou reconhecido e, conseqüentemente, uma transfiguração ou conversão no mínimo simbólica de apropriação do que é percebido.

Portanto, nesta apropriação do que é percebido realiza-se um dos processos fundamentais da interação humana consigo mesmo e com o ambiente onde se assenta a própria existência, pois a conexão da “imagem (vista ou evocada) de um objeto a outras imagens que formam com elas um conjunto e uma espécie de quadro é reencontrar as ligações desse objeto com outros que podem ser também pensamentos e sentimentos” (HALBWACHS, 2003, p 55). Esta dinâmica da relação de evocação das imagens e a interação com o mundo contém uma parcela criativa, a imaginação, que a etimologia indica como “solidária com imago, ‘representação, imitação’ e com imitor, ‘imitar, reproduzir’ ”. A imaginação parte de “modelos exemplares — as Imagens” – (ELIADE, 1979, p. 20), repetindo-as em um processo constante de reprodução e renovação. Neste sentido, as imagens, quando reportam ao passado, são também formas de delineamento, de atuação e suportes das memórias.

Dentre as diversas imagens produzidas que referenciam aspectos tangíveis e intangíveis de Vassouras, em Raposo encontram-se as palavras que formam uma narrativa, reportando mais uma vez à ideia de mosaico. Para Le Bon (2009), “o poder das palavras está ligado às imagens que elas evocam e é completamente independente de seu significado real” (p. 52). O que indica que mesmo o significado prévio das palavras está à ressonância da ação que mobiliza em cada contexto, pois “elas variam de era para era, de povo para povo, sob a identidade das fórmulas. A certas palavras se ligam transitoriamente certas imagens; a palavra não passa do botão de chamada que as faz aparecerem” (LE BON, 2009, p. 53). Esta afirmação de Le Bon é acompanhada de duras críticas ao pensamento social que ascende sobre as classes operárias na transição do XIX para o XX. No caso das palavras arregimentadas por Raposo, sua força simbólica não se apoia na significação singular das palavras, mas na composição da narrativa que refletem uma forma de perceber um lugar a partir de uma trajetória composta de registros e entendimentos de aspectos do próprio passado, que integrou o discurso oficial em um determinado governo municipal, mas possibilitou outras apropriações posteriores.

Ao colocar em questão a imagem específica de uma cidade, parto do princípio de que esta não é única, pois difere entre sujeitos e segmentos sociais. Um dos fatores que implicam esta distinção e que é relevante na abordagem dessa pesquisa são as diferentes memórias que condicionam a significação do que é percebido e possibilitam a diversidade de perspectivas, ainda que disponham de elementos em comum. Também não é permanente a imagem da cidade, por adquirir características próprias em cada contexto, o que inclui abordagens diferentes do próprio passado. Desta forma, a imagem de um lugar também não é espontânea e o efeito de sua condição natural é decorrente de fatores conjunturais, que perpassam as circunstâncias

políticas, sociais e culturais. Assim, a aparência que se difunde de unidade, de perenidade e naturalidade são indícios que revelam intenções, conflitos e condições para a elaboração desta imagem do lugar em uma determinada conjuntura.

Se uma cidade é, dentre outros aspectos, consequência de ações humanas sobre um espaço, isso significa que é um lugar formado por diversos lugares, implicando processos e transformações tanto da imagem quanto do lugar a que ela se reporta. Dependendo da perspectiva, estas transformações do lugar e da sua imagem podem aparentar ocorrer concomitantemente, pois são diversos os fatores que compõem a imagem da cidade, que podem ser os “elementos físicos perceptíveis”, mas também “o significado social de determinada área, a sua função, a sua história ou, até, o seu nome” (LYNCH, 1996, p. 57). A imagem da cidade cumpre determinada função coletiva ao delinear a aparência de um corpo social.

Parece haver uma imagem pública de qualquer cidade que é a sobreposição de imagens de muitos indivíduos. Ou talvez haja uma série de imagens públicas, criadas por um número significativo de cidadãos. Tais imagens de grupo são necessárias, quando se pretende que um indivíduo opere de um modo bem-sucedido dentro do meio ambiente e coopere com seus companheiros. Cada indivíduo tem uma imagem própria e única que, de certa forma, raramente ou mesmo nunca é divulgada, mas que, contudo, se aproxima da imagem pública e que, em meios ambientes diferentes, se torna mais ou menos determinante, mais ou menos aceita. (LYNCH, 1996, p. 57).

Esta imagem pública está também sujeita à interação ou atuação das ideologias que integram as particularidades de cada contexto, articulando-se tanto através dos movimentos sociais quanto dos poderes públicos, mas também por meio do modo de vida e do cotidiano. Apesar de não apagarem estas imagens individuais, a intenção de prevalência de determinada imagem pública reflete as coalisões e disputas ideológicas, que difundem interpretações, significações e valores em relação ao espaço da cidade e o ideal de cidadania para quem a habita. São estratégias que aspiram direcionar a formação da imagem pública, sem que se estabeleça domínio completo sobre ela. Em parte, o livro *História de Vassouras* inscreve-se como um dos fatores que compõem um conjunto de estratégias, frente às transformações e aos confrontos que ocorriam na cidade, inserida na complexidade da Era Vargas.

Assim, o espaço como uma referência para a memória torna-se um campo de disputas porque “é o meio de inscrição das oscilações mais lentas que a história conhece” (RICOEUR, 2007, p. 162), corroborando a afirmação de Halbwachs (2006) de que “o espaço é uma realidade que dura” (p. 131). Dentre os fatores que impulsionam a ideologia, que articula um determinado projeto de cidade enquanto confere outros significados aos registros do seu

passado, há também a intenção de que a imagem deste espaço reflita uma suposta unidade e perpetuação da própria ideologia. Para isso, não bastam as transformações nos aspectos materiais do espaço, é preciso haver diferentes narrativas articulando o passado e o presente na configuração de sua representação. Destes aspectos decorrem a relevância nessa tese da análise principalmente das circunstâncias e das instituições que promovem a publicação da *História de Vassouras* de Raposo.

No que tange à relação da narrativa e do espaço, Michel Certeau (1994) aponta uma perspectiva importante para esse estudo, ao considerar que o “espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais” (p. 202). Neste ponto de vista, o espaço é também uma configuração processual de movimentos, permanências e transformações de imagens. Por outro lado, o lugar remete às regularidades nas interações.

Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem os elementos nas relações de coexistência. Aí se acha, portanto, excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do "próprio": os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situa num lugar "próprio" e distinto que define. Um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. (CERTEAU, 1994, p. 201).

Assim, um lugar é uma dimensão do espaço que se estabelece quando se assentam as marcas de apropriação, do condicionamento e da representação, esboçando delimitações ou regularidades nas esferas tangíveis e intangíveis através da prática, da vivência e dos afetos que instauram memórias, tanto do ser humano particular como de sociedades, compondo circunstancialmente as referências que caracterizam o lugar. Para Halbwachs (2003, p.160), “o local recebeu a marca do grupo e vice-versa. Todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais, o lugar por ele ocupado é apenas a reunião de todos os termos”. Esta ação recíproca que esculpe particularidades e universalidades em circunstâncias coletivas e espaciais possibilita a proliferação de termos espaciais, de relatos e memórias. Na abordagem dessa tese, estes fatores são os fragmentos que compõem o mosaico da imagem da cidade, que no livro *História de Vassouras* aproxima-se da concepção de que “as estruturas narrativas têm valor de sintaxes espaciais” (CERTEAU, 1994, p. 199).

Nessa organização, o relato tem papel decisivo. Sem dúvida, "descreve". Mas "toda descrição é mais que uma fixação, é "um ato culturalmente criador". Ela tem até poder distributivo e força performativa (ela realiza o que diz) quando se tem um certo conjunto de circunstâncias. Ela é então fundadora de espaços. (CERTEAU, 1994, p. 209).

É neste sentido que proponho que a narrativa de Ignácio Raposo, ao entrelaçar e significar relatos, constrói uma imagem da cidade. A força performativa manifesta-se de diferentes formas, inclusive nos critérios com os quais elege estes relatos com referência nos valores e demandas do seu próprio tempo, possibilitam assim constituir um efeito de tradição. Nesta seleção de relatos com viés teleológico e combinada com as interpretações do autor, são destacadas circunstâncias e características do passado em detrimento de outras, possibilitando que sua narrativa delinear uma certa continuidade, unidade e naturalidade que aparentam designar um caráter local envolto em certa sacralidade consensual atribuída à ideia de tradição. Le Bon sintetiza esta concepção ao afirmar que “as tradições representam as ideias, as necessidades, os sentimentos do passado. Elas são a síntese da cultura e pesam enormemente sobre nós” (LE BON, 2009, p. 31).

Le Bon (2009) depara-se com um paradoxo deste ponto de vista frente ao contexto com que se depara, pois enfatiza que “sem tradições, não há alma nacional nem civilização possíveis” (p. 41), mas reconhece que o desenvolvimento do progresso implica a superação das próprias tradições. O autor não associa a ideia de progresso vigente em sua época com a emergência da massa, que se apresenta como um fator desagregador da ordem social que defende. Assim, como “toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal” (HOBSBAWM, 1984, p. 21). Esta aparente integridade com que se apresenta o lugar através da obra de Raposo contém uma interação compensatória em relação ao contexto em que foi elaborada.

Essas tradições fundamentam-se não apenas na história, como um discurso oficial sobre delimitações do passado, mas também nas memórias, que também não apreendem a totalidade do passado, mas decorrem de seleções a partir de critérios, conscientes ou não, mas de acordo com suas utilizações (TODOROV, 2004), dentre elas os processos de legitimação que proporcionam o sentido e sentimentos de ordem social e permanência. Neste sentido, para o historiador Durval Muniz,

...as memórias falam de si ou dos seus procurando encontrar uma estabilidade, uma identidade entre o passado e o presente, o passado é construído com uma semelhança ao presente, por isso as recordações estão cheias de reclamações em relação às mudanças e as diferenças. As memórias buscam sempre preservar a ideia de essência que atravessa os tempos. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 207).

As memórias nessa obra de Raposo fazem-se presentes pela forma como alinhava os registros escritos e os relatos orais a que teve acesso, mas principalmente pela maneira com que

aspira a revelar uma essência atemporal, que caracteriza sua concepção de pertencimento ao lugar. Ainda que o título do livro *História de Vassouras* de certa maneira evidencie uma legitimidade que se fundamenta na autoridade da figura do autor e de sua condição de discurso oficial, sua abordagem do passado o aproxima das características de memória histórica. Para Eric Hobsbawm (2013) os conteúdos elaborados pela memória histórica não estão necessariamente vinculados ao passado, mas a uma perspectiva retrospectiva projetada sobre o passado a partir de um determinado presente consecutivo. De acordo com Albuquerque Júnior,

A “memória histórica” é, para nós, composta de fatos convencionados como históricos que têm as repercussões nas memórias pessoais e de grupos porque têm significado para eles. São aqueles fragmentos de História que são incorporados às memórias coletivas e individuais, servindo como marcos temporais. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 205).

Estes fragmentos não estão destituídos da continuidade, sendo esta mediada pela ideia de alma coletiva, pela genealogia narrativa da formação dos lugares que compõem a imagem da cidade e pela invenção de tradições, reforçando novamente a ideia de mosaico. A narrativa de Ignácio Raposo integra-se a um conjunto de ações que, ao mesmo tempo em que buscam remodelar a cidade de Vassouras nos aspectos espaciais, simbólicos e culturais, evocam de forma seletiva e significada determinadas imagens do passado, para que se promova uma transformação dos referenciais de identificação dos seus habitantes e daqueles que se relacionam com a cidade, constituindo um efeito de um eu coletivo.

Tais construções discursivas enveredam pela instância do afeto para fomentar a relação de identificação que, segundo Freud (2013), representa a forma mais original de ligação emocional com um objeto”, buscando a “introjeção do objeto no eu” (p. 58), aspirando “por dar ao próprio eu uma forma semelhante à do outro como modelo” (FREUD, 2013, p. 57). No que tange ao presente objeto de estudo, apesar dos propósitos e da ideologia que permeiam sua elaboração, estes fatores não assumiram um caráter determinista, no sentido de reproduzir padrões generalizados de comportamentos, pois são diversos os fatores envolvidos, inclusive pelas múltiplas referências e possibilidades de identificação. Mas essa obra de Ignácio Raposo integrou um conjunto de estratégias formativas relacionadas à educação, à difusão cultural e à promoção política e ideológica no período em que o livro *História de Vassouras* foi publicado. Por conseguinte, torna-se fundamental analisar as correspondências entre intelectuais desse período que foram agentes ativos destas construções, que ao intencionar revelar o caráter coletivo, operavam a sua invenção.

Entre esses intelectuais, Le Bon, que era psicólogo social, foi uma das principais influências nas concepções raciais de Monteiro Lobato (BODÊ DE MORAES, 1997), elaborou reflexões sobre esta ideia de caráter de massas, as quais foram debatidas por Freud em sua obra *Psicologia das massas e a análise do eu* (2013). Tais reflexões possibilitam apreender aspectos importantes sobre a referida ideia que circulava no meio intelectual do período abordado, partindo da distinção que Le Bon propõe entre “alma do povo” – associada ao conceito de nação – e a “alma coletiva”.

De acordo com Le Bon, a formação daquilo que compreende como a alma do povo “exige geralmente vários séculos” (LE BON, 2013, p. 6) para constituir seu atributo de perenidade dos fundamentos que a caracteriza. Conseqüentemente, o conjunto de qualidades que “constitui a alma nacional de um povo, são formadas por lentas acumulações ancestrais. Elas acabam por compor um agregado muito estável de sentimentos, de tradições e de crenças, que codificam, através das eras, as necessidades às quais está submetida a vida de cada nação” (LE BON, 2013, p. 6). Isto posto, na perspectiva do autor haveria um determinismo desta ancestralidade da sociedade sobre os indivíduos, pois “o conjunto de características comuns que a herança impõe a todos os indivíduos de um povo constitui a alma desse povo” (LE BON, 2009, p. 3).

De maneira diversa, com a emergência das massas como uma das principais características da modernidade na esfera da psicologia coletiva, Le Bon (2009) afirma que, em determinadas condições, “uma aglomeração de pessoas possui características novas” (p. 11), que se distinguem das habituais características dos indivíduos que a integram.

Quando certo número desses indivíduos se encontra reunido em massa para agir, a observação demonstra que, do fato de sua aproximação, resultam certas características psicológicas novas que se superpõem às características do povo e que às vezes diferem delas profundamente. (LE BON, 2009, p.3).

Nestas circunstâncias, para Le Bon (2009), “a personalidade consciente desaparece, os sentimentos e as ideias de todas as unidades são orientados numa mesma direção”, compondo assim o que define como “massa psicológica”, na qual “forma-se uma alma coletiva – transitória sem dúvida – mas que apresenta características bem nítidas”, como “um único ser e se encontra submetida à lei da unidade mental das massas” (p. 11). Há na perspectiva do autor uma importante diferença entre o caráter de um povo, no qual se fundamentam atributos estáveis que o definem, do fenômeno das massas, com suas dinâmicas instáveis, passíveis de persuasão e incapazes ao raciocínio. Le Bon (2009) também vincula o poder das massas às formas de

organização de associações, sindicatos e a divisão de ideias socialistas, tornando-se agentes da destruição das heranças da civilização.

No Brasil, no início do século XX, intelectuais com diferentes abordagens e empenhados em elaborar definições da alma brasileira deparavam-se com uma série de paradoxos, dentre eles o fato da própria “juventude” do país na condição de independência de Portugal, o que impôs o desafio de construir narrativas que espelhassem o sentido de tradição referenciado nos moldes europeus, frente aos imperativos da modernidade nas diferentes esferas da sociedade e uma composição social etnicamente diversificada e complexa (REIS, 2007; SEVCENKO, 1999). Dentre esses autores, Oliveira Viana (2005) distinguia na sua concepção de alma brasileira os traços de demarcavam um caráter regional. Esse autor enaltece o patriarcado rural como fundamento do caráter nacional, considerando que “o meio rural é, em toda parte, um admirável conformador de almas. Dá-lhes a têmpera das grandes virtudes e as modela nas formas mais puras da moralidade” (p.98). Enfatiza seus principais núcleos de formação “em Minas, em São Paulo ou Rio de Janeiro”, nos quais encontra-se “uma certa diversidade de temperamento político” (p.107). Ao apresentar sua concepção da elite do Rio de Janeiro, apresenta o seguinte perfil:

Esse caráter regional dos fluminenses não é tão nitidamente discriminável como o dos paulistas e dos mineiros. Os traços comuns desse grupo são um tanto fugidios e vagos. Não se delineiam, não se precisam, não se fixam. É que o fluminense é, na verdade, uma transição social: transição ao sul, entre o tipo urbano propriamente dito, que habita a Corte, e o tipo rural, o genuíno caipira das matas, o grande latifundiário, que agricutla o planalto, em São Paulo e Minas. (OLIVEIRA VIANA, 2005, p. 109).

Para Oliveira Viana a imprecisão do típico fluminense o aproximaria de uma síntese de outras representações de seus modelos de outras elites regionais. Em uma esfera mais delimitada, Ignácio Raposo foi um intelectual que partilhou desta responsabilidade comum aos seus pares pela construção da identidade da nação, ainda que atravessada por convergências e divergências de concepções, defrontando-se no âmbito local com desafios semelhantes daqueles que se apresentavam no âmbito nacional, como a de atribuir tradições à uma sociedade jovem, sujeita aos efeitos da modernidade e etnicamente diversificada.

Além destes aspectos mais gerais, com os quais Raposo buscou estabelecer correspondências com o que estava sendo edificado como fundamentos da nação, havia também as particularidades e circunstanciais locais. Em sua consagração do passado como referência de tradição deparava-se com a intensa, breve e transitória ascensão e declínio da economia

cafeieira. De certa maneira, Raposo também apresentou os valores que atribuiu à elite de fazendeiros e capitalistas como modelo daquilo que idealizou como vassourense, mas também destacou os profissionais liberais que despontavam na condição de intelectuais a partir do final do século XIX, com os quais se identificava. Outro aspecto relevante é a ideologia que mobilizava a atuação da prefeitura durante a gestão de Maurício de Lacerda, que encomendou a escrita do livro *História de Vassouras*, incorporando-o como um de seus discursos oficiais sobre o passado. Em sua perspectiva sistêmica destes processos que constituíram a matéria-prima e instrumentos para a sua elaboração da imagem do lugar, Raposo afirma que “todos os fatores da prosperidade de um povo devem estar ligados, porque o progresso ou a decadência de uma só das partes contribui para a decadência ou progresso das outras partes, harmonia indivisa como de fato é a alma coletiva de uma população qualquer” (RAPOSO, 1935, p. 93).

Estas concepções que naturalizam um caráter a uma coletividade foram revistas de maneira mais efetiva, principalmente depois dos profundos impactos da Segunda Guerra Mundial, mas ainda se encontram presentes no senso comum e de forma atualizada em políticas governamentais e estudos acadêmicos. Segundo Félix Gattari (1995), esta noção representa uma das distorções ou construções condicionantes relativas ao conceito de cultura que, dentre os diferentes significados atribuídos ao longo da sua História, apresenta-se como sinônimo de civilização.

Gattari afirma que a ideia de alma coletiva é uma concepção imprecisa e de difícil apreensão, possibilitando diversas ambiguidades, desde “a noção de *volk* (povo)” utilizada pelo movimento nazista, como também da legitimação de “numerosos movimentos de emancipação que querem se reapropriar de sua cultura, e de seu fundo cultural” (GATTARI; ROLNIK, 1995, p. 17). A ideia de alma coletiva tende a ser utilizada para circunscrever a imagem construída de povos, de etnias, de grupos sociais, de famílias, de regionalismos ou de nacionalismos, a partir da atribuição, da evocação ou da pressuposição de uma cultura ou tradição como uma essência comum, que formam “noções que servirão para qualificar modos de subjetivação que, na verdade, são perfeitamente heterogêneos” (GATTARI; ROLNIK, 1995, p. 18), sendo muitas vezes confundida com uma ideia reificada, perene e essencializada de identidade.

Um aspecto fundamental na análise proposta nessa tese é não se restringir a apenas refutar o que fundamenta a ideia de alma coletiva como algo inerente e natural, pois isso foi extensamente realizado de maneira consistente por diversos pesquisadores. Mas o que é colocado em discussão em relação a este conceito chave no livro *História de Vassouras* são as formas de apropriação e significação da história e das memórias como uma proposta política,

pedagógica e ideológica. Por isso, essa obra configurou-se como uma das diversas intervenções que atuaram na configuração da conjuntura que marcou Vassouras em meados da década de 1930, como uma interpretação do passado da cidade.

1.3. METODOLOGIA DA PESQUISA

No processo de consolidação dessa pesquisa, a metodologia constantemente passou por diversas revisões. Analisar a construção da imagem de uma cidade como um reflexo de uma suposta alma coletiva do lugar carece de pontos de apoio delimitados, comumente observados em análises econômicas e políticas. Existem diferentes fontes que reportam para uma instância que não dispõe de materialidade, nem muito menos é um acontecimento, espaço ou pessoa, mas ao mesmo tempo passa a existir quando confere sentidos e significados a estes fatores, podendo inclusive atribuir-lhes uma personificação, criando um efeito mobilizador como um “eu” coletivo. Podendo assim, inclusive, induzir acontecimentos, motivar a configuração de espaços e influir nos processos de subjetivação.

Diante de tais questões, um artigo de Ignácio Raposo proporcionou indicações e reflexões para a configuração de uma metodologia que fosse coerente e pertinente às análises propostas nessa tese. No dia 24 de julho de 1937, em período em que sua temática estava devotada a temas cristãos, foi publicado no *Jornal Gazeta de Notícias* seu artigo intitulado *Etnografia do gênesis*. Baseando-se na obra *La Bible* de Édouard Guillaume Eugène Reuss, professor da faculdade de teologia protestante de Estrasburgo no final do XIX, Raposo propõe uma discussão “para explicar a origem da nacionalidade hebraica” (*Gazeta de Notícias*, 01 ago. 1937, p. 29). Este sentido do uso da etnografia não implicaria necessariamente o contato *in loco* com um grupo social para lhe investigar as origens ou um possível fundamento de um espírito coletivo, mas sim faria emergir de uma narrativa escrita os aspectos do passado que poderiam ser caracterizados como a alma do povo hebreu.

De maneira similar em termos de abordagem, quando foi publicada a obra de Raposo sobre Vassouras ela tornou-se o primeiro registro histórico desse município, estabelecendo uma continuidade entre as referências institucionais de suas origens até o período em que foi publicado. Ignácio Raposo empenhou-se não apenas por organizar cronologicamente a sucessão de fatos que marcaram sua história, mas buscou fazer emergir da fragmentação e dispersão dos relatos escritos e orais um caráter que acreditava que permanecia o mesmo, apesar das mudanças no espaço e nas circunstâncias econômicas, políticas e sociais. Por conseguinte,

a aproximação que proponho do artigo *Etnografia do gênese* com o livro *História de Vassouras* é uma alegoria, pela maneira como o autor concebeu a relação de pertencimento ao lugar, o sentido de alma coletiva pertinente àquele momento. É a gênese de determinada ideia de “vassourense” destinada à modernização da cidade, que nessa obra este gentílico é apresentado como uma síntese entre a personificação do caráter local e um sentido afetivo semelhante ao de nação pelos vínculos com o lugar.

Isto posto, a metodologia proposta caracteriza-se pela realização de uma etnografia do livro *História de Vassouras*. A intenção difere do artigo citado de Raposo, que se propõe a discutir a origem das qualidades distintivas de uma nação, pois esta ideia não é tomada nessa pesquisa como algo inato a uma sociedade. O que se propõe analisar são as circunstâncias em que, em certo contexto, uma determinada sociedade promoveu estratégias que pretendiam difundir uma imagem de seu conjunto, que conferia características e qualidades como se fossem inerentes à própria coletividade. O sentido atribuído a esta proposta etnográfica é de constituir uma base de informações, características e processos para reflexão composta pelos principais fatores que possibilitaram a concepção ou a idealização de um caráter local como o delineado pela perspectiva de Ignácio Raposo.

Para isso, defini três esferas complementares de investigação, a partir da perspectiva de Antônio Cândido (2006), quando aborda a dinâmica da literatura, realçando “três momentos indissolúvelmente ligados da produção, e se traduzem, no caso da comunicação artística, como *autor, obra e público*” (p.32). Estes três fatores intimamente interligados na composição da imagem do lugar possibilitam identificar as circunstâncias, motivações e intenções da produção de determinados discursos, além do espelhamento de ideais. Sendo o livro *História de Vassouras* o eixo principal de estudo, tanto o que será abordado sobre a trajetória do autor quanto do público e o contexto destinado tem o propósito de balizar a análise da obra em relação às questões propostas nessa tese.

Além do próprio livro de Raposo, as fontes que foram amplamente utilizadas nessa pesquisa são os periódicos. Dentre os motivos para esta escolha encontra-se o fato de que uma parcela considerável da documentação que Raposo utiliza é composta por crônicas e notícias sobre a cidade e suas personalidades. Há também o aspecto importante de que Ignácio Raposo atuou intensamente vinculado à imprensa de sua época, o que de certa forma influenciou sua escrita e possibilitou observar com maior amplitude algumas das referências que compunham a perspectiva do autor. Os noticiários também permitiram traçar panoramas que possibilitaram o aprofundamento com o auxílio de fontes complementares em relação ao contexto da

publicação do livro, a trajetória de Ignácio Raposo, as instituições relacionadas, entre outros. Com isso foram utilizados periódicos de circulação local, regional e nacional. Nos artigos, nas crônicas, nos noticiários, nos anúncios, nos boletins informativos foram selecionadas informações e depoimentos para serem confrontadas com outras fontes e analisadas a partir da temática proposta e do referencial teórico.

Esses depoimentos delimitaram uma parcela significativa dos registros elencados dos periódicos, apresentando testemunhos e perspectivas que revelavam formas parciais da própria época de como eram percebidos, caracterizados e reconhecidos o público, o autor e a obra. Esta parcialidade que distingue o depoimento põe em questão a pretensão de objetividade tanto da imagem do lugar quanto do sentido de alma coletiva, mas que se destaca como uma tendência que mobiliza a crença e a realização de uma sociedade.

Uma breve abordagem que possibilita uma reflexão sobre os depoimentos como fonte está na apresentação de um artigo do sobrinho de Ignácio, José Cursino Raposo (1998), com base em uma palestra proferida por ele na Academia Maranhense de Letras em 1974, devido à comemoração do centenário de Ignácio Raposo. Quando se refere ao tio, José Cursino afirma que não haveria o que chama de “condições subjetivas” que proporcionariam a “neutralidade emocional necessária para o autêntico exercício da crítica” (p.153). Segundo assevera, a dificuldade para levar a cabo este intento estava além do seu vínculo de parentesco, mas principalmente nos “profundos laços afetivos” (p.153) que devotava a Ignácio Raposo. Assim, o que pretendeu realizar foi um depoimento, com o qual pretende contribuir para a construção do “perfil físico e a imagem espiritual” (p.154) de seu tio.

Para mim a obra intelectual é uma interação dialética entre a problemática psicológica do seu autor e a problemática histórica do momento em que surge. Sendo filha, ao mesmo tempo, do homem e da sociedade, considero inteiramente falso encará-la como apenas fenômeno de projeção individual ou unicamente como fenômeno de projeção social. (RAPOSO, 1998, p. 154).

Ainda que esteja se referindo ao conjunto da produção literária do tio, esta relação entre o autor e seu contexto apresentada por Cursino Raposo é fundamental nessa pesquisa, pois indica que apesar do estilo e dos aspectos recorrentes, cada obra decorre de uma interação específica entre o autor e a sociedade. Isto faz com que os depoimentos estejam impregnados de expressões de afetos, que incluem os sentidos de empatia e antipatia, que estão diretamente ligados aos processos de identificação que permeiam a construção da imagem do lugar, do autor, da obra e da sociedade em que é produzida e a que se destina.

De certa maneira, o livro *História de Vassouras* é também um alinhavado seletivo de depoimentos no sentido de fomentar não apenas a empatia do leitor pelo lugar e pelo seu passado, mas também pelos depoimentos presentes nos relatos extraídos dos periódicos utilizados pelo autor. Os demais depoimentos elencados em periódicos circunscrevem o público e os agentes ideológicos do contexto do livro a Ignácio Raposo em sua trajetória pessoal e à recepção da referida obra na conjuntura de sua publicação.

Dentre os periódicos locais utilizados, o *Jornal de Vassouras* foi uma publicação fundamental, pois não apenas noticiou o processo da publicação do livro *História de Vassouras*, mas sobretudo foi o principal veículo de difusão ideológica da administração que encomendou o livro a Ignácio Raposo. Além deste, foram consultados os jornais *O Município*, *O Vassourense*, *Almanaque do Vassourense e Correio de Vassouras*, nos períodos referentes às citações no livro de Raposo, ou para análise de circunstâncias relacionadas às personalidades ou ao contexto em que sua referida obra foi publicada.

Em uma esfera abrangente de coleta de informações sobre o autor, a obra e o público inserido na sociedade local, os registros em periódicos pertinentes à pesquisa abrangem o período entre os anos de 1875 até 1981. Circunscrevem preferencialmente os seguintes parâmetros de investigação: notícias, artigos e crônicas que Raposo utilizou ou fez referência ao contexto de sua pesquisa, a trajetória pessoal e profissional do autor, como também a conjuntura da publicação do livro *História de Vassouras* e suas repercussões. As consultas foram realizadas nos arquivos no Escritório Técnico Médio Vale do Paraíba do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), localizado no município de Vassouras, que detém a guarda dos principais documentos históricos da referida cidade. Os demais periódicos foram acessados na Hemeroteca Digital Brasileira, que integra a Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, e possibilita a consulta através de palavras-chave em um vasto acervo de diversos Estados e das antigas Províncias do país. Foram também consultados os acervos digitais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e da Bibliothèque Nationale de France – Gallica.

Os periódicos disponíveis no arquivo Escritório Técnico Médio Vale do Paraíba do IPHAN foram divididos em dois grupos, sendo o primeiro o *Jornal de Vassouras* de 1935, onde foram encontradas crônicas escritas por Ignácio Raposo, matérias relativas à publicação do livro *História de Vassouras*, como também referências sobre o contexto político e educacional em que foi publicado. O segundo grupo foi composto pelos jornais *O Vassourense*, entre os anos de 1882 a 1896, 1907 e entre 1914 e 1918; o jornal *O Município*, entre 1900 e 1918. Estes

periódicos foram consultados para identificar as fontes com as quais Raposo construiu seus relatos dos crimes que narra no livro aqui estudado.

Em relação à Hemeroteca Digital Brasileira, este portal de busca oferece três diferentes possibilidades de pesquisa, que pode ser por periódicos, por período e por local, estando cada um destes itens dispostos em abas distintas, com diferentes campos para delimitação da pesquisa. Priorizou-se realizar buscas pelas principais palavras-chave, através da aba “período”, que delimita a pesquisa em intervalos de 10 anos. Foram realizadas buscas em todos os locais e periódicos disponíveis. Esta abrangência deve-se ao fato de que Ignácio Raposo publicou ao longo de sua carreira crônicas, artigos e poemas em diferentes jornais, de várias localidades do Brasil. Ele e sua obra também foram noticiados com a mesma amplitude. Evidentemente, a maior concentração de informações foi encontrada nos periódicos dos estados do Rio de Janeiro e do Maranhão, mas também nos de São Paulo, Pernambuco e Paraná. Portanto, este tipo de pesquisa exigiu precisão na escolha dos termos de busca, devido à vastidão de informações que é capaz de acessar.

No que tange ao autor, foi necessário um levantamento prévio de informações sobre Ignácio Raposo e o livro *História de Vassouras* nos poucos e esparsos registros disponíveis em notas biográficas, permitindo traçar um perfil panorâmico de sua trajetória e do contexto da publicação do livro, para que pudesse identificar possíveis homônimos ou informações que não fossem pertinentes ao que estava sendo pesquisado. Outro fator importante foi o próprio fichamento do livro *História de Vassouras*, para que fosse possível definir termos associados ao objeto do presente estudo.

Para realizar as buscas nos acervos digitais foram definidas palavras-chave buscando circunscrever os principais temas que compõem o presente estudo. Quanto ao autor, foi utilizado seu nome, o título de suas obras, além de pessoas, personalidades e instituições relacionadas ao seu círculo de convivência. Em relação ao nome, foi necessário utilizar diferentes grafias pois, dependendo do período consultado, permitia maior ou menor acesso às informações. Observou-se não apenas uma mudança na grafia em decorrência de uma possível ausência ou modificações das normas de escrita, mas há uma variação entre sua juventude e o período em que se tornou conhecido como professor e escritor. Por exemplo, a grafia do nome *Ignácio de Viveiros Raposo* possibilitou encontrar informações principalmente entre os anos de 1880 e 1910, que correspondem ao período de sua juventude e o início de sua vida profissional. As grafias que permitiram significativo retorno das buscas em diferentes períodos tanto em quantidade como relevância da informação foram *Ignácio Raposo* e *Inacio Raposo*, sendo que

Ignácio Raposo e *Inacio Raposo* não ofereceram resultados em quantidade, mas com relevância.

O título *História de Vassouras*, como termo de busca, foi pesquisado a partir da década de 1930, quando foi publicado, e as informações encontradas foram tornando-se mais esparsas até uma das últimas encontradas no ano de 1981. De maneira secundária, para complementar as informações ou referenciar a análise de determinadas circunstâncias, instituições e pessoas relacionadas à pesquisa, palavras-chave utilizadas foram *Maurício de Lacerda*, que foi o perfeito de Vassouras e solicitou o livro para a publicação; *Fundação 1º de Maio*, a instituição vinculada à prefeitura que publicou o livro; *José Cursino da Silva Raposo*, pai do autor, entre os anos de 1870 e 1910; *Maria Magdalena Fraga*, nascida em Vassouras e com quem Raposo casou-se em julho de 1928. Outro termo utilizado para a pesquisa foi “*vassourense*”, pois a imagem que este termo representa está relacionada à obra de Raposo e buscou-se observar possíveis transformações no seu uso entre o final do século XIX e a década de 1930.

As páginas identificadas com informações pertinentes à pesquisa foram salvas em arquivos com extensão *.jpg*, totalizando 1.035 páginas, sendo estes nomeados com o propósito de ordenar cronologicamente as informações, que abrangem desde meados da década de 1870, correspondendo ao contexto de nascimento de Ignácio Raposo, até 1981, quando houve a segunda e última edição do livro *História de Vassouras*. O processo aplicado de renomeação dos arquivos das páginas com extensão *.jpg* inicia pela data, disposta em ano-mês-dia, seguida do nome do periódico, número da página do periódico e assunto ou título. Esta organização possibilita uma ordem sucessiva de relatos de acontecimentos, da produção artística e intelectual do autor, de suas atividades sociais e profissionais, de referências, críticas e propagandas de suas obras, integrando diferentes periódicos, permitindo identificar elementos e fatores pessoais e sociais que compõem sua trajetória.

As demais fontes consultadas e utilizadas nessa pesquisa tiveram dois propósitos primordiais. O primeiro foi contextualizar tanto os relatos do livro de acordo com o recorte estabelecido, como também balizar as análises sobre a conjuntura em que a obra estudada foi elaborada, na década de 1930. Dentre eles estão os relatórios de Presidente de Província, as atas da Câmara de Vereadores de Vassouras, os Códigos de Posturas do Município de Vassouras de 1910, os Diários Oficiais entre os anos 1933 e 1935, as Atas do Conselho Consultivo da Prefeitura de Vassouras entre os anos de 1933 e 1935.

O segundo propósito foi buscar, dentro do possível, as fontes utilizadas por Raposo para estabelecer um diálogo entre a abordagem do autor e os relatos apresentados pelos registros documentais sobre os mesmos fatos e circunstâncias. Neste sentido destacam-se os processos criminais, principalmente aqueles referentes aos casos citados pelo autor. À maioria deles não foi possível encontrar o processo criminal correspondente. No acervo do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro disponível na sede do Escritório Técnico do IPHAN na cidade de Vassouras, através do banco de dados, foram encontrados os processos dos crimes de João Congo, um escravo que foi condenado à força por assassinar a esposa (1837), de João dos Santos Crisóstomo, que assassinou um escravo de outro proprietário (1847) e *O célebre Crime do Pocinho*, que trata do assassinato de uma adolescente, do qual os pais foram acusados.

Após as consultas e estudos, foi realizada a seleção das fontes arroladas por critério de maior ou menor pertinência com o tema abordado e, em seguida, foi executado o fichamento do material delimitado e distribuído pelos temas principais e seus respectivos subtemas. A metodologia proposta para o estudo do conjunto documental é a análise temática. Através desta proposta, o que destaquei nas fontes elencadas foi o “que é dito” (RIESSMAN, 2008, p. 53). O primeiro tema principal é o público e o contexto local, o segundo tema é a trajetória de Ignácio Raposo e o último é o livro *História de Vassouras* e a construção da imagem do lugar como reflexo da alma coletiva.

O primeiro tema principal, que é o público e o contexto local, está dividido em uma análise da conjuntura de Vassouras e o projeto cultural e educacional do centenário da cidade. Esta divisão tem a intenção de propiciar um panorama da cidade no momento da publicação do livro estudado e, especificamente, a sua inserção institucional no projeto cultural e educacional da cidade. Na análise da conjuntura de Vassouras, são dispostos como subtemas as imagens da cidade vinculada ao passado; a imagem empreendida na administração Maurício de Lacerda; os antecedentes através do olhar de Ignácio Raposo; o centenário da cidade, a proposta de remodelação e o contexto nacional; os reflexos locais dos embates políticos nacionais. No projeto cultural e educacional do centenário da cidade são dispostos os registros e informações sobre a Fundação 1º de Maio, as publicações desta Fundação, a publicação do livro *História de Vassouras*. Nestes registros, além do processo de contextualização, buscou-se analisar os usos do passado, a “invenção de tradições” e sua difusão pelos meios institucionais e a configuração da suposta alma coletiva frente aos embates ideológicos.

O segundo tema principal aborda a trajetória de Ignácio Raposo e os subtemas são a os laços familiares e trajetória de formação e profissional de Raposo, o anarquismo e o

socialismo em sua produção jornalística, os escritos a partir da década de 1930, os ideais sociais do autor.

O terceiro tema principal é o livro *História de Vassouras* e a construção da imagem do lugar como reflexo da alma coletiva, e seus subtemas são a estrutura da obra, a periodização da trajetória do lugar e a construção do suposto caráter coletivo.

De maneira geral, cada tema balizou a configuração dos capítulos de análise que compõem a presente tese. A elaboração da metodologia foi um dos principais desafios do presente estudo, no sentido de viabilizar o delineamento das questões e reflexões apresentadas. Tal empenho não impediu a necessidade de fazer frente às críticas do pensamento disciplinar, presente inclusive em setores interdisciplinares, que se propõem a discutir memória enfatizando seus efeitos expressos em dados considerados objetivos, o que nesta perspectiva torna limitado o que pode ser reconhecido como uma pesquisa sobre memória.

Contrapondo a estas restrições, considero que existe uma vasta gama de processos que, dependendo da perspectiva, revelam com maior ou menor intensidade aspectos subjetivos ou sociais que relacionam as formas de percepção do passado com as motivações e aspirações que integram as particularidades de cada contexto. São aspectos que muitas vezes não estão presentes em dados estatísticos, mas permeiam a literatura, o jornalismo, as biografias, entre outras formas que aspiram a conferir sentidos ao presente em que são elaboradas. Dentre elas, encontram-se as construções de imagens da coletividade e as formas de perceber-se em sociedade, as quais se refletem na configuração do espaço que se ocupa. Isto posto, o que se reafirma como enfoque dessa pesquisa é analisar determinadas estratégias de apropriação do passado, pois “a memória importa não tanto pelo conhecimento que traz, mas pela ação que governa” (RIBEIRO, 2011, p. 10).

2. O LIVRO *HISTÓRIA DE VASSOURAS* E O SEU CONTEXTO

Evitem de dizer que algumas vezes cidades diferentes sucedem-se no mesmo solo e com o mesmo nome, nascem e morrem sem se conhecer, incomunicáveis entre si. Às vezes, os nomes dos habitantes permanecem iguais, e o sotaque das vozes, e até mesmo os traços dos rostos; mas os deuses que vivem com os nomes e nos solos foram embora sem avisar e em seus lugares acomodaram-se deuses estranhos. É inútil saber se estes são melhores do que os antigos, dado que não existe nenhuma relação entre eles...

(CALVINO, 2003, p. 15)

Diante das circunstâncias que tornaram a passagem do século XIX para o XX um período de importantes transformações locais e nacionais, dentre elas, o fim do trabalho escravo, a implantação do governo republicano, o ocaso da produção regional do café no Vale do Paraíba fluminense, juntamente com os processos de urbanização e industrialização que introduziram mudanças demográficas e nos modos de vida, haveria a possibilidade de se considerar o não dito, ou talvez denegado, de que duas cidades se sucederiam no mesmo espaço que representa Vassouras?

Na obra de Raposo (1935) reafirma-se exatamente o contrário: à cidade é atribuída a representação de uma unidade, não tanto pelas características espaciais ou territoriais que a delimitavam, as quais foram paulatinamente modificadas, mas pela pressuposição de um caráter próprio àquela sociedade, que a atravessaria desde a institucionalização de sua existência até algum presente desta trajetória, no qual tornou-se necessário historicizar o percurso de formação do lugar, para educar a percepção daqueles que o habitam ou interagem. É a elaboração de uma narrativa que intenciona restaurar um sentido de continuidade pertinente ao seu tempo, adequando os relatos que evocam as rupturas e permanências ao anseio vigente de progresso. Assim como outros intelectuais que estabeleceram diferentes vínculos com Vassouras, Raposo intenciona recompor com recursos memorialistas e literários as cisões nas esferas políticas, sociais, econômicas e culturais que tenderiam a romper com a continuidade imaginada entre aspectos do passado e do futuro.

Esta intenção de reconfigurar o efeito de imanência e perenidade de uma suposta essência associada às características atribuídas ao modo de ser coletivo esteve presente de diferentes formas às iniciativas realizadas pela gestão de Maurício de Lacerda, as quais encontravam-se em consonância com as tendências ideológicas nas esferas nacional e mundial da época. Enquanto numa parcela importante destas iniciativas afirmava-se a modernização da cidade, havia também um investimento no passado local, seja a demarcação de etapas ou a

formação de uma genealogia do desenvolvimento municipal que estaria culminando no progresso implementado naquela conjuntura, seja para evocar circunstâncias exemplares no passado que pudessem ser significadas como característica. Sendo o livro *História de Vassouras* uma das diversas iniciativas do projeto de modernização, em que contexto Ignácio Raposo constroi esta narrativa que corrobora certa imagem da cidade, na qual se afirma um determinado modelo de identificação e pertencimento à cidade?

É possível iniciar esta reflexão a partir dos paradoxos inerentes à relação entre a narrativa e aquilo que narra, entre o lugar e a imagem que dele se constrói. Em princípio, esta unidade não é algo natural ou inerente aos elementos e fatores que fazem de um determinado lugar uma cidade: se colocarmos em destaque apenas a configuração dos espaços urbanos, a composição étnica e social, assim como os modos de vida, estes apresentam a constante sujeição às mudanças e à diversificação de suas práticas, sentidos e constituição. Por outro lado, as demandas gregárias da existência humana neste contexto da modernidade, que são fatores que também integram o que impulsiona estas mesmas mudanças, impeliram que os vínculos e a interação social fossem mediados por novos ideais, frente a novas circunstâncias e conflitos, fazendo com que o partilhamento das necessidades e aspirações em sociedade fossem realizados através de desigualdades atualizadas.

Reportando à alegoria dos deuses apresentados na epígrafe deste capítulo, de diferentes maneiras ao longo do tempo, estes fatores que realizam e sustentam a “dádiva” da aparência da unidade social adquiriram atributos próximos à sacralidade. Mesmo em sociedades regidas por Estados modernos e leigos, em determinados contextos foram atribuídas a cerimonialidade e ritualística próprias. Tais aspectos encontram-se na convergência de crenças, práticas, estratégias e discursos que aspiram a atribuir identidades que agreguem um espírito comum à profusão de diferenças que compõem as sociedades, dentre elas, as étnicas, as econômicas, as culturais e as políticas. A imagem da cidade que Ignácio Raposo apresenta em sua obra integra este conjunto de estratégias, sendo destinado inicialmente a um momento específico da cidade, que é o objeto de reflexão deste capítulo: em que e para qual Vassouras o autor elabora sua obra?

Talvez na sucessão destes “deuses” alegóricos valessem a “dádiva” de uma unidade possível para um outro contexto que se formava, representando uma transição indeterminada entre os fundamentos sacralizados de uma sociedade patriarcal para a prevalência de um ideal de nação (FREYRE, 2006, MUNIZ, 2005, PINTO, 1980). É possível que em se tratando de Vassouras, a estranheza entre estes supostos “deuses” como representações do patriarcado e do

nacionalismo não fosse completa, pois seus fundamentos se assemelham e foram assentados nas mesmas memórias institucionalizadas sobre as origens e a pujança da cidade. Em parte, estas narrativas intencionavam reafirmar e difundir na coletividade local um sentido moral e o ímpeto para continuar a impor-se ao meio mesmo diante das adversidades, pois a própria “habitação em cidades é essencialmente antinatural” e “associa-se à manifestação do espírito e da vontade, na medida em que se opõe à natureza” (HOLANDA, 1995, p. 95).

Na esfera do imaginário sobre o passado, que se aproximaria mais do fascínio das memórias que do senso da história, essas “divindades” personificariam esse espírito e vontade, assemelhando-se aos mitos da antiguidade romana, em que cada lugar e cada cidade dispunha de deuses particulares, os quais eram chamados de “penates”, cuja imagem “era, às vezes, a simples representação de um deus qualquer, de um gênio, de um herói ou semideus, ou enfim de qualquer antepassado célebre” (DAUX, 1867, p. 81). Talvez disso permaneça a reverência aos ícones seletos do passado, que, em Vassouras, Ignácio Raposo foi um dos arautos, apropriando-se deles como parâmetros da moral, da tradição e de identificação para compor alguns dos propósitos da imagem da cidade, além de restaurar narrativamente as lacunas e as rupturas que marcaram os tempos de transição. Os marcos da transformação dos espaços indefinidos em lugares apropriados através de sua prática e significação, tendem a se tornar os registros mais perenes, nos quais os vestígios materiais permitem intuir aspectos imateriais relacionados a personalidades e a acontecimentos, tal como se concebia na época da formação de Raposo.

O grêmio local não é somente o berço onde vimos a luz da existência, crescemos à sombra dos nossos *penates*, e veneramos o túmulo que encerra a memória de nossos pais: é também o recesso da vida quotidiana onde se permutam as relações mais íntimas, onde o cura ensina a ser piedoso, dá o mestre o pão da inteligência, e o amor do solo gera o patriotismo que é a primeira virtude do homem livre. (MAIA, 1883, p. 83. Grifos meus).

Estas considerações do jurista João de Azevedo Carneiro Maia, que exaltam a relação da memória e o lugar na formação e difusão de valores de seu tempo, permitem certa pluralidade de reflexões a partir de diferentes associações com seu contexto. Mas as observações a que pretendo me ater referem-se à forma como são dispostas as ideias de família, indivíduo e nação e a relação como o lugar. O enunciado apresenta uma nítida divisão demarcada pelos dois pontos, representando a primeira parte a esfera familiar e, a segunda, a social. Na primeira parte da frase, a relação com lugar é manifestada por verbos na segunda pessoa do plural, de forma a agregar tanto o autor como os leitores a que se destina o enunciado em um sentido

coletivo de “eu”, que é complementado com expressões que em conjunto fazem referência de maneira alegórica a uma determinada ideia vigente de família, sendo o berço indicação e nascimento e origem, e os penates a consagração herdada dos antepassados e a memória dos pais como a casa que congrega a parentela.

Estas referências complementam-se e potencializam a ideia de origem associada ao pertencimento, pois a ideia de “‘família’, deriva de *famulus*, se acha estreitamente vinculada à ideia de escravidão, e em que mesmo os filhos são apenas os membros livres do vasto corpo, inteiramente subordinado ao patriarca, os *liberi*” (HOLANDA, 1995, p. 81). Apesar de sua aparente perenidade e universalidade, a noção de família transforma-se ao longo do tempo e das conjunturas sociais, sendo que em determinados períodos manifestou-se de forma mais evidente como um fator preponderante na composição da noção de si mesmo e do papel social. (DUARTE, 1995; MAUSS, 2003).

Não obstante, através dela estabeleceram-se os principais referenciais e representações de tradição, integridade e sacralidade, como a sacra família cristã ou a família imperial. Gilberto Freyre (2006) considera que também é um “vivo e absorvente órgão da formação social brasileira”, reunindo uma “variedade de funções sociais e econômicas” (p. 85). Com as particularidades da conjuntura, como analisa Célia Muniz (2005), prevaleceu em Vassouras o modelo patriarcal, associado ao poder agrário e escravocrata, onde a noção da pessoa e sua participação social estava diretamente vinculada à ideia de família.

Foi na égide da família patriarcal, como congregações que detinham os recursos e os privilégios para a imposição do espírito e da vontade que os mobilizavam, que foi impulsionada a ocupação e a implementação de um modelo de desenvolvimento nesta região, no qual predominava a produção rural. Assim, os espaços urbanos, que se tornaram a principal referência na imagem do lugar, foram lavrados com as particularidades da interação local da economia, da política e das culturas dos segmentos sociais e instituições instaladas com suas distinções, ambiguidades e conflitos, em forma de edificações, arruamentos e jardins.

Na formação destes marcos da transformação dos espaços habitados, os quais congregam as esferas materiais e imateriais, é que se operam as circunstâncias em que se forjaram, lapidaram e desafiaram o espírito e a vontade com as quais são elaboradas as narrativas sobre caráter de uma sociedade, pois “quando inserido numa parte do espaço, um grupo o molda à sua imagem, mas ao mesmo tempo se dobra e se adapta a coisas materiais que

a ela resistem” (HALBWACHS, 2003, p. 159). Este é o espírito que Raposo buscou retratar de maneira atualizada para seu contexto como o caráter do vassourense.

Foram esses espaços que representaram em diferentes momentos uma imagem oficial de Vassouras, os quais refletiam a ação e o modo de vida de famílias que enriqueceram direta ou indiretamente com a lavoura cafeeira, que incluíam, além dos fazendeiros, os comerciantes, os comissários de café e os capitalistas (SILVA TELLES, 1967; STEIN 1990). Suas habitações, cujas características materiais contribuíram com a conformação do lugar, além da simplificação das influências da Corte, no perfil arquitetônico urbano não havia “uma unidade no tratamento plástico e nos detalhes” pelo fato de que a cidade se desenvolveu em um período de transição de estilos, ou seja, “do barroco e rococó (colonial), de influência lusa, para o neoclássico, de influência principalmente francesa” (SILVA TELLES, 1967, p. 82).

São também esses marcos edificados da sociedade no espaço, ícones da ostentação e de condições irrecuperáveis de um modelo abastado de família, que dispõem potencialmente de uma duração maior que as motivações para sua construção e de sua funcionalidade, ou mesmo daqueles que originalmente o habitaram, utilizaram e significaram. Com o transcurso do tempo tende a haver a ampliação do descompasso entre o propósito, o uso, a funcionalidade, a estética, a conservação e a significação destas edificações em relação ao conjunto da cidade e de circunstâncias e demandas de atualidades posteriores à sua construção. Principalmente em conjunturas nas quais se pretende estabelecê-las como diferenciais, quando são registradas perspectivas sobre as trajetórias das mudanças da cidade, estes lugares passam a compor os referenciais de certa imagem do passado. Em novos contextos, ainda que as memórias possam se tornar mais evidentes para conferir novos sentidos às edificações, não foram suficientes para justificar a permanência, mas sim os projetos ou as intenções que prevaleceram ou marcaram uma determinada conjuntura, mantendo ou selecionando as edificações e elementos urbanos que continuarão integrados ao mosaico da imagem que se pretende da cidade.

Retomando a citação de João de Azevedo Carneiro Maia de 1883, a segunda parte do enunciado acrescenta aspectos da esfera social que está além da família patriarcal. O autor não define como um desenvolvimento natural e sucessivo, mas como uma evidência e possibilidade, por ser uma dimensão concomitante ao mesmo espaço social, mas destacando outros lugares de atuação e reconhecimento que implicam certas condições. O “grêmio local” é apresentado também como a esfera da distinção, que difere da hierarquia das disposições internas dos componentes e agregados das famílias, ou mesmo entre as famílias, mas aquelas de delimitam um certo modelo de individualidade.

São outros lugares dentro do mesmo espaço, como o de recolhimento do cotidiano onde se assenta a intimidade, o privado que distingue a pessoa da condição subsumida em um determinado modelo de família. Segundo o enunciado, é também o lugar de formação, onde se desenvolvem as virtudes da condição civilizada e da inteligência, que conferem distinção aos indivíduos na estratificação social. Por último, o lugar seria uma síntese, uma apropriação em uma escala na esfera de atuação dos indivíduos, que os referencia num sentido maior da pátria. Assim, este ideal de indivíduo que tende a ser destacado em relação ao conjunto da família patriarcal é inserido no coletivo como cidadão na esfera ampla da nação. Há uma relação intrínseca entre a imagem da cidade e o modelo de indivíduos que formam certa imagem atribuída ao seu coletivo, fazendo com que suas narrativas oficiais sejam também referenciais de valores e modos de vida que se destinam à formação de seus cidadãos.

Haveria diferenças na mesma cidade, que originalmente constituiu-se e desenvolveu-se no patriarcado e, posteriormente, foi atravessada por uma forma de nacionalismo atrelado aos ideais de modernização. Neste sentido, no conjunto das profundas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que se evidenciam a partir da segunda metade do século XIX, durante a Monarquia, a ideia de progresso estava incorporada ao ideal de civilização, não estando “tão vinculada à ideia de desenvolvimento material, muito embora a contivesse” (AZEVEDO, 2003, p. 89). Estes dois princípios promoviam “a articulação necessária entre o tradicional e o moderno, que buscava dotar a monarquia brasileira da universalidade e imparcialidade às vistas de sua sociedade, ao mesmo tempo em que a inseria em um movimento superior, meta-histórico” (p. 90). A principal modificação que se desenvolveu foi que na República a ideia de progresso passava a enfatizar o “sentido de desenvolvimento material” (p. 142) e a civilização tornava-se uma consequência de tais avanços.

Estes fatores condicionantes refletiram-se nas esferas familiar e social em relação à figura emergente do indivíduo. Os ideais de progresso, os processos de urbanização e industrialização em Vassouras dispuseram de condições diferentes das grandes cidades tomadas como modelos. Juntamente com a intensificação da presença do Estado, o conjunto de deslocamentos de sentidos proporcionaram paulatinamente modificações na estrutura familiar vigente, fomentando o fortalecimento de outros laços além do âmbito da família, que incluem as circunstâncias profissionais, culturais e políticas que colocavam em evidência o indivíduo (AZEVEDO, 2003; PINTO, 1980).

A ideia de família transformou-se na sua representação, nos vínculos e nos afetos como referência de identidade, mas permaneceram como um dos fundamentos que conferiam sentido

à ideia de nação. Segundo Roquete (1854), o “sentido literal e primitivo da palavra nação indica uma relação comum de nascimento, de origem”, ou seja, “a nação é uma dilatada família” (p. 488) e, com isso, indica uma tendência de deslocamento de concepções social e politicamente construídas de referenciais de identidade e pertencimento do âmbito privado para o público. Eric Hobsbawm, ao analisar o tema, percorre dicionários em diferentes línguas no século XIX no contexto da modernidade e o termo nação estaria ligado a nascimento, origem e pátria “o lugar, o município ou a terra onde se nascia” (p. 28). O autor afirma que “seu sentido moderno e basicamente político, o conceito de nação é historicamente recente” (p. 30).

Em Vassouras tais processos foram intensificados pelo declínio da economia cafeeira. Stanley Stein (1990) afirma que “com o agravamento da crise agrícola na segunda metade do século XIX, o fluxo de filhos de fazendeiros para o serviço público aumentou em volume”, fato inclusive observado pelo então Ministro da Agricultura no Congresso Agrícola de 1878, no qual “os fazendeiros não mais direcionavam os filhos a um futuro incerto de ocupações agrícolas e sim preparavam para profissões liberais” (p. 333).

Em relação a tais circunstâncias, cabe um exemplo aproximado que contribuirá para contextualizar as transformações de Vassouras no momento da publicação do livro de Ignácio Raposo. Refere-se à trajetória de uma família que tem como marco inicial de um dos seus segmentos nesta cidade João Augusto Forjaz Pereira de Lacerda, oriundo dos Açores. Em Vassouras casou-se no início da década de 1860 com Maria Emília Gonçalves de Andrade, nascida na ilha da Madeira, “cujos tios e irmãos eram figuras de destaque nos campos educacional e religioso em São Paulo” (DULLES, 1992, p. 5). Com o dinheiro ganho em um emprego em 1877, João conseguiu comprar uma antiga chácara de café no povoado de Comércio, junto ao rio Paraíba do Sul e ao novo prolongamento da Rede Ferroviária Central do Brasil, onde montou uma padaria.

Mas foi a esposa Maria Emília, junto com um escravo, que “drenou pântanos na chácara e os transformou em um lucrativo pomar, principalmente pelas mangas vendidas aos passageiros do trem” (DULLES, 1992, p. 5), o que permitiu custear a universidade de seus dois filhos. Um deles, Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda, no início da década de 1880, “foi levado à Faculdade de Direito de São Paulo por um tio materno”, que era professor nesta instituição e, devido à estima que se estabeleceu entre eles, “acabou por dar-lhe sua biblioteca de 7000 volumes” (DULLES, 1992, p. 5). Tempos mais tarde uma parcela significativa destes livros integraria a biblioteca de Vassouras e, de certa forma, o próprio projeto de transformação da cidade.

Como advogado, Sebastião de Lacerda iniciou a carreira tanto jurídica quanto política em Vassouras. Segundo Raposo (1935), esteve “à frente da propaganda republicana” e foi “o primeiro vereador republicano neste município, essencialmente monarquista” (p. 245). Posteriormente, dentre os cargos políticos que exerceu, elegeu-se deputado federal e desempenhou o cargo de Ministro da Viação. Como jurista, chegou a Presidente do Supremo Tribunal Federal. Do seu casamento com Maria da Glória Paiva teve três filhos: Fernando, Paulo e o irmão mais velho, Maurício de Paiva Lacerda, que esteve à frente da administração do município de Vassouras como presidente da câmara de vereadores entre 1915 e 1920 e como prefeito de Vassouras entre 1932 e 1935 (DULLES, 1992), quando encomendou a Ignácio Raposo o livro sobre a história da cidade.

Ainda que não seja possível estabelecer uma clivagem entre as classes rurais e capitalistas detentoras do poder político e econômico em relação a esta classe emergente composta por profissionais liberais, foram estes últimos que elaboraram com a escrita as primeiras imagens de Vassouras. Foram médicos e advogados, em sua maioria da mesma geração de Sebastião de Lacerda, que fundaram jornais e escreveram crônicas, testemunhos biográficos e memórias históricas, alguns dos quais dispõem de maior relevância aos temas abordados na presente tese. Em suas narrativas havia referência a seus pares contemporâneos, mas principalmente aos grandes fazendeiros e negociantes antigos, muitos decantados pela memória das origens da cidade como desbravadores e civilizadores briosos, entre os quais vários foram titulados na nobiliarquia imperial. A geração seguinte, a qual Maurício de Lacerda integrou, já acrescentava ao panteão de ícones associados ao passado de Vassouras os precursores bem-sucedidos profissionais liberais como seu pai. Tais aspectos influenciaram a recomposição da imagem da cidade através da seleção das referências do seu passado.

Estes fatores aludem ao que poderia supor sobre as dinâmicas envolvidas na formação de uma autoimagem do lugar. Não necessariamente por ser formada por cidadãos e habitantes, mas por um discurso que exaltava o pertencimento através de valores e referência de origem que se adaptavam às particularidades de qualquer lugar que pudesse dignificar a experiência ou a procedência dos autores destas narrativas. Com isso, torna-se oportuno também observar as outras imagens produzidas no contexto da publicação da *História de Vassouras* de Raposo, que não partiam da perspectiva do pertencimento. Ainda que não tenham se tornado duas cidades distintas, seu sentido de origem e continuidade dependeu das composições elaboradas com diferentes imagens do lugar.

2.1. SIMILITUDES E DIFERENÇAS NAS IMAGENS DO LUGAR

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, diferentes intelectuais compuseram registros sobre o passado de Vassouras, seja em forma de crônicas, artigos, estudos, memórias históricas, entre outros. Conforme se amplia o acesso e a disponibilidade de fontes dessa época, torna-se maior a profusão de apontamentos e informes sobre essa cidade. Foram perspectivas que diferiam em seu conjunto dos relatos de viajantes e demais registros que antecederam esse período assinalado. Dentre outros aspectos, todos estes autores enunciavam a partir do próprio presente e dele observavam o passado. Nesse período de transição entre os referidos séculos, há uma conjuntura marcada pelo declínio econômico que se contrapõe a um período áureo de desenvolvimento no passado, assim como a transformação e as diferentes apropriações do ideal de progresso. Estes fatores proporcionaram reflexos na própria imagem de Vassouras.

Grande parte desses registros reportaram-se com frequência ao período de maior desenvolvimento econômico de forma saudosista, enaltecendo um tempo em que havia a pujança da economia impulsionada pela produção cafeeira. Principalmente o que foi escrito no final do XIX, quando alguns autores testemunharam um momento em que ainda estavam vivos alguns daqueles que naquela sociedade eram reconhecidos como os principais empreendedores do desbravamento e do desenvolvimento local. Mas um aspecto fundamental é que esse período correspondia também ao tempo da juventude desses escritores, dentre eles Alberto Brandão, Jorge Pinto e Lucindo Filho. Ou seja, esses letrados também falavam indiretamente da vitalidade e do encantamento da própria mocidade.

Este parâmetro que se constituiu e que passou a ser reproduzido como referência da imagem de um passado de pujança, passou a concomitantemente reafirmar uma imagem de decadência. De certa maneira, os referenciais tangíveis e intangíveis que constituíam uma determinada imagem da cidade, entre eles os aspectos urbanos e os modos de vida, não mais refletiam o que esses autores e seus pares esperavam ver e reconhecer. Os estudos conduziram as gerações seguintes para outras cidades de maior desenvolvimento, tomando o exemplo de Maurício de Lacerda, que estudou em Petrópolis e no Rio de Janeiro (DULLES, 1992).

Além da imagem da perspectiva do pertencimento ao lugar, houve também o olhar do observador que se identifica de forma parcial e distanciada, apresentada em algumas crônicas e artigos sobre a cidade. Estes escritos aqui apresentados inscrevem-se na conjuntura do livro

História de Vassouras, compõem um panorama sobre como a cidade era vista e ressaltam aspectos em comum nas diferentes perspectivas.

O periódico *O Jornal* publicou uma edição especial no dia 15 de outubro de 1927 em comemoração aos 200 anos do café no Brasil. Há um texto sobre Vassouras de Afrânio Peixoto, neste momento deputado federal pela Bahia e membro da Academia Brasileira de Letras, que em uma das etapas de seus apontamentos e suas reflexões, circunscreve o subtítulo *Uma cidade adormecida*.

Na praça, ao silêncio e ao sol, à direita e à esquerda, em face e atrás, outros paços, outros casarões fechados ou mudos. Na Câmara Municipal parece que quatro formosos monólitos, quatro colunas dóricas, de granito, belo, como mármore nacional, velado de verde, treparam lá no alto, ninguém sabe como, como nós também, sem ninguém ver. O chafariz da praça desfia, ao silêncio verde do jardim, rosários e rosários de cristal, do sem repuxo... as contas caem desfiadas, sem ruído. Entramos na Igreja secular... ninguém, nem padre, nem sacristão, nem fiéis; apenas as imagens. Nem ao menos um Cireneu, para ajudar um dolorido Senhor dos Passos. As damas que outrora se trancavam a sete chaves na sacristia, para mudar as vestes da Virgem das Dores, poderiam agora fazê-lo, portas escancaradas. Não há viv'alma. No hospital isolado e agradável, alguns doentes que não gemem, e parecem dormir. Algumas boas irmãs e médicos diligentes, mas taciturnos, que deslizam como sombras... No cemitério, palácios ainda, de mármore. O do Barão de Itambé é um solar, quase como o outro, que habitou em vida. (*O Jornal*, 15 out. 1927, p. 4).

Neste trecho, Afrânio Peixoto elaborou uma imagem de Vassouras como um lugar cujos encantos que se manifestavam no momento em que relata eram independentes daqueles que o habitavam, que pela ausência naquilo que está em seu foco encontravam-se adormecidos. Sua descrição transforma o habitante numa figuração inanimada e soturna, ao mesmo tempo em que compensa o vazio dos agentes atribuindo vitalidade poética ou ressaltando a memória das edificações. Seja na quietude dos casarões, no jorro contínuo, solitário e sem destinatário do chafariz na praça principal, na igreja vazia, no silêncio do hospital, é como se fosse um passado constante representado no espaço que exalta os ausentes que o erigiram e reconhece a ausência daqueles que permaneceram. A alma que o autor não encontra não é nem a dos empreendedores do passado nem a da modernidade de seu tempo, como se o adormecimento fosse a uma alegoria de um lapso hipotético entre o que foi e o que se esperava que fosse.

Em outra imagem que se configura em uma crônica de Epaminodas Martins publicada em abril de 1935, no mesmo ano em que o livro *História de Vassouras* foi lançado, o autor, com ironia e sensibilidade, descreve a sua viagem à cidade. Sua narrativa dispõe de um ritmo orgânico e familiar, que aparenta a intenção de arrebatá-lo como companhia da viagem

que relata. Inicia, então, de forma provocativa: “Tanto sonhei com Nova York que um dia, enchendo-me de decisão, tomei um trem para....Vassouras”.

Vassouras!... Como seria Vassouras? Como seriam os arranha-terra da remançosa cidadezinha fluminense? As mulheres bonitas de Vassouras?... Trariam também os lábios empastados de baton, as faces exageradamente pintadas? Sim, deviam ser a mesma coisa daqui. O cinema, o jornal, o rádio, as revistas de moda e outros tantos meios de propagação de ideias conjugam-se num esforço ininterrupto para padronizar tudo... (*Correio da Manhã*, 28 abr. 1935, p. 4).

Ao fim do percurso, o autor exclama: “Vassouras afinal! Não é bem aquela cidadezinha que eu vinha imaginando, mas parece muito, tem inúmeros pontos de semelhança”. Descreve, então, como inusitadas diversas situações no trato com os habitantes ao lhe informarem sobre a cidade, como também apresentou os ambientes pitorescos da cidade. Em nenhum momento revela o que havia de diferente na cidade em relação à Vassouras que imaginava, mas suas considerações finais oferecem indícios do que possivelmente divergiria de suas expectativas.

Não lamente o que não pode exibir ao visitante, pois a tua graça está justamente, em não nos irritar os sentidos com a visão espetaculosa dos arranha-céus, com mil e um ruídos mecânicos das grandes metrópoles, a trepidação dos bondes, dos caminhões, o buzinar dos autos, o apito dos trens, o perpétuo tumulto, o desvairado bulfício das grandes cidades. Alegra-te de não possuir nada disso, não invejes o inferno urbano em que vivemos. A tua fascinação reside nesse gracioso conúbio entre a cidade e o campo que constitui o aspecto sedutor, o lado poético e característico das cidadezinhas pacatas e sonhadoras do interior brasileiro. Até à vista. (*Correio da Manhã*, 28 abr. 1935, p. 4).

Nesta imagem, Epaminondas Martins personifica a cidade fazendo referência inicialmente na terceira pessoa e, depois que vivencia o lugar, dirige-se como que na primeira pessoa, como se sintetizasse uma alma coletiva. Em sua Vassouras existe graça, uma vitalidade diferente dos grandes centros urbanos, e os habitantes sobressaem ao lugar e suas edificações. Em um primeiro momento, o leitor é um espectador de sua narrativa e, em seguida, o leitor torna-se espectador do diálogo entre o autor e o lugar. Epaminondas Martins, em tom de aconselhamento, valoriza as características que atribui àquela localidade. De maneira comparativa e diferente de Afrânio Peixoto, o autor se ressentia nos grandes centros urbanos dos excessos dos que provocam a ausência do silêncio acolhedor, das peculiaridades da imbricação entre o urbano e o rural e da poesia que reconhece nas pequenas cidades. Vassouras é apresentada como um refúgio dos males da modernidade.

Em outro texto publicado na revista *O Carioca* em 1946, assinado por Carlos Rubens, o autor constrói uma narrativa densa e ambígua sobre Vassouras. O título de seu artigo, *Cidades mortas*, reproduz o estigma atribuído por outros autores às cidades do Vale do Paraíba, como Monteiro Lobato. Mas Carlos Rubens reporta esta afirmação em relação a Vassouras à Alberto de Oliveira, pseudônimo de Antônio Mariano de Oliveira, que foi poeta parnasiano, farmacêutico, professor e membro fundador da Academia Brasileira de Letras. Segundo o autor do artigo, Alberto Oliveira teria ido “buscar saúde e repousar”, (*O Carioca*, Ed.54 1946, p. 62), mas é possível que a relação de amizade com Raimundo Correa, que foi juiz municipal em Vassouras, e Olavo Bilac, que foi colaborador em jornais vassourenses, tenha proporcionado sua aproximação da cidade.

De maneira enfática, Rubens inicia com a afirmação de que “há cidades que dão a impressão de sobre elas terem passado um sinistro vendaval de destruição e de morte; a que nada escapou, ficou imune na fúria apocalíptica”. Sua descrição não encontra beleza na antiguidade remanecente do lugar.

As casas em ruínas mostrando sua ancianidade sórdida, as ruas desertas, os campos onde medram ervas e as árvores se espalham sem ninhos e sem flor, as criaturas perderam a alegria de viver e se entregaram à ociosidade envelhedora, às endemias e à miséria – tudo expõe a decadência da cidade, em que outrora houve trabalho, fartura e beleza. (*O Carioca*, Ed.54 1946, p.14).

Sua imagem da cidade constitui-se quase dez anos após a publicação do livro *História de Vassouras*. Nela o autor estabelece uma relação nefasta entre o lugar e quem o ocupa, entre a cidade e o habitante, como se a ruína que se reflete nos elementos que compõem o espaço introjetasse nos habitantes uma condição mórbida. Nesta simbiose entre o lugar e quem o habita, para o autor o confinamento no passado representava o adoecimento. Esta revelação não está evidente nos aspectos visíveis, mas na significação das marcas do tempo.

Conhece-se Vassouras não como ela se mostra, através do que vemos, mas através de sua história, da tradição oral e dos seus antigos e feios edifícios acaçapados e tristes a recordarem épocas e nomes, a falarem pela sua chateza arquitetônica e às vezes pelos que neles ainda moram e evocam os antepassados com certo orgulho e preconceito. (*O Carioca*, Ed.54 1946, p.14).

Por outro lado, retomando Alberto de Oliveira, Carlos Rubens, depois de exaltar os grandes ícones aristocráticos do passado da cidade, reconsidera as qualificações que atribuem decrepitude ao lugar, insinuando que “talvez exagerasse o grande poeta” (*O Carioca*, Ed.54 1946, p.62). Depois da dureza de sua adjetivação, o autor complacientemente diz que

“Vassouras é quieta, serena, placidíssima. Sua tranquilidade é que a faz parecer uma cidade morta. Porque ela não apresenta, visualmente, a triste presença da decadência de outras cidades, como Itaguaí, por exemplo”. O autor conclui sentenciando que “Vassouras vive agora de seu passado” (*O Carioca*, Ed.54 1946, p.62).

Seja através do tom poético de Afrânio Peixoto ou do diálogo de Epaminondas Martins com a personificação da cidade e da dureza condescendente de Rubens Cezar, todas fazem referência ao declínio econômico, que poderia ser em relação ao passado da cidade ou de forma comparativa com o desenvolvimento de outras localidades. Por outro lado, de forma mais ou menos evidente, reconhecem algum valor nesta condição plena de memórias, mas instauram um lugar que não é nem o passado nem o presente de uma cidade moderna. Há um abismo entre a pujança de outrora e a placidez da atualidade das narrativas dos autores, os quais preenchem com os mesmos significados e consequências do que consideram decadência.

Tais perspectivas tangenciam a abordagem de Ignácio Raposo no que se refere à motivação da condição em que a cidade se encontrava. Apesar dos elementos em comum, o autor apresenta através de seu olhar outra imagem sobre o mesmo lugar. É uma imagem comprometida com um projeto de desenvolvimento local, que parte de quem não tem a herança geracional das memórias que narra. Mas, por se sentir integrado ao que Vassouras representava em seu grupo social, transitou pela ambivalência de quem se empenha por uma visão aparentemente isenta e crítica sobre a condição da história local, projetando seus ideais e esperanças de desenvolvimento da cidade.

Raposo reconhece os reflexos que se sucederam ao declínio econômico no comportamento dos habitantes, chegando a afirmar que “Vassouras começava a ser então o que presentemente é: uma cidade de descanso, para não dizer de bocejo” (RAPOSO, 1935, p. 209). Esta ideia recorrente de decadência utilizada para definir a situação de Vassouras era um termo usual na época, mas que a sua reprodução indistinta apresenta dificuldades atualmente, inclusive para definir a conjuntura abordada, pois é pautada em um referencial de progresso (LE GOFF, 1994), limitando assim uma percepção mais abrangente da conjuntura.

Se a reprodução desta perspectiva do autor exige reflexão e cautela, a forma como Raposo e os demais autores apresentados a utilizaram passa a ser relevante nessa pesquisa. O autor impõe um tom dramático em seu relato, afirmando que “parece que todos os espíritos maléficos do espaço se juntaram este ano para destruir Vassouras, tais as calamidades que se deram” (RAPOSO, 1935, p. 243). O autor ressalta determinadas causas para este suposto

abatimento da cidade, que de certa forma fazem ressonância à perspectiva vitimista da elite local, sendo que a uma parcela da mesma, apresentada de forma genérica e inespecífica, o que permitiria a qualquer um que se julgue benemérito se identificar, o autor atribui a condição de empreendedora da redenção da cidade, de maneira a honrar seus antepassados. Ignácio Raposo não dissimula as mazelas deste período, para em seguida apresentar de maneira sucinta as marcas de progresso.

Tais características decorrem do lugar que ocupa esta obra no empenho pela modernização de Vassouras realizado por Maurício de Lacerda entre os anos de 1932 e 1935. O projeto de cidade empreendido na referida gestão esbarrava nas limitações dessa imagem associada à decadência e transformá-la e adequá-la aos ideais e as mudanças em curso foi o foco de diversas iniciativas da prefeitura neste período. Mas é fundamental que se tenha um panorama desse período que sucedeu o declínio da economia cafeeira e antecedeu a gestão de Maurício de Lacerda.

2.2. APÓS O DECLÍNIO DO CAFÉ: UM PANORAMA A PARTIR DE MAURÍCIO DE LACERDA E IGNÁCIO RAPOSO

Ignácio Raposo, apesar de situado em uma zona de indeterminação entre o cronista e o que em seu tempo começava a definir-se como historiador, foi um dos poucos que abordaram o passado de Vassouras incluindo nos anais da história local a transição do XIX para o XX. Em seu livro o autor o define como período de soerguimento, no qual se encontra uma profusão de temas tratados de forma sucinta e com muitas citações em pouco mais de dois breves capítulos, se comparados ao detalhamento apresentado nos anteriores. Aparentando um inventário de acontecimentos com algumas trajetórias institucionais e biográficas pertinentes ao contexto da publicação, este trecho final do livro *História de Vassouras* aparenta um pequeno elo narrativo que conecta um passado monumentalizado a um projeto discursivamente grandioso e indefinido do momento de sua publicação. Por outro lado, é neste momento de transição que se formam as principais narrativas nostálgicas sobre um passado áureo e sobre um ressentimento pelo declínio da cidade, os quais em parte refecieram a perspectiva de Ignácio Raposo.

Um aspecto importante sobre o livro *História de Vassouras* foi o fato de ter sido uma das ações no âmbito educacional e cultural do projeto da administração municipal de Maurício de Lacerda. Com isso, é fundamental destacar em sua trajetória as condições que possivelmente contribuíram para a construção de sua perspectiva, que representou circunstancialmente um

segmento da sociedade vassourense que esteve empenhada por um determinado modelo de modernização da cidade.

Maurício de Lacerda realizou grande parte do percurso de formação no Rio de Janeiro, iniciando o curso secundário no Colégio Paula Freitas, entre os anos de 1900 e 1904. A partir de 1905 estava matriculado na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, formando-se em 1909. Neste mesmo ano dirigiu o jornal *O Município* de Vassouras até o ano seguinte, quando apoiou a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca, ocupando, após a eleição, o cargo de Oficial de Gabinete do referido presidente (DULLES, 1992; PECHMAN, 2015).

Tais aspectos relativos ao percurso de formação e início da carreira política de Maurício de Lacerda indicam que vivenciou não apenas como cidadão, mas também como integrante dos principais círculos governativos da então Capital Federal, testemunhando as profundas transformações da cidade do Rio de Janeiro durante a administração de Pereira Passos. Segundo Marly Motta (2015), não estava restrito ao conhecido “o bota-abixo”, mas também à disciplinarização dos costumes, dos hábitos e da cultura no uso e na prática da cidade. É provável que esta vivência do processo de modernização da Capital Federal tenha influenciado tanto a gestão de Sebastião de Lacerda, à qual Ignácio Raposo (1935) atribui a elaboração do Código de Posturas de Vassouras “e que depois serviu de padrão para muitos municípios” (p. 272), como também as propostas de remodelação do núcleo urbano de Maurício de Lacerda.

Em 1909, Sebastião de Lacerda retornou à vida pública, após anos de dedicação à administração da fazenda do sogro após a morte de sua esposa (DULLES, 1992). Concorreu à presidência da Câmara de Vereadores de Vassouras, em oposição a Henrique Borges Monteiro, em uma disputa acirrada e marcada por ameaças e denúncias de capangagem.

Consta que Maurício de Lacerda chegou a invadir Vassouras acompanhado de soldados voluntários, devido à possível derrota de seu pai (DULLES, 1992; PECHMAN, 2015). De acordo com o comentário no noticiário do jornal *O Século*, a iniciativa de Maurício de Lacerda era reprovável, pois “nem de longe se pode imaginar que soldados do Exército, ao mando de um voluntário especial, se hajam prestado às cenas canibalescas que se desenrolaram em Vassouras e das quais resultaram a morte de um popular e ferimentos graves em um outro indivíduo” (*O Século*, 01 fev. 1909, p.1). Mas considerava também que esta ação extrema se devia ao fato de que o candidato oponente fazia uso recorrente de capangas em seu percurso político. Este opositor, Borges Monteiro, foi um proeminente advogado que se instalou em

Vassouras a partir de 1890 e “presidiu a Câmara Municipal de 1904 a 1909” (SILVA, 1999b, p. 89).

Em 1910, após dedicar-se à campanha do Marechal Hermes da Fonseca, Maurício de Lacerda foi nomeado para o cargo de oficial de gabinete da Presidência da República, tendo se desligado em 1912 desta função ao ser eleito deputado federal. Neste mesmo ano, a partir do envolvimento que teve junto às demandas sociais e proletárias com seus movimentos reivindicatórios, Maurício de Lacerda passou a dedicar-se aos estudos do pensamento socialista (PECHMAN, 2015). Consta que em 1914, “ao escolher os nomes Carlos e Frederico para seu filho”, o futuro governador do estado do Rio de Janeiro Carlos Lacerda, “Maurício prestou homenagem a Marx e Engels” (DULLES, 1992, p. 9).

Dois aspectos começariam a delinear o seu perfil político nesse período: seu entusiasmo pelo nacionalismo (PACHMAN, 2015) e o interesse pelos movimentos proletários e pelo pensamento socialista. Tais características marcaram sua atuação política e social engajada às tendências de esquerda (DULLES, 1992), as quais estiveram no projeto de cidade que buscou realizar em Vassouras em sua gestão entre 1932 e 1935. Em 1917 a Revolução Russa teve efeito marcante em sua ideologia, inclusive levando-o a contribuir para a fundação da Liga Socialista. Integrou também as mobilizações civis que apoiaram os levantes de 5 de julho de 1922 e 1924, sendo preso como conspirador neste último ano até novembro de 1926 (DULLES, 1992).

Mas sua perspectiva não estava fechada na doutrina socialista. Neste período, explicitava em sua correspondência com lideranças comunistas, como Otávio Brandão e Everardo Dias, que preferia “permanecer independente de partidos políticos, inclusive do Partido Comunista do Brasil (PCB) e de sua frente eleitoral, o Bloco Operário, mas colaboraria em uma ‘ação paralela’, como amigo do PCB” (DULLES, 1992, p. 21). Tais considerações não impediram profundas divergências políticas, que implicaram desentendimentos com seu irmão Paulo, membro da Comissão Executiva deste partido.

Em seu círculo de amizades estavam anarquistas e socialistas que participavam ativamente com publicações nos jornais *A Barricada* (1915) e *O Debate* (1917), que atuavam em mobilizações sociais e em greves. No período da presidência de Epitácio Pessoa, “Maurício adquiriu a reputação tanto de bolchevista quanto de demagogo, devido a suas ‘conferências, artigos, polêmicas e batalhas’” (DULLES, 1992, p. 11). Sua atuação política teve repercussões no ambiente familiar, gerando desavenças com seu pai e sua esposa Olga Caminhoá Werneck.

Em meio às turbulências entre a vida pessoal e a participação social, no ano de 1915 foi eleito Presidente da Câmara Municipal da referida cidade e foi reeleito Deputado Federal, ocupando os dois cargos concomitantemente.

Para Ignácio Raposo o ano de 1914 marcou o início de um processo de recuperação do desenvolvimento após os impactos da febre amarela, da abolição da escravatura e do declínio da economia cafeeira, que o autor denomina de período de soerguimento. em sua análise, Raposo não se ocupou de dados econômicos que apontassem novos modelos produtivos, mas se baseou nos indicativos urbanos de modernização.

O marco, na visão de Raposo, foi a chegada da estrada de ferro ao centro da cidade, pois até então a estação mais próxima estava localizada seis quilômetros distantes, no distrito de Barão de Vassouras. Este era um dos motivos atribuídos, ao qual Raposo fazia eco, à perda de vitalidade do centro da cidade. Ao relatar as transformações urbanas do início do século, Raposo faz referência às mudanças implementadas na primeira gestão de Maurício de Lacerda no município, atingindo os aspectos que se tornaram antigos e as demandas de modernização, produzindo reflexos nos elementos materiais que compõem a imagem e o uso ou a prática da cidade.

Em 1915, recebia a Estiva, como Paracambi, Barão de Vassouras e Madruga os condutores de energia elétrica, na administração de Maurício de Lacerda, que fez grandes obras pela cidade, reformando muitos dos seus velhos aspectos, tais como os da rua Barão de Vassouras, praça Campo Belo, praça Sebastião de Lacerda, rua Abreu Cesar, rua Calvet e a nova rua Tiago Costa. (RAPOSO, 1935, p. 274).

Houve inclusive um empenho pelo reordenamento da circulação na cidade, que implicaria até medidas que distanciariam as práticas que caracterizavam a forte presença dos aspectos rurais. Na deliberação número 248 de 20 de fevereiro de 1915, o artigo 1º determina a proibição da “passagem na cidade de boiadas, tropas e manadas, varas ou rebanhos” (*O Vassourense*, 25 fev. 1915, p.4), estabelecendo um trajeto que contornasse o núcleo urbano.

Tais processos, que envolvem as transformações na tecitura, no fluxo e na significação dos caminhos de passagem, que revelam imbricamentos entre os aspectos materiais e imateriais, apresentam uma importante interação entre a formação das memórias e a imagem do lugar. Para Murilo Marx (1980), “a direção caprichosa desse conjunto de cheios e vazios marca a personalidade da povoação e lhe dá fisionomia própria” (p. 43). Nessas vias de circulação se realizava a prática da cidade em seus diversos aspectos, que incluem os produtivos, funcionais, estéticos e afetivos.

Nestes lugares de passagem foi onde operou um duplo movimento, seja combinando as inscrições que se formam do uso e percurso, lavrando trajetos como memórias sobrepostas de modos de vida em transformação, assim como dos usos do passado nestas inscrições no espaço da cidade, ao se atribuir nomes de personalidades às ruas e tudo mais que se aspira a que se torne memorável. Assim, estes vazios funcionais são preenchidos de forma intangível com a memória que remete a determinada pessoa, profissão ou circunstância, dentre outros, contribuindo para uma recomposição simbólica da tecitura de caminhos que alinhavam a imagem da cidade. Em geral, a funcionalidade e o tempo tendem a fazer com que a coletividade incorpore às vias os nomes atribuídos, de maneira a preponderar sobre a memória a que remetem.

A denominação das ruas dispõe de uma parcela de intenção política e de afirmação dos valores cujos nomes representam. Assim, a gestão de Maurício de Lacerda frente à câmara de vereadores promoveu “alterações na nomenclatura das ruas, praças, travessas, becos e jardins da cidade e do Povoado da Estação de Barão de Vassouras” (*O Vassourense*, 04 mar. 1915, p. 2), ampliando a gama de nomes de profissionais liberais considerados ilustres e personalidades da cidade que não eram fazendeiros, tais como o professor Alberto Brandão, os médicos Tiago Costa e Lucindo Filho, assim como o próprio pai de Maurício, o advogado, político e ministro do Supremo Tribunal Federal Sebastião de Lacerda.

Em um periódico local que apoiava o jovem Maurício de Lacerda, os redatores atribuem uma arrojada capacidade administrativa para empreender a modernização da cidade. Em uma matéria publicada no jornal *O Vassourense* no dia 14 de janeiro de 1915, há uma exaltação ao recém-eleito Presidente da Câmara dos Vereadores, pela sua atenção às demandas da cidade. Afirma que “em companhia de funcionários municipais, ele, com interesse louvável, percorre as nossas ruas, os nossos arrabaldes, procurando saber o que se torna preciso para o bem-estar de todos e esforçando-se para o melhoramento e embelezamento de nossa terra, que é sua terra”. Neste sentido, uma de suas primeiras iniciativas foi a retirada das grades do jardim público em frente a igreja matriz da cidade, que segundo esta matéria, eram “velhas e antiestéticas”. Incluía também a melhoria no aspecto das ruas, que estavam “sendo limpas e conservadas”, retirando o mato que se acumulava (*O Vassourense*, 14 jan. 1915, p.2).

Em outro artigo, o redator aborda as festividades do carnaval e afirma “que jardim é o ponto preferível para nossas diversões públicas” e que a “sua remodelação vai ser em estilo moderno, bastando dizer que quem está encarregado desse serviço é o habilíssimo jardineiro que remodelou os jardins de Teresópolis e Belo Horizonte” (*O Vassourense*, 28 fev. 1915, p.2).

Há uma expectativa de modernização da cidade, que se depara com as incertezas em relação às modificações dos referenciais espaciais da imagem da cidade. Para o redator, a condução destes desafios apoia-se na forma da liderança, pois “sem que os governantes que pensem principalmente na utilidade pública, de certo que não há povo que se anime para o preparo de melhores e maiores destinos, ainda que não desampare o seu pensamento a lembrança do passado, glorioso e opulento” (*O Vassourense*, 28 fev. 1915, p.2).

Mas determinados aspectos destas iniciativas em remodelar Vassouras não dispunham de consenso, suscitando uma discussão acirrada entre as concepções de público e privado. O jornal *O Município*, assumindo uma postura crítica em relação à remodelação da cidade declarou que “sr. Presidente da Câmara, com a boa intenção de aformosear a nossa cidade de Vassouras, tem de algum modo exorbitado dos limites de suas atribuições”, pois mesmo reconhecendo a intenção de remodelar a cidade, “para este fim deveria procurar os meios estatuídos na lei e nunca proceder de modo a prejudicar os proprietários”. O referido jornal declarou que, tomando para si a defesa “dos interesses do povo vassourense, viu, pesaroso, ruírem por terra as grades que enfeitavam o pequeno jardim do antigo solar do Barão de Vassouras, uma tradição, pois ali permanecia há mais de 40 anos, e também o muro da casa dos herdeiros do finado Custódio Teixeira Leite” (*O Município*, 04 mar. 1915, p.1).

O jornal *O Vassourense* rebateu argumentando que “desde que se reconheça esse fim elevado, de modo algum a administração pode ou deve ser taxada de arbitrária e violenta”. Assim, de acordo com o redator, “a propriedade é hoje em dia limitada pela conveniência pública. Cessa ao dono o direito de pôr, dispor e manter como bem lhe parece, desde que surja o interesse comum determinando certas modificações ou mesmo o desaparecimento de sua propriedade” (*O Vassourense*, 11 mar. 1915, p. 1). Neste confronto local entre o que naquele momento eram consideradas esferas pública e privada, reaparecem inseridas outras questões, que refletem as mudanças em outros âmbitos da sociedade, como o sentido de modernização entre os ideais de civilização e progresso, assim como os modelos de família e nação.

Em relação ao centro administrativo de Vassouras, que se destacava e atualmente ainda é a principal referência da imagem do lugar, este núcleo urbano dispunha da peculiaridade de ter sido constituído em terras pertencentes à Irmandade Nossa Senhora da Conceição por famílias mais abastadas da localidade, entre as quais muitas integravam ou haviam ascendido à condição da aristocracia rural, formada por fazendeiros, capitalistas e comerciantes (STEIN, 1990). Durante o período imperial, foram patriarcas e membros destas famílias que administravam as principais instituições políticas e jurídicas, assim como associações de

assistência e religiosas, responsáveis juntamente com a Corte pela configuração de um modelo de espaço público que refletia a hierarquização social do período. Além disso, a edificação de seus palacetes e casarões emolduraram o centro urbano, delineando um perfil da cidade cuja formação Ignácio Raposo se empenhou por descrever, apresentando-as como expressões materiais e lugar de manifestação do espírito e da vontade do que identificou como caráter local.

Houve também outros fatores que influenciaram a configuração da cidade, que foi a “forte tendência de centralização administrativa do país, com uma interferência crescente do Governo Provincial e da Coroa, nos assuntos municipais” (SILVA TELLES, 1967, p. 44). Esta interferência é identificada no envio de ofícios “com instruções e ordens de toda espécie e de vinda de fiscais e de engenheiros para orientação, programação e direção das obras públicas, quer provinciais, quer municipais” (SILVA TELLES, 1967, p. 44). Estes aspectos materiais e simbólicos que ambientavam o modo de vida do segmento privilegiado da sociedade local foram estruturados e refletiam uma ordem social pautada na família patriarcal escravocrata, alinhada ao governo imperial e sustentada pela economia cafeeira.

A transição do XIX para o XX foi marcada pelo ruir dessas estruturas, em meio às imperativas tendências de modernização vigentes. Ainda na década de 1880, quando se tornavam mais evidentes os sinais de declínio da economia cafeeira, o trem promovia modificações nos modos de vida.

A descentralização do município, ocasionada pela construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, como previra Alberto Brandão, foi o primeiro passo dado para o declínio de Vassouras. Ligada com a metrópole do império, não houve mais uma pessoa que se sentisse bem n’esta cidade sem dar passeios ao Rio, pois a pequena viagem para esse efeito não seria d’essas que abatem o ânimo dos fracos, nem amofinem a bolsa. Desta data em diante, em vez de promoverem grandes festas em Vassouras, trataram os fazendeiros de tomar parte nas que se realizavam no Rio. (RAPOSO, 1935, p. 208).

Sucedeu também que muitas das famílias que habitavam o centro da cidade deslocaram-se para a Capital Federal, “ou retornaram a Minas Gerais, para lá exercerem funções públicas, mediante seus contatos no poder. Com efeito, muitas das casas, na medida em que foram legadas a herdeiros, permaneciam fechadas, sendo utilizadas como casas de veraneio” (RICCI, 2000, p. 22). Paulatinamente aumentou o número de “casas de pensão e pequenos hotéis”, devido ao clima de Vassouras ser considerado propício “à cura dos males das vias respiratórias” (RICCI, 2000, p. 22). A cidade modificou-se, tanto em relação aos seus habitantes quanto aos seus visitantes.

Os aspectos urbanos fundados no modelo familiar patriarcal, que foram símbolos de um modelo de desenvolvimento, tornaram-se referências de um passado, cujos fatores que impulsionavam esta prosperidade não existiam mais. A noção de público e privado modificou-se com a predominância de um modelo de progresso e de nação que se difunde principalmente com a República. As circunstâncias basearam as justificativas para reconfigurar os lugares que compunham o espaço urbano, tanto em relação à modernização dos aspectos materiais e funcionais, quanto ao alinhamento simbólico aos ideais vigentes de Nação. Com isso, foram atribuídos nomes aos lugares e vias da cidade com a representação de ícones locais progressistas e republicanos, como Sebastião de Lacerda.

A modernização que é colocada em questão tem o sentido “usado habitualmente na sociologia do desenvolvimento para indicar os efeitos do desenvolvimento econômico sobre as estruturas sociais e valores tradicionais” (FEATHERSTONE, 1995, p. 23). Isso não implica necessariamente que a modernização seja uma negação ou apagamento do passado, muito menos que seja uma consequência natural da crença ou da racionalidade atribuída aos ideais de progresso que impulsionavam as sociedades nas primeiras décadas do século XX. Desta forma, houve diferentes propostas de desenvolvimento, as quais encontravam-se fundamentadas em ideologias e, conseqüentemente, sujeitas às circunstâncias, às adesões e às reações nas esferas políticas, econômicas, culturais e sociais.

Dependendo das circunstâncias e do projeto para uma cidade, as narrativas sobre o passado podem dispor de maior ou menor relevância, assim como os atributos que naturalizam sobre o lugar. Por isso, para que haja outros entendimentos sobre a configuração do passado no livro *História de Vassouras*, é fundamental refletir sobre a conjuntura, as ideologias e o projeto de cidade na segunda gestão de Maurício de Lacerda, que teve como uma das iniciativas a publicação dessa. Em geral, diante das diferentes intenções de modernização após o declínio da economia cafeeira, em Vassouras prevaleceu na imagem da cidade a memória aristocrática escravista de seu passado.

3. VASSOURAS DE 1932 A 1935: O LUGAR DO PASSADO EM UM EFÊMERO PROJETO DE FUTURO

Quando Ignácio Raposo escreveu sua versão sobre a *História de Vassouras*, havia diferenças marcantes entre aquele momento presente e o passado ao qual apresentava uma narrativa. Tanto em sua narrativa quanto na dos cronistas e pesquisadores que o sucederam, o fato de predominar o enfoque na trajetória de ascensão e de declínio do contexto cafeeiro, patriarcal e escravocrata fez com que a década de 1930 no município de Vassouras não se destacasse nos discursos que fomentaram as formações identitárias e a imagem do lugar. Isso proporcionou um relativo esquecimento do que representou este período na trajetória do município, permanecendo na memória apenas as figuras, muitas vezes de maneira descontextualizada e imprecisa, de Carlos e Maurício de Lacerda, devido ao vínculo com a cidade e a projeção nacional que tiveram. Para que haja outras possibilidades de entendimento da obra e da imagem da cidade que foi configurada no livro *História de Vassouras*, é fundamental traçar um panorama do momento em que foi escrita.

Entre o passado que passou a caracterizar o lugar e o presente em que se elaborou uma das principais versões deste passado, prevaleciam as perspectivas dos sujeitos que representavam os segmentos sociais mais abastados, que produziam imagens com suas narrativas sobre a cidade entrelaçadas por suas correspondências e discrepâncias com os ideais vigentes de civilização e progresso. Havia também a perspectiva oficial do poder público local, cujas ambivalências, a grosso modo, residiam na atuação simultaneamente conciliadora e arbitrária entre as ideologias que norteavam e as diferentes formas dos habitantes conceberem a própria cidade, como também mediar a influência das instâncias estaduais e federais.

Em meio a este conjunto de imagens, havia o olhar do autor, que neste momento estava alinhado com o discurso oficial local, para conceber uma imagem de como aspiravam a que Vassouras fosse vista, buscando conciliar os ideais de tradição com modernização. Este discurso oficial não foi algo previamente estabelecido e, de antemão, apesar de algumas afinidades ideológicas, inicialmente não havia um alinhamento político entre Ignácio Raposo e Maurício de Lacerda. Tais aspectos indicam o quanto do próprio contexto está presente na elaboração da obra, assim como o que se pretende transmitir ao público que compõe este ambiente e a quem foi, em princípio, destinada a escrita. Para evidenciar estas interações é fundamental apresentar um panorama da cidade entre 1932 e 1935, em meio à comemoração do seu centenário, à implementação de um amplo projeto de remodelação municipal, assim como os reflexos locais das tensões ideológicas nacionais.

No período que antecedeu a indicação à prefeitura de Vassouras, Maurício de Lacerda já dispunha de uma considerável projeção no cenário político. Em 1929 apoiou a campanha da Aliança Liberal que havia lançado a candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa. Em 1931 integrava o Conselho Consultivo do Estado do Rio de Janeiro, além de exercer o cargo de Procurador da Fazenda Municipal do Distrito Federal, onde confrontou inclusive representantes do governo Vargas no “caso do Morro de Santo Antônio”, que no período teve grande visibilidade. Neste caso havia uma companhia industrial que exigia indenização da prefeitura pela desapropriação desta área e Maurício de Lacerda conseguiu comprovar que a empresa não era proprietária do referido morro, o que possibilitou a continuidade de sua demolição, ampliando a área do Largo da Carioca (DULLES, 1992; PECHMAN, 2015).

Em meio à turbulência política deste momento, Maurício de Lacerda foi designado pelo Interventor do Estado do Rio de Janeiro Ary Parreiras “para exercer o cargo de prefeito do referido município, sem direito a percepção de vencimentos, durante o impedimento do titular efetivo, licenciado para tratamento de saúde” (*Correio da Manhã*, 11 jun. 1932, p.4). Em relação à indicação, Maurício de Lacerda declarou que a sua “nomeação foi apenas para que no Centenário estivesse como vassourense à testa do governo local, gentileza esta que sobremodo me tocou o coração. Tratarei de corresponder a este gesto do íntegro chefe de governo fluminense com todo meu empenho de filho da terra e de seu sincero companheiro” (*Diário de Notícias*, 15 jun. 1932, p.4). Afirmou também que estava disposto a atuar com isenção e tolerância indistinta, mas com determinação na defesa dos interesses públicos e do povo, não importando a instância de poder que tivesse que enfrentar.

Em relação a Ignácio Raposo, após seu casamento em setembro de 1928 com a vassourense Maria Magdalena Fraga, transferiu seu domicílio para Vassouras. Nesta cidade, durante a campanha eleitoral para Presidente da República em curso em 1929, Raposo estava em condição oposta a Maurício de Lacerda. Foi um dos organizadores do Comitê Júlio Prestes, sendo designado como presidente local, participando intensamente dos chamados “meetings”, que seriam reuniões ou comícios pelos distritos do município de vassouras e cidades vizinhas. Em novembro do mesmo ano foi inaugurada a sede social do comitê na rua Domingos de Almeida, nº 285. Durante as tensões da revolução de 30, essa sede abrigou no dia 16 de outubro de 1930 uma das últimas reuniões desse comitê, contando “com a presença de 178 membros” (*O Paiz*, 18 out. 1930, p.3). De forma acalorada buscava-se decidir sobre a atitude frente à gravidade da situação que atravessava o país com a revolução de 1930, assim como estratégias

de defesa em caso de ataques de revolucionários em Vassouras. Neste momento, Ignácio Raposo e Maurício de Lacerda apoiavam tendências políticas diferentes.

O município de Vassouras, com suas particularidades, ingressou no turbilhão de transformações que marcaram essa época, quando, a partir de 1930, conforme alude José Murilo de Carvalho (2008), “houve uma aceleração das mudanças sociais e políticas, a história começou a andar mais rápido” (p. 87). Uma série de modificações na estrutura administrativa em todas as esferas de governo foram implementadas com o Governo Provisório. Em 1930, pelo próprio decreto 19.398 de 11 de novembro, que instituiu o Governo Provisório, através dos artigos 1º e 2º, além de lhe conferir a plenitude dos Poderes Executivo e Legislativo, determinou também a dissolução do Congresso Nacional, assim como as assembleias legislativas estaduais e as câmaras ou assembleias municipais. Para cada estado foi nomeado pelo Governo Provisório um interventor com prerrogativas de governador, o qual este disporia de autoridade para nomear os prefeitos dos municípios.

No Estado do Rio de Janeiro, a suspensão da autonomia municipal, operada com o movimento vitorioso em 1930, possibilitando a escolha de prefeitos capazes, a subordinação direta das Prefeituras ao Governo Regional, o espírito de cooperação recíproca entre este e aquelas, trouxeram benefícios incontáveis para os interesses locais. (RIO DE JANEIRO, 1934, p.151).

Para complementar a administração dos estados e municípios, o decreto 20.248 de 29 de agosto de 1931 instituiu os conselhos consultivos nestas esferas do poder público. Em relação ao âmbito municipal, estes seriam compostos por “três ou mais membros nomeados pelo Interventor”, sendo de “um a três, dentre os maiores contribuintes do município”, e um seria indicação do prefeito e os demais selecionados pelo interventor. O então Interventor do Estado do Rio de Janeiro, Ary Parreiras, assim definiu os conselhos consultivos na esfera municipal:

Os Conselhos Consultivos, como órgãos moderadores e orientadores da ação dos poderes municipais, tem prestado, por via de regra, incontestáveis serviços às administrações locais, facilitando-lhes a tarefa, máxime quando os integram homens capazes, animados pelo sentimento superior de trabalho e vinculados à terra que servem, ali desenvolvendo suas atividades. A esses cidadãos prestantes se concederia, sem favor, o título de “homens bons”, com o qual, em tempos idos, eram agraciados os munícipes que traziam aos governos comunais a sua cooperação eficiente e desinteressada, dele participando de algum modo. (RIO DE JANEIRO, 1934, p.151).

Com esta estrutura de governo, Maurício de Lacerda foi nomeado Prefeito de Vassouras, mas mantinha o cargo de Procurador da Fazenda Municipal do Distrito Federal.

Suas atividades e atuação política não ficaram restritas ao município. Isso reforça a hipótese de que, para a promoção do referido projeto de cidade, a ideologia híbrida de esquerda que mobilizava Maurício de Lacerda encontrava relativa ressonância na cúpula do poder público e administrativo local, como provavelmente em alguns segmentos da própria sociedade, ainda que não houvesse uma compreensão ampla dos seus significados e implicações políticas naquela conjuntura.

De acordo com as atas e o noticiário do *Jornal de Vassouras*, o conselho municipal aparentava estar alinhado com a prefeitura que, além de não ter registros de oposição às suas propostas, em algumas circunstâncias era coadjuvante na proposição e no apoio das iniciativas da administração local. Maurício de Lacerda aproveitou comemorações do centenário de Vassouras para propor um extenso projeto de remodelação e modernização do município, envolvendo diversas esferas de atuação da prefeitura, dentre as quais darei maior destaque a alguns aspectos das modificações no centro urbano de Vassouras e à reestruturação da educação.

Tanto no plano nacional, com o desmonte das estruturas políticas da Primeira República, como também a necessidade local de adequação aos novos modelos produtivos, de atualização da cidade ao predomínio de outras práticas, de novas formas de circulação e significação do lugar, a conjuntura favorecia na esfera do poder instituído a implementação dessas mudanças. Esta administração também representava localmente um novo enfoque das atribuições do poder público com “o surgimento de uma ‘política social’ como tarefa essencial do Estado” (GHIRALDELLI JÚNIOR, 1991, p. 27). No âmbito do governo estadual, estas ações abrangentes de remodelação estavam alinhadas também com as reformas administrativas, “que objetivava agilizar a captação de recursos tributários e criar um corpo técnico capaz de implementar os planos de viabilização de uma infraestrutura que pudesse desenvolver a economia estadual, privilegiando as áreas rurais” (FERNANDES, 2009, p. 129).

Ao momento de comemoração do centenário de elevação à condição de vila de Vassouras foi agregado o projeto de remodelação da cidade. Na esfera estadual não foi uma comemoração isolada, mas ocorreu juntamente com os demais municípios que foram elevados “por decreto da Regência datado de 15 de janeiro de 1833” (RIO DE JANEIRO, 1934, p. 152), como Iguazu, Itaboraí e Paraíba do Sul. Neste contexto, Matoso Maia Forte e Figueira de Almeida, membros da Academia Fluminense de Letras, elaboraram memórias históricas sobre os referidos municípios. Em sua obra sobre Vassouras publicada em 1933, *Memória da*

Fundação de Vassouras, Matoso Maia Forte aborda especificamente o período em que se institucionalizaram as origens do município.

Um dos eventos marcantes do centenário de Vassouras foi a inauguração da Escola Centenário, localizada em um dos pontos urbanos mais altos e próxima ao monumento que leva o mesmo nome. Entre os registros encontrados, nenhum deles faz menção à participação de Raposo, o que talvez indique um possível distanciamento político neste momento. Para o evento deslocou-se da capital para Vassouras uma comitiva integrada pelos principais representantes do poder público do Estado. Entre eles,

... o interventor do Estado do Rio Ary Parreiras, que se fazia acompanhar de sua exma. esposa, do secretário do Interior e Justiça, dr. Rui Buarque, do professor Nobrega da Cunha, secretário de Educação, do representante do chefe de polícia, dr. Joubert Evangelista da Silva e do dr. Athayde Parreiras, procurador dos Feitos do Estado do Rio. Muitos outros membros de destaque nas administrações federal e estadual, diversas senhoras e grande número de representantes da imprensa completavam a caravana. (*Diário Carioca*, 31 dez. 1933, p.1).

No âmbito das reformas implementadas no município dispendo das comemorações do centenário como pretexto e justificativa, foi proposto um plano de obras, o qual foi intitulado “plano quinquenal”, provavelmente inspirado no modelo de gestão aplicado na União Soviética no mesmo período. Este seria um dentre tantos outros aspectos em que as concepções de Maurício de Lacerda sobre o socialismo estariam presentes na gestão e no projeto de cidade ao qual estava à frente.

Por conta do referido plano foi instituída a “taxa do centenário”, cuja proposta era aplicar a arrecadação “especialmente em obras e serviços de rendimento do município segundo o plano de obras (quinquenal)”, a qual seria considerada revogada “desde que o referido plano não seja executado durante o exercício” (*Diário Oficial*, 12 jan. 1934, p. 25). Juntamente com o plano de obras foi realizada a atualização ou implementação de várias regulamentações que regiam o município, tais como as reformas das leis e dos códigos de posturas e de higiene, a criação do Código de Obras e a reforma da Instrução (RIO DE JANEIRO, 1934).

Neste período, o município de Vassouras contava com uma extensão territorial maior do que a atual, composta por outros centros urbanos que posteriormente foram elevados à condição de cidade, tais como Mendes, Paracambi, Miguel Pereira e Pati do Alferes. Em um indicador turístico publicado com relativa regularidade e com as mesmas informações no *Jornal de Vassouras*, o município estava dividido em nove distritos, nos quais, variando a densidade demográfica, distribuíam-se 90.000 habitantes. Neste indicador também encontravam-se

numerados, sem nenhum apelo turístico, os edifícios públicos, as oficinas e garagens, as bombas de gasolina, as indústrias, os hotéis e os sítios pitorescos, dentre os quais, da cidade de Vassouras destacava-se o então recente “Monumento do Centenário”, além da “Ponte Funda e Chácara da Hera” (*Jornal de Vassouras*, 13 abr. 1935, p. 4).

De acordo com o relatório do Interventor, ao comparar o período compreendido entre os anos de 1929 e 1933, concluiu que “o município de Vassouras tem se desenvolvido, na indústria e no comércio, de modo apreciável” (RIO DE JANEIRO, 1934, p. 435). Consta que em 1929 arrecadou-se a importância de 345:986\$322 [345 contos e 986.322 réis] e em 1932 arrecadaram-se 389:133\$599 [389 contos e 133.599 réis], sendo aumentada esta cifra em 1933 para 446:135\$810 [446 contos e 135.810 réis], e segundo se previa, em 1934 atingiria 646:530\$000 [646 contos e 530.000 réis].

Também avaliava que esta melhoria nos resultados se devia ao saneamento das contas do município e à aplicação planejada “em obras úteis e necessárias, que além do rendimento direto industrial ou indireto do urbanismo”, isto “tem contribuído para a tonificação econômica do município, passando todo ele, distrito por distrito, por uma fase de trabalho permanente” (RIO DE JANEIRO, 1934, p. 435). Este relatório, como um veículo de divulgação do governo do estado, fazia ressoar a tônica de desenvolvimento e trabalho.

Segundo o relatório, as principais indústrias que estavam alavancando o desenvolvimento eram a Companhia de Laticínios Vassourense, situada na localidade de Barão de Vassouras e de propriedade de Leon Gilson, membro do conselho consultivo; a Fábrica de Fogos de Artifício, instalada no sexto distrito, que era “a maior do gênero existente na América do Sul” (RIO DE JANEIRO, 1934, p. 435); a Fábrica de Tecidos São Luiz, sediada na cidade de Vassouras e cuja administração competia a Octavio Gomes, também membro do conselho consultivo; além das fábricas de armação de guarda-chuvas e de papelão comprimido na localidade de Aliança.

Destacavam-se também as indústrias de laticínios com várias unidades produtoras de leite e derivados, os quais eram comercializados principalmente no Rio de Janeiro, sendo que “no último levantamento feito no município foi apurado o total de 20.000 rezes adultas” (RIO DE JANEIRO, 1934, p. 435). Neste contexto, em relação ao café, o relatório aponta para o abandono desta produção agrária, o que implicava o surgimento de novas dinâmicas econômicas no âmbito rural relacionadas à pecuária, o que não suplantou a produção agrária.

O agricultor vassourense voltou-se para a cultura dos cereais e a pequena lavoura. Dessa permuta resultou a animação da Feira de Avelar, primeiro centro fornecedor dos mercados de Madureira e Municipal do Distrito Federal. Prognostica-se que Avelar será o maior empório comercial do sul do Estado. (RIO DE JANEIRO, 1934, p. 435).

Outro fator importante indicado no relatório era o fato de haver tanto estradas quanto ferrovias em quantidade então satisfatórias para atender a dinâmica de atividades do município. Além disso “o plano rodoviário e o plano sanitário tem dado ao urbanismo e à vida local avanço apreciável, apesar do retraimento do dinheiro e depressão oriunda da crise universal” (RIO DE JANEIRO, 1934, p. 436), fazendo alusão à crise de 1929. É interessante observar que, apesar do relatório apresentar diversas realizações do plano de obras de Vassouras, em nenhum momento faz menção ao *plano quinquenal* concebido pela administração liderada por Maurício de Lacerda. Isso representou um dos indícios de dissonância que posteriormente iria se agravar entre a gestão local e o Governo Provisório.

Em termos de infraestrutura, investiu-se em “esgotos pluviais, novas redes de abastecimento na Cidade” (RIO DE JANEIRO, 1934, p. 441). O município contava, neste período, com três usinas para geração de energia elétrica, como também foi concluído um “estudo e planta da instalação modernizada de luz na Cidade e no edifício da Prefeitura, Bureau Lighting Service, disso incumbido pela Prefeitura, que adotou numerosas reformas aconselhadas” (RIO DE JANEIRO, 1934, p. 440). Houve um incremento da iluminação pública, ampliando o “número de velas nas várias ruas da cidade, edifício da Prefeitura, Grupo Escolar, Escola Centenário, Monumento [Monumento Centenário, localizado ao lado da referida escola], como também o acréscimo de iluminação nas novas ruas 5 de Julho e Nilo Peçanha” (RIO DE JANEIRO, 1934, p. 440). Com isso, determinados espaços da cidade passaram a ter usos em novos horários, o que implicava o fomento à mudança de hábitos e dinâmicas de sociabilidade.

Neste período Vassouras era conhecida por suas estações climáticas, que era uma das motivações do turismo local. Além disso, o processo de remodelamento da cidade, que incluía a “macadamização” [pavimentação] e a abertura de novas ruas, visando não apenas os aspectos funcionais de uma cidade em que se intensificava paulatinamente a presença de veículos motorizados, tornava também a aparência da cidade mais aprazível ao visitante. Com isso também buscava-se melhorar a infraestrutura em função da proposta de criação do circuito turístico Rio-Paracambi-Rodeio-Vassouras-Pati-Petrópolis-Rio, junto ao Touring Club. A prefeitura também promovia “festejos de caráter popular” (RIO DE JANEIRO, 1934, p. 436),

tais como festas juninas junto ao Monumento do Centenário e a municipalização do carnaval, além da formação de uma banda municipal de música.

Neste período também foi construído pelo Ministério da Viação, em um terreno cedido pela prefeitura, o novo Prédio dos Correios e Telégrafos. Outro ponto interessante foi “a adaptação realizada no antigo Palacete Cananea para instalação do Fórum” (RIO DE JANEIRO, 1934, p. 436), pois tratava-se de um dos principais casarões do centro de Vassouras, que, com o declínio da economia cafeeira, foi vendido para o governo do estado do final da década de 1890. O próprio prédio da prefeitura sofreu intervenções para remodelamento (RIO DE JANEIRO, 1934), como também foram construídas quatro escolas novas municipais, além da Escola Centenário, do Curso 5 de Julho e do Ginásio, além da “criação de um curso destinado à alfabetização dos operários sindicalizados” (RIO DE JANEIRO, 1934, p. 438).

De maneira geral, além da construção da praça onde está instalado o Monumento Centenário, vários jardins e praças foram reconstruídos e ruas ajardinadas, juntamente com a colocação de bancos de madeira e cimento armado, como também postes, braços e globos modernos para iluminação. Foi também realizada a conservação dos monumentos da cidade e a instalação de placa comemorativa da construção da E. Ferro Central na Casa do Barão de Vassouras, localizada no centro urbano de Vassouras (RIO DE JANEIRO, 1934).

Outro aspecto também enfocado foi a proibição de devastação das matas e o reflorestamento, com a “reconstituição do horto florestal, com 5 mil árvores de sombra e flores e sementes para jardins públicos, e distribuição a numerosos populares, inclusive às Prefeituras de Santa Teresa e Valença”. Além disso, na cidade foram plantadas em torno de 4.000 árvores, em “todas as ruas e praças, inclusive subúrbios e ruas novas da sede de Vassouras” (RIO DE JANEIRO, 1934, p. 436). Nesta proposta de recuperação das árvores da cidade estava incluído o replantio de Palmeiras Imperiais nas falhas dos jardins e ruas.

No que se refere aos possíveis indícios de mudanças de hábitos locais em determinados segmentos sociais, houve também iniciativas particulares, cujas propostas faziam ressonância às transformações locais. Uma delas foi o Centro de Diversões Lido, do senhor Ladislau Cunha, que intencionava implementar uma praça de esportes “dotado de vários aparelhos destinados ao exercício físico, tais como barra, basquete e tênis”, que seriam “ensinados por técnicos” que instruiriam “os interessados sobre as regras dos mesmos”, com espaços dedicados às crianças com vários jogos e diversões modernas (*Jornal de Vassouras*, 13 abr. 1935, p. 3).

Em meio a este processo de transformação do município, outras formas de representar a imagem da cidade em seus aspectos visuais também foram difundidas, através dos recursos tecnológicos que despontavam naquele período, em meio à formação da cultura de massa. Ou seja, foram elaboradas filmagens da cidade que incluíam as reformas e os eventos do centenário, sendo exibidas em diversas partes do Brasil, conforme indicava o relatório do Interventor do Estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 1934).

Outra imagem de Vassouras que também assumiu importante papel na monumentalização da cidade foi uma tela encomendada pela prefeitura ao artista Antônio Mattos para a comemoração do Centenário, que se baseia em uma fotografia antiga pertencente ao falecido Gustavo Baptista Machado, para representar a construção do prédio da prefeitura. De acordo com a nota no jornal, “o artista estudou o meio, o solo, o céu, a luz de Vassouras e realizou um quadro digno de um museu de arte” (*Jornal de Vassouras*, 29 jun. 1935, p. 5). Além disso, foram produzidos diversos cartões postais da cidade “com vistas da cidade, povoados, estabelecimentos oficiais, prédios municipais, hotéis – tipo para turistas” (*Jornal de Vassouras*, 23 mar. 1935, p. 7). Tais características apresentadas entusiasticamente no relatório indicavam uma imagem ambivalente de progresso e tradição.

Para complementar esta imagem da cidade que é proporcionada pelos meios de tornar públicas as ações dos órgãos oficiais, há uma matéria intitulada *Radicais transformações no município de Vassouras – o que tem sido a administração do sr. Maurício de Lacerda*, publicada no jornal *Correio da Manhã*, de 14 janeiro de 1933. Neste texto é apresentado o relato de uma suposta “educadora que fez parte da caravana que esteve em Vassouras, por ocasião das excursões favorecidas pelo governo fluminense aos delegados à V. conferência Nacional de Educação” (p. 6). Um ponto fundamental nesta narrativa é a afirmação de que “o grande e outrora florescente município de Vassouras, no estado do Rio, atravessava de há muito um ciclo de franca decadência, quando a Prefeitura foi confiada ao sr. Maurício de Lacerda”. Assim, de início o comentário coloca o referido prefeito como o principal agente desta transformação.

O texto afirma que no início da administração circularam “comentários de que o tribuno liberal, paradoxalmente, estava praticando atos de truculência, perdendo sua popularidade”, mas que com o avanço das mudanças que estava empreendendo, estas observações foram arrefecendo. De acordo com o texto, a referida informante esteve atenta aos resultados das ações empreendidas pela prefeitura, como também “colheu informes de pessoas insuspeitas do município, mesmo de adversários políticos do atual prefeito”. Dentre as mazelas

enfrentadas no início da gestão, o relato elenca a jogatina sem controle, afetando todas as classes da cidade, como também a “malandragem licenciosa em diversos pontos da cidade e do interior do município, ‘moços bonitos’ a afrontarem a moral pública, praticando contínuas desordens e os serviços públicos em completa desorganização”. Tais aspectos não foram encontrados em outros escritos elencados sobre Vassouras, que aparentava assim uma versão reduzida da capital.

De acordo com o relato, foram implementadas medidas rigorosas, interditando clubes e coibindo desordeiros, “exigindo trabalho a quantos estivessem com saúde, promovendo construções, exercendo rigorosa fiscalização na receita e na despesa do erário municipal, afora outras realizações que modificaram os diversos aspectos da vida social e visavam à expansão econômica de Vassouras”.

A informante afirma que a condição anterior do ensino em Vassouras era deplorável, com um total de 28 escolas do estado, em prédios degradados e carentes de estrutura e materiais para o bom funcionamento, situadas nos centros mais densamente povoados. Além disso, as 14 escolas municipais estavam assentadas em fazendas, também em condições deploráveis. Houve então o fechamento de escolas do estado para que esta instância de governo pudesse implementar as devidas reformas, enquanto na esfera do município foi realizado um “ressenceamento da população em idade escolar, nos diversos distritos”, para formular estimativas para a abertura de novas escolas no ano seguinte. Após Maurício de Lacerda designar como Diretor da Instrução o Dr. Ariosto Espinheiro, promoveu visitas juntamente com o referido diretor para avaliação das escolas do município.

Criou também um museu central, sendo que os professores responsáveis foram encaminhados para realizar “um curso de especialização no Museu Nacional”. Além disso, implantou nas escolas “o Cinema educativo”, nos quais, a partir de acordos com o Ministério da Viação, haveria a disponibilidade de entregadores [de filmes] para as escolas mais distantes. Desta forma, para a observadora, “o serviço de projeção está bem organizado e dando excelentes resultados, tendo sido estabelecida, em horas diversas, a exibição para adultos, mediante a taxa de 200 réis, cujo produto já permitiu a aquisição de 12 novos filmes.”

Ainda no campo educacional, Maurício de Lacerda implantou “o Círculo de Pais e Professores”, com grande proveito para o ensino, pois fazendo parte do mesmo “dos grandes proprietários já foram recebidos valiosos donativos, inclusive casas, terrenos e material

didático”. Houve inclusive o afastamento de professores sem diplomas, para que posteriormente fossem “submetidos a um exame de suficiência”.

O prefeito também realizou uma solução inusitada em relação à vadiagem infantil, pois “sr. Maurício de Lacerda convocou os pequenos vagabundos e abandonados, vestiu-os e nomeou-os em massa empregados do município, com atribuição de zelarem pela limpeza e higiene da cidade, mas com a obrigação de frequência das escolas noturnas”. Desta forma, reforça a informate, “a inovação teve o almejado e eficaz proveito, visto que a cidade está um brinco e durante os últimos três meses de aulas, em 1932, os pequeninos funcionários públicos não deram uma só falta e revelaram aproveitamento nos estudos”.

Um ponto relevante que é relatado é a expectativa que havia em relação ao litígio que estava em julgamento sobre a “formidável herança de Eufrásia Teixeira Leite, descendente dos Barões de Itambé, a qual por morte legou todos os seus bens, superiores a 20.000:000\$000 – vinte mil contos de réis – à Santa Casa e ao município de Vassouras, que serão apenas depositários”. Havia neste testamento a especificação do “emprego das rendas e dos seus bens em sanatórios, creches, asilos, escolas primárias e escolas de agricultura prática”. Neste montante estava incluída a “chácara do Eras [Casa da Hera], onde deverá ser instalado um museu que guarde o patrimônio histórico do município de Vassouras”.

Estes recursos que seriam administrados pela Santa Casa em princípio iriam alavancar a geração de empregos, além de proporcionar um aumento significativo das estruturas e instituições que poderiam contribuir com a modernização da cidade. Apesar do fato de que esta herança não é o foco dessa pesquisa, cabe ressaltar como a questão dessa herança era percebida pela gestão de Maurício de Lacerda através das matérias no boletim municipal.

A origem desta fortuna deve ser encontrada no trabalho dos escravos primeiro, depois no trabalho mal pago dos vassourenses, em seguida nos campos de batalha da guerra europeia, onde os especuladores da Bolsa jogavam ‘poules’ nos cadáveres. Não foi por acaso nem caiu do céu, que tanto dinheiro se acumulou naquela casa bonita e solitária da Chácara da Hera. (Jornal de Vassouras, 02 fev. 1935, p. 1).

Essa fortuna suscitava polêmicas tanto na destinação da herança quanto na capacidade do empreendedorismo de uma mulher. Havia também o fator social que a prefeitura, marcada por ideologias com tendências de esquerda, colocava em questão. Além disso, o advogado responsável pelo testamento era Raul Fernandes, que estava engajado na política de Vargas e representava perspectivas políticas diametralmente opostas às do então prefeito.

Ao terminar sua narrativa a representante da Associação Brasileira de Educação afirmou ter lamentado não ter avistado com o sr. Maurício de Lacerda, “a quem não conhece pessoalmente, para o felicitar pela patriótica obra de reconstrução e soerguimento que está sendo realizado em Vassouras” e conclui solicitando aos redatores “que não declarássemos o seu nome, para que não se dissesse que desejava com suas informações receber agradecimentos” (Correio da Manhã, 14 jan. 1933, p.6).

Apesar de indicar determinadas circunstâncias que estavam ocorrendo em Vassouras, tanto a construção do relato, mas principalmente a sua conclusão oferecem indícios de que o texto publicado fazia parte de um conjunto de ações para a promoção do município, mas principalmente da gestão do prefeito. De certa maneira, inclusive o relatório do interventor e o jornal de divulgação da prefeitura de Vassouras também trazem uma parcela considerável em sua narrativa de propaganda.

O relatório destaca as principais deliberações deste período, ou seja, questões e propostas colocadas em pauta de discussão, o que indica a intenção sobre o assunto, mas não necessariamente sua efetivação. Em parte, os planos, as propostas e os projetos divulgados representam um conjunto de intenções, estando sujeitos à capacidade ou às possibilidades de realização, às reformulações e adequações, às contingências e circunstâncias. Mas revelam como a administração pública constrói as imagens de seus gestores refletidas na imagem da cidade que idealizam.

3.1. A FUNDAÇÃO 1º DE MAIO

Um aspecto significativo do projeto de modernização de Vassouras era o fato de que, com o mesmo empenho em que se investia na remodelação dos espaços, ou dos aspectos mais funcionais e estéticos, acreditava-se que seria fundamental a reestruturação da formação daqueles que habitariam estes espaços. Não se tratava da prevalência do espaço no condicionamento da sociedade, com a ampliação das regulamentações, das leis e códigos de posturas que já estavam sendo realizados. Mas tratava-se de um processo que pretendia atuar em uma esfera mais profunda na relação entre habitante com o lugar, através da educação e da cultura, com o intuito de instaurar novos destinos à cidade e aspirando a fomentar o engajamento e a sintonia local com os ideais de formação do cidadão para uma nova sociedade.

Em um artigo no *Jornal de Vassouras* do dia seis de abril de 1935 afirma-se que “a Prefeitura de Vassouras lançou no Centenário da antiga vila fluminense um plano quinquenal

de administração, no qual foi compreendido, como não podia deixar de ser, o setor cultural”. (*Jornal de Vassouras*, 06 abr. 1935, p. 1). Estas iniciativas aproximavam-se do “ideal de muitos republicanos históricos que depositavam grandes esperanças de, através da educação, inserir a ‘massa’ no processo de construção da nacionalidade, tornando-a ‘povo’” (FERNANDES, 2009, p. 65).

Desde o início do século XX, as concepções de educação estavam profundamente empenhadas na construção da identidade pautada na formação da nacionalidade, estando tais propostas em evidência nas correntes autoritárias de governo, nos quais os intelectuais da época produziram modelos explicativos da nação e ao Estado competia a missão de construção e condução do povo. José Murilo de Carvalho associa as propostas de renovação dos processos educativos com o novo ímpeto de desenvolvimento nacional.

As propostas dos defensores da escola Nova, entre os quais Anísio Teixeira, Fernando Azevedo e Lourenço Filho, tinham um lado de pura adaptação do ensino ao mundo industrial, que tornava cada vez mais dominador. O ensino devia ser mais técnico e menos acadêmico. Mas tinha também um lado democrático, na medida em que apontavam a educação elementar como um direito de todos e como parte essencial de uma sociedade industrial e igualitária. Num país de analfabetos, tal pregação apontava para um problema central na formação de cidadãos. (CARVALHO, 2008, p. 92).

Neste sentido, a reboque do letramento, o ensino de História cumpriria uma função determinante na concepção e na introjeção de um ideal de cidadania adequado à modernidade vigente, proporcionando uma genealogia que remeteria às origens, aos ideais de desenvolvimento e a um sentido evolutivo da trajetória deste povo, que não apenas revelariam, mas também formariam a alma e o caráter nacional. (ABUD, 1998).

Formar um “homem novo” para um Estado Novo, conformar mentalidades e criar o sentimento de brasilidade, fortalecer a identidade do trabalhador, ou por outra, forjar uma identidade positiva no trabalhador brasileiro, tudo isso fazia parte de um grande empreendimento cultural e político para o sucesso do qual contava-se estrategicamente com a educação por sua capacidade universalmente reconhecida de socializar os indivíduos e valores que as sociedades, através dos seus segmentos organizados, querem ver internalizados. (BOMENY, 1999, p. 139)

Este processo formativo foi também apropriado dos diversos intelectuais da época como uma missão em esclarecer o povo, tanto nos aspectos formativos educacionais, mas principalmente em revelar-lhes o que consideravam ser a própria alma, no sentido de caráter ou essência. (SEVCENKO, 1999). Assim engajado, Ignácio Raposo busca fazer do livro *História de Vassouras* uma de suas contribuições para a sociedade local pois, com a fundamentação

histórica do passado, pretendia mostrar à sociedade não apenas o que ela era a partir do seu passado, mas o que deveria ser.

No que se refere à educação e à cultura no sentido de um ideal de ilustração adequada às primeiras décadas do século XX, Raposo elabora no final de seu livro sobre Vassouras relatos que tangenciam as principais realizações empreendidas para o centenário de Vassouras. Dentre elas encontra-se a história do Grupo Escolar Thiago Costa, com o qual estabelece o vínculo com a Fundação 1º de Maio, além de construir outros vínculos com o passado de iniciativas associadas às ações desta fundação, como a biblioteca e o teatro. A evocação desses vínculos e dessas iniciativas com o passado buscava legitimar o impacto da atuação das mesmas no conjunto do plano quinquenal.

Assim também, no que se refere ao conjunto de ações que pretendia modificar radicalmente a educação em Vassouras, as quais em grande parte foram capitaneadas pela Fundação 1º de Maio, Ignácio Raposo constitui uma “genealogia” das iniciativas que culminaram nesta instituição. Nos capítulos finais, quando Raposo se dedica de forma panorâmica ao que denomina período de soerguimento de Vassouras, o autor baliza esta trajetória pontuando o sentido atribuído de continuidade através da composição da sucessão dos referenciais de memória, ou seja, através dos espaços, pessoas ou personalidades e acontecimentos (POLLAK, 1992).

Assim, após relatar um aumento nas subvenções para o custeio de escolas públicas no terceiro e sétimo distrito de Vassouras em abril de 1911, Ignácio Raposo (1935) afirma que “um acontecimento mais importante ainda, vinha a aumentar a instrução pública nesse município: a criação do Grupo Escolar Thiago Costa” (p. 274). Partindo da trajetória das funções e atribuições do prédio onde foi instalado, o autor reconstrói em etapas a formação deste lugar em que se constituiu esta escola até o momento em que escreve sua obra. Raposo (1935) afirma que “o prédio em que ainda hoje funciona esse grupo é o mesmo a que acima nos referimos quando tratamos da mudança da Câmara Municipal da Rua Bonita para a do Colégio” (p. 274). Foi construído pelo fazendeiro João Maria Lisboa, que em 1860 alugou para a câmara municipal, onde permaneceu até 1872, quando foi transferida para o então novo prédio da prefeitura. Tendo sido adquirido pelo Barão de Vassouras, posteriormente este transferiu a posse para o estado, o qual instalou duas escolas distintas, sendo uma dedicada ao ensino masculino e outra ao feminino. Esta distinção foi extinta em 1911 com “a reforma da instrução pública realizada no governo do dr. Francisco Chaves de Oliveira Botelho” (RAPOSO, 1935, p. 275), sendo batizada como Escola Suplementar de Vassouras.

Cerca de três meses depois da fundação deste estabelecimento, pelo dr. Sebastião de Lacerda, secretário geral do Estado do Rio, que fazia a reforma da Instrução de 1911, recebeu ele, por sugestão desse ilustre vassourense, o nome de Grupo Escolar Tiago Costa, em memória do referido clínico e jornalista esforçado. (RAPOSO, 1935, p. 275).

Além de registrar a homenagem a um médico, jornalista e político que atuou na Santa Casa de Misericórdia da cidade, Raposo mais uma vez vincula os marcos de transformação de Vassouras à família Lacerda. Em seguida apresenta a sucessão dos diretores do referido grupo escolar até 1933, quando assumiu a condução do estabelecimento de ensino Alcina Lopes, com quem provavelmente Raposo deve ter tratado de assuntos referentes à publicação de seu livro sobre Vassouras. De acordo com o autor,

Alcina Lopes foi nomeada Auxiliar de Inspetor por concurso público realizado em fevereiro deste mesmo ano e hoje é presidente da Fundação 1.º de Maio, instituição cultural que funciona no grupo, com biblioteca, cinema, museu, rádio, teatro, hortos escolares, tendo sido fundada na sede do município, pela Prefeitura, no centenário. (RAPOSO, 1935, p. 276).

Ao construir esta narrativa, Raposo estabelece mais um vínculo das iniciativas que estavam ebulindo no contexto em que estava inserido em Vassouras da década de 30, procurando não enfatizar as rupturas geradas pelas transformações das políticas e propostas de ensino, assim como dos fatores sociais e dos agentes envolvidos na concepção daquele processo de instrução pública. A partir do lugar, das regularidades e da duração do espaço que se expressa no prédio, o autor ressalta e tece os vínculos com um determinado passado, atribuindo além do efeito de consistência histórica e seu consequente efeito de legitimação, um sentido evolutivo da forma como a modernidade se manifestava localmente.

De acordo com o artigo 4º de seu estatuto, o propósito da Fundação 1º de Maio foi “cooperar para o levantamento do nível cultural e moral da população de Vassouras, fornecendo fontes permanentes de cultura e meios sadios de recreação a todo indivíduo sem distinção de nacionalidade, sexo, idade, credo ou profissão” (*Jornal de Vassouras*, 13 mai. 1935, p. 9). Desta forma, compunha uma das frentes de atuação para um projeto que se pretendia civilizador, considerando necessário a elevação dos padrões culturais e morais como reflexo e sintonia com a modernização pretendida. Sua proposta de atuação indistinta era mais um aspecto que revelava a tendência à anulação das questões raciais, em uma sociedade tão marcada pela atuação de negros escravizados.

A proposta desta fundação manteve-se vinculada a uma proposta inicialmente elaborada no ano anterior, com o “plano bibliotecário e educacional traçado pelo decreto

municipal de nº 291 de 1º de Maio de 1934” (*Jornal de Vassouras*, 13 mai. 1935, p. 9). Este plano, que foi a base para a elaboração do estatuto da Fundação 1º de Maio, previa a disponibilidade de se “angariar fundos de particulares, escolares ou não, pelas sessões de cinema, empréstimos de livros, recreios e serviços outros que prestar” (*Jornal de Vassouras*, 13 mai. 1935, p. 9). Os estatutos publicados pelo referido jornal foram “aprovados pelo Promotor Público, dr. Oswaldo Rodrigues de Lima, de acordo com a lei, art. 27 do código civil” vigente na época e protocolado no “Registro de Títulos e Documentos, deste município, sob n. 206 no livro 1, letra A” (*Jornal de Vassouras*, 01 mai. 1935, p. 10), sendo registrado no livro 2 em 27 de abril de 1935.

Conforme especificação do artigo 2º do estatuto, a Fundação 1º de Maio foi instituída pela Prefeitura Municipal de Vassouras e seu então prefeito Maurício de Lacerda, constituída com a doação de bens no valor total de 160:000\$000 [160 contos de réis], que compuseram seu patrimônio inicial. A maior parte provinha da prefeitura de Vassouras, com a estrutura, o equipamento e acessórios do Cine Escolar, da Biblioteca Escolar e da Biblioteca Popular, do Museu, dos núcleos de bibliotecas e museus das escolas de Pati do Alferes, Pocinho, Centenário, Casal e Rodeio, do teatro escolar e dos Clubes Agrícolas e os dois rádios da Escola Centenário.

O prefeito Maurício de Lacerda contribuiu com 3.288 livros destinados à Biblioteca Popular Municipal, “inclusive estantes circulantes e fixas”, assim como “779 volumes na Biblioteca Escolar com livros sobre ciências, letras, artes, recreativos e pedagógicos, estantes fixas e móveis, armários, vitrines e objetos para museu” (*Jornal de Vassouras*, 13 mai. 1935, p. 9). No caso de extinção da instituição, o artigo 14º determinava o retorno à prefeitura dos bens por ela doados, “para serem aplicados em institutos de educação do Município” (*Jornal de Vassouras*, 13 mai. 1935, p. 9). Em relação aos livros doados pelo Maurício de Lacerda, estes deveriam ser destinados à Biblioteca Universitária de Niterói.

Consta que esta doação foi motivo de desavença entre Maurício e seu filho Carlos Lacerda. Inicialmente esses livros, que pertenceram a seu pai, Sebastião, seriam doados à sala na Escola Centenário, que seria inaugurada em 1933, cujo nome homenageava Sebastião de Lacerda. Carlos teria dado uma contraordem ao funcionário da chácara de propriedade da família Lacerda para que retornasse com os livros, escrevendo “uma severa carta a Maurício”, na qual salientava “o fato de que necessitava dos livros” e que lamentava “que ele e o pai tivessem de recorrer a cartas para tratar desses assuntos” (DULLES, 1992, p. 39). Sem

necessariamente poder estabelecer uma correspondência entre os fatos, em 1935 os livros foram doados para as bibliotecas vinculadas à Fundação 1º de Maio, ano em que Carlos Lacerda havia abandonado sua formação em Direito.

A Fundação 1º de Maio era dirigida por dois conselhos: o Diretor e o Fiscal. A proposta de gestão da instituição esboçava uma atuação participativa de diferentes segmentos vinculados à educação, incluindo alunos. Conforme o artigo 9º, o conselho diretor seria “composto do Presidente da Fundação 1º de Maio que será também presidente do Conselho Diretor, da Diretoria da Escola Centenário e de 9 alunos das 3ª, 4ª e 5ª séries do Grupo Escolar Thiago Costa, estes eleitos, anualmente, por aqueles, à razão de 3 por série” (*Jornal de Vassouras*, 13 mai. 1935, p. 9). Neste caso, a indicação dos alunos seria realizada pelos educadores. O Conselho Fiscal, de acordo com o artigo 10º, era assim composto:

Do Inspetor Regional de Ensino, do Diretor de Instrução Municipal ou qualquer outro delegado do Prefeito; do diretor do Grupo Escolar de Rodeio, de um ex-aluno do Grupo Escolar Thiago Costa, este eleito, pelos três primeiros; de um ex-aluno da escola Centenário, também este, anualmente eleito, pelas classes da mesma escola. (*Jornal de Vassouras*, 13 mai. 1935, p. 9).

Apesar de não estar explicitado, é possível que a proposta de se instituir uma fundação tivesse a intenção de criar uma relativa autonomia às iniciativas ao projeto educacional, de forma que não ficassem restritas à prefeitura ou à sazonalidade dos cargos eletivos. Poderia também receber doações e atuar de forma mais abrangente dentro da sociedade, com um conjunto amplo de atividades comunitárias, tais como o cinema, o teatro. Mas no contexto do governo Vargas esta estratégia não seria uma garantia de permanência da instituição.

Nos estatutos buscava-se garantir relativa estabilidade ao declarar no artigo 15º que qualquer alteração nos mesmos só poderia ser efetuada por decisão da maioria absoluta dos conselhos diretor e fiscal, no artigo 16º que as reformas no referido regimento não poderiam contrariar os propósitos da fundação e, no artigo 17º, que as mudanças precisariam de aprovação “pelo órgão do Ministério Público competente” (*Jornal de Vassouras*, 13 mai. 1935, p. 9).

Uma das principais ações da Fundação 1º de Maio como forma de difusão da educação e cultura eram as bibliotecas. Mais uma vez o autor realiza uma “genealogia”, introduzindo um percurso das bibliotecas na história do município até culminar no plano que estava sendo instituído pela Fundação 1º de Maio. Desta forma partia da “criação das bibliotecas provinciais pela lei nº 1.650 de 21 de dezembro de 1871”. Pelos levantamentos do autor, no Almanaque

Laemmert de 1874 há uma citação sobre a existência de bibliotecas particulares em Vassouras e, conforme noticiado, a biblioteca “pública foi instalada em 18 de Maio de 1872 na Camara” a partir de “doações de dinheiro para a compra, como também de livros (Alfredo Escragnolle Taunay e Christovão Correia e Castro)” (RAPOSO, 1935, p. 189).

De maneira recorrente, Ignácio Raposo coletiviza seu relato do passado incluindo-se nele, afirmando que “a *nossa* foi instalada a 18 de Maio de 1872 numa das salas da Câmara Municipal com o nome de Biblioteca Popular de Vassouras tendo como seu primeiro bibliotecário Antônio Joaquim Pinto da Fonseca” (RAPOSO, 1935, p. 189. Grifos meus). De acordo com o autor, “sempre que falecia algum homem de letras no município, legava os seus livros à Biblioteca Popular, e quando disso não se lembrava, a viúva espontaneamente os oferecia ao estabelecimento recém-criado” (RAPOSO, 1935, p. 190).

Como esta afirmação carece de outros registros, é possível que sua intenção fosse estimular que se realizassem doações de livros para a recuperação da biblioteca que se efetuava em 1935, como que mostrando um suposto comportamento realizado no passado em relação à biblioteca. De qualquer maneira, no *Jornal de Vassouras* sistematicamente publicava notas informando as novas doações incorporadas à biblioteca e o nome dos doadores.

Ainda de acordo com o relato de Raposo, o espaço no Paço Municipal que abrigava a biblioteca era pequeno, “a Câmara mandou preparar em 1881 algumas salas da casa de sua propriedade à rua Caetano Furquim, estabelecendo nelas a biblioteca e a estação telefônica” (RAPOSO, 1935, p. 190). Na prática, devido às suas atividades administrativas, havia a demanda de mais espaço na própria câmara. Em seguida, em 1883, a Biblioteca Popular foi transferida para o Palacete Caetano Furquim, ficando instalada apenas por um ano e meio, pois Alberto Brandão, que era político, educador e jornalista empenhou-se por conseguir um contrato com a câmara local e mais uma vez a biblioteca foi deslocada novamente para o Paço Municipal, passando a ficar vinculada à secretaria da câmara. Há indícios da pouca prioridade dada ao acervo. Segundo informa Raposo, “ao que fomos informados esta biblioteca funcionou regularmente até 1908, ficando aí por diante cada vez mais abandonada e pobre de livros, até desaparecer quase completamente” (RAPOSO, 1935, p. 191).

Os últimos vestígios dessa nobre instituição encontravam-se atirados a um pequeno compartimento da Prefeitura, já reduzidos a míseros frangalhos onde nem mesmo as traças teriam muito o que fazer, quando o dr. Maurício de Lacerda, como prefeito municipal, tomou a peito restaurar a biblioteca, enriquecendo-a com inúmeras obras instrutivas e de ficção, reforma ou restauração esta que se deu em 1935. (RAPOSO, 1935, p. 192).

É interessante observar que há um período de desinteresse pela biblioteca e que irá corresponder ao período que o autor considera a decadência do município. Em geral, as famílias mais abastadas possuíam seus próprios acervos e a mobilidade social que o estudo poderia proporcionar não era tão significativa, além da falta de perspectiva das classes menos abastadas terem disponibilidade e acesso ao letramento e ao estudo. Na narrativa de Raposo, de certa maneira, a recuperação desta instituição afirmava o vínculo da remodelação de Vassouras não como destruição do passado, mas uma retomada do que havia de fundamental e pré-existente na sociedade que formava o esteio do progresso almejado. Desta forma, Raposo afirma que “hoje a biblioteca municipal de Vassouras é um estabelecimento que honra os créditos dos Vassourenses” (RAPOSO, 1935, p. 192).

Outra frente de atuação da Fundação 1º de Maio eram os cines-escolares, cujo propósito era oferecer aos alunos e também aos habitantes do município atividades culturais e formativas. A intenção era que sua organização pudesse dispor outros espaços no município, não apenas do próprio espaço, localizado no Grupo Escolar Thiago Costa. Conforme o decreto número 283, em seu artigo 11º, poderiam “entrar em acordo com os cinemas públicos para exibições de filmes educativos e recreativos à infância escolar da região, em dias apropriados, bem como de higiene e educação popular, a preços reduzidos para o público e gratuitos para a infância no dia aludido” (*Diário Oficial*, 09 jun. 1934, p. 17). Além disso, o artigo 12º declara que os cinemas que se dispusessem a exibir filmes educativos e de higiene com entrada gratuita para qualquer aluno da cidade em pelo menos 50% das sessões receberiam isenção de impostos municipais sobre atividades de divertimento.

Os museus vinculados às escolas, principalmente ao Grupo Escolar Thiago Costa e à Escola Centenário, que eram os modelos para os demais estabelecimentos de ensino público no município, também foram anunciados como instrumentos de relevância para a educação. Há uma indicação em jornal que afirma sobre professores “encarregados a fazer um curso de especialização no Museu Nacional” (*Correio da Manhã*, 14 jan. 1933, p.6).

É interessante observar que a importância no campo da formação dos alunos e a ideologia que matizava a administração municipal determinavam os critérios seletivos do acervo, os quais não estavam completamente estabelecidos, mas constituindo-se com o funcionamento do estabelecimento. Um exemplo é a determinação do prefeito da “imediata exclusão, do Museu escolar, de todo e qualquer objeto relativo a guerras, sobretudo a guerras fratricidas, seja entre brasileiros, seja entre povos irmãos”, principalmente o “capacete e a granada ofertados ao

Museu e provenientes de recente guerra civil brasileira, bem como aos fuzis da guerra de 70 entre o Império e a ditadura paraguaia”.(*Diário de Notícias*, 14 jan. 1933, p. 3).

Assim, dentre outros aspectos, reforça a ideia do caráter formativo atribuído aos vestígios de passado quando significados por uma instituição de referência como um museu. Por outro lado, os rastros da cidade que se encontrava em transformação eram recolhidos como ícone de outros tempos, deslocados de seu lugar considerado retrógrado ou ineficiente pela própria antiguidade. Ao invés do descarte, foram transformados em objetos que simbolizavam o distanciamento e o confinamento de determinados vestígios do passado fora da esfera funcional do espaço urbano.

Ainda em relação a estas formas de apropriação do passado, uma das notícias publicadas no *Jornal de Vassouras* anunciava que nas escavações destinadas a assentar os alicerces do Edifício Mandaro, que se encontrava em construção neste período, foram encontrados dois troncos e raízes de árvores de jacarandá, o que levou os envolvidos a especularem a época a que eles remontavam. Estimaram que teriam mais de 200 anos, “pois só a partir de 1700 em diante foi iniciada a povoação da cidade de Vassouras”, e que, de acordo com os escritores da cidade, no início do século XIX havia poucas casas de pedra e a maioria de madeira. Ressaltaram também que, no local onde estava sendo construído o Edifício Mandaro foi demolida uma casa cujas fundações eram de jacarandá, além de alguns detalhes em que “tinha parede de madeira rebocada como se fosse de tijolo”, em bom estado de conservação. Estas raízes encontradas na fundação do prédio foram encaminhadas para o Museu Escolar.

Os clubes agrícolas foram iniciativa adotada em Vassouras, os quais estavam sendo implementados no estado do Rio de Janeiro e no Brasil com o incentivo da Associação de Amigos de Alberto Torres. Tais aspectos foram explanados pela presidente da Fundação 1º de Maio e diretora do Grupo Escolar Thiago Costa, a professora Alcina Lopes, em uma matéria de sua autoria publicada no *Jornal de Vassouras* de 23 de fevereiro de 1935.

“Clubes Agrícolas” como instituições semioficiais, ao menos, isto é, pequenas seções de repartições públicas (federais, estaduais ou municipais), espalhadas por toda a zona rural brasileira, com o dever de correspondência, com as escolas locais, com os campos de experimentação de cultura, com máquinas de lavrar a terra, com técnicos que, rotativamente, faziam cursos de vulgarização, aos escolares e demais interessados, fora das horas dos trabalhos escolares. (*Jornal de Vassouras*, 23 fev. 1935, p.1).

Com estes propósitos, a intenção era promover uma modernização das áreas rurais, mas não necessariamente com a difusão da ideologia urbana. Para Alcina Lopes, “ em síntese imperfeita,

os objetivos dos clubes agrícolas” consistiam em “ligar o camponês à terra. Intensificar a pequena cultura. Vulgarizar as artes populares” (*Jornal de Vassouras*, 23 fev. 1935, p.5).

O objetivo da educação rural seria civilizar os hábitos do homem do campo, torná-lo um novo homem que auxiliasse no engrandecimento do país. Não se buscava afastá-lo do campo, mas sim enraizá-lo em sua região. A zona rural era idealizada como o espaço detentor das raízes e da identidade fluminenses. A escola não deveria formar os alunos das zonas rurais com uma ideologia urbana, mas sim criar o “amor patriótico a seu habitat”. Instruir não apenas as crianças, mas também os adultos, com iniciativas que extrapolassem a escola regular. (FERNANDES, 2009, p. 131).

Este propósito foi acolhido de forma veemente pela administração municipal. Na primeira semana de março de 1935 foi enviada uma delegação para participar da Semana dos Clubes Agrícolas Escolares Fluminenses realizada em Petrópolis. Esta delegação foi “composta da Diretora do Grupo Escolar de Vassouras Alcina Lopes, da prof. Municipal Clara Parret da Escola Alberto Brandão e do representante da Fundação 1º de Maio Carlos Lacerda” (*Jornal de Vassouras*, 02 mar. 1935, p.1). Neste evento foi “lida a tese de Vassouras: ESCOLA E LATIFÚNDIO, cujos fascículos impressos, num volume de 20 páginas, com um clichê na capa do mocambo de um trabalhador rural e família” (*Jornal de Vassouras*, 02 mar. 1935, p.1). Esta tese foi escrita por Maurício de Lacerda e integrou o conjunto de publicações da Fundação 1º de Maio.

Em 09 de março foi inaugurado o primeiro Clube Agrícola de Vassouras, com a presença de representantes da Associação de Amigos de Alberto Torres, quando foram distribuídas ferramentas e sementes aos alunos de diversas escolas vinculados ao referido clube. Neste evento, “o arado do centenário, de fabricação exclusivamente nacional, oferta das indústrias Carneiro Mendonça, será aplicado ao serviço do clube” (*Jornal de Vassouras*, 09 mar. 1935, p.1). Dentre outras ações propostas foi a utilização do Horto Municipal para implementar as “primeiras hortas coletivas escolares”, assim como nos “terrenos municipais do Alto do Rio Bonito, e alguns terrenos particulares”, os quais seriam reflorestados, além de haver distribuição de “sementes de grama própria para a praça de esportes escolares no campo de futebol da cidade” (*Jornal de Vassouras*, 09 mar. 1935, p.1).

3.2. AS PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES DA FUNDAÇÃO 1º DE MAIO

Uma das principais atuações empreendidas pela Fundação 1º de Maio que particularmente interessa a essa pesquisa foram as publicações das obras sobre o passado de Vassouras. Há uma

elucidativa matéria publicada no *Jornal de Vassouras*, que foi uma antecipação do prefácio do livro *Fastos vassourenses*, que traça um panorama do propósito dessas obras no conjunto de ações da Fundação e do *plano quinquenal*. Além de todo aparelhamento no âmbito educacional e cultural, a história da cidade foi priorizada.

Visou desde logo reconstituir a história do município, que andava esparsa se não perdida, em arquivos e publicações já consumidas ou pouco investigados. Assim é que, em comemoração à data centenária da transferência da sede do município para a vila de Vassouras, fez editar, depois de ter convidado a associação de imprensa da capital a designar um escritor seu para a obra, a monografia de José Mattoso Maia Forte, estudo minucioso que, por força da organização social que teve de escrever, girou em torno da aristocracia territorial do Império, tão implantada à testa do torrão vassourense. (*Jornal de Vassouras*, 06 abr. 1935, p. 10).

É possível que o período em que Raposo descreve certa apatia que acompanhou o declínio da economia cafeeira proporcionasse este desinteresse institucional em alinhar ou organizar um discurso sucessivo e cronológico que representasse a história oficial sobre o município. Esse período representou uma transição das perspectivas ainda imersas no contexto imperial, impregnado da nostalgia de um período áureo em que a esfera pública ainda estava imbricada na esfera privada das elites locais. Com isso, o que predominava eram os fragmentos de histórias privadas em forma de crônicas e memórias, o que poderia representar certa dispersão e quebra de continuidade da história da cidade.

Mas a primeira obra de cunho histórico desse período de remodelação da cidade foi o livro *Memória da fundação de Vassouras: do início do povoamento à criação da vila* (1933). Partiu também de uma “solicitação do sr. Maurício de Lacerda, prefeito de Vassouras, a Associação de Imprensa indicou o sr. José Mattoso Maia Forte para escrever uma memória sobre a fundação da cidade fluminense, desde o início do povoamento à criação da vila” (*Diário da Noite*, 19 jul. 1933, p.5). Aborda o processo de ocupação da área que posteriormente compreenderia o município em questão, destacando os conflitos entre os representantes das elites da época e a transição da sede da vila de Pati do Alferes para Vassouras. Com isso, o que predomina em sua narrativa é o passado aristocrático do lugar.

Nascido em Vassouras, Matoso Maia Forte “além de jornalista” foi “membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e da Academia Fluminense de Letras” (*Diário da Noite*, 19 jul. 1933, p.5). Em sua obra é possível identificar uma tendência a uma abordagem científica, apresentando referências de fontes e um aparente distanciamento pessoal em suas considerações sobre os fatos relatados. Maia Forte elaborou

também memórias históricas de outras cidades do estado do Rio de Janeiro (FERNANDES, 2009).

Outro livro que tratou de um tema relevante para a história de Vassouras, o qual foi publicado pela editora Revista Acadêmica e divulgado pela Fundação 1º de Maio foi *O quilombo de Manoel Congo* (1935). De autoria de Carlos Lacerda, na época em torno de seus 20 anos, o qual utilizou o pseudônimo de Marcos. De acordo com seu biógrafo John Dulles (1992), “naquela época, as atividades comunistas de Carlos estavam lhe criando problemas com a polícia e desta forma passou a usar pseudônimos em seus artigos” (p. 39). Dulles (1992) relata que esta obra de 50 páginas foi escrita em duas noites, quando Carlos Lacerda morava na rua Alice, em Laranjeiras, no Rio de Janeiro. Teria sido fruto de uma pesquisa realizada na Biblioteca Municipal de Vassouras, onde teria recolhido informações sobre a rebelião de 300 escravos do Comendador Manoel Francisco Xavier em 1839, a qual teria motivado a mobilização de tropas federais.

O livro, que foi ilustrado por Paulo Werneck, com o custo de 2.000 réis foi colocado à venda na segunda quinzena de maio na Fundação 1º de Maio, quase um mês antes da publicação do livro *História de Vassouras*. Conforme anúncio publicado, “a edição que está muito cuidada compreende os episódios, martírios e revoltas dos escravos e trabalhadores em Vassouras e Pati, no tempo do Império e da Escravidão” (*Jornal de Vassouras*, 18 mai 1935, p. 8).

Mas há um detalhe polêmico sobre esta obra, na qual se supõe que Carlos Lacerda teria utilizado os textos de Raposo para escrever seu livro. Dois escritores contemporâneos apresentam versões diferentes sobre o material que deu origem a essa publicação. Epaminondas Martins, ao comentar o livro *História de Vassouras* de Ignácio Raposo, afirma que essa obra “servirá de base a uma infinidade de trabalhos menores de divulgação e assimilação mais fáceis” (*Gazeta de Notícias*, 24 jul. 1938, p. 18). Faz referência ao que considera uma apropriação indevida do empenho de Raposo em realizar o levantamento das informações em documentação antiga.

Houve mesmo quem se servisse de documentos por ele arrancados aos arquivos para escrever um livro gênero novela histórica: “O Quilombo de Manoel Congo”, se não me engano. O mal não teria sido explorar um tema de patrimônio comum, mas “descuidar-se” e extrair na Prefeitura documentos que iam fazer parte da obra do historiador. Uma história que ouvi de terceiros, em Vassouras... (*Gazeta de Notícias*, 24 jul. 1938, p. 18).

José Cursino Raposo, sobrinho de Ignácio, relata que quando o livro *História de Vassouras* estava sendo impresso, teria surgido no Rio de Janeiro “um folheto intitulado O Quilombo de

Manoel Congo, de autoria de um parente próximo do prefeito vassourense” (RAPOSO, 1998, p. 167). Como o tema havia sido investigado por Ignácio Raposo, este interessou-se em saber como teria sido pesquisado.

Por se tratar de um episódio histórico que fora levantado, pela primeira vez, na História de Vassouras, mostrou-se Inácio Raposo interessado em apurar de que fontes se valera o jovem historiador para escrever o folheto, tendo em vista a especial circunstância de que toda a documentação referente àquela praticamente ignorada insurreição negra se encontrava em seu poder há vários anos e não fora consultada por outra pessoa. Foi então com surpresa que pôde constatar que o autor do folheto não fizera qualquer pesquisa. Todos os elementos que utilizou para compor *O quilombo de Manoel Congo* foram retirados da versão primitiva da História de Vassouras, sem que, no entanto, tivesse feito a menor referência à fonte utilizada, como impunha um dever elementar de honestidade. (RAPOSO, 1998, p. 167).

A questão que envolveu o pequeno livro tem sua parcela de pertinência e de incoerência, como em qualquer polêmica. É possível identificar alguns trechos escritos muito parecidos com aqueles que se encontram presentes no livro de Raposo. Mas existem algumas diferenças, talvez, no campo ideológico, pois este relato, no livro *História de Vassouras*, é intitulado *O quilombo de Santa Catarina* e tende a reafirmar a ordem senhorial estabelecida. Em sua narrativa, Raposo (1935) declara que “uma vez rebelados contra o amo, a sua audácia não teve mais limites: enfrentaram todos os perigos e ousaram até vir de encontro às autoridades constituídas” (p. 42).

Em relação à evocação do mesmo acontecimento, para Lacerda (1998), “este episódio, ou este feixe de episódios guarda ensinamentos e permite conclusões. A questão é saber como aproveitá-los” (LACERDA, 1998, p. 9). A forma como irá interpretá-los revela sua ideologia que, diferente de Raposo que enfatizava a quebra da ordem social, buscava exaltar a rebeldia dos sujeitos escravizados contra uma sociedade comandada por grandes senhores de terras. Por outro lado, em determinados trechos de sua obra, quando a narrativa pretendia descrever o ponto de vista do negro, havia certa tendência à infantilização: “O pelourinho não servia para amarrar a égua do fazendeiro nem a mula-sem-cabeça do padre”, ou quando “os negros olharam o símbolo de autoridade, enquanto suas doces mãos construía aquilo” (LACERDA, 1998, p. 16). De maneira geral, o livro *O quilombo de Manoel Congo* é perpassado por uma intensidade de pretensão épica e o dramático juvenil, que associa as questões da escravidão a uma luta de classes pelo viés marxista.

Na conclusão do livro o autor dialoga com o Rio Paraíba do Sul e afirma que “negros e brancos, e mulatos e pardos. Todos os que sofrem todos os que tem fome, todos os que querem

instrução, roupa, casa, comida, trabalho, terra, LIBERDADE” (LACERDA, 1998, p. 53). É interessante observar na imagem da ilustração do livro o destaque ao “escravo vassourense” apresentado de maneira não passiva, mas como protagonista combativo por sua liberdade.



Figura 1 - Propaganda do livro *O Quilombo de Manoel Congo* - Ilustração Paulo Werneck. *Jornal de Vassouras*, 25 mai. 1935, p. 1.

É possível que os dois autores, de maneiras e propósitos diferentes, convergissem na abordagem em que a ideologia em que estavam alinhados e o propósito da formação coletiva preponderassem e homogeneizassem as particularidades dos conflitos, das espoliações, das relações de poder que atravessavam as questões étnicas, enfim, sem considerar efetivamente as perspectivas que não fossem hegemônicas. Partindo das concepções recorrentes do uso do passado como instrução para o presente, em ambos os casos, evocava personagens como símbolos de determinados modelos de atuação social, seja o do rebelde que confronta as estruturas opressoras de um regime instituído de exploração, seja o da sacralização da

autoridade da norma estabelecida como parâmetro de civilização. Outro aspecto que é possível destacar nas diferentes significações do mesmo acontecimento e que tangencia a temática desse estudo é o discurso do caráter coletivo, seja pela afirmação da ordem estabelecida ou o confronto da mesma.

As demais produções da chamada “publicações do Centenário, de que é editora a Fundação 1º de Maio, organismo cultural do mesmo plano quinquenal”, foram um total de seis, incluindo “as monografias remetidas às conferências de Petrópolis e da Bahia sobre o *Plano Cultural e Bibliotecário e Educação e Latifúndio*” (*Jornal de Vassouras*, 06 abr. 1935, p.10). Publicado juntamente como a *História de Vassouras* de Ignácio Raposo foi o livro póstumo de Jorge Pinto, intitulado *Fastos vassourenses*, cuja obra foi uma compilação dos escritos do autor realizada por Sebastião Barroso. Em seu prefácio afirmava-se que neste livro “tem a mocidade vassourense um espelho do passado onde contemplar a história dos nossos passos na vida nacional” (*Jornal de Vassouras*, 06 abr. 1935, p.10). Outra publicação destacada foi o Hino de Vassouras.

O clichê representa o título da capa, tendo ao centro colorido o monumento do Centenário, de música de Luiz Seabra e versos de Walfrido Silva, poeta um e compositor o outro, ambos vassourenses. O hino que toda nossa infância escolar sabe de cor, e não dispensa mais de cantar está em música para piano. Foi impressa em São Paulo, estando um trabalho de gosto. Os exemplares do Hino à Vassouras encontram-se à venda na Fundação 1º de Maio em benefício da mesma. (*Jornal de Vassouras*, 25 mai. 1935, p.6).

Apesar de todo o conjunto destas iniciativas perpassar o viés nacionalista e a construção de tradições, o hino representou uma síntese do conjunto de ações que pretendiam perpetuar um retrato do sentimento que se buscava atribuir a Vassouras, referente ao momento em que se aspirava a empreender profundas transformações no município. É neste sentido que Eric Hobsbawm (1984) considera “que a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição” (p. 13). Contém de maneira simples e concisa as principais imagens ou ideias-chave que remetem ao suposto caráter local, agregada ao potencial da fácil repetição e à carga emocional proporcionada pela solenidade, pelo aspecto musical e pelas circunstâncias cerimoniais. Apesar de tais aspectos, de acordo com o registro de Lielza Machado (2000) referindo-se ao relato dos autores, este hino foi composto de maneira espontânea, para que não passasse em branco a comemoração do Centenário.

Hino à Vassouras

*Salve! Salve! Vassouras gloriosa
Salve! Berço de tantas tradições
Do teu passado a imagem grandiosa
Gravada vive em nossos corações.*

*Se orgulhosos nos faz o teu passado
O teu presente nos dá esperanças mil
Salve! Lindo torrão idolatrado
Salve! Ó terra risonha do Brasil.*

*Teus filhos te saúdam neste dia
Aniversário da tua fundação
Com um hino vibrante de alegria
Com um canto que fala ao coração.*

*Numa auréola de glórias altaneiras
E de louros a frente a te cingir
Nós te adoramos, terra das palmeiras
Sempre impávida a marchar para o porvir*

O *Hino à Vassouras*, como a própria letra revela, foi destinado ao centenário. Na sua composição ritualística, possibilita reverenciar o lugar de maneira personificada, trazendo a ideia do lugar onde foram gestadas as tradições, pelas quais se acredita moldar o caráter de um povo (LE BON, 2009). Fomenta a identificação quando evoca a entronizar sua imagem de grandeza, que se apoia no passado como referencial de origem, vínculo e afeto que integra um sentido maior de nação. Esta exaltação que personifica o lugar e referencia a identificação daqueles que o habitam em presença ou estima, representando um modelo de determinação e esperança como fundamentos do progresso. Assim, reafirma uma conexão entre os aspectos considerados gloriosos de suas memórias com uma condição promissora daquele momento presente. Reforça a concepção de que aspectos do passado são evocados de acordo com a demanda do presente.

No que diz respeito, em particular, à memória social, constatamos que as imagens do passado legitimam geralmente uma ordem social presente. É uma regra implícita pressupor uma memória partilhada entre os participantes em qualquer ordem social. Se as memórias que têm do passado da sociedade divergem, os seus membros não podem partilhar experiências ou opiniões. (CONNERTON, 1999, p.4).

Em momentos anteriores, os escritos sobre a cidade encontravam-se fragmentados em forma de crônicas e memórias que em sua maioria refletiam primordialmente perspectivas

peçoais e dos setores abastados sobre a cidade. O momento que representou a gestão de Maurício de Lacerda buscou uma relativa unidade das narrativas sobre o passado local, quando a produção destes discursos passou a ser mediada pelo poder público, que institucionalizava memórias e atribuía sentidos às mesmas através das narrativa históricas, de comemorações e monumentos, que agregavam à concepção vigente do caráter local o ímpeto do nacionalismo que se difundia na Era Vargas.

Estas publicações propiciavam um recurso complementar neste processo formativo das novas gerações de maneira integrada à escolarização, mas também relacionada à promoção de outras formas de apropriação do saber e aos aspectos modernos da cultura, como o cinema e o rádio e as demais realizações da Fundação 1º de Maio. Cabe ressaltar que, apesar de tantas frentes de atuação, este projeto de cidade não conseguiu se impor como vocação do lugar e, enquanto muitos de seus propósitos e realizações caíram no esquecimento, alguns poucos foram dissociados de seu contexto, como o livro *História de Vassouras*, para reforçar posteriormente a nostalgia que se difundiu no imaginário coletivo do período áureo do café.

3.3. O JORNAL DE VASSOURAS

Um importante registro sobre o período da gestão de Maurício de Lacerda foi o *Jornal de Vassouras*, que era o Boletim Municipal e, em princípio, destinava-se a tornar pública a atuação da prefeitura. Apesar do uso recorrente dos periódicos, o relatório apresentado pelo Interventor do Estado do Rio de Janeiro Ary Parreiras resalta que “a publicação periódica de uma resenha dos negócios locais, como vimos ensaiando em nossos relatórios, figura-se-nos outra necessidade cujos objetivos não é mister encanecer”, pois constituindo um “princípio básico de ética administrativa, a publicidade é mantida em toda a extensão prescrita na lei revolucionária”. Desta forma, “através de balancetes, de publicação mensal, o povo tem sob suas vistas os dinheiros públicos, certificando-se de sua origem e destino” (RIO DE JANEIRO, 1934, p. 153).

Com uma publicação semanal, posta à venda aos sábados, custava o número avulso 200 réis e a assinatura anual 12.000 réis, sendo a metade “para funcionários e operários e alunos da escola” (*Jornal de Vassouras*, 13 abr. 1935, p.4). Suas correspondências eram recebidas diretamente na prefeitura, sendo que apenas o coletor e os fiscais servidores do município estavam autorizados a recolher assinaturas e anúncios.

Cabe destacar que, comparado a jornais de outros períodos da cidade, o *Jornal de Vassouras* dispunha de raríssimos anúncios, o que poderia suscitar dúvidas sobre o possível apoio ou sobre a sua repercussão junto à população da cidade, ou se a prefeitura desta forma preferia manter-se independente, sem estar sujeita à vontade e às tendências políticas de possíveis anunciantes. Dentre suas matérias, ainda que sem muita ênfase, o futebol foi um tema recorrente, destacando o Esporte Clube Fluminense de Vassouras, mas havia também notícias de eventos culturais e religiosos, notícias sobre as personalidades do governo local e do Estado, além de folhetins e crônicas com a história da cidade ou que apresentassem o pensamento socialista. Lamentavelmente, nos acervos consultados não foi possível encontrar outros jornais locais do mesmo período, dificultando identificar outras perspectivas sobre a conjuntura ou embates em relação às questões políticas e ideológicas.

Desta forma, o *Jornal de Vassouras* não estava restrito à divulgação dos balanços financeiros, decretos, códigos de obras e despachos da prefeitura, mas também difundia os princípios ideológicos que balizavam o projeto da cidade, de maneira inscrita nas divulgações dos eventos, nas discussões políticas com os opositores. Em suas crônicas sobre a própria história de Vassouras, buscava-se colocar em evidência outros personagens diferentes do que eram até então enfatizados pelos historiadores da elite local, como uma das formas da reconstrução da imagem da cidade. De certa forma, estas crônicas, ao tentarem popularizar sujeitos coletivos excluídos da história que prevalecia, como os negros e os índios, havia a intenção de incluí-los como componentes formadores na imagem. Apesar disso, a história das elites também se fazia presente, como nas crônicas publicadas de Raposo intituladas *Em torno de uma necrópole*.

No *Jornal de Vassouras*, um dos aspectos que perpassava a construção de novas narrativas era que em diversas publicações se buscava focar o caráter coletivo, atribuindo características e valores como meio de fomentar a identificação e conclamar a população às mudanças sociais. Entre as estratégias utilizadas encontravam-se os desenhos e ilustrações que sintetizavam estas premissas. Em determinados artigos, os temas apresentados vieram acompanhados da imagem do “Zé Vassourense”, que não era um personagem definido, mas uma referência genérica que representava a figura do pobre espoliado. Um exemplo é a notícia que discutia o destino da herança de Eufrásia Teixeira Leite, que havia destinado uma parcela para que fosse investida em Vassouras.



Figura 2- Os milhões da Sta Casa continuam na chocadeira. (Jornal de Vassouras, 30 mar. 1935, p.7)

Se nesta imagem o “Zé Vassourense” é representado por uma criança solitária em um cenário que não condiz com o ambiente de Vassouras, em outro artigo, retomando um dos temas difíceis e relevantes daquele período, na discussão sobre os grandes latifúndios e a divisão de terras, o personagem aparece como pai de família, trabalhador e manifestante, também em um contexto diferente da cidade.

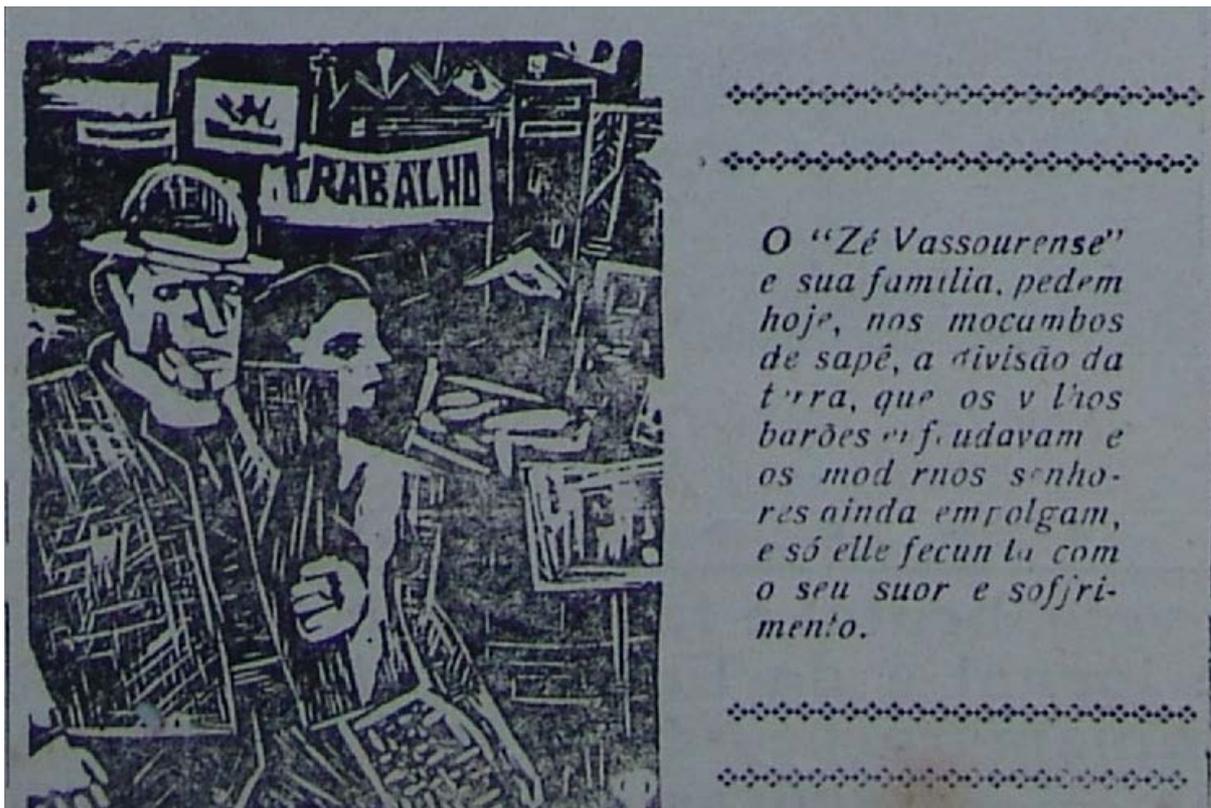


Figura 3 - O Zé Vassourense - Jornal de Vassouras, 01 mai. 1935, p. 2

Nos registros do *Jornal de Vassouras*, a inserção dos personagens excluídos da história aparecem como justificativa para as ações da prefeitura. Com o *plano quinquenal* em sua vertente de remodelação do município, transformando aspectos da paisagem urbana da cidade, inclusive renomeando ruas, praças e escolas, estas matérias ofereciam fundamentos históricos para a ascensão destes novos personagens que estavam sendo incorporados aos espaços públicos. Por exemplo, o decreto 348, nos artigos 1º e 2º, substituíam o nome de uma escola em Pati do Alferes para Estevão Pimentel, em homenagem ao chefe de uma rebelião de escravos nesta região. Esse decreto também estabelecia que “as aulas inaugurais e de encerramento o professor local fará uma exposição histórica do movimento, estribado nos documentos da época e na moderna crítica histórica do fato” (*Jornal de Vassouras*, 02 fev. 1935, p. 2).

Foi publicada uma matéria que apresenta o relato dessa rebelião no *Jornal de Vassouras* no dia 19 de janeiro de 1935, tema que também consta no livro de Raposo. Baseiam-se em texto de Alexandre Joaquim de Siqueira de 1852, em que relata uma organização secreta de escravos, liderados por um pardo liberto que trabalhava como ferreiro, segundo o jornal, “chamava-se esse herói da luta dos escravos Estevão Pimentel” (p. 7). De forma veemente, o redator questiona “onde ficou seu nome, no meio das anedotas inverossímeis de que está cheia a nossa

História, depois que se fez da História uma indústria de casos gozados?” (*Jornal de Vassouras*, 19 jan. 1935, p.7). Segundo a narrativa de Siqueira, havia uma devoção a uma imagem de Santo Antônio, que era chamada pelos membros desta sociedade de *Elbanta*, tendo sido estabelecida uma hierarquia na qual “os chefes inferiores chamavam-se ‘Tate’ e os superiores de ‘Tate-Corongos’”(p. 7).

De acordo com a matéria, “com essa rebelião de negros, e com as incursões dos índios em busca de terras de que tinham sido espoliados, aparecem as primeiras tentativas de luta pela libertação dos oprimidos”, fazendo assim emergir do próprio passado local, de acordo com a ideologia que norteava a prefeitura, os novos modelos de conduta social, que representavam um contraponto aos heróis da aristocracia rural do município. Assim, conclui afirmando que “os Vassourenses devem guardar a memória desses negros e índios que se rebelavam contra a escravidão, abolida – dizem – em 1888” (*Jornal de Vassouras*, 19 jan. 1935, p.7).

Essas matérias, assim como os livros *O quilombo de Manoel Congo* e *História de Vassouras*, com menor intensidade, evocavam personagens como modelos para uma sociedade que estava polarizada em termos de protagonismo social frente aos ideais vigentes de desenvolvimento. Mas não havia ainda o interesse ou o empenho em identificar a maneira como estes excluídos da história entendiam aquele mundo que se configurava, como expressavam os efeitos de opressão em suas trajetórias ou mesmo quais seriam seus outros projetos e ideias de sociedade. De maneira geral, as narrativas que representavam os sujeitos coletivos de índios e negros escravizados estavam circunscritas ao passado, pressupondo que a sociedade estaria imersa em uma grande divisão generalizante, na qual de um lado encontravam-se os pobres e os trabalhadores e do outro a elite opressora, dispendo dos intelectuais e políticos como agentes ou mediadores.

Como instrumento de difusão ideológica, o *Jornal de Vassouras* também refletiu os confrontos de Maurício de Lacerda e seus partidários com o governo Vargas, tornando-se mais evidente durante a tramitação da Lei de Segurança Nacional. Em diversas etapas dos debates sobre a lei foram publicadas matérias com críticas enérgicas às restrições ao direito de expressão e à arbitrariedade do poder excessivo delegado aos representantes do governo frente às liberdades instituídas da população.

Com essa Lei, imposta pelos dominadores imperialistas, os dominadores, nacionais, traidores da Pátria, traidores que estão vendendo o Brasil aos americanos e ingleses, poderão fazer silenciar, no silêncio de suas prisões-catacumbas, todas as vozes conscientes que se erguem para desafiar a torpeza dos dominadores. (*Jornal de Vassouras*, 16 mar. 1935, p.1).

Além da repercussão em Vassouras devido ao vínculo direto nestas discussões em nível estadual e nacional, tanto por parte do prefeito Maurício de Lacerda como do seu filho Carlos, havia também o embate local. O líder do governo na câmara e principal articulador da aprovação da Lei de Segurança Nacional, Raul Fernandes, mantinha vínculos estreitos com Vassouras, lugar onde estudou em sua juventude e posteriormente foi eleito vereador (SILVA, 2002). Em um ataque direto a Fernandes, em uma matéria publicada em 23 de março de 1935, o redator declarou que havia passado em “segunda discussão, numa Câmara agachada diante do poder, sob a batuta de maestro funambulês o do sr. Raul Fernandes, e os olhares de proteção maternal do sr. Vicente Rao, o projeto de Lei de Segurança Nacional - Lei Monstro” (*Jornal de Vassouras*, 23 mar. 1935, p.1). Em um arroubo de indignação chegou a afirmar que “fez-se simpatizante, um adepto franco, um correligionário às claras de Hitler e Mussolini” (*Jornal de Vassouras*, 23 mar. 1935, p.1), conclamando a população à mobilização contra a lei.

Não é justo, natural, humano, que Vassouras, que tantas vezes já se levantou em protesto contra os assaltos à honra e à segurança de seus filhos, permaneça em silêncio diante do projeto de aniquilamento de todas as liberdades, da negação de todos os direitos. Juntos, unidos, por cima de todas as dissensões partidárias e das prevenções pessoais, os vassourenses saberão reagir contra a Lei de Segurança Nacional e contra os seus criminosos padrinhos, os brasileiros traidores; vendidos ao imperialismo inglês e norte-americano. (*Jornal de Vassouras*, 23 mar. 1935, p.2).

Aqui mais uma vez o passado é apresentado como revelador de uma alma coletiva, para qual o editor pretendia suscitar mobilizações. Diversos setores da sociedade brasileira já manifestavam descontentamento com os rumos do país e “ao iniciar-se o ano de 1935, grande parte das insatisfações acumuladas desde a Revolução de 30 iria ser canalizada para a Aliança Nacional Libertadora (ANL), cujo surgimento constituirá um fato marcante no cenário político daquele momento (PRESTES, 2008, p. 38). Além de se oporem ao imperialismo, ao fascismo e ao latifúndio, a mobilização contra a Lei de Segurança Nacional foi um dos fatores fundamentais para a instituição da Aliança Nacional Libertadora (PRESTES, 2008). Reunia diferentes seguimentos sociais, representados por intelectuais, operários, militares, além do apoio do Partido Comunista Brasileiro. Em relação a sua adesão, o prefeito de Vassouras Maurício de Lacerda “declarou que a ‘lei-monstro’ (Lei de Segurança Nacional) o havia levado para os braços da ANL, onde serviria como um soldado” (DULLES, 1992, p. 43). Carlos Lacerda também participou ativamente. Já em 1934 integrou a fundação do Comitê Contra a Guerra e o Fascismo, que no ano seguinte seria absorvido pela pujança da Aliança Nacional Libertadora (DULLES, 1992). De acordo com John Dulles (1992), na grande solenidade de

oficialização da Aliança Nacional Libertadora, que aconteceu em 30 de março de 1935 no Teatro João Caetano no Rio de Janeiro, Carlos Lacerda teve uma atuação marcante no evento.

Já pronto para falar como representante dos estudantes, Carlos foi abordado pelo Major Carlos da Costa Leite, um dos diretores da ANL. O veterano revolucionário sugeriu ao jovem que nomeasse Luis Carlos Prestes presidente honorário da ANL. Carlos ficou extasiado. Quando encerrou o discurso fazendo a nomeação, a multidão saudou-a aos brados, desdobrando bandeiras que proclamavam “Luís Carlos Prestes, presidente de honra da ANL. (DULLES, 1992, p. 43).

Tal como em diversas localidades do Brasil, Vassouras foi palco de confrontos entre simpatizantes da Ação Integralista Brasileira, que representava uma versão nacional da ideologia fascista e antissemita, com aqueles que aderiram à Aliança Nacional Libertadora. De maneira sistemática o *Jornal de Vassouras* publicava matérias que, apesar de apregoarem imparcialidade, alertavam a população de que deveria “ser recordado agora diante da notícia de que se projeta em Vassouras organizar um núcleo ‘integralista’ com elementos estranhos à nossa terra” (*Jornal de Vassouras*, 02 fev. 1935, p. 7). Assim, a concepção de vínculo com o lugar é apresentada como um fator de defesa de valores contra uma possível influência externa. De certa maneira, o discurso do jornal proclamava a maneira ideal, a partir de sua própria ideologia, de como o vassourense devia posicionar-se politicamente. As matérias sobre o assunto eram acompanhadas de charges provocativas.



Figura 4 - Crítica à mobilização Integralista (*Jornal de Vassouras*, 09 fev. 1935, p. 7)

Ainda segundo o jornal, a gravidade da situação consistia uma ameaça à liberdade com a implantação de um sistema fascista. Propagava também boatos da atuação doutrinária integralista na região, impelindo mobilizações em Vassouras e em cidades vizinhas que “se

preparavam para reagir com todas as forças, contra a invasão dos gafanhotos verde-oliva”. Desta forma, com a justificativa de buscar evitar confrontos e agressões,

O Prefeito requisitou 30 praças da Força Pública do Estado, armadas e municadas, tal como os integralistas. Apenas tinham a mais uma metralhadora e dois fuzis-metralhadoras. Em compensação os camisas-verdes se apresentariam com granadas de mão, perigosos explosivos que eles possuem em Barra do Piraí, fornecidos, segundo se afirma, por uma alta patente do Exército ligada a corrente fascista. (*Jornal de Vassouras*, 11 mai. 1935, p. 2).

Além dos confrontos entre estes dois segmentos em diversas localidades do Brasil, o potencial agregador da Aliança Nacional Libertadora das diferentes vertentes insatisfeitas com a política de Vargas tornou-se uma ameaça ao seu governo. Frente ao perigo crescente e respaldado pela Lei de Segurança Nacional, em 11 de julho de 1935 “Vargas assinou o decreto fechando a ANL, acusada de ser um instrumento a serviço do ‘comunismo internacional’” (PRESTES, 2008, p. 122). Com isso o prefeito de Vassouras Maurício de Lacerda “se demite e rompe politicamente com o Interventor Ary Parreiras” (*Jornal de Vassouras*, 20 jul. 1935, p.10). Em sua declaração de despedida, Maurício ressalta os atributos que projetava na “alma vassourense”.

Foi porque a servi sempre e não a feri nunca, e porque deixei o poder para defendê-la, com perigo e com honra, que o símbolo de 30 reviveu, já agora mais do que traduzindo um homem que pouco vale ou uma revolução que vai longe, porque ficou encarnando a alma vassourense, intrépida e justa, forte e grande, digna de viver nesta hora os grandes minutos históricos do Brasil, que só pede justiça. Justiça no pão, justiça na terra, justiça na roupa, justiça na consciência, triturados ou esmagados pela mandíbula da cobiça ou nas mãos de ferro do nosso fascio crioulo. (*O Imparcial*, 03 jul. 1935, p.3).

Como motivos alegados para o desligamento do cargo estavam “as violências de Petrópolis, impunes, a reincidência das mesmas contra operários em Niterói e o fechamento policial da ANL no Estado deram causa ao gesto do sr. Maurício de Lacerda, membro do Diretório Estadual da Aliança Libertadora” (*Jornal de Vassouras*, 20 jul. 1935, p.10). Estas violências a que a nota no jornal se refere tratam da “enorme repercussão o ataque integralista à manifestação da ANL, realizada em Petrópolis, com a participação de cinco mil pessoas, quando, vítima da agressão integralista, foi morto o operário Leonardo Cantu” (PRESTES, 2008, p. 104). No início de 1936, por iniciativa do então Ministro da Justiça e Negócios Interiores Vicente Rao, o governo federal instituiu a Comissão de Repressão ao Comunismo, a qual em fevereiro do mesmo ano solicitou a prisão de vários expoentes acusados de ativistas

desta ideologia, dentre eles Maurício de Lacerda, sendo libertado no ano seguinte (PECHMAN, 2015).

As trajetórias pessoais de Maurício de Lacerda e, de certa maneira, de Carlos trouxeram marcas a Vassouras, as quais necessitam ser aprofundadas em pesquisas dedicadas a este fim. Como um dos principais agentes da aceleração deste momento histórico em um curto período de tempo, o então prefeito pretendeu lançar Vassouras para outro patamar de modernidade, ambicionando remodelar inclusive o modo de vida dos seu habitantes, a autoimagem decorrente do vínculo com o lugar, assim como a forma como o município era visto. O grupo que representava intencionou construir uma nova imagem, incorporando novas memórias e conferindo novos sentidos àquelas que já haviam se instituído como referência do lugar.

É possível que, dentre tantos outros fatores, a perspectiva de todo o grupo que compartilhou do mesmo ideal de Maurício de Lacerda tenha desconsiderado a complexidade das formações sociais e do conjunto de tensões e interesses que agregam e desagregam os sujeitos e segmentos de uma sociedade. Estes fatores gestam as contradições e as ambivalências, principalmente quando o tempo e as narrativas das memórias permitem encarar sujeitos e sociedades através de trajetórias, tanto quanto posteriormente Maurício, mas principalmente Carlos Lacerda, passaram a combater de forma veemente as ideologias comunistas (DULLES, 1992), as quais de alguma forma integraram seus ideais para a cidade de Vassouras.

Transpor esta complexidade com a construção de um caráter coletivo, a pretensão da produção de tradições e de uma suposta mentalidade local inspirada em um modelo industrial revelou que esta alma coletiva era e é também apropriada pela sociedade de forma circunstancial, conforme a conveniência do afeto, da sobrevivência ou das aspirações. É provável que tais aspectos compoñham as condições do esquecimento destas memórias de Vassouras.

4. UMA IMAGEM DO AUTOR E SEUS REFLEXOS NA PRÓPRIA OBRA

Definido por Stalin: A obra de edificação socialista dispõe de engenheiros de minas, engenheiros-arquitetos, engenheiros-eletricistas, que lhe são de grande utilidade. Precisamos de engenheiros para construir fornos-Martin¹. Mas não precisamos de engenheiros para construir almas humanas. Vocês, escritores, são os engenheiros que constroem almas humanas.
(*Jornal de Vassouras*, 20 abr. 1935, p. 3)

Esta pequena nota publicada no *Jornal de Vassouras* permite realizar um esboço sobre a maneira com que se pretendia conceber o papel social do intelectual à época (SEVCENKO, 1999). A ideia de que a indústria, um dos principais símbolos do progresso naquele contexto, apresenta-se como motor do desenvolvimento da sociedade reflete-se na atribuição do escritor como operário da reprodução de almas, espelhadas na imagem e semelhança do caráter nacional. O *Jornal de Vassouras*, como principal veículo de difusão ideológica da prefeitura, apesar de evocar a figura de Stalin, que era ícone do comunismo soviético, esta concepção que exalta a importância do Estado na formação do caráter coletivo estivera presente nas diferentes correntes de pensamento político, nesta época em que estavam se consolidando expressões radicais de nacionalismo, que inclui o Governo Vargas.

Apesar de profundamente atravessado pelas ambivalências que permeavam o projeto local e os ideais nacionais, grande parte das particularidades do livro de Raposo consistiu em integrar o plano de modernização da cidade, atuando na esfera dos saberes e dos conhecimentos institucionalizados, como mediador que restabelecia através de sua narrativa os vínculos entre as inovações que estavam sendo implementadas e o passado de glória e declínio. Com isso, o alinhavar seletivo das memórias possibilitava um efeito de sucessão e trajetória, no qual aquele presente representaria o progresso e a superação. Mas há também outra esfera sutil que particulariza o livro, que são os rastros do autor em sua própria narrativa.

Nestes vestígios, o autor não se apresenta apenas como um agente distanciado do seu objeto de estudo, ou um engenheiro da palavra construtor de um discurso que modelava as memórias da cidade, em consonância com as escolhas ideológicas dos segmentos sociais com os quais se encontra circunstancialmente associado. Há também determinados traços da própria vida e perfil do autor que se manifestam de maneira implícita ou explícita em sua obra, não

¹ Tipo de forno utilizado para a produção de aço. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Forno_Siemens-Martin. Acessado em 12 dez. 2015.

apenas no estilo de sua escrita, mas também na escolha das memórias que conferiam alma a sua narrativa e sua significação.

No contexto abordado, há uma autoridade na figura do intelectual-autor que é constituída pela própria trajetória, pelas correntes de pensamento que esteve associado e o reconhecimento do meio em que atuou, conferindo relativamente legitimidade e ressonâncias em sua escrita. A partir destes aspectos é possível delinear uma imagem do autor, que não é única nem absoluta, mas uma perspectiva. Isto posto, é fundamental colocar em evidência seu lugar de fala, assim como destacar elementos importantes de sua trajetória pessoal que integram a imagem pelo qual foi reconhecido, para poder identificar seus reflexos em sua obra, como mais um elemento que compõe o mosaico da imagem da cidade construída em sua narrativa. Para reforçar esta perspectiva, evoco a concepção de Michel Maffesoli (1998) sobre a ideia de mosaico:

Trata-se aí de uma bela metáfora a indicar que, assim como os traços que caracterizam um estilo possuem uma qualidade em comum sem, contudo, deixar de respeitar a particularidade de cada uma das partes, do mesmo modo a organicidade é plural e não deixa de constituir uma sólida coerência. (MAFFESOLI, 1998, p. 99).

No caso de Ignácio Raposo, sua inserção como componente do mosaico que institui uma determinada imagem sobre Vassouras, indo além de sua autoridade como escritor, não é algo tão evidente. Mas para analisarmos a sua função na construção da imagem do lugar, concordo com Foucault (2006) no que tange à indeterminação em relação à figura do autor no âmbito descritivo e nominativo, no que se refere à propriedade do texto e à atribuição de autoria, como também no que diz respeito ao posicionamento do autor no livro e sua inserção em um campo discursivo. É fundamental observar os mecanismos e as condições de possibilidade em que se constroem e naturalizam em determinados sujeitos a condição de referência de legitimação e de verdades, as quais são estabelecidas por consensos que mediam o exercício do poder em diferentes instâncias e contextos de uma sociedade.

Desta forma, a própria atuação dos aspectos que compõem certa imagem do autor nos regimes de legitimação inscrita em determinada conjuntura pode revelar particularidades sobre a interação entre sujeitos e sociedades em relação às idealizações, às inquietações e às dinâmicas do poder que marcaram um contexto definido. Ao tomar como eixo do estudo a *História de Vassouras* de Raposo, optei por analisar a partir de três eixos da produção literária, nos quais Antônio Cândido (2006) propõe que, “o autor, do seu lado, é intermediário entre a

obra, que criou, e o público, a que se dirige; é o agente que desencadeia o processo, definindo uma terceira série interativa: obra-autor-público” (p.48). Com isso delinea-se um lugar de fala de Raposo, cuja obra que integra um projeto de cidade é destinada não apenas a um público, mas à formação dele enquanto cidadãos. Neste lugar de fala, o alinhamento discursivo entre o autor e o projeto de cidade dispõe de convergências, mas também afinidades parciais. Por outro lado, na relação com seu público, residiu a forma como Raposo pretendeu integrar-se com a sociedade na qual elaborou uma narrativa.

Ignácio Raposo, em sua função-autor (FOUCAULT, 2001), adquire a qualidade de narrador memorialista, seja na forma que incorpora a oralidade como uma de suas fontes, na ambivalência entre a distância de sua autoridade legitimadora e na aproximação através dos diálogos que estabelece com o leitor, ou mesmo na forma como se insere no próprio texto ou se afeta com aquilo que narra. Há uma qualidade artesanal com que adequa seu refinamento para buscar aproximar-se do que concebe como o “povo” ao qual destina sua obra (BENJAMIN, 1987). Em um sentido amplo da condição de autor, mas circunstancial em relação ao propósito da obra, seu lugar de fala dispõe também de determinada imagem que o antecede e nele se projeta como agente da reconstrução simbólica de um lugar que se habitava, de seu habitante e do próprio habitar.

...para edificar um lar sobre a Terra, os homens que agem e falam necessitam da ajuda do *homo faber* em sua capacidade suprema, isto é, da ajuda do artista, dos poetas e historiadores, dos construtores de monumentos ou escritores, porque sem eles o único produto da atividade dos homens, a estória que encenam e contam, de modo algum sobreviveria. (ARENDDT, 2010, p. 217).

Neste sentido, narrar é uma forma de condicionar o mundo. Para Luiz Gonzaga Motta (2013), “narrar não é, portanto, apenas contar ingenuamente uma história, é uma atitude argumentativa, um dispositivo de linguagem persuasivo, sedutor e envolvente. Narrar é uma atitude – quem narra quer produzir certos efeitos de sentido através da narração” (p. 74). Ignácio Raposo sintetiza à sua maneira e em sua conjuntura alguns destes atributos, como um agente e intérprete das memórias de um lugar que realizava sua modernização possível, mas que ocupou uma condição periférica nas memórias deste lugar. É quando o texto prevalece a quem o escreve, fazendo com que Ignácio Raposo em Vassouras seja apenas e primordialmente aquele que escreveu a *História de Vassouras*.

Se no capítulo anterior, ao delinear o contexto de publicação da obra busquei esboçar também seu propósito e seu público, é fundamental também destacar a trajetória de Raposo,

que inclui sua formação, sua atuação no meio literário, jornalístico, jurídico e artístico, seus posicionamentos políticos, além de outros fatores que compuseram sua imagem como autor. Como a proposta desta pesquisa não é biográfica, a intenção principal é apresentar uma síntese de sua trajetória e o que dela possivelmente perpassou sua escrita da *História de Vassouras*. É uma abordagem restrita e seletiva que, apesar das limitações, consolida a relevância para maiores aprofundamentos. Este capítulo é uma apresentação da trajetória do autor e as correspondências com a sua obra serão discutidas no próximo.

4.1. ENTRE DEPOIMENTOS, CRÔNICAS E NOTÍCIAS: UM MOSAICO DA IMAGEM DO AUTOR

Ignácio Raposo não foi um autor tematizado ou biografado, nem ocupou a galeria de escritores renomados que adquiriram projeção para além de sua própria época. Com isso, não foi possível encontrar estudos sobre o autor para referenciar a pesquisa de sua trajetória ou estabelecer um debate. Por outro lado, no meio jornalístico ficaram registradas diversas passagens de sua trajetória, como também aspectos da imagem pela qual foi reconhecido.

Para ilustrar as dificuldades sobre a trajetória de Ignácio Raposo, retomo um texto citado anteriormente, um dos principais relatos sobre a sua vida e a obra, que foi a palestra proferida em comemoração ao seu centenário, realizada em 14 de agosto de 1974 em uma sessão especial da Academia Maranhense de Letras. O diferencial desta palestra era o fato de ser proferida por seu sobrinho, José Cursino Raposo (1998), também escritor e membro correspondente da referida Academia. De início declara que não pretende apresentar “um estudo crítico sobre a personalidade intelectual e da obra literária do poeta de *Cânticos*” (p.153), fazendo referência ao título de uma obra de Raposo. É neste sentido que busco me aproximar da perspectiva de José Cursino, não apenas pela raridade dos estudos disponíveis, mas por enfatizar o que há do autor refletido em uma de suas obras.

José Cursino (1998), lembra de sua infância quando teve seus primeiros contatos com a obra artística que iriam nutrir seu imaginário e seus laços com seu tio Ignácio. Ele recorda com certa ternura um momento com seu pai: “balançando-se na sua rede, na varanda de nossa casa, lia em voz alta, com grande entusiasmo, alguma coisa que meu entendimento infantil não alcançava, mas que a minha sensibilidade, embora ainda em formação, já captava a musicalidade de suas frases” (p. 154). Sua curiosidade levou-o a perguntar ao pai do que se tratava e ele respondeu que “é uma poesia do seu tio Inácio Raposo” (p. 155).

A partir deste instante, a imagem do tio-poeta começou a revelar-se ao meu espírito, passado, aos poucos, a ganhar a dimensão quase de símbolo. Fui percebendo que em nossa família todos o consideravam uma espécie de patrimônio. Era o autor de poemas elogiados pelos críticos da terra e pelos críticos do Rio de Janeiro. Era, enfim, o Raposo que conseguira projetar-se através de seus livros, no panorama intelectual do país. (RAPOSO, 1998, p. 155).

José Cursino revela, através da sua perspectiva, a construção de uma determinada imagem sobre seu tio, pela forma como, naquele momento, o tocava intimamente, além de evidenciar os laços familiares e um certo orgulho da projeção do tio no meio literário. Em outra fase de sua vida, Cursino relata sua chegada em São Luiz nos primeiros momentos da década de 30, onde aproveitou a oportunidade para informar-se sobre o tio, fosse através da leitura de suas obras até então publicadas ou pelo contato com suas antigas redes de sociabilidade.

Mas deparou-se, com surpresa, com a imprecisão dos relatos, pois os depoimentos “dessas pessoas sobre sua vida e personalidade eram, além de vagas, muitas vezes contraditórias, dando-me não raro, a impressão de um personagem a movimentar-se dentro de um universo de lenda” (p. 155). Havia relatos que o descreviam como uma personalidade solitária ou mesmo que afirmassem que Ignácio “certa época deixou crescer os cabelos, a barba e as unhas” e ficava vagando pelas ruas antigas de Alcântara na noite profunda recitando para o céu poemas bíblicos” (p. 155). Minha identificação com esta inquietação inicial apresentada por José Cursino antes de conhecer pessoalmente o tio no Rio de Janeiro é uma alegoria das dificuldades em delinear um perfil a partir dos vestígios das suas atividades e interações sociais de Ignácio.

Nascido em Alcântara, no Maranhão, em 16 de julho de 1875, Ignácio de Viveiros Raposo, filho do Comendador José Cursino Raposo e de Maria Teresa de Viveiros Raposo, pertencia a duas famílias maranhenses tradicionais, a Viveiros e a Raposo. Realizou o curso primário em Alcântara, concluindo aos 12 anos e, em seguida, ingressou no curso de Humanidades no Liceu Maranhense, em São Luiz (RAPOSO, 1998). No meio literário, Ignácio faz parte de “um grupo que teve sua infância e adolescência vivenciadas no final do Império e nas primeiras décadas republicanas” (FERNANDES, 2009, p. 179).

Os registros do começo do seu percurso profissional acadêmico são imprecisos. Inicialmente foi telegrafista, trabalhando no Correios e Telégrafos em Recife. Os relatos na imprensa e em demais publicações que aludem o percurso de vida de Ignácio Raposo concordam que se formou em Belas Artes no Rio de Janeiro e que posteriormente foi professor da Faculdade de Direito e Filosofia, mas não há informações precisas de onde realizou sua

formação nestas disciplinas. Marilda Ciribelli (1978) afirma, na introdução à segunda edição do livro *História de Vassouras*, que Ignácio teria “frequentado escolas superiores no Recife e no Rio de Janeiro” (CIRIBELLI, 1978, p.13), o que levaria a supor que seus estudos jurídicos se deram no período em que trabalhou como telegrafista. Em seguida, “depois de residir algum tempo em Recife voltou para o Maranhão, fundando em São Luiz o jornal ‘A Campanha’”, publicando, “nessa época, seu primeiro livro de versos intitulado ‘Protofonias’” (*O Imparcial*, 22 jul. 1944, p. 2).

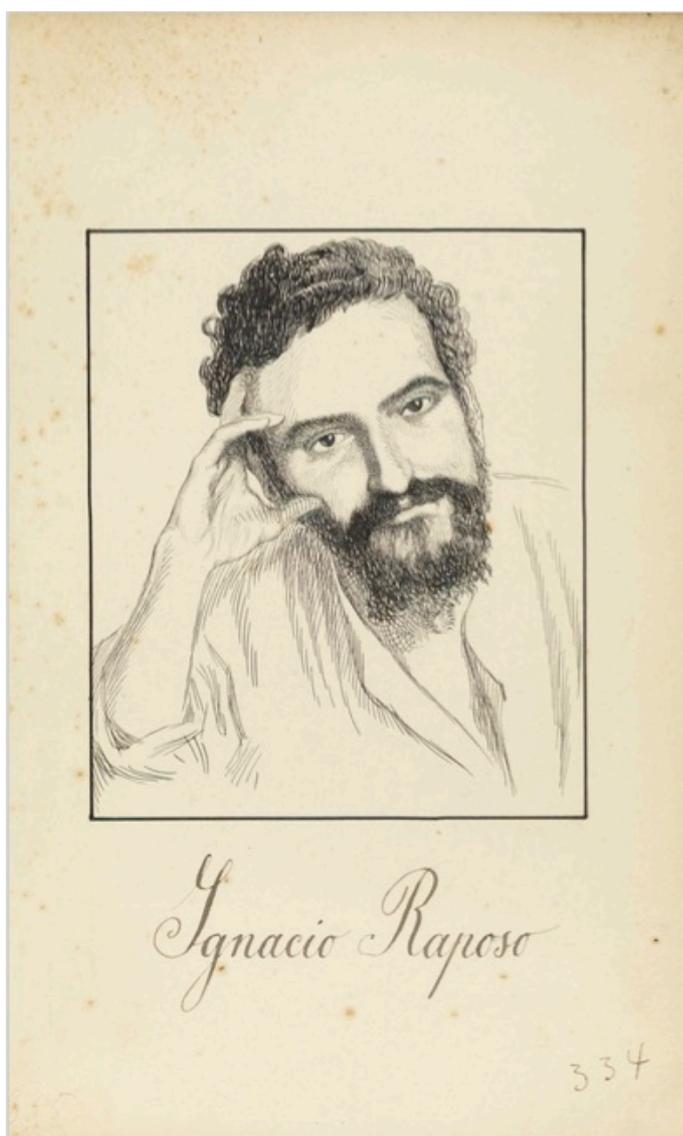


Figura 5- Ignácio Raposo - GARNIER, M. J. (Desenhista); FREIRE, Laudelino (Org.) *Sonetos brasileiros: desenhos dos sonetos 299 a 338*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. Editores, 1916, p. 40.

No início de sua carreira jornalística, há referências de que Ignácio Raposo foi vítima de agressões devido à repressão política ao jornal *A Campanha*. Uma delas trata de um registro realizado pelo jornal *Pacotilha* que circulava no Maranhão. Segundo o relato, Ignácio Raposo caminhava no dia 14 de abril de 1902, em torno das 20h na rua de Sant’Anna, em São Luiz,

capital do referido Estado, “quando foi chamado por dois moços que se achavam a certa distância”. Quando aproximou-se atendendo ao chamado, antes que houvesse qualquer diálogo, um deles acertou-o na têmpora com uma manopla, fazendo-o cair no chão. Os redatores do jornal *Pacotilha*, em solidariedade com o colega, reforçaram que, “como membros da imprensa”, não poderiam deixar de lastimar o ocorrido (*Pacotilha*, 15 abr. 1902, p. 2).

Mas a agressão mais grave, de acordo com o noticiário publicado na imprensa do Maranhão, aconteceu no dia 23 de outubro de 1902, no Largo do Palácio, em frente ao escritório do jornal *A Campanha*. Por volta das 17h30min, um grupo de policiais disfarçados, armados com facas, cassetetes e revólveres emboscaram Ignácio Raposo juntamente com outros funcionários do referido jornal. Segundo o jornal *Gazeta de Notícias do Maranhão*, “estes fatos eram esperados desde que o senador Benedicto Leite mandou nomear chefe de polícia o senhor Sebastião Braga, homem conhecido pelas violências praticadas em outras ocasiões” (*Gazeta de Notícias*, 25 out. 1902, p.1).

De acordo com o jornal *Pacotilha*, ao saírem da tipografia foram atacados por aproximadamente 20 soldados à paisana, sendo que Raposo reagiu, descarregando seu revólver em direção dos agressores. Ao esgotar sua munição, foi ferido com uma punhalada no braço, quando tentava se esconder na casa do advogado Jansen Mattos. Segundo os relatos, à frente desta ação estava o próprio chefe da polícia Sebastião Braga, o qual “ordenou aos soldados – que matassem Ignácio Raposo, à bala ou à faca, que era ele chefe de polícia quem mandava, e assumia inteira a responsabilidade da sua ordem” (*Pacotilha*, 01 nov. 1902, p.1. Grifos meus). Com o ocorrido, o jornal *A Campanha* permaneceu sem publicar durante meses, retomando suas atividades apenas em 17 de janeiro de 1903.

Este fato foi lembrado posteriormente na imprensa por Tancredo Cordeiro, que foi gerente do jornal *A Campanha*. Em 1915 escreveu uma nota de recordação e protesto intitulada *O 23 de Outubro*, “sempre foi costume dos passados governantes mandar suplantar os seus adversários só com assassinatos, para este fim sempre tiveram homens aparelhados como Braga, Miranda, Rego Barros e outros que sempre ficaram impunes perante uma sociedade como a nossa” (*Pacotilha*, 23 out. 1915).

Ainda em 1903, um fato curioso sobre Ignácio foi a utilização de seu nome em uma marca de cigarro da Tabacaria de Lourdes, com fábrica na cidade de Caxias. Em uma nota de jornal desta cidade, vê-se um anúncio de “Ignácio Raposo, cujo retrato vem gravado nas

respectivas carteirinhas, é denodado redator chefe e proprietário d'A Campanha". De acordo com a nota, estes cigarros eram "preparados com especial tabaco corporal mineiro, delicados e apetitosos na forma, recomendam-se esses cigarros a grande consumo e preferência dos apreciadores" (*Jornal de Caxias*, 22 agos. 1903, p.1). Além de Raposo, a referida tabacaria dispunha dos registros das marcas "Gonsalves Dias, Lauro Sodré, Conselheiro Gomes de Castro, Augusto, A Campanha, Boers, Tiradentes, Moraeszinho, Lidianos e João Lisboa" (*Pacotilha*, 08 jun. 1905, p.2).

Ignácio Raposo passou uma breve temporada em Belém do Pará, trabalhando como "um dos redatores do jornal *A Província*, tendo a seguir regressado a S. Luiz" (*O Imparcial*, 22 jul. 1944, p. 2). Em seguida mudou-se para o Rio de Janeiro, onde trabalhou no *Jornal do Brasil*, quando "prestou exame do 1º ano de arquitetura, a Academia de Belas Artes", onde "obteve aprovação plena com distinção" (*Diário do Maranhão*, 02 jan. 1906). Cabe ressaltar que neste período a Arquitetura era uma cadeira da Faculdade de Belas Artes. Ao longo dessa pesquisa, não foi encontrado nenhum trabalho na área de arquitetura e, segundo José Cursino, também não teria restado nenhum registro de possíveis pinturas que tenha realizado. Ainda na então Capital Federal, Raposo tentou o concurso público para Conferente Suplente do *Diário do Congresso* (*Diário Oficial*, 23 jun. 1907, p. 22-4862), mas, ao que tudo indica, não chegou a ser aprovado.

Um dos traços marcantes de seu perfil social foi sua vinculação com diversas instituições culturais. Em 1908, Ignácio Raposo foi "distinguido com o título de membro da Societé Astronomique de France" na qual "essa honrosa prova de apreço por parte daquela importante congregação de sábios foi devida aos inúmeros trabalhos literários e científicos do nosso ilustre patricio, publicados em Paris e em outras cidades da França" (*O Paiz*, 29 mai. 1908, p.2).

No dia 10 de julho do mesmo ano, Ignácio Raposo foi admitido como membro da Maçonaria, proferindo uma conferência "em sessão magna da Augusta Loja Salomão, ao Vale do Lavradio", onde esteve "presente grande número dos irmãos e obreiros de várias Lojas". O tema abordado foram os "emblemas maçônicos, suas origens míticas e necessidade de um ritual simbólico nas sociedades secretas", no qual demonstrou proficiência sobre a temática, "por vezes esmaltando a aparente avidez do tema com considerações de elevada ordem, histórica e filosófica" (*A Imprensa*, 12 agos. 1908, p. 3). Estas vinculações institucionais denotam algumas características que permearam grande parte dos seus escritos, que é uma imbricação de um viés

científico com um misticismo, com muitos elementos que remetiam ao imaginário do orientalismo e da antiguidade bíblica. Tais aspectos já estavam presentes em seu primeiro livro de poesia *Protofonias*, de 1901 (RAPOSO, 1998).

Mantendo vínculos com seu lugar de origem, participou do Congresso Operário, representando o Centro Artístico e Operário do Maranhão (*O Paiz*, 05/11/1912 p. 4). Estas atividades já apontavam indícios sobre sua afinidade às ideologias anarquistas e socialistas, que iriam se manifestar de maneira efetiva em sua escrita posteriormente. Em 30 de outubro de 1912 foi eleito Deputado Estadual do Maranhão. Um jornal deste estado noticiou que “o apreciado escritor reside no Rio de Janeiro há anos e vai agora tomar parte nos serviços do congresso” (*Jornal Pequeno*, 24 jan. 1913). Isso indicava que, apesar da distância, ainda mantinha certo prestígio no Maranhão.

Durante a Primeira Guerra, em poemas e notas públicas em jornais Raposo manifestava seu apoio à França. Participou de conferências cujos recursos arrecadados eram destinados às famílias dos “reservistas franceses e belgas, que partiram do Brasil para ir tomar parte na guerra na Europa” (*O Paiz*, 18 set. 1914, p. 6). De acordo com José Cursino (1998), “torna-se uma aliadófilo militante. E, como consequência dessa posição, faz discursos inflamados, escreve artigos belicosos e participa de reuniões agitadas. A causa dos aliados passa a ser a sua causa” (RAPOSO, 1998, p. 164).

Neste período, Ignácio afastou-se momentaneamente de sua militância e da produção poética, pois encontrava-se “premidido pelas inadiáveis e não raras necessidades de obter dinheiro para viver”, sendo então “obrigado a interromper o plano dos poemas bíblicos e atirar-se de corpo e alma ao jornalismo e ao magistério” (RAPOSO, 1998, p. 164). Trabalhava como professor no Curso Propedêutico, localizado na rua da Carioca. Foi nesta instituição que ficou registrado em jornal uma pequena nota sobre uma homenagem da instituição pelo seu casamento, contando “com a presença de quase todos os membros dos corpos docentes e discentes” (*O Paiz*, 08 dez. 1915, p.5). José Cursino (1998) indica que deste matrimônio haveria três filhos, mas não foram encontrados maiores detalhes sobre a relação que mantiveram com o pai.

Um dos marcos na carreira de Ignácio Raposo foi o teatro de revista, tão em voga no início do século XX. José Cursino (1998) afirma que partiu de um fato completamente imprevisto ocorrido em 1915.

Encontrando-se uma tarde, por acaso, na Rua do Ouvidor, com seu conterrâneo Catulo da Paixão Cearense, nome que desfrutava, então, de grande popularidade como autor e intérprete de canções sertanejas, convida-o para escreverem, juntos, uma opereta, gênero que, na ocasião, imperava como uma espécie de coqueluche. (RAPOSO, 1998, p. 165).

Conta-se que escreveram em uma semana a peça, a qual ofereceram ao reconhecido empresário teatral Paschoal Segreto, que logo interessou-se pela opereta. Segundo o noticiário do jornal *O Paiz*, “a leitura do *Marroeiro* despertou tão grande entusiasmo em toda companhia do teatro São José, que a empresa de Paschoal Segreto imediatamente adquiriu os direitos de propriedade, fato este muito pouco comum, neste momento, na vida teatral” (*O Paiz*, 24 mar. 1916, p. 5). A música foi composta pelo maestro Paulino Sacramento e os cenários foram pintados e maquinados pelos cenógrafos Jayme Silva e Joaquim Santos. Sua estreia foi no dia 28 de março de 1916. A opereta foi descrita no noticiário como remetendo “a vida rústica e sadia do sertão, de contínuo movimento, sendo raro não estarem em cena mais de dez personagens” (*O Paiz*, 28 mar. 1916, p. 4).

Alguns críticos entusiastas da peça chegaram a afirmar que “poucas vezes temos tido em teatro um trabalho, sobre o qual manifeste tão calorosamente toda a imprensa, sem discrepância de jornal, sobre seu mérito e que se veja na fisionomia dos espectadores a satisfação e o entusiasmo com que assistem ao desenrolar das cenas empolgantes” (*Gazeta de Notícias*, 31 mar. 1916, p. 4).

Catulo Cearense e Ignácio Raposo são duas individualidades absolutamente bizarras. Aquele é o excelente trovador, o mais querido de nossos poetas sertanejos – alma ardente, exaltado, melancólico e por isso mesmo adorado até o delírio. O segundo o doce poeta lírico, poeta de emoções menos ruidosas que aquele, mas de uma delicadeza comovedora e sadia. (*A Rua*, 15 jan. 1916, p. 2).

A peça *O marroeiro* esteve em cartaz diversas vezes ao longo de mais de uma década após sua estreia. Mas sua primeira apresentação no Maranhão ocorreu apenas em 1927, sendo apresentada no dia cinco de julho no teatro Arthur Azevedo, interpretado pela Companhia Nacional de Revista, quando já contava com “mais de mil representações” (*Pacotilha*, 04 jul. 1927, p.1). De acordo com o noticiário, “poucas vezes temos visto tão grande enchente no teatro Arthur Azevedo, que parecia querer vir abaixo com o ruído dos aplausos, que partiam da assistência. (*Pacotilha*, 06 jul. 1927, p.4). Era o reconhecimento no lugar de origem dos artistas.

Há muitos anos que o Maranhão desejava conhecer e aplaudir o “Marroeiro”, a decantada lenda sertaneja, que um dia o grande lírico brasileiro Catulo da Paixão Cearense encerrou num admirável poema, para mais tarde, outro não menos ilustre Ignacio Raposo com a coautoria do cantor do “Flor da Noite”, ampliar numa linda peça três atos, na qual Paulino Sacramento, o pranteado musicógrafo que honrou a pentagrama nacional, deixou, numa sublime partitura, um pouco d'água alma de artista inspiradíssimo. (O Imparcial, 05 jul. 1927, p.1).

Para Ignácio, o sucesso da opereta, além do reconhecimento, trouxe certo alívio em suas finanças, mas também comprometeu a amizade com Catulo. De acordo com José Kursino (1998), a desavença teria sido motivada por questões de vaidade, em relação ao cartaz elaborado pela produção da peça que a anunciava em frente ao teatro, no qual o nome de Catulo era apresentado com maior destaque. Isso motivou uma séria discussão entre os dois, gerando o rompimento das relações. É possível que esta desavença tenha se desdobrado em outros desentendimentos. Há um registro no *Diário Oficial* do dia 27 de dezembro de 1918, como direito autoral N. 3.531 da música *O capim mais mimoso*, marcada como “composição literária de Ignácio Raposo. Gravada em disco fonográfico nesta capital” (p. 19). Em diversas outras indicações sobre esta música aparece como autoria de Catulo. A amizade só foi reatada próximo ao fim da vida de Raposo, mediada pelo amigo em comum Guimarães Martins (RAPOSO, 1998).

Ignácio continuou a escrever peças e burletas no mesmo estilo de *O marroeiro*, tais como *Maria Pimpona*, seguida de *O pistolão*, teatro de revista escrito em parceria com Restier Júnior ainda em 1916; *Garanto a zona* com Carlos Bittencourt, que estreou em abril de 1917; *A praciana*, em dezembro de 1917; *Seu Amaro quer*, em dezembro de 1918; *A filha do marroeiro*, em maio de 1920; *Paz? Qual!*, em março de 1922. Manteve-se inserido no meio teatral, participando inclusive da fundação da Associação Brasileira de Autores Teatrais (SBAT) (*Gazeta de Notícias*, 19 out. 1917, p.4). Em relação a Catulo, há indicações de que tenha sido “o nosso primeiro ator-autor”, ao atuar em *O marroeiro*, sendo também esta opereta “o primeiro filme brasileiro de enredo”. Catulo também foi “o primeiro artista contratado pela Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, pioneira das demais estações” (*Mascone*, 27 jan.1945, p.4).



Figura 6: Anúncio da peça *O Marroeiro* de Ignácio Raposo e Catulo da Paixão Cearense - *O Paiz*, 02 abr. 1916. p.12

4.1.1. O anarquismo e o socialismo

No início da década de 1920, Ignácio Raposo passou a manifestar de maneira mais efetiva em seus escritos jornalísticos a sua afinidade com as ideologias anarquistas e socialistas, mas incorporando algumas particularidades próprias do seu perfil, como suas concepções cristãs. Tais características não eram exclusivas, mas o inscreviam na diversidade do pensamento de esquerda da época. José Cursino relata que Raposo, juntamente “com José Oiticica e Fábio Luz, participa, no Rio de Janeiro, do movimento anarquista brasileiro. Mas seu anarquismo, que era de fundo romântico e cristão, pregava o amor e a paz, em vez de postular a violência e a luta” (RAPOSO, 1998, p. 158).

Tais aspectos marcariam um dos seus artigos, intitulado *Origens do socialismo*, publicado no jornal *A Voz do Povo* de 22 de fevereiro de 1920, onde buscava identificar a origem do pensamento social entre os sábios da antiguidade e no cristianismo. Este artigo posteriormente compôs um dos seus livros, *A questão social na Antiguidade e cristianismo e trabalho* (1934).

Outro artigo relevante foi a tradução que Raposo realizou dos artigos publicados em 1921 por Herbert George Wells, mais conhecido como H. G. Wells e por suas obras de ficção científica e romances de costumes na transição do século XIX para o XX. Trata-se de um conjunto de artigos que derivaram de sua segunda estadia na Rússia, decorrente de sua visita ao amigo Maxim Gorki em 1920, que foram publicados no jornal *The Sunday Express* e posteriormente compuseram o livro *Russia in the shadows*. Ignácio Raposo publicou no jornal *A Rua*, nas edições dos dias 10, 11 e 12 de maio de 1922, sua tradução do capítulo IV intitulado *The dreamer in the Kremlin*, no qual Wells relata seu encontro com Lenin, em que discutem os

ideais marxistas e as grandes transformações que estavam ocorrendo na Rússia, poucos anos após a revolução que mudou aquele país e abalou o mundo.

Em sua tradução, intitulada *O que vai pela Rússia*, Raposo transformou a estrutura do texto original, assumindo a condução da narrativa, que originalmente foi escrita na primeira pessoa por H. G. Wells, recolocando-o na terceira pessoa juntamente com o próprio Lenin. Isto se processou com uma seleção e apropriação da ambientação descritiva do relato, onde se apoiavam os elementos subjetivos da perspectiva de Wells. Neste diálogo discutiam-se os desafios da Rússia pós-revolução, de maneira a pontuar as questões sociais e as propostas de desenvolvimento do país.

Ainda que no conjunto dos escritos de “esquerda” haja contradições, Raposo assumiu o propósito de difundir estas novas ideias que estavam abalando o mundo naquele tempo, utilizando inclusive a difusão de ícones, de personagens exemplares nesta história recente. Com isso escreveu dois artigos sobre a figura de Piort Kropoltikin, o geógrafo e pensador anarquista russo, um publicado no jornal *A Rua*, de quatro de outubro de 1922, intitulado *Palestra social*, e o outro no jornal *Pacotilha* de sete de outubro do mesmo ano (p.4), denominado *Kropoltikine*. No primeiro transcreveu trechos de “um preciosíssimo documento o que fornecera à imprensa a filha de Kropoltikine, no qual parece consubstanciar a ideia do mestre sobre a revolução bolchevista”. Segundo Raposo este texto provavelmente teria sido escrito “na aldeia de Dimitrov a 23 de Novembro de 1920” (*A Rua*, 04 out. 1922, p.1). Nesta transcrição há uma forte crítica de Kropoltikin às transformações da Rússia:

No momento atual a Revolução Russa encontra-se na seguinte posição: está cometendo horrores; está arruinando o país inteiro; na sua furiosa clemência está aniquilando vidas preciosas, destruindo sem ver o que destrói, sem saber onde vai, claro que, por isso, se dirá, é uma revolução e não um progresso pacífico. (*A Rua*, 04 out. 1922, p.1).

Raposo amenizou o impacto destas críticas afirmando sua crença na novidade destas transformações e que haveria o aprimoramento com o passar das gerações que “farão da Rússia verdadeiro ninho da felicidade humana”, sendo que “os erros do maximalismo são erros da mocidade – com a mocidade vieram, com a mocidade passam...” (*A Rua*, 04 out. 1922, p.1). No segundo texto, Raposo dedicou-se à biografia de Kropoltikin, chegando a afirmar que, juntamente com Leon Tolstói, Kropoltikin era uma das maiores expressões do pensamento russo:

O primeiro desapareceu da terra num traço luminoso igual ao que deixara Elias arrebatado aos céus, o segundo vive abandonado agora pelos seus discípulos, confiando apesar à solidão profunda do gênio, a desilusão terrível que o acompanhou na velhice: sofre mas não se deixa abater. Kropoltikine é um justo, e todo justo é forte. (Pacotilha, 07 out. 1922, p.4).

É interessante observar que ao longo de sua vida de intelectual escritor vai manter esta abordagem de uma reapropriação de um socialismo utópico, utilizando alegorias das narrativas cristãs para alçar ícones socialistas e anarquistas à condição de mártires.

Ainda neste período de intensa produção de discursos libertários, mais uma vez no jornal *Pacotilha* publicou um texto provocativo em relação às questões de gênero de seu tempo. Com o título *A independência da mulher*, confrontando a condição feminina vigente, Raposo exorta “a mulher brasileira que se liberte do julgo secular do preconceito e siga um novo rumo na vida, conquistando ao lado da liberdade corporal, a liberdade política, porque sem esta, dificilmente conquistará aquela” (*Pacotilha*, 12 out. 1922, p. 4). Apoia-se em exemplos na história do movimento social sobre a atuação feminina, destacando figuras emblemáticas do anarquismo, como Louise Michel, Luiza Quitrine, Catarina Brechkovskaia, entre outras.

Raposo, de certa forma, assume a história como um elemento legitimador e com isso associa acontecimentos e personagens do passado com os do presente. Pode-se considerar que se empenha também em algo que aparentemente se assemelharia a uma história vista de baixo, ou pelo menos por outro ângulo, se colocarmos os comunistas e anarquistas como excluídos ou pelo menos indesejados por aquela sociedade. De qualquer maneira, o que se assemelha é a construção de personagens para fomentar identificação, oferecendo outros modelos que em sua perspectiva refletiam ideais de justiça social e liberdade.

Em outro artigo publicado também no jornal maranhense *Pacotilha* intitulado *A liberdade russa*, Raposo opõe-se aos que desqualificam as transformações que operavam na Rússia naquele momento, difundidos pelos que denomina “jornais burgueses tão pródigos em mentiras e invencionices que apesar de torpes ‘sempre dão resultado’”. Para o autor, “a luz se vai fazendo aos poucos e a Rússia brilha cada vez mais com ela” (*Pacotilha*, 24 agos. 1922, p. 1).

Neste ano de 1923, durante esta série de artigos escritos por Raposo exaltando o anarquismo e o comunismo, foi publicado no jornal *Correio Paulistano* no dia sete de março a notícia intitulada *O comunismo em S. Paulo*, referente às investigações da polícia da referida cidade e a descoberta de “uma filial do Centro Comunista Internacional” (p.2). Seriam supostas

investigações secretas empreendidas pelo diretor do departamento policial Bandeira de Mello, que possibilitaram a descoberta da sede da referida instituição em São Paulo, onde foi apreendida “grande cópia de boletins mais ou menos sediciosos, de curiosos documentos com que se procura concitar a população paulista a filiar-se aos ideais comunistas difundidos hoje por todo o mundo” (p. 2).

Com estas diligências foram descobertas também filiais em Porto Alegre, Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. Nesta última cidade, “verificou a polícia que os organizadores da associação no Rio foram Astrogildo Pereira, Brasília Pereira, Adolpho Magro, Raymundo de tal, *Ignacio Raposo* e Octávio Brandão”. (*Correio Paulistano*, 07 mar. 1923, p. 2. Grifos meus.). No dia seguinte, dia oito de março, jornal *O Combate*, reproduziu parcialmente a mesma matéria e acrescentou que o Gabinete de Investigações do delegado Bandeira de Mello acompanhava com atenção as mobilizações sociais que estavam ocorrendo.

O movimento operário, agitado principalmente pela classe dos gráficos, em greve há cerca de um mês, conseguiu reunir elementos de provas que muito comprometem o libertário João da Costa Pimenta e outros companheiros seus pelos encargos que assumiram, organizando e dirigindo o centro comunista filiado à Seção Brasileira da Internacional Comunista, cuja sede funciona no Rio de Janeiro. (*O Combate*, 08 mar. 1923, p. 4).

Neste mesmo dia o jornal *O Paiz* reproduziu uma pequena parte do artigo como breve nota sobre o mesmo suposto acontecimento, também reproduzida de forma semelhante no jornal *Pacotilha* do Maranhão no dia 10 de março. Mas no próprio jornal *O Paiz* do dia oito de março foi publicado um artigo assinado por Astrogildo Pereira, a principal figura reconhecida como promotora do comunismo no Brasil, que refutava tais afirmações alegando que:

O partido político da classe operária, o P. C. não faz mistério de sua existência e de sua atividade, que consiste em propagandas de suas doutrinas, pelos meios públicos correntes, como sejam as conferências as publicações etc tudo isso à luz do dia, de portas abertas, sem quaisquer intuítos ocultos ou clandestinos. (*O Paiz*, 08 mar. 1923, p.7).

Astrogildo ironiza a “seriedade da sensacional ‘descoberta’ da polícia paulistana”, questionando os nomes dos supostos membros da organização oculta. Em relação a Brasília Pereira, afirma que desconhece a existência deste membro, que Adolpho Magro “é mero pseudônimo de algum camarada de S. Paulo, autor de artigos contra o Sr. Adolpho... Gordo”. Este foi um jurista e político com tendências conservadoras (LANG, 2015), motivo de ironia do pseudônimo. Mas em relação a Ignácio Raposo é categórico, afirmando que “absolutamente

não faz parte do P. C.” (*O Paiz*, 08 mar. 1923, p.7). Astrogildo afirma que não passava de estratégia para desarticular a greve dos gráficos.

Neste mesmo ano de 1923 Ignácio Raposo participou da fundação da Faculdade de Filosofia e Letras, cujo evento de lançamento foi realizado no dia 25 de julho, em um edifício localizado na Avenida Rio Branco, número 180. Integrou a primeira diretoria desta instituição como secretário. Tratava-se de “um curso livre, com exigência de habilitação em preparatórios” (*O Paiz*, 26 jul. 1923, p. 6). Em entrevista ao jornal *A Rua*, publicado em 25 de maio de 1927, o então presidente desta Faculdade General Moreira Guimarães, afirmou “que esta faculdade nascera no cérebro do professor Ignácio Raposo, uma das melhores vocações do ensino filosófico”. Em maio deste ano Raposo foi homenageado por esta instituição, recebendo “um rico álbum contendo várias memórias acerca da faculdade”, além de ter sido “lançado na ata um voto de louvor pela dedicação”. (p.3).

Além da Faculdade de Filosofia, Raposo fez parte do corpo docente da Escola de Direito, onde também se encontrava listado como docente Maurício de Lacerda. (*O Paiz*, 11 fev. 1928, p.11). Apesar de atuarem na mesma instituição, não há indícios de proximidade entre os dois para deduzir que tenha sido Maurício de Lacerda que tenha levado Raposo a conhecer Vassouras. No Jornal *O Paiz* de primeiro de março de 1928 há uma pequena nota dando conta do seu regresso de Vassouras, “onde se achava, em gozo de férias” (p.5). Mas seu vínculo com a cidade, levando a constituir residência, deve-se principalmente ao seu segundo matrimônio, com Maria Magdalena Fraga, em 27 de julho de 1928, cuja celebração civil e religiosa foi apadrinhada “por parte do noivo, o deputado Mário Alves e a dra Odaléa Pereira, e por parte da noiva, o dr. Alvaro Soares, clínico naquela cidade, e sua esposa” (*Correio da Manhã*, 28 jul.1928, p.5).

4.1.2. Imagens de corpo e alma do autor

Retomando a crônica de Epaminondas Martins, a qual relata a sua intenção de ir para Nova York e acaba chegando em Vassouras, há uma interessante imagem de Raposo nesta localidade. Através de uma descrição da movimentação dos habitantes ao cair da noite na praça principal da cidade aos pés da Igreja Matriz, em meio à iluminação elétrica em seu espaço e nas casas do entorno, há uma vitalidade na circulação de pessoas. Como um *flanêur*, Epaminondas Martins constata que “é hora das mulheres bonitas exibirem os seus encantos, encherem a praça

de sedução; é a hora do que aqui chamam de footing. Os bancos repletos de famílias. Domingo! É dia de cinema, de danças, de divertimentos” (*Correio da Manhã*, 28 abr. 1935, p. 4).

Mas oh... Lá está Ignacio Raposo, meu velho professor de filosofia, cabelos brancos, rosto iluminado pelo seu eterno sorriso de tolerância filosófica. O inventor do camelo! Está numa discussão acalorada comentando Platão e Aristóteles, e videnciando os defeitos do 5 éforos de Esparta, dissertando sobre os mistérios da religião egípcia; falando em Homero, Teseu, Psitrato, Pelopidas, Epaminondas. (*Correio da Manhã*, 28 abr. 1935, p. 4).

Epaminondas Martins afirma que “há em torno dele um grupo de médicos, advogados, oficiais do exército que também discutem Platão, que também comentam Aristóteles, que também duvidam da existência de Homero, segundo Wolf, que também não creem em lobisomem em mulas sem cabeça” (*Correio da Manhã*, 28 abr. 1935, p. 4). Epaminondas então conclui em seu tom irônico e afetoso, afirmando que “o povo passa e repassa olhando de esguelha com estranheza aquele grupo que fala com tanto entusiasmo em assuntos tão excêntricos. Parece não ser deste mundo” (*Correio da Manhã*, 28 abr. 1935, p. 4).

Há uma interessante descrição corporal realizada por Augusto de Almeida Filho, que foi a Vassouras levado por José Cursino para conhecer Ignácio Raposo, sobre o qual refere-se como uma “figura tolstoiana” que foi “um dos encantamentos” de sua adolescência. (*Dom Casmurro*, 19 out. 1940, p. 6). Seu relato indica vitalidade, com “a rusticidade física do homem rural. Vasta cabeleira branca enfeita sua cabeça leonina. Vermelho sanguíneo como um camponês, sadio, parece vender saúde. E é possuidor de uma inteligência brilhante e tagarela. Perto dele dificilmente passamos de plateia”. Em Vassouras encontra uma “Bela moldura – a paisagem rural e os livros – para esta inteligência inquieta, ‘doublé’ de pesquisador modelo alemão e artista da velha guarda boêmia de Paris literário”. De maneira integrada o autor, sua arte e sua visão da vida, “seu gênero de literatura, o seu estilo pessoal não traz a marca do tempo, pode-se dizer mesmo intemporal. Ele se coloca acima e adiante das contingências. A vida para ele é apenas a partícula do conjunto, uma peça da grande máquina” (*Dom Casmurro*, 19 out. 1940, p. 6).

Seu sobrinho, José Cursino, em um escrito de sua juventude, também delineia um perfil de Raposo destacando seu comprometimento literário, reforçando a imagem do intelectual ao qual se atribuía a função de elucidação de questões basilares da condição humana.

Ignácio Raposo, a exemplo de todos os espíritos voltados para problemas fundamentais da cultura de um povo e, ao mesmo tempo, torturados na compreensão exata das concepções humanas, lentamente vai erigindo a sua grande obra, esse manancial inesgotável “do saber, de filosofia, de conceitos,

de investigações profundas, num estilo terso, puro, claro e sobretudo eloquente. (*Correio da Manhã*, 14 fev. 1936, p.7).

Esta imagem do autor constitui uma convergência entre o que fundamentou em sua trajetória através de sua formação pessoal e atuação profissional e artística, as quais encontram ressonância em seu meio como modelo de realização de determinados atributos intelectuais. Tais aspectos conferiam à sua escrita uma respeitabilidade e um valor de legitimação, inclusive ao formular uma história sobre Vassouras.

Ainda em relação a seu perfil e a sua produção escrita, Guimarães Martins afirma que “Ignacio Raposo é um temperamento polimorfo. Dispersivo algumas vezes, com todos os defeitos de um autodidata, ele representa um grande esforço na realização da cultura” (*Dom Casmurro*, 19 out. 1940, p.6). Isso se reflete nas diferentes frentes intelectuais e artísticas nas quais atuou. Além disso, “apesar de toda sua indolência, por ele mesmo confessada, é um dos mais laboriosos servidores da imprensa brasileira” (*Dom Casmurro*, 19 out. 1940, p.6). Isso é reforçado em uma matéria publicada em comemoração ao seu aniversário, na qual o redator aponta que sua “obra jornalística anda quase toda anônima em periódicos nacionais” sendo “um polemista arguto e vitorioso, que sabe esgrimir a lógica com habilidade única, discutindo e argumentando com lucidez surpreendente e empolgante” (*Gazeta de Notícias*, 07 ago. 1938, p. 1). Em uma síntese de sua trajetória, o redator pontua alguns dos principais jornais em que Raposo trabalhou.

Como jornalista, fundou na Capital do Maranhão o diário A Campanha que durou de 1901 a 1904 e foi redator do Diário Oficial do Maranhão e de A Província de Belém do Pará, e, nesta Capital, de A União, de O Tagarela, do Jornal do Brasil, de A Rua, de A Razão, de O Brasil, tendo colaborado na Alvorada, no Diário da Manhã, na Pacotilha e em O Jornal, de São Luiz do Maranhão; em A Concentração, de Pernambuco, no Comércio de Santos, Diário da Manhã, de Ribeirão Preto; Correio de Macaé, Correio de Minas de Juiz de Fora; Correio do Povo, de Jaraguá do Sul, A Gazeta de Campos; Última Hora de Dom Pedrito; Gazeta do Povo de Porto Alegre; Parahyba do Sul, Camocim-Jornal, O Commercio, de São Pedro do Rio Grande do Sul; Aviso, de Picos, no Estado do Piauí; Fluminense, de Niterói; O Commercio, de Petrópolis; e na Revista Souza Cruz. (*Gazeta de Notícias*, 07 ago. 1938, p. 1).

Quando Epaminondas Martins se refere a Raposo como o “inventor do camelo” está fazendo alusão a uma série de artigos e conferências realizadas por Raposo em meados da década de 1930, em defesa da retomada da ambientação de camelos para solucionar os problemas do nordeste brasileiro. Esta ideia já havia sido tentada na metade do século XIX, mas sem sucesso. A discussão teve início com uma carta encaminhada por Raposo ao governo

federal explicitando esta proposta. De acordo com a notícia veiculada no jornal *Correio da Manhã* no dia 22 de dezembro de 1933, “o ministro da Agricultura devolveu ao chefe do governo provisório, com as informações prestadas pela Diretoria Geral de Indústria Animal, a carta em que o sr. Ignácio Raposo afirma que a criação de camelo no nordeste brasileiro faria desaparecer a miséria alí reinante.” (p. 2).

Segundo consta, a controvérsia gerou intenso e irônico debate nos jornais, com as mais diversas contestações e *charges*, as quais foram citadas em artigos e lamentavelmente não foi possível localizá-las. Um artigo publicado em 30 de dezembro de 1933 no *Diário de Pernambuco*, assinado por Assis Chateaubriand e intitulado *A cobaia cearense* exacerba o escárnio da ideia de Raposo. Dentre outras considerações, ressaltando que o camelo já havia inspirado a imaginação de vários salvadores do nordeste”, o autor deste artigo lança a seguinte questão: “Por que impormos ao Tesouro Público a despesa de uma missão ungida de espírito revolucionário, para ir comprar camelos na África ou na Ásia, se essa mercadoria nimamente nacional e de que o mercado interno se acha saturado?” (p. 2).

É possível que esta ideia sobre o camelo reporte às concepções e ao imaginário de viés orientalista que está presente em várias obras do autor. Sem dúvida, a crítica inclui uma provocação à maneira “sincrética” de Raposo manifestar sua perspectiva sobre seus ideais de justiça social, nos quais encontram-se imbricadas suas concepções socialistas e cristãs. Esta forma de perceber as questões sociais mantiveram-se relativamente balizadas pelos mesmos princípios ao longo de sua trajetória intelectual, ainda que suscite em algumas circunstâncias uma aparente contradição em relação a determinadas escolas políticas, mas que provavelmente refletia o já citado caráter polimorfo de seu perfil.

Ignácio Raposo considera o socialismo como ideal de felicidade humana e, pré-existente “na imaginação dos grandes filósofos da antiguidade oriental consubstanciado na criação da ‘bem-aventurança’ que se realizará na consumação dos séculos, onde os justos gozarão em carne e espírito da felicidade perfeita na superfície da terra” (RAPOSO, 1934, p. 7). Assim, o cristianismo sintetizaria os princípios do socialismo, tais como a “abolição da propriedade privada, a igualdade entre os homens, o casamento por amor, a fraternidade, tudo isto, segundo os Evangelhos, foi ensinado outrora por Jesus que amando a humanidade por ela padeceu no topo do calvário” (RAPOSO, 1934, p. 85).

Raposo (1934) afirma que o cristianismo modificou as divisões por classes que eram estabelecidas por outras religiões antigas, trazendo a “igualdade dos homens aos olhos do

Criador”, assim como a Revolução Francesa pôs abaixo as distinções estabelecidas pelo direito de acordo com “o nascimento, a riqueza e a instrução” (p. 8). Neste sentido ele constrói uma perspectiva essencialista, idealizada a partir de uma imagem do patriarca da religião, sendo esta destituída de sua historicidade, quando ao longo do tempo foi uma das principais instituidoras dos processos opressivos por ele citados. De qualquer maneira, considera que há um sentido evolutivo, no qual “o-cristianismo é o passado; o socialismo – o futuro, mas o passado e o futuro de uma mesma doutrina” (RAPOSO, 1934, p. 140).

O passado, então estará presente em suas concepções como fundamento de legitimação. Assim, “por tanto, à falta de tradições gloriosas que o socialismo fracassará na luta iminente humana a que se entrega em nossos dias” (RAPOSO, 1934, p. 12). Tal entendimento fundamenta-se em sua perspectiva teleológica, que considera que “todas as aspirações humanas remontam aos primeiros séculos das civilizações primitivas” (RAPOSO, 1934, p. 7). Desta forma, a trajetória humana seria regida por uma condição pré-existente, que está fora do tempo. Além disso, neste passado basilar reside a origem de todos os ideais, os quais se degradam com o passar do tempo. Para Raposo, “a história varia sempre nos seus inúmeros detalhes, mas no fundo é constante, invariável mesmo: é um drama antigo representado por uma companhia séria, e repetido amanhã por um grupo de amadores” (RAPOSO, 1934, p. 17).

De acordo com estes princípios, para o autor, o saber do passado preveniria o declínio moral e cultural. O sentido evolutivo da existência faria com que os seus fundamentos fossem sempre os mesmos e, de certa maneira, espelhariam um ideal de modernidade ao qual estaria inserido, pois ele acreditava que “apesar de todas essas alternativas a humanidade caminha sempre conduzida por três grandes órgãos que são a ciência, a arte e a indústria” (RAPOSO, 1934, p.122). Estes três aspectos estão diretamente relacionados à formação e à instrução dos indivíduos e representam um deslocamento das discussões em relação às bases de desenvolvimento das sociedades das questões raciais para os aspectos nacionais. (REIS, 2006; 2007). Neste sentido, esta perspectiva em que Raposo se inscreve é um contraponto às concepções conservadoras que Gustave Le Bon (2009) representava, ao reforçar o caráter da raça forjado ao longo de séculos como fator fundamental para o nível de civilização e progresso.

Mesmo que às vezes elas sejam ilusões puras, se encontra hoje em dia esta: que a instrução seja capaz de mudar consideravelmente as pessoas e tem, como resultado certo, melhorá-las e até mesmo torná-las iguais. Apenas por causa de sua repetição esta afirmação acabou por se tornar um dos dogmas mais inabaláveis da democracia. Seria tão difícil tocar nele agora quanto foi outrora tocar nos dogmas da Igreja. (LE BON, 2009, p. 45).

Frente à modernização em uma sociedade etnicamente complexa, discursivamente Ignácio Raposo acreditava no oposto, aparentando não se fixar em um determinismo racial. Apesar de não colocar diretamente a questão racial, seus personagens negros tendiam a serem enquadrados nos clichês da incapacidade, da vitimização e da malandragem.

Para o autor a educação era o meio para a edificação do indivíduo e da sociedade, pois além de proporcionar o saber do passado, das origens onde se assentam os valores e princípios, habilitava para a interação com a ciência, a arte e a indústria. Neste caso, um dos principais motivos para as distinções sociais estaria na condição social, pois, “se há homens educados e homens grosseiros é porque a diferença de fortunas não permite a todos igual educação; e é por isso que só o socialismo logrará estabelecer felicidade humana, igualando a todos pela igualdade de recursos” (RAPOSO, 1934, p. 8). Se para Le Bon (2009), a educação difundida com este enfoque torna-se instrumento doutrinário que fomenta os conflitos sociais, Raposo propõe que os valores coletivos ainda seriam um grande entrave para um melhoramento igualitário da civilização.

Estas equiparações não são bastante ainda, porque, em todos os regimes da civilização moderna, se distinguem os seres da espécie humana pela posição social, pela riqueza, pela instrução, educação e outras qualidades extrínsecas de menor importância. E entende o mundo moderno que todas essas qualidades na mór parte exteriores, devem ser premiadas com largos proventos materiais, quando as necessidades de ordem material são iguais em todos os indivíduos. (RAPOSO, 1934, p. 8).

Mas em relação ao Brasil, Ignácio Raposo considerava que havia outros fatores inerentes que, independente da condição social, comprometiam este ideal de desenvolvimento humano. Para o autor, “a superficialidade, o descuido, a negligência enodoaram sempre a civilização brasileira, onde a lei do menor esforço é a única respeitada por um princípio de amor ao culto da indolência”. (RAPOSO, 1934, p. 25). Além disso, havia uma tendência ao utilitarismo no que era focado no aprendizado, fomentando certa economia no empenho pelo conhecimento. Como professor, acreditava que estes eram os motivos da dificuldade com reflexões mais elaboradas, pois “a relutância da mocidade contra o estudo da filosofia é um dos mais vivos atestados da nossa negligência intelectual” (RAPOSO, 1934, p. 25). Como consequência desta postura negligente, considerava que “a credulidade doentia do brasileiro decorre, em parte, da sua pobreza de conhecimentos filosóficos, ignorando os métodos indicados pela lógica” (RAPOSO, 1934, p. 25). Desta forma, seu modelo de erudição apoiava-se em um ideal eurocêntrico, expressando uma certeza pessoal de que este era o caminho de realização do ser humano.



Figura 7: Ignácio de Viveiros Raposo. Foto s/d. Acervo Academia Vassourense de Letras

Nestas concepções de cunho social residiam tanto as convergências quanto as diferenças em relação à administração de Maurício de Lacerda, que propunha naquele momento uma perspectiva atuante, idealista e pragmática desses ideais. Por outro lado, a escrita de Raposo, em sua utopia socialista, mesclava-se a ideais cristãos, dentro do conjunto do projeto de cidade do *plano quinquenal* de Vassouras e da Fundação 1º de Maio, expressando uma vertente conciliatória e palatável aos segmentos mais conservadores da cidade.

Os editores afirmaram que “a ideia da confecção de um livro encerrando as tradições luzentes deste município é tão nobre quanto antiga” (RAPOSO, 1935, p.II), o que na prática ocorreria mais efetivamente a partir da implantação da imprensa nesta localidade. Justificaram esta afirmação reproduzindo um artigo publicado em 15 de janeiro de 1933, no jornal *O Estado do Rio*, no qual propuseram uma genealogia das principais memórias escritas que antecederam

o livro *História de Vassouras*. Fazendo referência aos memorialistas que antecederam a Ignácio Raposo, apresentando as virtudes de seus escritos, mas enfatizando os limites de suas abordagens sobre o passado da referida cidade. A matéria declarava, por fim, que “veio finalmente Ignácio Raposo, velho marinheiro afeito às tempestades deste oceano infindo de adversidades que é a vida do homem de letras no Brasil, acostumado a dispensar os ganhos para realizar na terra as coisas mais sublimes de uma civilização perfeita” (RAPOSO, 1935, p.III). O enaltecimento da capacidade do autor, dentre outros aspectos, justificava a sua autoridade e a legitimidade de sua escrita.

Espírito que despreza a fama porque só presa a glória interior que os homens superiores guardam em silêncio no fundo do seu coração, como para senti-las melhor, e consagrando, por uma dessas forças de simpatia que a ciência ainda não pode explicar, o mais ardente afeto a este município, no recesso do seu gabinete, sem grita, sem reclame, sem esse ridículo e espalhafatoso reclame da nossa época, que confunde os homens públicos com esses pobres camelôs, que andam a gritar nas ruas, chamando a atenção dos transeuntes para sua própria pessoa, ele, o desinteressado Professor Raposo... (RAPOSO, 1935, p.III).

Esta imagem do autor, que se construiu pelo entrelaçamento de valores atribuídos à sua trajetória profissional com o reconhecimento das instituições públicas locais e de uma considerável parcela do meio intelectual de sua época, tornou-se um dos elementos que conferiu consistência à imagem da cidade por ele elaborada.

Ainda que, em se tratando de uma trajetória de vida, esta síntese perfaz um esboço tanto do perfil como das principais características do pensamento de Ignácio Raposo, as quais permearam a elaboração do livro *História de Vassouras*. Tais características manifestaram-se desde o estilo da escrita, os vocábulos, a estrutura da obra, mas também os objetos e a forma como destacou os referenciais da memória do município, através das imagens narrativas dos acontecimentos, pessoas e personalidades e espaços.

Todos estes elementos dispostos como vestígios, fragmentos que remetem ao passado, como peças que compõem um mosaico foram recompostas no sentido de adquirirem uma forma plausível aos destinatários, sejam os habitantes de Vassouras ou aqueles que interagem com a cidade. Mas como qualquer trabalho de arte, tem muito dos traços do próprio artista, que em parte é refletido por sua obra, a qual também é um instrumento de diálogo com o meio e o mundo.

Ignácio Raposo faleceu em 21 de julho de 1944, no Rio de Janeiro, na Casa de Saúde Dr. Buarque Lima, decorrente de uma delicada, mas não especificada, intervenção cirúrgica.

De acordo com o redator, Raposo “tornou-se uma figura cercada de popularidade, integrando-se, por isso, na *alma coletiva*, e, pelos seus méritos intelectuais foi um dos valores do jornalismo e das letras maranhenses” (*O Imparcial*, 22 jul. 1944, p. 2. Grifos meus). É possível que tal consideração consagre o autor naquilo que tanto se esmerou e que com maior ou menor intensidade esteve presente em suas realizações, que foi sua condição de construtor de almas. Ingressar na alma coletiva indica tornar-se memorável, mas revela também que esta forma de consagração apoia-se no anseio humano de perenidade, mesmo que seja simultaneamente diluir-se no todo e dispor de atributos que representam o todo.

Por outro lado, a alma coletiva sendo construída e consagrada, ela é uma aspiração de perenidade própria de uma determinada época e, com isso, sujeita aos mais diversos fatores de esquecimento. Talvez o auge da Segunda Guerra no momento de seu falecimento seja um dos motivos. Entender os desdobramentos do que foi empreendido durante a escrita do livro *História de Vassouras* possivelmente contribuirá para uma maior clareza do lugar do autor na memória de Vassouras.

A imagem daquele que escreve, no caso de Ignácio Raposo em sua *História de Vassouras*, foi constituída pela autoridade atribuída pela sua condição de literato e a prevalência das ressonâncias de sua composição do passado, que buscava que seu público se identificasse em sua narrativa, em detrimento das possíveis dissonâncias que permeiam a ideologia do ambiente de sua publicação. Muito importou também a maneira como concebia determinados valores, como justiça social, liberdade, desenvolvimento humano, entre outros. São particularidades nas quais se apoiavam as possíveis afinidades entre Raposo e o amplo projeto de remodelação de Vassouras, que incluía as narrativas de seu próprio passado.

Através destes fragmentos da trajetória do autor buscou-se intuir o que particulariza sua visão de Vassouras, mas que também reflete o que há de comum com as intenções e expressões do seu tempo. Em sua narrativa sobre o município em questão, a seleção de temas contém aspectos balizados em suas próprias concepções de civilização e cultura que encontravam ressonância em seu público, mas também de experiências vividas que se projetam com identificações com o passado de Vassouras, fazendo com que a narrativa do lugar contenha também, de forma indireta, uma parcela do dizer de si.

5. O LIVRO COMO UMA IMAGEM DA CIDADE

“... jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles.”

(CALVINO, 2003, p. 27)

Se imaginarmos uma cidade como um objeto que poderia ser narrado de diferentes maneiras dependendo do ponto de vista, poderíamos refletir sobre o que difere entre a descrição e o objeto observado, como um dos fatores que possibilita a relativa diversidade de perspectivas. Mas o que define a cidade como objeto? Seriam as instituições e sua atuação, delimitando a origem do lugar e seu território, os fatores econômicos e políticos, as condições de cidadania, pertencimento e cultura? Na prática, todos estes aspectos e outros mais estão imbricados, proporcionam interferências mútuas, em regimes de temporalidades diferentes de transformação que se refletem no conjunto que forma a cidade.

Assim, qual cidade Ignácio Raposo buscou apresentar para a própria cidade cujos representantes lhe demandaram uma narrativa histórica? Esta questão, que ainda não foi posta, indica o papel das narrativas na formação dos consensos que constituem o efeito de unidade, continuidade e pertencimento ao lugar. Por outro lado, coloca também em evidência determinadas circunstâncias que favoreceram esquecimentos, os quais muitas vezes não são percebidos no caráter sucessivo e relativamente coerente das narrativas que estabeleceram uma relativa objetividade do lugar, mas pelas lacunas que se evidenciam quando se põem em questão o como e o porquê as concepções estabelecidas tornaram-se verdades consensuais.

Tomando por referência o próprio livro *História de Vassouras* como uma das principais narrativas sobre a cidade, se por um lado prevaleceu a memória do século XIX, por outro foi esquecida sua condição integrada aos aspectos culturais e educacionais de um projeto de remodelação de Vassouras, assim como o contexto em que esta obra foi concebida e a trajetória do próprio autor. Em um sentido amplo, talvez tanto quanto as memórias que atualmente são enfatizadas como característica de Vassouras, foram os esquecimentos seletivos que delinearão sua imagem atual de cidade, pois lhe suprimiram do imaginário coletivo as evidências de outras possibilidades.

Mas Raposo, como narrador e historiógrafo, também foi agente dos processos seletivos da memória e do esquecimento. Sem dúvida, teve contato com fontes, pessoas, objetos que apresentavam indícios sobre este passado icônico de ostentação seguida da derrocada de um modelo produtivo hegemônico na região. Sua pesquisa foi vasta, apesar de seu livro representar

apenas uma pequena parcela dela, como registra Armando Gonçalves em um artigo no jornal *O Fluminense*.

Daí ter escrito, a convite do sr. Maurício de Lacerda, prefeito local, a História de Vassouras, trabalho de fôlego, minuciosamente estudado e que aparece agora, por conveniência das condições financeiras do município, num pequeno volume de apenas duzentos e oitenta e oito páginas. (*O Fluminense*, 09 nov. 1935, p. 1)

Se a totalidade do passado não pode caber em nenhuma narrativa e sua construção é mediada por intenções, naquele momento foi outorgada a Raposo a autoridade sobre as escolhas. Dentre elas, a ausência dos relatos de pessoas que foram escravizadas e imigrantes, pois as personalidades consideradas históricas eram modelos para as futuras gerações.

Há uma qualidade inventiva, que não é a criação de personagens, de acontecimentos ou espaços. Mas no sentido de que “inventa-se um mundo cada vez que se escreve. Trata-se, na realidade, indo ao encontro da etimologia, *invenire*, de fazer vir à luz do dia o que já existe, vivido amplamente na experiência cotidiana, embora os hábitos de pensar impeçam-nos de vê-lo” (MAFESOLLI, 2005, p.13). O potencial inventivo da narrativa encontra-se na forma que organiza seus elementos e sua temporalidade, pois coloca “naturalmente os acontecimentos em perspectiva, une pontos, ordena antecedentes e consequentes, relaciona coisas, cria o passado, o presente e o futuro, encaixa significados parciais em sucessões temporais, explicações e significações estáveis” (MOTTA, 2013, p. 71). Assim, as narrativas podem inclusive dispor de uma existência independente daquilo que narram, mas têm naquilo que narram as bases da própria existência.

O livro *História de Vassouras* pode ser considerado como uma expressão da atualização de uma imagem coletiva associada a um lugar em correspondência com as transformações dos fatores que configuram um efeito de objetividade da cidade. De certa maneira confere uma forma, um corpo onde habita uma alma coletiva, não tanto por sua forma de livro, mas pela organicidade de suas partes, pela alegoria implícita dos ciclos vitais e a personificação do lugar.

5.1. O CORPO DA OBRA

Conceber a imagem da obra como um corpo pressupõe começar por sua materialidade, já que sua gestação dispõe de poucos indícios. A proposta do livro partiu de uma solicitação da prefeitura que, inicialmente, contratou Ignácio Raposo para a edição de um volume com

trezentas páginas, as quais seriam destinadas “às escolas e magistério em geral do município de Vassouras” (*Jornal de Vassouras*, 23 mar. 1935, p. 6). Consta que o autor teve um prazo curto de uma semana para entregar os originais. Estes estudos sobre a cidade já estavam sendo elaborados e parcialmente escritos, pois, entre 1930 e 1932 Raposo havia publicado crônicas em jornal sobre o passado do município, além de vários outros textos que não chegaram a ser divulgados (RAPOSO, 1998). É provável que tenha formatado uma compilação deste material para compor o livro. A proposta de publicação e o valor atribuído ao direito autoral passaram por aprovação do Conselho Consultivo.

Levado ao conhecimento do Conselho Consultivo a proposta sobre as edições da História de Vassouras, de Ignácio Raposo, e dos Fastos Vassourenses, de Jorge Pinto, estes compilados pelo dr. Sebastião Barroso, e mandados imprimir pela prefeitura, ao preço de 8\$000 por página, sendo entregues os livros à Fundação 1º de Maio para distribuição às Escolas, o que foi aprovado, bem como a aquisição dos direitos autorais de ambas por 1:500\$000 (um conto e quinhentos mil reis) respectivamente, e que farão parte da dotação da Fundação 1º de Maio. (ATAS DO CONSELHO CONSUTIVO, 06 abr. 1935, p. 34v.).

Além do livro *História de Vassouras*, a publicação de *Fastos vassourenses*, de Jorge Pinto, a impressão do *Hino à Vassouras*, como também “um escudo desportivo da cidade nos seus clubes”, tiveram o propósito de serem vendidos pela Fundação 1º de Maio, para compor um “fundo de reserva da mesma e a fazer a instalação elétrica e o pano de boca [de cena] do Teatro Escolar no Grupo da cidade, do qual serão integrados (ATAS DO CONSELHO CONSUTIVO, 13 abr. 1935, p. 39). Desta forma as publicações contribuía com a implementação das iniciativas da Fundação 1º de Maio, cuja sede era o próprio Grupo Escolar Thiago Costa. Além da arrecadação financeira, a venda dos livros e objetos tinham suas intenções promocionais da cidade.

Pelo historiador Ignacio Raposo foi hoje entregue a primeira parte do trabalho que ajustou com a Prefeitura sobre a História de Vassouras, a qual entrará no prelo segunda-feira próxima, de modo a ser o livro de uso das escolas e da mocidade vassourense, cuja falta não se justificava num município, que tem escudos, bandeiras e hinos a evocação de sua vida, cheia de tradições e até de lendas, desde o berço colonial até a comuna vassourense, que hoje engrandece no centro nacional, pelo trabalho da sua gente nos campos e cidades do Município. (*Jornal de Vassouras*, 30 mar. 1935, p. 2).

A impressão do livro foi entregue no início de abril de 1935 para ser realizada na Oficina Industrial Gráfica, no Rio de Janeiro. A primeira “edição de mil exemplares, formato 13 x 19, corpo 10 entrelinhado, com 30 linhas por página, capa de papel cartolina comum, impressa a duas cores, papel do texto bouffon de 28 kgs” (*Jornal de Vassouras*, 06 abr. 1935, p. 1). Ao

final, a impressão foi executada pela gráfica A. Badeshi & Cia, com a entrega do livro prevista para o dia 20 de maio. A venda iniciou no Rio de Janeiro e na Fundação 1º de Maio na segunda semana de junho, com o preço de 5\$000 (cinco mil réis) cada volume. Não consta que tenha havido qualquer evento para o seu lançamento e o período em que começou a ser colocado a público corresponde ao momento de acirramento dos confrontos do prefeito Maurício de Lacerda com o governo federal. Isto talvez comprometesse qualquer intenção de promoção comemorativa das iniciativas locais junto às instâncias estaduais, de maneira semelhante à que havia ocorrido com o Centenário, mas em proporção menor.

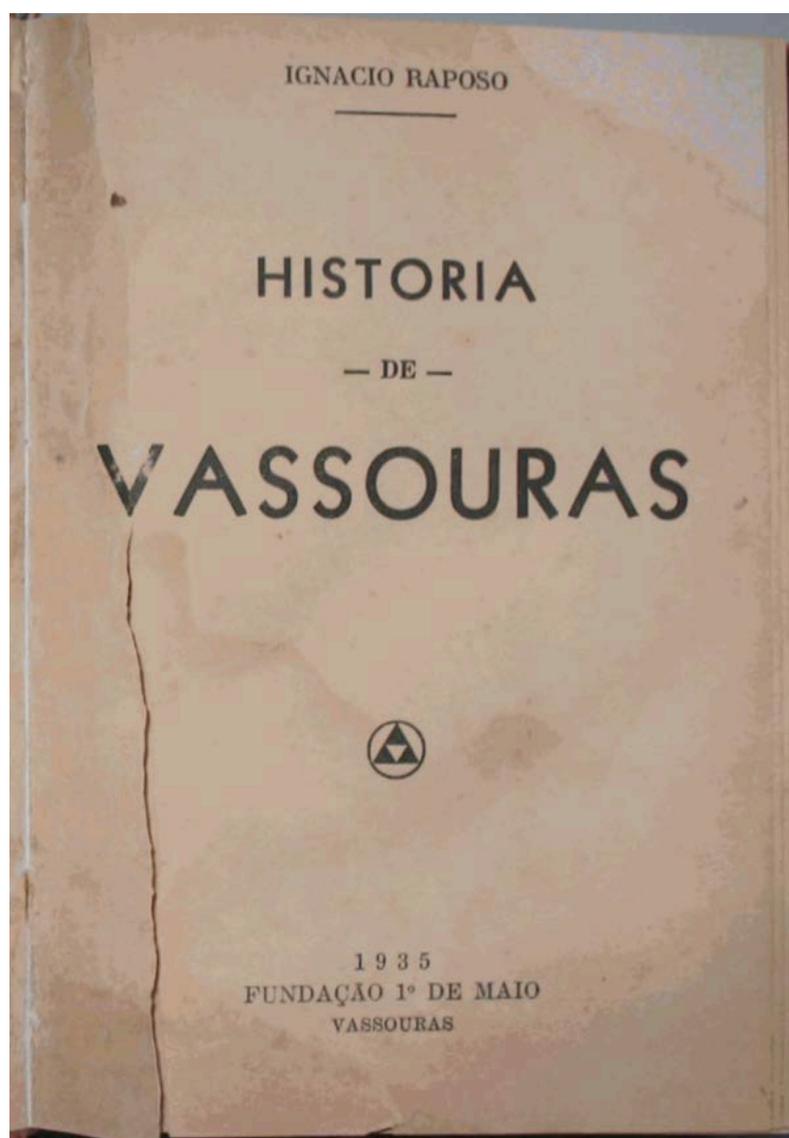


Figura 8: folha de rosto do livro *História de Vassouras*, 1ª edição, 1935

Na estrutura do livro *História de Vassouras* destaca-se a narrativa sequenciada da fundação da vila até o momento do centenário, com características do estilo do autor. Traçando um panorama geral do livro, os capítulos apresentam uma estrutura semelhante à crônica, pelo

formato sequenciado com encadeamento temático, dispondo de certa abundância de temas alinhavados pela pertinência das reflexões ou pela ambientação das situações expostas, como também pela cronologia dos fatos, apresentando traços que remetem ao realismo literário (CANDIDO, 1992, 2006). Talvez esta característica que permeia a ideia de crônica ao cronológico reafirme em Ignácio Raposo a condição de narrador, pois “o mundo exibido por qualquer obra narrativa é sempre um mundo temporal” (RICOUER, 1994, p. 15). Ele se reconhece desta forma em um trecho do seu livro, ao afirmar que “o ano de 1879, a não ser a arborização da cidade com eucaliptos e o calçamento da rua Aquidaban e do largo em frente ao Paço Municipal, nada mais oferece de interessante aos *olhos de um cronista*” (RAPOSO, 1935, p. 208, grifos meus).

É possível que tais características se tornem evidentes na obra *História de Vassouras* devido à atuação do autor como escritor em diversos periódicos, mas também pelo caráter pedagógico do livro destinado aos estudantes da época, buscando assim uma linguagem corrente e acessível. Mas o principal é o fato de que esta obra decorreu provavelmente de uma série de artigos que publicou no jornal *O Vassourense*, entre dezembro de 1930 e maio de 1932, intitulados *História do município de Vassouras* (MAIA FORTE, 1933). Em um comentário publicado no *Jornal de Vassouras* afirma que “andava espalhada em folhas locais onde apareceram os trabalhos de pesquisador incansável do passado vassourense, realizados pelo mesmo historiador e homem de letras” (*Jornal de Vassouras*, 06 abr. 1935, p. 1). Lamentavelmente não foi possível encontrar estes jornais nos acervos públicos disponíveis.

Entre os aspectos abordados sobre Vassouras, prevalecem os políticos, os culturais, os sociais. Em geral, as questões econômicas manifestam-se de maneira indireta, inseridas nos relatos que remetem a estes aspectos citados e são apresentadas de maneira pontual, não enfatizando o detalhamento da produção, balanço comercial, entre outros. Raposo não se ocupava de estatísticas que poderiam conferir um balizamento metodológico sobre a ascensão e o declínio da economia cafeeira. Por outro lado, dedicou-se a expor a expansão ou a estagnação do desenvolvimento urbano, o modo de vida, as práticas culturais eruditas, os estados de espírito nos momentos de maior ostentação e nas condições de empobrecimento da cidade.

Em termos de estrutura, o autor inicia cada capítulo com um breve sumário, indicando e intitulando os principais assuntos que serão abordados. Estes assuntos são apresentados e concluídos em cada capítulo, sendo que alguns são etapas de determinados temas recorrentes e tendem a marcar certo processo evolutivo que caracteriza a obra. Por exemplo, o abastecimento

de água é descrito em determinados capítulos mediante os novos desafios de urbanização que suscita o desenvolvimento da localidade. Alguns assuntos são expostos de maneira predominantemente descritiva, enquanto outros trazem certa densidade, como nos relatos de crimes, que se tornam pretextos para reflexões, analogias e considerações. Os crimes não chegam a caracterizar uma temática, pois são apresentados de forma pontual ao longo de seu texto.

Com estes artifícios o autor modula sua narrativa com relatos que formam imagens apresentadas com destaque ou intensidades diferentes. Isso possibilita, por exemplo, combinar a historicidade da formação dos elementos e edificações urbanas que são em grande parte ainda contemporâneos aos seus leitores, com os relatos que estimulam o imaginário, como as festividades, os teatros, as rebeliões de escravos, dentre outros. Desta forma, a sinuosidade de sua narrativa proporciona desvios da monotonia, por vezes comuns às narrativas sobre o passado.

Através do encadeamento dos capítulos opera a cronologia principal e mais abrangente, desde as origens até o contexto próximo à comemoração do centenário. Mas esta é entremeada por relatos que proporcionam diferentes temporalidades. Dentre os exemplos encontra-se a sucessão dos representantes eleitos para a câmara dos vereadores. Em geral, costuma ser a oportunidade para enaltecê-los, onde os relatos vinculam os progressos daquele período à atuação deles.

Por vezes apresenta um determinado tema que extrapola o contexto que foi apresentado com um desenrolar de acontecimentos que atravessam os marcos dentro da cronologia principal. Quando relata sobre a biblioteca popular instituída em 1871, o autor faz um adendo perfazendo sua trajetória até a data de publicação de sua obra sobre Vassouras, em 1935. Há um tempo fora do tempo sucessivo, quando faz determinadas referências à alma coletiva da cidade, parece que há uma imanência, algo que se mantém contínuo e igual a si mesmo em meio às transformações do lugar, quando se apresenta como expressão de uma verdade ou moral.

Através da narrativa de Raposo, o delineamento da imagem do lugar também se realiza pelo relato do espaço cujas transformações representavam marcos temporais, como o deslocamento da sede da vila de Pati do Alferes para Vassouras, os desmembramentos de distritos como Mendes e Paracambi, entre outros. A relevância dos relatos do espaço reside no fato de que, “além da construção da imagem de que os aspectos físicos construíam os meios

materiais para a ocupação do espaço, a geografia apresentava as potencialidades locais” (FERNANDES, 2009, p. 220). Nisso também expressa-se a intervenção institucional, utilizada para caracterizar o espaço na construção do passado das cidades, como uma tendência comum aos autores contemporâneos a Raposo.

A princípio buscava-se delimitar a unidade territorial da municipalidade e definir-lhe as subdivisões – distritos e bairros. Essa preocupação é herdeira dos processos de constituição dos Estados Nacionais modernos, em que a questão da definição das fronteiras era um elemento-chave em suas preocupações. (FERNANDES, 2009, p. 216).

Tais aspectos são apresentados na composição dos desdobramentos dos acontecimentos associados aos temas que balizam o caráter evolutivo de sua abordagem. Um exemplo é quando trata do tema da urbanização, em que os acontecimentos relacionados à abertura de ruas, pontes, praças, abastecimento de água, ferrovia vão sendo apresentados de forma sucessiva pontuando um sentido de progresso. Com isso é possível identificar níveis na organização temporal, sendo o principal deles associado aos aspectos político-administrativos, como observa Rui Aniceto Fernandes (2009).

Os ritmos da passagem do tempo na localidade foram normalmente marcados pela evolução político-administrativa. Ressaltava-se a passagem da capela à paróquia, da vila à cidade como indícios de progresso. A passagem do tempo seguia, neste caso, apontando para o presente. Quanto mais rápida a evolução administrativa, maior indício de prosperidade e progresso local. Por outro lado, tal ideia expressa a importância que esse grupo atribuía ao Estado como agente promotor e/ou consolidador do progresso local. (FERNANDES, 2009, p. 215).

Por outro lado, as temporalidades da natureza não são tão evidentes, como o passar das estações, o tempo das colheitas, o passar do dia e da noite, o tempo de uma gestação ou de uma vida que envelhece, mesmo de seus principais personagens. O que importava era o caráter coletivo e as particularidades narradas representavam modelos. Tais características estiveram mais presentes nas obras literárias, enquanto em sua *História de Vassouras* Raposo dedicou-se a um regime de verdade sobre fatos que deveriam se tornar referência de um passado comum a todos os habitantes.

Com isso, os recortes estabelecidos pelos relatos das referências do real e cotidiano foram alçados para o plano do ideal, pois este é o lugar onde a alma coletiva habitava naquela conjuntura. Mesmo as condutas e circunstâncias jurídicas ou moralmente reprováveis do ponto

de vista do contexto do autor em relação ao passado tornam-se exemplos de suas reflexões teleológicas do que se considerava modelo de conduta social.

Em compensação, se uma das principais marcas da modernidade é o controle do tempo, que é uma das expressões de violência naturalizada pelo ideal de progresso, Raposo busca humanizar na cidade o institucional, o urbano, o industrial que eclode em um meio rural, pois “o tempo torna-se humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal” (RICOEUR, 1994, p. 15).

Imerso no ideal de progresso, Raposo buscou constituir uma divisão temporal definindo como ciclos de desenvolvimento, como uma síntese da racionalização da trajetória do lugar em períodos, como uma alegoria do ciclo vital de nascimento, amadurecimento e decadência, sendo sua narrativa uma outra forma de humanizar o tempo e atribuir um corpo à própria história, contribuindo também para a personificação da imagem do lugar. Com isso, como forma de racionalização da trajetória, “a periodização é o principal instrumento de inteligibilidade das mudanças significativas” (LE GOFF, 2003, p. 47). No livro *História de Vassouras*, sua periodização estabelece etapas no percurso de formação e de desenvolvimento da cidade de Vassouras, sendo subdivididos pelos capítulos de maneira tematicamente encadeada e sucessiva, possibilitando atribuir certa organicidade aos assuntos e aos fragmentos de relatos.

A periodização que Ignácio Raposo propõe é apresentada logo nas páginas iniciais do livro, estabelecendo uma delimitação em seis etapas, as quais intitula *Divisão Lógica da História de Vassouras por Etapas Sociais* (RAPOSO, 1935, p.1), que de certa forma é uma associação do autor do desenvolvimento urbano com a evolução da sociedade local. Tais fatores também remetem à representação dos ciclos da vida, nos quais a “infância, adolescência, maturidade e velhice se tornam termos que se aplicam não só aos indivíduos, mas também a grupos humanos e ao seu devir na história” (ROSSI, 2010, p. 135). Nesta divisão proposta por Raposo há a marca da ruptura, entre um ciclo que se completa e o potencial de ressurgimento, frente a um novo momento do país e do mundo. Nestas seis etapas há a distribuição dos vinte e três capítulos que compõem a obra.

A primeira etapa, chamada de *Período Patyense*, está delimitada entre os anos de 1820 e 1833, sendo abordada apenas nos dois primeiros capítulos, destacando o processo de ocupação institucional e delimitação do espaço, que culminará com a transferência da sede da vila de Pati

do Alferes para Vassouras. Sua abordagem é significativamente curta comparada aos três próximos períodos, provavelmente pelo fato de que este contexto havia sido explorado com maior profundidade na obra de Matoso Maia Forte, intitulada *Memória da fundação de Vassouras: do início do povoamento à criação da vila*. Raposo destaca a falta de iniciativa e de ímpeto para o desenvolvimento da vila.

Prosseguia entretanto a construção da vila, cercada sempre dos maiores obstáculos, gastando-se um dia para enterrar uma estaca, para mover uma pedra, sem atividade alguma, numa vagareza de cágado, na mais completa ausência de energia, com que morrendo estiolada à falta de recursos. (RAPOSO, 1935, p. 10).

Estas considerações trazem um esboço da formação do caráter local tendo como referência a perspectiva do autor para o ímpeto para o progresso. Os conflitos entre as elites locais que influenciaram a mudança de sede são tratados superficialmente, assim como a expropriação das terras dos antigos colonos e indígenas é omitida. Este tema é aprofundado por Célia Muniz em sua dissertação intitulada *Os donos da terra* (1979). Dentro da narrativa que confere forma ao espaço como expressão de um corpo social, este período representaria um momento de gestação do município.

A segunda etapa corresponde ao *Período de Formação*, entre os anos de 1833 e 1854, e é discutido a partir da metade do segundo capítulo até o décimo. Relata os reflexos da expansão da economia cafeeira, que se apresenta na narrativa de Raposo pela transformação da imagem do lugar através da urbanização, englobando a abertura de ruas, pontes, praças, abastecimento de água, a construção do cemitério, assim como o estabelecimento de instituições como as primeiras escolas e a Guarda Nacional, além da visita de D. Pedro II. Raposo passa a atribuir a este passado a expressão das qualidades necessárias para o desenvolvimento, marcando de maneira implícita uma diferença em relação ao *Período Patyense*. Conforme o autor, “no meio de tanta pobreza, de tanta falta de recursos intelectuais e concretos, só uma coisa brilhava silenciosa na penumbra que nos envolvia então: a tenacidade dos homens nos nossos tempos heroicos” (RAPOSO, 1935, p. 31). Raposo ressalta a ausência de erudição neste passado compensada pelo labor.

Como na política brasileira a inteligência e o preparo são coisas completamente inúteis, esses homens dotados de uma vontade superior, estavam como que marcados pelo destino para levantar um templo imorredouro ao gênio do trabalho. "Labor omnia vincit" foi a divisa da nova Câmara e todos os vassourenses daquela época seguiram vitoriosamente os seus passos e à força de sacrifícios, de abnegação e de fé conseguiram, não

remover montanhas, mas preparar um diadema para adornar uma delas. (RAPOSO, 1935, p. p.44).

De acordo com a narrativa de Raposo, é através do trabalho que começava a se manifestar a imagem do vassourense, conduzida ao desenvolvimento pela sua elite, como patriarcas que geram o empreendimento familiar e apresentados como modelos para a sociedade local. Em relação à alegoria do corpo, este período representaria a transição da infância para a juventude.

A terceira etapa foi denominada de *Período Áureo* e compreende os anos de 1854 até 1878, sendo apresentada do capítulo décimo primeiro até a primeira metade do décimo sétimo. É a época em que são construídos ou concluídos os principais monumentos urbanos, como o Chafariz, a Igreja Matriz e o Prédio da Câmara e Cadeia, além dos principais palacetes que emolduram o centro da localidade. O autor destaca um modo de vida urbano voltado para a elite local, com comércio de artigos de luxo, teatro, saraus e eventos musicais. Como define Raposo, “Vassouras, apesar de tudo, estava então no apogeu. Por toda a parte se via crescer seu movimento, e se no mundo secular o progresso tanto se desenvolvia, no religioso era maior ainda, criando-se instituições piás de primeira ordem” (RAPOSO, 1935, p. 120). É o momento em que a vila é elevada à condição de cidade através da “lei provincial de nº 961 de 29 de setembro de 1857” (RAPOSO, 1935, p. 137), além da chegada da ferrovia aos distritos e do início da imprensa com o jornal *O Município*. Este período representa discursivamente a conquista da maturidade do seu corpo, manifesto no desenvolvimento urbano, quando são constituídos os principais referenciais que posteriormente servirão de apoio ao saudosismo e à nostalgia das imagens de opulência.

A quarta etapa é qualificada como *Período de Decadência*, percorrendo os anos de 1878 até 1914, e exposta a partir da segunda metade do 17º capítulo até a primeira metade do 22º. Segundo Raposo, “a decadência já francamente se manifestava, podendo-se designar o ano de 1880 como marco divisório da idade de ouro do município para a de prata que desde logo lhe sucedeu” (RAPOSO, 1935, p. 208). O autor irá atribuir este declínio à epidemia de febre amarela, à derrocada da economia cafeeira, à abolição da escravatura, além da descentralização promovida pela ferrovia, cujo trajeto percorria à margem da sede do município. Isso proporcionava um maior afluxo dos habitantes para o Rio de Janeiro.

Reduzida a miséria com a abolição dos escravos, dizimada pela febre amarela, abalada pela proclamação da República, ameaçada de perder Mendes, a mais bela das freguesias, e Macacos, que trabalhava surdamente assim como Pati do Alferes, célula-mater da unidade vassourense; quem poderia salvar esta

terra abençoada, se ela não tivesse por si, nesse momento de angústias, algumas famílias beneméritas que saíssem a campo para defesa comum do berço dos seus maiores?... (RAPOSO, 1935, p. 243).

Vassouras é apresentada como uma entidade que sofre e que é mais uma vez auxiliada por seus ilustres. Como foi abordado no capítulo anterior, para Raposo, a condição social é fundamental para o desenvolvimento da cultura no sentido erudito, da polidez e da civilização. Os ícones abastados do lugar que representam tais valores são os modelos para os habitantes, muitas vezes em seu texto pairando acima da própria alma coletiva. Este período refere-se ao envelhecimento de um determinado corpo constituído dentro de certa ordem econômica, política, social e cultural que estava em declínio.

A quinta etapa é caracterizada como *Período de Soerguimento*, abrangendo os anos entre 1914 e 1930 e entre a metade do 22º até o 23º capítulo. É uma etapa bastante curta em sua narrativa, ficando marcada pela chegada da ferrovia ao centro de Vassouras e sua expansão pelo município, além da implantação de indústrias, além de aspectos educacionais e transformações urbanas, que antecedem ao processo de remodelação implementada pela gestão de Maurício de Lacerda, entre 1932 e 1935.

Na última etapa, que Raposo denomina *de Período de Remodelação*, o autor delimita entre “1930 até nossos dias atuais” (RAPOSO, 1935, p. 1), ou seja, até o ano da publicação do livro, em 1935, sendo que não há nenhum escrito ou capítulo do livro dedicado a este contexto. O que foi enfatizado nesta fase final foi a ideia de progresso.

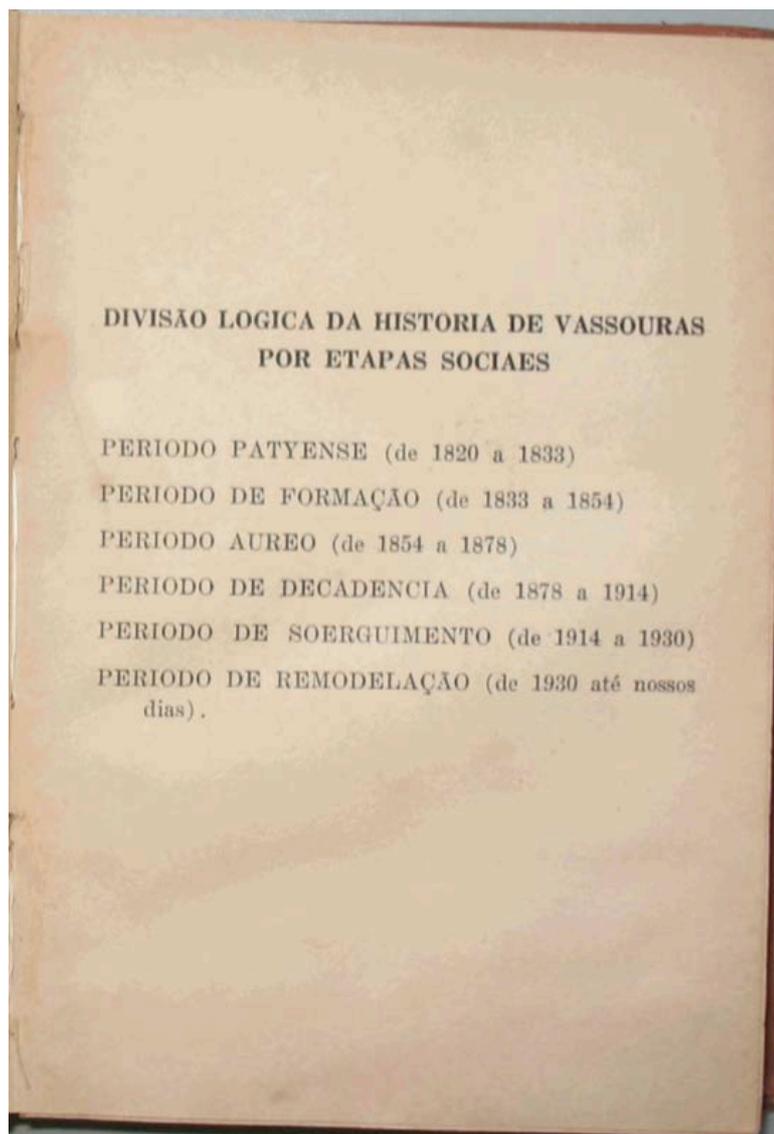


Figura 9: página do livro História de Vassouras, 1ª edição, 1935, com a divisão por períodos.

Em relação aos períodos anteriores, estas duas últimas etapas indicam o predomínio de rupturas, principalmente nas bases da ordem patriarcal. Enquanto no ciclo de ascensão e declínio há um maior detalhamento, nuances e uma participação maior do autor com reflexões sobre os temas que narra, nestes capítulos finais há um tom mais descritivo, que traz a impressão de aceleração do tempo. Aparenta ser um inventário dos principais acontecimentos, os quais são evocados para estabelecer elos de ligação entre as condições de um passado que Vassouras deixou de ter, com um presente que não era o futuro idealizado em seu próprio passado.

É possível supor que Raposo já havia construído as narrativas das etapas anteriores em seus trabalhos publicados ou não. Os registros e narrativas mais recentes de Vassouras talvez tenham sido incluídos posteriormente com o propósito de configurar a história para ser publicada no centenário de Vassouras.

Pelo fato deste suposto caráter do povo estar além da sucessão do tempo cronológico da narrativa, pelo qual foram organizados os acontecimentos e processos, possibilita assim conectar impulsos e circunstâncias díspares, como os sentidos heroicos do desbravamento e desenvolvimento nos primeiros momentos de Vassouras, equivalendo ao ímpeto do progresso que marcaria a remodelação do município. É aproximando-se deste sentido que Foucault discute:

...as noções de "mentalidade" ou de "espírito", que permitem estabelecer entre os fenômenos simultâneos ou sucessivos de uma determinada época uma comunidade de sentido, ligações simbólicas, um jogo de semelhança e de espelho - ou que fazem surgir, como princípio de unidade e de explicação, a soberania de uma consciência coletiva. (FOUCAULT, 1987, p. 24).

Além da narrativa sucessiva dos acontecimentos e dos referenciais cronológicos, o sentido de continuidade foi estabelecido pelos marcos que o autor atribui ao caráter do povo, da alma coletiva, como algo imutável e que permanece ao longo das diferentes circunstâncias. Além disso, a alegoria de um ciclo vital que demarcou a trajetória do lugar até seu centenário, aparentava cumprir sua trajetória com um simultâneo desvanecimento e uma monumentalização do que foi elencado do passado. É como se dele fosse extraído uma suposta essência em forma de valores e ensinamentos que culminariam em um momento de renovação, mas continuaria refletindo a continuidade através de sua alma coletiva.

5.2. A ALMA COLETIVA COMO UMA IMANÊNCIA CONSTRUÍDA

Um aspecto fundamental a ser analisado é a maneira como Ignácio Raposo configura sua concepção da alma coletiva de Vassouras. Sem dúvida esta ideia é pré-existente ao seu livro e ele não a inventou, mas contribuiu com sua atualização. Efetivamente, em sua narrativa existem poucas citações diretas fazendo alusão ao referido termo. Por outro lado, há expressões que convergem de formas distintas para compor um caráter coletivo, dentre as quais pretendo destacar quatro.

A primeira refere-se ao diálogo entre o autor e o leitor. Um dos exemplos é quando Raposo inicia sua narrativa dirigindo-se diretamente ao seu público ao afirmar que não pretende “roubar ao leitor precioso tempo em demasiados preâmbulos” (RAPOSO, 1935, p.5). Ou mesmo quando indica que transcreverá “na íntegra, para que mais uma vez sinta o leitor a grande energia dos homens que nos precederam” (RAPOSO, 1935, p. 197). Desta forma

constitui uma relação de proximidade com seu público, como se testemunhassem juntos os fatos narrados.

A segunda forma que destaco na narrativa de Raposo refere-se à utilização dos pronomes pessoais e possessivos na primeira pessoa do plural, o “nós”, e o “nosso”. Raposo indica que “todos os anos Vassouras recebia, como acima já mostramos, denodados estrangeiros que, abandonando a pátria, vinham buscar entre *nós* a tranquilidade e o remanso que não teriam no berço” (RAPOSO, 1935, p. 94, Grifos meus). Desta forma, intenciona apresentar um sujeito coletivo que é a fusão do autor com seu público leitor, inseridos aos relatos não apenas como testemunhas, mas participantes do fato relatado. Este efeito na narrativa rompe com a sucessão do tempo e evoca um presente constante, que seria o tempo da alma coletiva, que parte da pressuposição de um caráter comum e referência de identificação para os sujeitos daquela sociedade.

O terceiro é a colocação do gentílico “vassourense” como entidade ou personagem que caracteriza a participação do coletivo na narrativa. Por vezes manifesta-se na condição passiva na qual está sujeito aos acontecimentos e processos, como na citação abaixo, quando Raposo descreve a condição que se sucede à visita do Imperador D. Pedro II a Vassouras:

Regressou portanto a população às suas antigas cogitações, e como fosse Vassouras naquele tempo o maior centro agrícola da Província, a grande quantidade de pessoas que enchera a vila, volveu enfim para os campos a se entregar de novo à faina do café, nossa principal riqueza naqueles tempos. Desprevenidos do futuro como só e sempre acontece nas épocas de prosperidade, o *vassourense*, abandonando todas as outras culturas, entregava-se unicamente ao plantio da famosa rubiácea, embora naquele tempo já se soubesse das graves consequências daquela indústria rural. Abandonaram-se a criação de porcos e a cultura do anil, tratando-se unicamente do café, que se ainda hoje é chamado por um milhão de espíritos ingênuos, o ouro do Brasil, era naquele tempo considerado produto inigualável. (RAPOSO, 1935, p. 75. Grifos meus).

Aqui o autor tem a perspectiva externa em que conhece o desenrolar da trajetória, podendo assim determinar as consequências às quais aquela entidade coletiva estaria sujeita. Ignácio Raposo também expressa sua relação com o “vassourense”, quando conclui sua obra:

Aqui termino este ligeiro trabalho no qual exprimo a minha gratidão pelo generoso acolhimento que recebi do povo *vassourense*, durante seis anos felizes, sem contrariedade alguma, em que me demorei nesta terra de cujo encanto e virtude me fiz arauto, pedindo apenas em troca de minha imensa simpatia, perdão para minhas faltas. (RAPOSO, 1935, p. 288. Grifos meus).

É como se houvesse uma interação, uma expressão de afeto com o coletivo do lugar em que se sente acolhido. Se anteriormente, ao longo do texto Raposo inseria-se no passado do lugar através do “nós” e “nosso”, aqui ele retoma um distanciamento, onde este “ser vassourense” expressa uma continuidade desta mesma entidade no passado. Existem outras formas nas quais o “vassourense” se manifesta, como testemunha de acontecimentos, frente aos quais expressa opiniões. Estas serão abordadas mais a diante.

O último aspecto que proponho a discutir é a relação desta alma coletiva com o espaço ou, retomando a perspectiva de Certeau (1994), a atribuição de regularidades que transformam espaços em lugares. Este aspecto representa uma noção ambígua da concepção do caráter coletivo, o qual delimitaria seu nascimento e, por isso, com uma referência de início, mas ao mesmo tempo traz um sentido de imanência e perenidade. Para isso proponho uma análise de um texto escrito por Raymundo Corrêa, um maranhense e poeta que foi juiz de Direito em Vassouras entre os anos de 1885 e 1888 (SILVA, 2002), que está inserido nas primeiras páginas do livro *História de Vassouras*.

Ah! Vassouras! Os lugares nada são antes que os homens os tenham consagrado com sua presença, arrastando por eles a aspérrima grilheta das suas dores, deixando em cada estrepe um farrapo da sua túnica, um vestígio sangrento da sua passagem, acordando com seus carpidos os ecos lúgubres do ermo, entalhando no seixo ou no pau uma recordação dos seus dramas íntimos, debulhando sobre os ventos, ou chorando sobre as águas toda a legenda magoada dos seus longos anseios, das suas vans esperanças e dos seus cruéis desenganos! Que valem as cousas, em suma, sem a alma que lhes infundimos com um bafejo de nossa própria alma, sem os gestos, sem as feições, sem as atitudes, sem as cores ideais que lhes emprestamos? (RAPOSO, 1935, p. 3).

Neste primeiro trecho da narrativa o autor aponta a concepção e a gestação do lugar. Seu relato expressa a vivência do espaço que atribui significado e regularidades ao espaço, configurando assim um lugar (CERTEAU, 1998). Não há uma preexistência sem que os fatores condicionantes da humanidade não tenham atuado no espaço, dentre eles o trabalho, a obra e a ação, os quais Arendt (2010 a) destaca como os três aspectos fundamentais da condição humana.

De acordo com a autora, o trabalho é a forma de atuar sobre a terra no sentido de atender às imposições dos próprios processos vitais, o que, para os antigos, “significava ser escravizado pela própria necessidade” (ARENDRT, 2010a, p. 103). A obra decorre do trabalho e constitui o mundo não-natural ao extrair da natureza a matéria-prima que é transformada e reificada, sendo que “esse elemento de violação e de violência está presente em toda a

fabricação, e o *homo faber*, criador do artifício humano, sempre foi um destruidor da natureza” (p. 173). O último aspecto proposto por Arendt, a ação, seria a única atividade que corresponde à interação direta entre os homens sem a prevalência das coisas como intermediárias. De acordo com a autora, “agir, em seu sentido mais geral, significa tomar a iniciativa, iniciar (como indica a palavra grega *archein*, ‘começar’, ‘conduzir’ e finalmente ‘governar’), imprimir movimento a alguma coisa (que é o significado original do termo latino *agere*)” (p. 221). O sentido de perenidade em todo este processo de fecundação do lugar como uma extensão de si não está apenas no ato que é repetido ao longo da humanidade, mas é um ato que constitui a própria humanidade. Ele passa a ser percebido como parte de um contexto, que é seu aspecto mais evidente, quando é localizado no tempo e no espaço.

Há uma indicação implícita do período de desbravamento e de conversão do espaço em lugar através de sua significação ao tornar a terra um lugar produtivo. É o momento em que se atribuem os mitos de origem, os heróis empreendedores, que ocuparam com as primeiras vilas e fazendas a região onde anteriormente, na visão do conquistador, prevalecia a força da natureza. É como se os retalhos das próprias roupas, o sangue e as lágrimas semeassem o prolongamento deste suposto eu coletivo na formação do lugar, gestando ao ritmo sonoro do cotidiano rural um corpo representado pela materialidade das produções e edificações naquele espaço onde habitaria a alma coletiva. Seria então a reprodução circunstancial de atos que atravessam a existência, que representa uma memória que impregna o mundo da presença humana, pois o “que quer que toque a vida humana ou mantenha uma duradoura relação com ela assume imediatamente o caráter de condição de existência humana” (ARENDRT, 2010, p. 11). Assim, Raymundo Corrêa busca tocar o que considera a essência do lugar, que está além de sua aparência.

Assim tu, Vassouras, não és para mim, de certo os teus ricos palácios apenas, nem os teus pitorescos jardins, nem as tuas esbeltas palmeiras, que com as suas verdes ventarolas tremulas pareciam acenar de longe aos que iam... Tu és, sim, a perpétua lembrança dos que amei um dia em teus risonhos sítios, daqueles que convivi, com quem meu coração se soube entender e que me não souberam magoar jamais. Tu és enfim a recordação dos bons amigos de outrora, vivos ainda ou mortos já hoje, que todo aqui confundo num mesmo espiritual amplexo. Raymundo Correa. (RAPOSO, 1935, p. 3).

Se no primeiro trecho Raymundo Corrêa reporta às origens e a formação do lugar, nesta continuação do seu texto o autor retoma seu lugar de fala em seu próprio contexto, quando se configuravam os sinais de declínio econômico. Ao personificar a cidade, o autor buscava reconhecer algo que transcenderia as aparências, aquelas que estariam inclusive sujeitas ao

declínio. Também não reconhece a singularidade do lugar nas marcas urbanas e arquitetônicas de sua opulência, pois esta tendia a reproduzir-se em diversas localidades com a variação do mesmo.

O que tornava o conjunto singular era o afeto que conferia vitalidade à memória. Assim, o poeta evoca as diferentes significações do passado apropriado pelo sentimento, sobre as quais apresento uma reflexão com base em concepções do próprio século XIX. Se a “memória é a faculdade, que tem a nossa alma, de conservar as ideias e noções dos objetos e de as reproduzir na ausência deles” (SÃO LUIZ, 1828, p. 129), a ideia que Raymundo Corrêa proporciona é de um encontro de uma alma pessoal com a alma coletiva. Isto se daria por permitir-se envolver por um determinado passado, pois a “lembrança é um dos atos desta faculdade: é quando a memória nos faz presentes essas ideias” (SÃO LUIZ, 1828, p. 129). Assim, quando Raymundo Corrêa reporta à recordação, este “outro ato da memória, quando nós (por assim dizer) lhe pedimos contas das ideias e noções, que lhe entregamos como depósito: é chamar e trazer à lembrança o que havíamos encomendado à memória” (SÃO LUIZ, 1828, p. 129). O poeta conclui que todos os sujeitos presentes e ausentes se confundem e assim tornam-se um mesmo eu coletivo, identificado com a personificação do lugar, envolvido no acolhimento de uma essência compartilhada.

Quando Ignácio Raposo traz para sua obra a narrativa de Raymundo Corrêa, ele aponta para aquilo que marca aquela sociedade pelo sentimento de perda, ao tentar trazer fôlego a um determinado sentido de alma coletiva que se esvanecia. Este aspecto deste sentido de alma se aproximaria do conceito de aura de Walter Benjamin (1987), caracterizada pela “figura singular, composta por elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que esteja” (p. 170). É uma singularidade que traz o vislumbre de uma perenidade, a qual é possível identificar no relato de Epaminondas Martins sobre a Igreja Matriz de Vassouras.

Diante daquele altar rezaram gerações e gerações de vassourenses piedosos e cada alma que ali passou deixou um fragmento de misticismo, de fé que ficou flutuando no ar dentro da nave e nunca mais saiu. Parece que as próprias paredes, os altares, púlpito, os vitrais, o tabernáculo, o genuflexório, tudo em fim está impregnado desse imensurável espiritualismo que imbuíu algumas gerações que se foram. (*Correio da Manhã*, 28 abr. 1935, p. 4).

Para determinados seguimentos intelectuais, principalmente aqueles imbuídos de uma missão formativa da sociedade como Ignácio Raposo, não é apenas a presentificação deste passado que importa, mas sim extrair o que haveria de essencial para significação dos lugares,

os quais conferem lastro para seus ideais de desenvolvimento humano. Há assim a expectativa de um contraponto ao esvanecimento da aura diante da modernidade e da “crescente difusão e intensidade dos movimentos de massa” com “sua tendência a superar o caráter único de todos os fatos através da reprodutibilidade” (BENJAMIN, 1987, p. 170). Há então um duplo sentido nesta adequação narrativa através da reconfiguração do passado. Para aquele que habita a cidade é uma forma de acolher a modernidade possível às suas circunstâncias, através de uma reconstituição da memória do lugar. Para o observador externo à cidade, como aquele que visita e veraneia, transformou-se em um lugar de vislumbres da aura perdida. Desta forma, o lugar de memória estará atrelado à perspectiva e à expectativa que se projeta no espaço.

5.3. RELATOS TRANSVERSAIS E ESPELHAMENTO DO AUTOR NA IMAGEM DA CIDADE

Retomando uma discussão anterior sobre as diferentes temporalidades, na narrativa de Ignácio Raposo existe um percurso principal, marcado pela sucessão dos eventos que vinculam a esfera local à nação, aos ciclos e às transformações nos âmbitos político, jurídico e religioso, como também os aspectos referenciados pelo ideal de progresso. Tais aspectos lhe serviram de baliza tanto para os sinais de desenvolvimento como os de decadência, os quais incluem tanto a infraestrutura urbana e a industrialização, como o modo de vida decorrente e contextualizado para as particularidades locais.

De uma forma tangenciada a este percurso principal, o autor apresenta temas outros que, em relação ao meio ao qual destinava sua escrita, tendiam em maior ou menor grau a quebrar a monotonia de uma possível linearidade narrativa com inclinação ufanista, mas sem perder de vista os princípios de sua convicção do caráter formativo da história. Estas inserções, tão bem estruturadas que quase não são percebidas como deslocamentos, possibilitam introduzir aspectos pertinentes ao universo do autor e do contexto em que ele escreve e destina sua obra. São aspectos que particularizam o modelo ideal que se apresenta na imagem de cidade. Em tais relatos destacam-se temas que se encontram presentes tanto na trajetória do autor como no contexto da publicação da própria obra.

Um exemplo é quando trata da Loja Maçônica em Vassouras, que como uma sociedade reservada e de caráter iniciático na composição de seus membros, agregava na segunda metade do século XIX expoentes da elite local. Raposo em diversas passagens indica que certas informações obtidas seriam decorrentes de diálogos com antigos habitantes. Em uma delas

afirma que: “essa Loja, segundo nos foi revelado por um cavalheiro assaz idôneo, profundamente conhecedor do assunto, adotava o rito escocês antigo e aceito, alcandorando o seu templo num magnífico prédio na rua Visconde de Araxá” (RAPOSO, 1935, p. 109).

Comenta em seu texto as restrições e incompreensões de parte da comunidade local sobre esta organização e, em seguida, traça uma explicação sobre a mesma. O autor indica uma composição significativa de profissionais liberais além de fazendeiros, os quais Raposo os identificava como exemplo de distinção, como o senhor Alexandre Joaquim de Siqueira, que “fez ecoar na abóbada desse templo a sua palavra inspirada na defesa do bem, da ordem e da prosperidade” (RAPOSO, 1935, p. 109). Dentre aqueles que são citados pelo autor estão figuras que ele considera representantes das famílias beneméritas que conduzem o desenvolvimento de Vassouras e apoiam nos momentos de dificuldades.

Segundo o autor essa Loja Maçônica foi extinta e sua sede foi doada para a prefeitura em 1881, período que coincide com o início dos sinais de declínio econômico do município. Um aspecto interessante neste relato é o fato de Ignácio Raposo ter sido maçom, conforme indiquei no capítulo anterior, o que lhe permitia certa propriedade ao abordar o assunto. Além disso, essa associação, onde os ideais compunham as perspectivas do autor sobre a condição humana, representava um conjunto de valores e de segmentos sociais com os quais o autor se identificava. Desta forma, ao trazer esta memória local para sua narrativa, Ignácio Raposo insere de forma indireta uma parcela de sua autoimagem e seus congêneres no mosaico que elabora sobre o caráter coletivo associado à imagem da cidade. Cabe ressaltar que, além do próprio Raposo, o então prefeito Maurício de Lacerda também foi maçom. (DULLES, 1992).

Este espelhamento do autor e contexto da publicação no livro também acontece em relação aos seus relatos sobre o teatro em Vassouras, quando insere na trajetória de desenvolvimento da cidade o percurso das manifestações da organização do teatro na cidade. Na narrativa de Raposo o teatro é apresentado como um modelo de urbanidade, de bom gosto e civilização. No que se refere ao perfil do vassourense, Raposo indica que “a predileção das famílias daquele tempo era pelo teatro, e Vassouras acompanhava o gosto geral da época” (RAPOSO, 1935, p. 146). Neste sentido, a referência do vassourense são os segmentos libertos e mais abastados da cidade. A cultura erudita torna-se um referencial de desenvolvimento social quando Raposo afirma que “a existência deste teatro já por si só nos indica o alto grau de progresso que tínhamos atingido naquele tempo” (RAPOSO, 1935, p. 96). E culmina com sua afirmação de que não era apenas uma predestinação, mas estaria no âmago do vassourense.

Como para mostrar o céu que a população vassourense nascera especialmente para admirar o teatro sobre todas as coisas da terra, nessa noite memorável desencadeava-se logo ao cair das trevas formidável tempestade com chuvas de pedras, e relâmpagos e trovões seguidos de um dilúvio que deixou mergulhadas as ruas da cidade. (RAPOSO, 1935, p. 206).

O autor relata também as apresentações em Vassouras em meados do século XIX de Augusta Candiani, reconhecida cantora lírica italiana, além de Carlos Gomes e a companhia de teatro de Quintino Bocaiuva. Dentre tantos temas que poderiam ser destacados para representar o desenvolvimento, principalmente na esfera econômica, Raposo evoca estas imagens relevantes do passado, provavelmente por haver uma identificação com sua própria trajetória ligada ao teatro, como também as iniciativas culturais ligadas ao plano quinquenal, que dentre elas se encontravam as artes cênicas através da Fundação 1 de Maio.

Outro detalhe fundamental nessa obra de Raposo refere-se à relação entre o urbano e o rural. São poucas as passagens em que o autor se dedica a tratar do ambiente das fazendas. Em termos de espaço, seu foco principal está voltado para os processos de urbanização dos principais distritos que compunham o município na época, mas principalmente o centro de Vassouras. Isso reforça a ideia de que o autor estava engajado no projeto de modernização do município, com vistas à tendência nacional de industrialização e urbanização. Uma das poucas fazendas que aparece em sua narrativa é a da Estiva, no período em que Dona Polucena Cândida de Souza era proprietária, tratando de sua doação de terreno para a construção da igreja da Estiva ou cedendo água para o abastecimento da cidade (RAPOSO, 1935). Em 1930 esta fazenda era de propriedade de Ignácio, conforme indica um processo de despejo em que este impetrou contra Octaviano Dias Ferreira, que não havia pago o valor contratado de arrendamento das terras da referida fazenda.²

Um relato também fundamental e que marca uma diferença em relação ao que é habitualmente esperado sobre os relatos do século XIX é a inserção da trajetória de Benjamin Benatar nos anais da história de Vassouras, posteriormente estudada por Isabel Rocha (2002) e Ângelo Monteiro³. A partir de um texto de Antônio Furquim Werneck de Almeida, Raposo descreve Benatar como israelita e “o espírito mais empreendedor de Vassouras”, sendo o proprietário “do primeiro botequim que apareceu na vila, assim como a introdução do jogo de

² Notificação de despejo. Vassouras, 11 Jun. 1930. Réu: Octaviano Dias Ferreira. Arquivo Público de Vassouras - Escritório Técnico Médio Vale do Paraíba, Vassouras.

³ MONTEIRO, Angelo Ferreira. Redes de Sociabilidade em Vassouras no século XIX: O Caso Benatar. Rio de Janeiro, editor autor, 2007.

bilhar *entre nós*” além de uma Casa de Baile em 1857, “onde a mocidade alegre se divertia aos sábados, mediante uma pequena quantia, e ou velhos neurastênicos iam afogar a tristeza na alacridade dos moços” (RAPOSO, 1935, p. 87, grifos meus). Com seu falecimento, como não era cristão, houve o impedimento para que fosse enterrado no cemitério católico da cidade. Desta forma, as lideranças da Santa Casa de Vassouras mobilizaram-se para que se fizesse uma sepultura em seu terreno.

Raposo destaca a bondade de Benjamin Benatar, citando o caso da chegada na cidade de Antônio Kern, “um alemão foragido por crimes que cometera. Era no conceito de muitos um revolucionário, um homem de maus costumes, um réprobo, um Catárfilo, um demônio, enfim!...” (RAPOSO, 1935, p. 87). Segundo Ignácio, começaram a surgir “lendas populares” de que o dito havia planejado algo terrível contra a cidade, que ninguém sabia o que era. A tensão foi tamanha que, quando Antônio cogitou fugir, foi detido pela polícia local. Em meio à exasperação da população, Benatar “colocou-se ao lado do perseguido e prestou fiança por ele perante as autoridades” (RAPOSO, 1935, p. 87). Raposo ressalta a qualidade humana de Benatar, que fomentava a admiração de muitos membros daquela sociedade.

Além de trazer um relato que oferece indícios sobre o modo de vida, a cultura e as situações inusitadas do período áureo de Vassouras, é possível que haja outros motivos para evocar a imagem de um judeu neste período na cidade. Em geral, a maioria dos relatos tendiam a ocupar-se de figuras ilustres da nobiliarquia imperial, como também de advogados, médicos e políticos ou, em outro extremo da sociedade, de sujeitos escravizados. Cabe então recolocar que em Vassouras, no período em que Raposo escrevia sua história do município, era um momento de crescente polarização entre a Ação Integralista Brasileira, inspirada no fascismo, e a Aliança Nacional Libertadora, que agregava diferentes vertentes do pensamento de esquerda e à qual o então prefeito de Vassouras estava vinculado. Em uma matéria publicada no *Jornal de Vassouras*, no dia dois de fevereiro de 1935, cujo o propósito era congregar a população vassourense contra a expansão da Aliança Nacional Libertadora na cidade, a história do Benjamin Benatar é evocada:

O Prefeito, respeitando as tradições de Vassouras, que davam sepultura aos judeus numa terra cristã, como a Santa Casa, não permitiu que elas desaparecessem e em seu lugar ficassem os pregoeiros de um ódio tão brutal quanto injustificável, que a alma vassourense repeliu no passado e não adota no presente. Esse exemplo, que dispensa comentários, deve ser recordado agora diante da notícia de que se projeta em Vassouras organizar um núcleo ‘integralista’, com elementos estranhos à nossa terra, que por aqui recrutam adeptos entre os egressos dos partidos e da administração vassourense. (*Jornal de Vassouras*, 02 fev. 1935, p. 7).

Nesta matéria, um determinado fato no passado é colocado como modelo de comportamento do “vassourense”. Também ao narrar o percurso de Benatar no seio da sociedade local, de acordo com a concepção de Hobsbawm (1984) do uso do passado para invenção das tradições, Ignácio Raposo inclui na narrativa da história oficial de Vassouras um judeu, reconhecido pela sua participação na sociedade local, pela sua boa índole e benevolência. Mais do que isso, o autor destaca em seu breve relato que Benatar empenhou-se seriamente em ajudar um alemão desconhecido que provocava antipatia nos habitantes da cidade, representando os ideais de dignidade e civilização do autor endossa.

O relato do acolhimento de Benatar em Vassouras inscrito no passado é convertido em tradição e, desta forma, foi apresentado como parte do caráter local. Se destacarmos a intenção formativa desta obra de Raposo, pelo qual constantemente dialoga com as circunstâncias do seu presente, naquele momento havia um crescimento da ideologia fascista em diferentes regiões no mundo ocidental, que no Brasil, e inclusive em Vassouras, foi representado pela Ação Integralista Brasileira. A narrativa de Raposo coloca-se como mais um contraponto a esta corrente de influência totalitária, instrumentalizando as disputas ideológicas do seu contexto, que incluem a própria definição do caráter vassourense.

5.4. A ALMA COLETIVA E OS CRIMES NO PASSADO

Outros relatos também apropriados com intenção literária e formativa são as narrativas sobre crimes que pontuam sua *História de Vassouras*. Remetem a um estilo literário muito presente no final do XIX e até meados do XX, que são as crônicas criminais. Raposo aproveitou-se de relatos de crimes que marcaram a sociedade vassourense, entre aqueles que foram publicados nos periódicos da cidade ou transformaram-se em contos imbricados em lendas.

No livro, grande parte dos crimes relatados receberam títulos, os quais foram inscritos no início dos capítulos que compunham a narrativa. Dentre eles, em um breve panorama, é possível destacar *Duas execuções capitais* (1837), sendo que uma das histórias se refere ao escravo João Congo, que assassinou a esposa na senzala por motivo passional. *A crueldade de Manoel dos Anjos* (1838) relata o caso de um proprietário de terras que é processado pelo assassinato de seus próprios escravos. *O creolo Casimiro* (1847), que foi um escravo condenado à forca por assassinar um feitor. *O martírio da escrava Donata* (1849), crime contra a vida de uma escrava que é espancada até a morte. *O Crime no alto do Rio Bonito* (1854) conta o caso

de uma mulher casada que foge com o amante e é assassinada pelo marido. *A última execução capital de Vassouras* (Albino e Juvenal-1856), conta a história de um fazendeiro português que é degolado por dois de seus escravos. *O célebre crime do Padre Santiago* (1866) relata o caso de um padre que articula o assassinato do desafeto de seu amigo fazendeiro. *O célebre crime do Pocinho* (1874) fala de pais acusados pelo assassinato da filha de 13 anos. *Cruel assassinato de um fazendeiro honesto* (1883) aborda a morte de um fazendeiro septuagenário, cujas investigações foram inconclusivas e foram criadas lendas sobre este assassinato.

Estes relatos representam outras formas de quebra na sucessão linear dos principais fatos considerados históricos no desenvolvimento da cidade. Mais uma vez revelam o estilo jornalístico e literário de Raposo, que traz para sua obra as narrativas de crimes que eram comuns em sua época, apresentadas como crônicas policiais ou literatura de crime (PORTO, 2009). Se concebermos os capítulos do livro *História de Vassouras* também como mosaicos compostos por relatos harmonizados pelo tema central do desenvolvimento de Vassouras, a narrativa do crime é inserida para ressaltar os valores morais. Dentre estes relatos, proponho destacar o caso de João Congo, para constituir um panorama da abordagem de Ignácio Raposo sobre a questão do crime e aspectos raciais.

Na conjuntura da elevação de Vassouras à condição de vila, Ignácio Raposo narra aqueles que foram, provavelmente, os primeiros enforcamentos na vila. Tratava-se de dois escravos, sendo “Matheus, pertencente a Joaquim Bastos Valbão, e João Congo, de propriedade de Alexandre Cabral de Mello, fazendeiro estabelecido no lugar denominado Ribeirão do Pocinho” (RAPOSO, 1935, p. 32). Destacando o crime de João Congo, de acordo com o documento original do processo, o crime teria ocorrido em 27 de novembro de 1835. No mesmo dia, depois de preso, quando o acusado é “perguntado o motivo disse que depois que a matara não se lembrara” (VASSOURAS, 1835, p. 5). Uma das testemunhas, Francisco Rodrigues de Mello, afirma que “soube por ouvir dizer [que] o criminoso era o escravo João Congo que no dia 25 para 26 foram os escravos do senhor Alexandre o chamar dizendo que o dito João estava matando sua mulher. Vendo-lhe [a] testemunha esfaqueada mas ainda com vida disse que seu marido tinha feito. Tinha feito aquilo pois temia que morresse [o réu] e que sua mulher fosse de outro” (VASSOURAS, 1835, p. 5). Em um interrogatório realizado no dia 28 de dezembro do mesmo ano, o réu reconheceu como verdadeiro os testemunhos apresentados e afirmou “que tinha tido um sonho e que a matara” (VASSOURAS, 1835, p. 7). Ao narrar a ocorrência extraída do mesmo documento, Ignácio Raposo introduz a sua perspectiva sobre o ocorrido.

O móvel do crime destes últimos foi o mais ardente dos ciúmes. Quando se lê nos autos arquivados no cartório do 2º ofício a história desse delito, chega-se a crer que a imorredoura tragédia de Shakespeare, Otelo, nada mais é que a representação do ciúme na alma dos africanos, pois só nela se poderia encontrar com tanta impetuosidade tão bárbaro sentimento, João Congo, pode-se dizer, é Otelo no superlativo. (RAPOSO, 1935, p. 32).

Desta forma, Raposo apropria-se de um clássico da literatura para conferir um tom dramático ao relato. Diante da possibilidade de morrer devido a “uma moléstia desconhecida, armando-se de uma faca, pôs termo a vida daquela que tanto amava, Rosa, a fiel esposa, declarando depois às autoridades que só tinha feito para evitar que um dia pertencesse a outro um ente que tanto idolatrava” (RAPOSO, 1935, p. 32). É interessante observar que a fonte utilizada, o processo criminal, que é o único registro deste acontecimento, em nenhum momento faz referência ao sentimento ou à qualidade da relação que havia entre o réu e a vítima. Provavelmente o autor pressupõe que, pelo fato de estarem casados, haveria um amor recíproco, ressaltando a fidelidade à Rosa, além de comparar com ao trágico romance de Shakespeare. Continuando, o autor transcreve literalmente do processo criminal, as afirmações do promotor Alexandre José dos Passos Herculano:

Só antropófagos, a um negro do Congo, a um natural do indômito país da Negrícia, que na origem tem por religião a enganosa feitiçaria (vejam-se publicados por um oficial General do exército) é que lançaria mão de tão horrorosa atrocidade!...E logo um monstro semelhante não deve viver no grêmio da sociedade, no seio de um governo livre que politicamente já vae pressentindo de obstar a atrocidade de semelhante gente'!...(RAPOSO, 1935, p. 33).

Raposo afirma que tais análises decorrem do fato de serem os representantes do judiciário “alheios, inteiramente alheios ao estudo da psiquiatria, os homens daquela época só podiam ver em João Congo, uma besta-fera e nada mais” (1935, p. 32). De acordo com o autor, juntamente com o escravo Matheus, acusado de tentativa de homicídio de seu proprietário, o réu João Congo foi condenado “à pena de morte natural na forca” no dia 16 de junho de 1836. Após a leitura do pregão anunciando a condenação, “saiu o cortejo que percorreu as ruas da Villa até chegar ao Largo da Forca, que era o lugar hoje denominado Pedreira, onde foram executados os delinquentes” (p. 34).

De maneira complacente e piedosa, Ignácio Raposo afirma: “Miseros selvagens africanos, viram-se um dia arrancados à tranquilidade dos seus lares, para sofrer a iniquidade da escravidão” (RAPOSO, 1935, p. 33). Ele antecipa-se em afirmar que “a população de Vassouras, sempre calma e generosa, assistiu a toda esta infâmia legal com a repulsa de que é digna, censurando por toda parte a crueza inominável do conselho de sentença”. Como não há

registro nos documentos pertinentes ao caso do posicionamento da população da cidade, nem muito menos havia jornais neste período para que houvesse a inscrição de críticas públicas ao judiciário, esta figura coletiva do povo foi inserida no relato como expressão da opinião do próprio autor.

Esta referência a uma suposta perspectiva comum da coletividade do lugar, evoca em sua narrativa a figura da alma coletiva, que em seu testemunho estabelece um juízo moral que, na visão de Raposo, transcende ao tempo. De certa forma, quando o autor apresenta através do “vassourense” um comportamento que é ideal ao contexto em que escreve sobre a história de Vassouras, ele fomenta a ideia de que essa alma coletiva já contém em sua natureza os atributos de cidadania e progresso.

Para Raposo, “a sociedade não pode exigir uma conduta perfeita naqueles de que não fez completos cidadãos” (p. 34), concluindo que a falta de instrução não capacitava o escravo a respeitar as leis. Aqui o autor declara sua visão de formação do indivíduo para sua inserção em uma sociedade civilizada. Ele desloca a questão racial para um condicionante formativo e social, que também converge para as concepções da massa, onde se diluem suas particularidades para a composição maior da grande nação.

Nesta narrativa são colocadas duas perspectivas diante de um mesmo evento criminal. A primeira constitui o processo criminal inscrito no contexto do evento, um registro que o configura como fato, instaurando uma memória do ocorrido e de suas consequências. A segunda é uma narrativa que se pretendia histórica, quando esta representava socialmente a verdade e a realidade dos fatos no passado, que inclui uma interpretação legitimada pela autoridade atribuída a quem a elabora, ou seja, o autor. Dentre outros aspectos, as duas perspectivas apresentam um caráter pedagógico destinadas a diferentes contextos de ordem e civilização.

Estas duas abordagens apresentam diferentes leituras que desumanizam o réu a partir da diferença étnica, conferindo sentido ao ato criminoso como decorrência da barbárie. Para os juristas, tratava-se de uma condição inerente à origem e à cultura do réu. Para Raposo, o acesso a instrução possibilitaria outro destino, distante da selvageria. De maneira pertinente à própria conjuntura, há em ambas as leituras uma atribuição do potencial criminoso aos segmentos sociais tradicionalmente estigmatizados pela condição étnica. Esta diferença instituída tende a reafirmar, dentre outros aspectos, a ilusão de uma universalidade de um modelo hegemônico de civilização, imputando preferencialmente ao diferente os aspectos considerados sombrios da condição humana.

5.5. IMAGENS SOBRE UMA IMAGEM: CONSIDERAÇÕES SOBRE O LIVRO *HISTÓRIA DE VASSOURAS*

A partir de sua publicação, o livro *História de Vassouras* recebeu diversos anúncios e comentários, muitas vezes pontuais, fazendo propaganda, utilizando observações genéricas e recorrentes. Outras trouxeram impressões mais consistentes, predominando a exaltação do valor histórico da obra e da habilidade de seu autor. Destaquei dois comentários que datam de um período próximo ao lançamento da primeira edição e a introdução que foi inserida na segunda edição publicada em 1978, escrita pela historiadora Marilda Ciribelli.

Os dois comentários à primeira edição foram elaborados por dois escritores que mantinham admiração por Ignácio Raposo, que foram Epaminondas Martins e o seu sobrinho José Cursino Raposo. No caso, os dois utilizaram trechos do próprio livro para pontuar a própria escrita. Epaminondas Martins começa com parte de um poema de Raymundo Corrêa sobre a cidade, que está no início da obra em questão e declara que conhece “Vassouras e a sua história escrita por Ignácio Raposo”. Considera que “verdadeira história do Brasil só se poderá escrever mais tarde, quando todas as cidades do país houverem contribuído com a sua história particular rigorosamente escrita como fez esse brilhante homem de letras de renome internacional” (*Gazeta de Notícias*, 24 jul. 1938, p. 8). De certa maneira, sua perspectiva em relação à história do Brasil corrobora a ideia de memória coletiva de Halbwachs, na qual a soma das partes compõe o todo, principalmente se realizada por pessoas balizadas e reconhecidas (*Gazeta de Notícias*, 24 jul. 1938, p. 8).

Sobre Ignácio Raposo afirma que é “um poeta cronicamente apaixonado das musas, de uma das mais sólidas culturas que conheço, de um filósofo, o que nos admira na ‘História de Vassouras’ não é a literatura, mas a ausência de literatura” (*Gazeta de Notícias*, 24 jul. 1938, p. 8). Assim, literatura designaria o lugar da invenção, pois “em vez de dar asas à imaginação, fez o que aconselha um velho sábio de outrora. Atou-lhe chumbo aos pés. Pôs os fatos crus e nus, feios ou bonitos nas páginas do livro”. Com isso ainda aconselha que “não abram esse livro os amantes dos contos policiais, nem os leitores de poesias choronas”. O que torna este conselho interessante é a sua ambivalência, que talvez só possa estar mais clara com o distanciamento do tempo. Raposo dialoga com seu público e narra quase como um “contador de casos”, pontuando o desenvolvimento da cidade com artistas de teatro, músicos, dramas familiares e memórias de crimes, sendo que a alguns o tempo agregou lendas, as quais o autor não desperdiça. Epaminondas Martins, ao indicar por que considera relevante a *História de*

Vassouras de Raposo, aponta alguns dos principais aspectos aos quais a obra proporciona ressonância e identificação:

Tem uma utilidade toda especial: fornece-nos uma espécie de visão anatômica da história do próprio Brasil. Não pode proporcionar-nos uma síntese da história do país, mas facilita-nos dados para uma análise. E sob este aspecto não interessa apenas aos vassourenses, mas a todo aquele que deseje formar uma ideia da história de um município brasileiro. Quais as vicissitudes da existência de uma cidade brasileira que atravessou várias fases do desenvolvimento do país? Quase tudo podia se suceder em outras cidades, ocorreu lá. Fora o fausto e o esplendor de Vassouras de outrora que não foi um traço comum à vida de todas as demais cidades brasileiras. (*Gazeta de Notícias*, 24 jul. 1938, p. 8).

Esta colocação leva a refletir sobre a escrita que se fez sobre o lugar. Fora os documentos consultados por Raposo, os cronistas que o antecederam, lembrando, não eram pessoas que se dedicaram à terra, mas suas profissões como advogados, médicos e outros profissionais liberais conferiram, não só a experiência de outros lugares, interagindo com pessoas diversas, mas a própria construção do conhecimento de suas profissões exigia com maior intensidade uma constante interação cosmopolita.

História de Vassouras é uma rica contribuição ao estudo do município. Arquimedes de Mello Neto, discípulo talentoso de Gilberto Freyre, realça, em um dos seus últimos trabalhos, a importância vital deste gênero de estudo, para o levantamento da futura história do Brasil. É da pesquisa municipal que chegaremos às grandes conclusões na história social e econômica. É a monografia neste sentido que abre o caminho para estudos mais acurados, mais bem dirigidos, melhor orientados, das coisas, dos homens e dos fatos. (*Dom Casmurro*, 19 out. 1940, p.6).

Nesse sentido, Augusto de Almeida Filho reforça a relevância da história dos municípios. Cabe ressaltar que Ignácio Raposo formulou uma composição narrativa, não com suas memórias ou do meio em que cresceu. Ele narrou o que há de comum a um ideal de cidade que compõe uma nação, que é singularizada pelos referenciais da memória: acontecimentos, espaços e pessoas.

Mas além do leitor que deseja saber, há os que leem com espírito mais utilitário, como eu e outros. Raposo remexeu tudo quanto era arquivo, exumou quase tudo quanto era documento importante e pôs ao alcance de qualquer outro escritor os fatos que iam sendo consumidos pela traça. É essa a mais nobre função do historiador. O livro não vale tão somente pela impressão imediata, mas pelas consequências próximas ou remotas da sua atuação nos espíritos estudiosos e através destes na própria literatura brasileira. (*Correio da Manhã*, 14 fev. 1936, p. 7).

O termo “exumar” é preciso e sintomático. Epaminondas Martins pode estar propondo uma alegoria sobre o lidar com as fontes, com os documentos como restos de corpos que indicam a vida em outros tempos. Por isso é ambivalente pelo horror da perda e pelo fascínio de uma vida latente por ser redescoberta nos vestígios das fontes.

A quem cabe a tarefa de tornar palatável estes vestígios? José Cursino define a expectativa que há neste processo de exumação frente ao derradeiro, utilizando a “interessante expressão de Elísio de Carvalho, referente a história, ‘uma ressurreição viva do passado, onde a imaginação e a crítica se completam para produzirem no espírito o sentimento da verdade’” (*Correio da Manhã*, 14 fev. 1936, p. 7). É uma arte que modela os rastros de memórias que decorrem do entrelaçamento das persistências e das renúncias, dos fracassos e conquistas, dos confrontos e consensos, dos rompimentos e encadeamentos relacionados aos modos de vida e às aspirações de seus agentes, como aspectos tão simultaneamente peculiares e universais, que possibilitam as relações de identificação e reconhecimento com a imagem de um lugar. É o que evidencia o seguinte trecho de uma matéria do jornal *Gazeta de Notícias*:

Se em cada cidade brasileira existisse um historiador assim, é evidente que teríamos menos necessidade de buscar em fontes estrangeiras a indispensável matéria prima para narrativas históricas que enchem nossos jornais. Falo como representante dos atarefados trabalhadores da imprensa que nem sempre tem tempo de ir diretamente aos arquivos. É justamente para isso que um historiador como Ignacio Raposo passa anos e anos investigando (*Gazeta de Notícias*, 24 jul. 1938, p. 18).

A expressão que José Cursino utiliza de “historiógrafo” é pertinente a Ignacio Raposo, que inventariava ao trabalhar estes rastros, significando como marcas da urbanização, da escravidão, da política, da cultura, do divertimento, da religiosidade, da modernização, do controle social, do crime, da punição, dentre tantos outros. Através da narrativa, Raposo rearticula estes fragmentos, emoldurando em categorias com as quais o autor adjetiva as circunstâncias como expressão de desenvolvimento ou declínio, pelas qualidades auspiciosas ou lastimosas.

Como Ferrero, “rico de experiência humana, social e política”, Ignacio Raposo escreveu uma obra que, como um símbolo, ficará atestando às gerações vindouras que todo seu esforço nada mais foi do que um largo ensaio para a dilatação do estudo da história ignorada desses rincões que “nada são antes que homens os tenham consagrado com sua presença, arrastando por eles a aspérrima grilheta das suas dores, deixando em cada estrepe um farrapo

de sua túnica, um vestígio sangrento de sua passagem, acordando com seus...”
(do Clube dos Escritores Moços). (*Correio da Manhã*, 14 fev. 1936, p. 7).

Há indicações de que seu estudo sobre a cidade foi bem mais detalhado e amplo do que o material publicado. Conforme indica José Cursino, “como adverte seu editor em um breve prefácio, ‘não é o longo trabalho’ pacientemente escrito pelo professor Raposo, mas um resumo, uma síntese desse longo trabalho” e por isso reafirma “como diz sabiamente Paulino Jacques ‘a síntese é a estética da ideia’, ‘História de Vassouras’ é um livro que, ao se virar a última página, nos deixa na sensibilidade um desejo forte de estudar, de investigar a origem e o desenvolvimento dessa cidade” (*Correio da Manhã*, 14 fev. 1936, p. 7).

De acordo com a transcrição apresentada no prefácio deste livro de um artigo publicado em 15 de janeiro de 1933 no jornal *O Estado do Rio*, o “Professor Raposo, escreveu minuciosamente toda a história da nossa terra em três volumes”. Mas os editores afirmam que, mesmo tendo publicado “até vários capítulos dela ao *O Vassourense*, com invulgar sucesso”, esta obra que apresentavam ao público “não é de certo o longo trabalho a que alude o artigo, mas um resumo dele” (RAPOSO, 1935, p. III). Apesar da referência realizada a este material no prefácio da segunda edição do livro *História de Vassouras* publicado em 1978, não foi possível saber qual foi o seu destino. De acordo com Marilda Ciribelli (1978), “a original, ainda manuscrita, será objeto de próxima publicação do Conselho de Cultura de Vassouras” (CIRIBELLI, 1978, p.13).

Por outro lado, não foi possível descobrir o destino dado a deste material. José Cursino (1998), confirma que havia também uma série de escritos inéditos, dos quais não teve mais ciência do paradeiro depois da partilha dos bens de Ignácio após seu falecimento. Dentre eles havia três títulos referentes a Vassouras: *Poranduba vassourense*; *Vassouras: causas do seu declínio (estudo histórico)* e *Em torno de uma necrópole (memória histórica)*. Assim como outros títulos identificados nesta lista, é possível que estes tenham sido parcialmente publicados em artigos em periódicos.

A segunda edição do livro *História de Vassouras* apresenta uma série de modificações em sua editoração, incorporando padrões atualizados de formatação do texto. Na capa aparece o nome do autor e o título, contendo ao centro uma foto da Casa da Hera, o principal museu da cidade, que pertenceu à Eufrásia Teixeira Leite. Na contracapa repete-se o nome do autor e o título e incluem-se a indicação de segunda edição e as referências institucionais do Estado do Rio de Janeiro, com os órgãos responsáveis pela publicação. Após as referências bibliográficas, é apresentado o prefácio da primeira edição, repetindo a mesma ordem da primeira edição, mas

incluindo um sumário com títulos parciais dos capítulos e uma introdução elaborada pela historiadora Marilda Corrêa Ceribelli, que nesta época era presidente do Conselho de Cultura de Vassouras. A autora desloca o foco da obra e confere destaque ao autor.

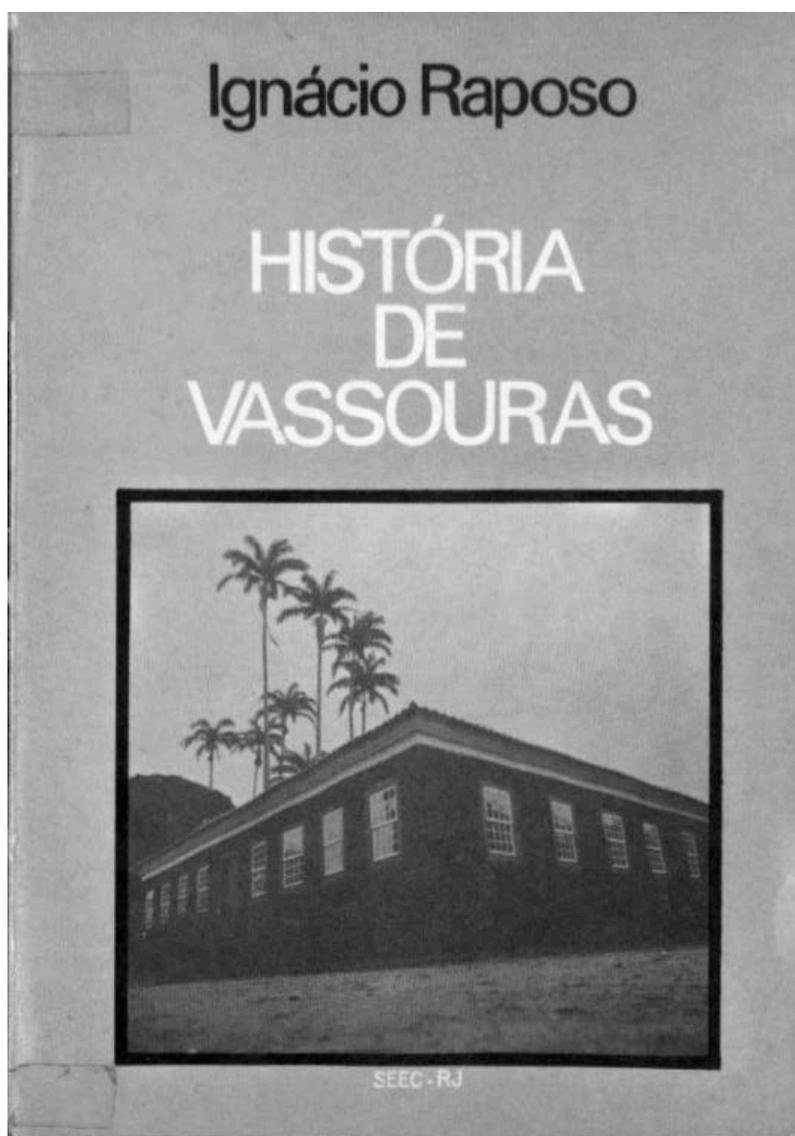


Figura 10: capa da 2ª edição do livro História de Vassouras

Uma das principais características que modificou a apresentação do texto foi o destaque dado às citações das fontes consultadas por Ignácio Raposo, mantendo as aspas mesmo nas citações extensas colocadas em recuo, mas que continuavam sem as referências bibliográficas, pois são alguns poucos casos em que Raposo faz alguma indicação de sua fonte, que, em geral quando ocorre, está incluída em seu texto, mas sem data ou página. O que estava mesclado em sua narrativa recebe um destaque.

De certa forma, nesta introdução de Marilda Ciribelli, ela dialoga com os historiadores, buscando validar a obra de Raposo perante aos critérios da historiografia. De acordo com a

historiadora, “ Ignácio Raposo não se limitou a fazer história de *cola e tesoura*, procurou interpretar os fatos, relacioná-los com a História do Brasil e principalmente com nossa política externa. Sua preocupação em correlacionar os acontecimentos ocorridos no Município com a política brasileira em geral transparece em todo desenvolvimento da obra” (CIRIBELLI, 1978, p. 16).

Para Marilda Ciribelli tratou-se de “estudos mais completos redigidos por um brasileiro sobre nosso Município, englobando aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais, é a *história cultural* e não apenas um simples repertório cronológico, informativo e estatístico” (CIRIBELLI, 1978, p. 14). Seguindo a mesma linha do prefácio anterior e acrescentando outros autores, a historiadora afirma que “nenhum analisa o Município de forma tão intensa e extensa, como o faz Ignácio Raposo. Sua *História de Vassouras* é, portanto, fonte impressa indispensável a todos os iniciantes e pesquisadores da história do Município, como atestam as obras contemporâneas de Augusto da Silva Telles, Stanley Stein, Alberto Ribeiro Lamago e outros (CIRIBELLI, 1978, p. 14).

As observações de Ciribelli indicam que a imagem que apresenta de Raposo e sua obra são predominantemente elaboradas a partir de sua perspectiva do livro em si e de algumas poucas referências da trajetória pessoal do autor. Não leva em conta o contexto e as motivações pelos quais foi escrito, como também não revela traços significativos da trajetória do autor, que possivelmente levariam a considerar outros aspectos desta obra.

São inerentes também às imagens dos lugares outras dimensões do que é percebido, refletindo outras ambivalências, que incluem os modelos de civilização e barbárie, como sentidos atribuídos às marcas de acontecimentos, pessoas ou espaços que compõem as particularidades dos lugares. Apesar desta composição de fragmentos, da maleabilidade e das características processuais que atravessam as impressões, as circunstâncias e características locais e seus sentidos atribuídos, é produzido através de determinadas narrativas sobre o lugar um efeito de perenidade, de imanência, de uma natureza que tende a oferecer para a maioria de seus habitantes uma referência de perenidade frente às contingências, que favorece o sentimento de estabilidade, a manutenção da ordem social vigente e o relativo suporte aos modos de vida. Estes aspectos tornaram-se evidentes durante as transformações ocorridas entre os séculos XIX e XX, principalmente no que se refere às relações entre o urbano e o rural.

Esta forma de conceber o passado é uma característica comum nos discursos históricos produzidos em torno dos anos 1930, período em que o nacionalismo em diversos países tomava

novos contornos mais radicais. No Brasil “os historiadores pensavam a identidade nacional brasileira na perspectiva essencialista e construíram fantásticas fábulas e mitos nacionais” (REIS, 2006, p. 22). Independente da vertente ideológica, enfatizavam a existência de “uma alma, um espírito, uma unidade virtual brasileira, que procurava se organizar, se integrar e se realizar” (REIS, 2006, p. 22).

Ao se situarem em uma ordem de imagens que eles próprios redesenharão, selecionando entre as fotos as melhores, as mais belas, as mais vivas, as mais fortes, as mais contundentes, as mais pungentes, as mais críticas, os leitores vão querer dar continuidade a essa “vida brasileira” e assumirão uma “posição de sujeito”. A autointerpretação, a construção da própria imagem, o ver-se no espelho da linguagem é o primeiro passo para quem quer agir. (REIS, 2006, p. 23).

Estas construções da identidade nacional reverberavam como modelo para cada localidade. Para Rui Aniceto Fernandes (2009), autores que na mesma época elaboravam a história das cidades fluminenses empenhavam-se pela “Memória de uma Idade de Ouro, que resgata os valores aristocráticos rurais como os elementos fundamentais da identidade fluminense”. O pesquisador menciona também que havia um desprezo pelas “identidades dos outros grupos, ‘os populares’ que não teriam um folclore constituído” (p. 225). Sobre esse aspecto, Ignácio Raposo busca incluir em sua narrativa de forma pontual personagens negros escravizados, mas em grande maioria são apresentados como pessoas inferiores, devido à ausência de educação, segundo o autor.

Esta abordagem de certa forma alinha-se ao projeto pedagógico, no qual a publicação do livro *História de Vassouras* está inserida, onde pela forma como a questão da escravidão foi apropriada nos discursos comunistas da época, o “escravo” estaria alinhado com a categoria de proletariado. Em uma notícia sobre a publicação deste livro, há o argumento de que “a obra, portanto, da nossa formação, não foi apenas a da aristocracia rural, dos brancos de então. Veio por igual ou muito mais do braço negro que agitava as riquezas e criava a nossa grandeza e prosperidade econômica” (*Jornal de Vassouras*, 06 abr. 1935, p. 10).

O livro *História de Vassouras* expressa um olhar sobre a cidade e se pretende unificador das diferentes perspectivas, apaziguador das profundas diferenças sociais, um discurso que se incorpora ao oficial em um momento de profundas diferenças políticas e ideológicas que se refletiam no poder público local. É uma concepção própria da década de 1930 sobre o passado de uma cidade do Vale do Paraíba fluminense, aspirando a ser

simultaneamente expressão da novidade e atualização da memória do lugar, como se a modernidade do seu tempo fosse uma consequência natural do próprio percurso.

Mesmo nesta atualização, há no próprio ato inventivo de narrar uma prática de memória, pois “o narrar funde suas raízes na nossa ancestral herança cultural de relatar estórias” (MOTTA, 2013, p. 71). Há, talvez uma camada mais profunda de memória que mobiliza o ato da invenção e que instaura um sentido primordial da narrativa, fazendo dela um registro de imagens e intenções, com as quais a humanidade opera modelos para transformar o mundo e estabelecer sua habitação em espaço que a reflete.

O mundo das coisas, construído pelo *homo faber*, torna-se um lar para os homens mortais, cuja estabilidade suportará e sobreviverá ao movimento de permanente mudança de suas vidas e ações, apenas na mesma medida em que transcende a mera funcionalidade das coisas produzidas para o consumo e a mera utilidade dos objetos produzidos para uso. (ARENDDT, 2010, p.217).

O livro *História de Vassouras* dispõe desta parcela que representa a constante reconstrução do sentido do lar frente às transformações. Por outro lado, revigora certo encantamento em seus relatos, como se essa obra não fosse mais a mediadora do passado, mas a própria fonte ou os vestígios quase presentes do período que descreve. Mas enquanto fonte, é um fragmento de outra conjuntura, daquela na qual foi concebido. Tornou-se um vestígio descontextualizado do período em que foi elaborado, ainda que não seja reconhecida como tal. Através do conteúdo do livro facilmente desvia-se o interesse para o encantamento do século XIX, que nele prevalece. Dentre as possíveis motivações, o projeto de cidade no qual foi gestado não se concluiu, como também aquele que o conduziu, Maurício de Lacerda, tornou-se posteriormente um perseguido e execrado no governo Vargas. O que deste projeto permaneceu como vestígio na cidade foi destituído de seus propósitos ou do que naquela época poderia ser atribuído como o seu caráter ou sua alma.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Os futuros não realizados são apenas ramos do passado: ramos secos”

(CALVINO, 2003, p. 15)

Partindo de uma das considerações mais elementares entre a análise e a perspectiva, cada abordagem sobre o livro *História de Vassouras*, o que inevitavelmente inclui o próprio município retratado, possibilita que essa obra seja percebida com diferentes enfoques, chegando a aparentar imagens diferentes em relação ao que está sendo observado. De maneira recorrente, o livro foi apropriado por outros autores quase que da mesma forma, com pequenas variações sobre o lugar que lhe foi atribuído com parcial equivalência às fontes primárias.

Reaproximar essa obra aos vestígios de seu autor e ao seu ambiente de concepção, como se fossem composições de um mosaico, traz a imagem de uma obra inserida em um projeto de um futuro não realizado, dentre tantos outros que foram possíveis ou idealizados em Vassouras. Assim, a memória de antigos futuros não permite saber se teriam sido melhores ou piores destinos, são apenas impressões sobre como sujeitos e sociedades constituíam as circunstâncias de suas escolhas. Em grande parte das narrativas sobre o passado, em todo avanço que formou qualquer trajetória, havia incertezas e ramos secos.

Um ponto fundamental para trazer novos entendimentos sobre o livro *História de Vassouras* é recolocá-lo como parte integrante de um contexto. A proposta da Prefeitura de Vassouras, partindo do plano quinquenal, promovia um entrelaçamento de todos os campos de sua atuação, no sentido de promover a modernização de Vassouras. Não bastaria trazer um senso de urbanidade à cidade, remodelando apenas o ambiente físico e espacial, se outras esferas que envolvessem a cidadania, assim como o modo de vida e os aspectos culturais de seus habitantes, não fossem também mudados.

Para isso foi necessário conciliar a persuasão da ideologia de desenvolvimento e progresso com a legitimação das memórias do passado. Partia-se do princípio de que o principal meio para adequar as gerações daquele presente e formar as gerações futuras era através da educação. Mas buscou-se fazer com que este projeto educacional e cultural atuasse nos mais diversos seguimentos da sociedade, pretendendo fomentar modificações na relação com as famílias, em tese, como difusão da valorização do estudo nas diferentes classes sociais e também atualizando ou introduzindo novos hábitos culturais, fosse através do cinema, do teatro ou da difusão de bibliotecas.

Integrando o conjunto de ações na esfera educativa, o livro de Ignácio Raposo traria um olhar sobre o passado, não apenas como fonte de ensinamentos, de modelos a serem seguidos e erros a serem evitados. Estava incluída não apenas uma genealogia do desenvolvimento da cidade, das instituições e das iniciativas da prefeitura para que adquirissem legitimidade na história da cidade, mas também um sentido moral atemporal atribuído à suposta essência coletiva. Tais aspectos eram utilizados inclusive nos embates políticos, no sentido da disputa em definir o caráter vassourense, a sua alma coletiva, para que lhe induzisse qual posicionamento político corresponderia à sua própria natureza.

Tanto o plano quinquenal, com sua vertente educativa e cultural, como a Fundação 1º de Maio, atualmente pouco conhecidos em Vassouras, foram em seu tempo marcos inovadores, na intenção de construir novos comportamentos, novas perspectivas e novas possibilidades para o desenvolvimento do município. Havia uma articulação com todos os principais processos de mudanças e modernizações locais, além da interação com as questões nacionais e internacionais que estavam sendo colocados em pauta. Mas como todo processo de transformação, também havia sua parcela de arbitrariedade, de mudanças compulsórias favorecidas pela condição política do governo provisório instaurado com a Revolução de 30.

O processo acelerado de mudanças em Vassouras nesse período, combinado ao fato de que foram raros os estudos sobre esse contexto, conduziu ao estabelecimento de delimitações quase obrigatórias em relação ao foco dessa pesquisa, fazendo com que muitas questões fossem apenas esboçadas. Por outro lado, fica a expectativa de que o presente estudo possa abrir caminho e despertar o interesse pelo período e tema abordados, mas principalmente pelas lacunas que não foi possível solucionar, como o próprio desdobramento de todas essas iniciativas do plano quinquenal depois que Maurício de Lacerda se afastou da Prefeitura de Vassouras. Não foi possível identificar se o livro *História de Vassouras* foi realmente utilizado nas escolas. Outro ponto fundamental seria analisar como foram significados pela sociedade local os discursos socialistas e as propostas pautadas nesses princípios por Maurício de Lacerda.

É possível que um dos motivos do esquecimento relativo a esse contexto abordado se deva à estigmatização promovida pelos governos autoritários em relação às ideologias relacionadas ao socialismo, ao anarquismo e ao comunismo, as quais estiveram relativamente presentes na gestão de Maurício de Lacerda. Além disso, posteriormente, Maurício e principalmente seu filho Carlos Lacerda, mudaram de perspectiva política e, em tese passariam a combater as ideologias que, de certa forma, anteriormente estiveram no cerne do projeto de remodelação de Vassouras.

Em relação a Ignácio Raposo, através dos mais diversos depoimentos, sua figura deixou vestígios que demarcaram parcialmente sua trajetória ainda pouco conhecida, pelo menos atualmente na própria cidade de Vassouras. Mas tornaram-se também enigmas cujas respostas balizaram pequenos percursos de entendimento, mas suscitaram novos enigmas. Sua perspectiva em relação à significação do passado, em princípio, partia de um princípio aparentemente referendado pelo senso comum em relação ao fundamental sentido da origem como fator de legitimação dos percursos e realizações pessoais e coletivas.

Nestas origens assentava-se a potencialidade dos destinos, pois delas partiam a sucessão dos fatos que compunham a história, cuja consequência era o presente. Assim, tal princípio era algo supostamente evidente e natural. Este efeito quase consensual devia-se em muito às habituais ou usuais formas narrativas, que configuravam e ordenavam fatos, atribuindo propósitos e manifestando sentimentos, e que inseriam sujeitos e sociedades no universo das relações. Raposo vivenciou diversas variações desta mesma narrativa através da literatura, do teatro, da poesia, do jornalismo e outros. E através da habilidade adquirida e das reflexões sobre as ideias e imagens que circulavam no entorno de seu percurso de realizações, inseriu-se entre aqueles do seu tempo que tomaram para si a missão de explicar o mundo e propor direções à sociedade, até o limite do alcance de suas palavras.

Para os intelectuais como Raposo em sua época, o ser humano comum, quando desprovido do lastro da educação e levado pelas contingências do cotidiano, em constante renovação das exigências para a vida em sociedade, estaria passível do distanciamento do que se acreditava ser a sua própria natureza. Esta seria como uma essência onde se apoia o caráter e se promove a integração com a alma coletiva, definindo assim os sujeitos pelo meio social. Desta forma, os sujeitos entronizando uma imagem ideal do que seria o caráter coletivo, garantiriam a coesão de uma sociedade alinhada com um modelo de progresso, onde cada qual destinaria sua atuação, trabalho e realização em prol deste desenvolvimento comum.

A ideia de alma coletiva encontrou ressonância em muitos intelectuais do início século XX. Por serem representantes de um ponto de vista legitimador e privilegiado, estes intelectuais tomavam para si a missão de definir o caráter dos povos, que se estabeleciam como integrantes de uma determinada nacionalidade. Para alguns desses intelectuais serviu de pretexto para incorporarem os referenciais eurocêntricos e evolucionistas à própria percepção e entendimento desta ideia, justificando ou naturalizando determinada concepção de hierarquia das sociedades.

Como uma das expressões dessa intelectualidade, Ignácio Raposo promovia combinações ambivalentes em sua concepção social e de alma coletiva, mesclando o socialismo, o anarquismo, o cristianismo e, inclusive, o eurocentrismo em modelos de cultura e civilização. Desta forma tornou-se, em seu contexto, um mediador circunstancialmente ideal em relação ao passado de Vassouras, entre os aspectos conservadores remanescentes naquela sociedade e a ideologia de esquerda presente na administração municipal.

Em tese, a ideia de alma coletiva, aspirando a revelar através das memórias a essência do que caracterizaria o “vassourense”, colocaria as diferenças étnicas, culturais, sociais e econômicas em um segundo plano e amalgamadas por um ideal comum, onde as diferenças passavam a ser estabelecidas pela possibilidade de efetivação de certo ideal de realização pessoal, imbricado no modelo vigente de cidadania.

Quando Raposo escreveu *Histórias de Vassouras* era um momento em que as marcas do espaço e os aspectos do modo de vida do século XIX estavam mais presentes no cotidiano da cidade em relação aos períodos subsequentes. Apesar de Vassouras paulatinamente adequar-se e incorporar em seu próprio ritmo a possibilidade de modernizações, em sua imagem, comparada aos grandes centros urbanos da mesma época, prevaleceram os aspectos que remetiam ao antigo, ao rural, ao pacato, como também ao marasmo. O declínio econômico agregado a outras circunstâncias sociais e políticas fomentaram este descompasso em relação ao ideal de cidade moderna.

O ideal de progresso como desenvolvimento e modernização constante provavelmente foi um modelo aspirado pela elite da cidade em seu período áureo, no tempo em que Vassouras foi tão moderna quanto grande parte das cidades desenvolvidas no Brasil de meados do século XIX. Os resquícios desta expectativa de um futuro de prosperidade não realizado, cuja memória permanecia através das ruínas ou do abandono de prédios que teriam sido suntuosos, tornaram-se monumentos ambivalentes de ostentação e de fracasso. Trata-se de uma memória de conteúdo contraditório, presente nos marcos do espaço edificado por uma elite como símbolos do modo de vida e dos valores, que eram apresentados como modelo de identificação com os princípios de civilização e progresso.

Assim também a suposta alma coletiva, como uma edificação abstrata do caráter de um lugar, estava impregnada em grande parte destes mesmos princípios. No que se refere a Vassouras, a possível cordialidade deste caráter coletivo residia nos aspectos mais evidenciados de sua imagem, mas ocultava uma esfera de conflito e disputa. A relativa maleabilidade da

construção desta alma coletiva possibilitou que houvesse a tentativa, durante o *plano quinquenal*, de lhe introduzir outros perfis de segmentos sociais habitualmente excluídos, assim como outras conquistas, outras aspirações, através de outras memórias que evocassem sujeitos, acontecimentos e espaços ocultos no passado do lugar.

Nessa obra, quando Raposo destacava sujeitos escravizados, não evidenciava as características étnicas e culturais, já que seu ideal de desenvolvimento estava relacionado à ilustração nos moldes europeus. Com isso, sua tendência era uma perspectiva condescendente e piedosa, como pessoas incapazes e desprovidas da educação. Mesmo na administração de Maurício de Lacerda, que apesar de valorizar as rebeliões de sujeitos escravizados no período imperial como luta de classe, deslocava ou silenciava as implicações posteriores, em geral, homogeneizando em um único segmento de excluído.

Foram diversos fragmentos da trajetória do autor e do projeto pedagógico da Fundação 1º de Maio que se misturavam aos matizes de sua imagem sobre Vassouras. Houve certa delicadeza e ponderação por parte de Ignácio Raposo ao inserir certos aspectos de si próprio em sua narrativa sobre o passado da cidade, preservando assim o regime de legitimação e verdade a que sua obra se propõe. É provável que desta forma também aprofunde seus laços àquela coletividade, integrando-se à história que narra, inventando raízes para seu pertencimento e almejando participar daquela alma comum.

O livro *História de Vassouras* foi, e ainda é, um marco na narrativa sobre o passado desse município. É um manancial não apenas de informações em seu conjunto, mas cada relato que o compõe é uma abertura para um universo de possibilidades de investigação e descobertas. Diferente de muitos autores que o antecederam e o sucederam, a sua história de Vassouras é predominantemente urbana, direcionada à formação de gerações que ingressavam em uma determinada modernidade. Desta forma buscou construir vínculos que legitimassem este novo modo de vida e inserissem na concepção do caráter local ao ideal urbano, sem se desfazer das qualidades rurais.

A imagem do lugar projeta-se sobre as práticas do espaço, os modos de vida como uma intenção interpretativa, com algo que congrega fragmentos, projeções e identificações entre quem observa e o que é observado. Assim, importa também buscar compreender os propósitos da construção e dos processos de introjeção das imagens que configuram discursivamente sínteses coletivas, que intencionam mediar os processos de transformação das sociedades, dos sujeitos e das concepções de realidade. Há que se considerar que as reflexões

empreendidas pelo viés das ciências humanas e sociais, sejam elas disciplinares ou interdisciplinares, contribuam para que a própria sociedade possa tomar consciência do seu passado, não com um sentido nostálgico como um dever de memória em forma de reminiscência nacionalista ou patriótica. Os desafios que se impõem em cada conjuntura decorrem de intenções, perspectivas, significações que estão na base dos processos seletivos que configuram o passado em imagens que legitimam consensos sobre a realidade partilhada socialmente. Assim, os vestígios do passado e as memórias atribuídas podem ser fatores de estímulo à reflexão e não elementos que formalizem dependências e restrições ao entendimento. Isto inclui perceber a imagem do lugar como construção e não como algo inerente.

A presente tese é também uma imagem dentre tantas outras possíveis sobre o referido livro. Como tal, retomando a ideia inicial sobre as diferenças entre o objeto e suas imagens a partir do enfoque a que é atribuído, dentre os diversos motivos para estas diferenças, a que despertou meu interesse foi a possibilidade do enfoque proporcionar que a imagem atribuída ao objeto espelhe também uma parcela tanto da forma de observar como de quem observa. É uma outra esfera da relação entre a memória e a imagem. Assim, entre as diversas dinâmicas que possuem como eixo as memórias, estas não estão necessariamente sedentarizadas nas coisas, mas se habitariam no nomadismo do olhar que semeia sentidos no mundo.

REFERÊNCIAS

- ABUD, Katia Maria. Formação da Alma e do Caráter Nacional: Ensino de História na Era Vargas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 1998, v. 18, n. 36, p. 103-114. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 jan. 2016.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- ANDRADE, Eloy de. **O Vale do Paraíba**. Rio de Janeiro: Real Gráfica, 1989.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.
- _____. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010b.
- ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- AUSTIN, John Langshaw. Atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários. In.: AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas: 1990.
- AZEVEDO, André Nunes de. **Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906**. 2003. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- BAJER, Paula. **Processo penal e cidadania**. Rio de Janeiro: Jorge Zarar Ed., 2002.
- BAUER, Martin W. GASKELL, George (ed). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BEHAR, Eli. **Vultos do Brasil: dicionário biobibliográfico brasileiro**. São Paulo: Hemus Editora, 1980.
- BARROS, José D' Assunção. **Cidade e história**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.
- BASTOS, José Rodrigues de. **Pensamentos, Maximas e Proverbios**. Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1847.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas volume 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BODÊ DE MORAES, Pedro Rodolfo. O JECA E A COZINHEIRA: RAÇA E RACISMO EM MONTEIRO LOBATO. **Revista de Sociologia e Política**, [S.l.], n. 08, p. 99-112, jun. 1997. ISSN 1678-9873. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39322/24141>. Acesso em: 09 ago. 2016.

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BRAGA, Greenhalgh H. Faria [compilação]. **Vassouras: história, fatos e gente**. Rio de Janeiro: Ultra-sed Ed., 1978.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CÂNDIDO, Antônio. A vida ao rés do chão. In.: CÂNDIDO, Antônio et all. **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas; Rio de Janeiro: UNICAMP; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

_____. **Iniciação à literatura brasileira: resumo para principiantes**. São Paulo: Humanitas; FFLCH; USP, 1999.

_____. **Os parceiros do Rio Bonito: um estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

_____. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CANETTI, Elias. **Massa e poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: DIFEL, 1977.

_____. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930). **Revista de Estudos Econômicos, São Paulo: IPE/USP**, v. 15, n. 2, p. 291-306, maio/ago. 1985.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Folha de São Paulo, São Paulo, 19 out. 2003.

CAPRETTINI, Gian Paolo. Imagem. In: **Enciclopédia Einaudi** vol. 31. Signo. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. 1994. pp. 177 - 199.

CARVALHO, José Murilo. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

_____. **A construção da ordem: a elite política imperial – teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Marcha acelerada*. In: CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Alves. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. Formação social e habitus: uma leitura de Norbert Elias. In: _____. **A história cultural**. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. Formação social e economia psíquica: a sociedade de Corte no processo civilizador. In: ELIAS, Norbert. **A sociedade de Corte**. Tradução Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CIRIBELLI, Marilda Corrêa. Introdução. In: **Historia de Vassouras**. 2ª Edição. Niterói, RJ: SEEC, 1978.

CODO, Wanderley. Identidade e economia (I): espelhamento, pertencimento, individualidade. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v. 18, n. 3, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722002000300009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 fev. 2007.

CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. Oeiras: Celta Editora, 1999.

CUNHA, Antônio Geraldo. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 287-322, Oct. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132004000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 jan. 2016.

DADOUN, Roger. **A violência: ensaio acerca do “homo violens”**. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

DAUX, Adolpho; PINTO, Alvares. Deoses Lares e Penates. In: **Lições de mythologia para uso dos estabelecimentos de instrução publica seguidas d’um dicionário mythologico**. Traduzidas da obra do Presbítero Lyonnais. Paris: Vª J. P. Aillaud, Guillard e Cª, 1867.

DELEUZE, Gilles. **Cinema 1. A Imagem Movimento**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In.: RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A. C. T. (Org.). **Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Loyola, 1995.

DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda**: a vida de um lutador. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

ELIADE, Mircea. **Imagens e símbolos**. Lisboa: Arcadia, 1979.

ELIAS, Norbert. **A condição humana**. Lisboa: Difel, 1991.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. **A sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. v. 1.

_____. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v. 2.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**. A criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. **História e identidade fluminense**. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

_____. **O desmanche da cultura**: globalização, pós-modernismo e identidade. São Paulo: SESC, 1997

FONSECA, José da; ROQUETE, J. I. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Pariz: Typographia da Rignoux, 1856.

FORTE, José Matoso Maia. **Memória da Fundação de Vassouras**: do início do povoamento à criação da vila. Rio de Janeiro: Of. Graf. O Globo, 1933.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987a.

_____. **Vigiar e Punir**: O nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987b.

_____. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

_____. Espaços outros. **Ditos e escritos III**. Estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 412-422.

_____. O que é um autor? In: **Ditos e Escritos III**: Estética – literatura e pintura, música e cinema (vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 264-298.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na cultura**. Porto Alegre, RS: L&MP, 2011.

_____. **Psicologia das massas e a análise do eu**. Porto Alegre, RS: L&MP, 2013a.

_____. **Totem e tabu**: algumas correspondências entre a vida psíquica dos selvagens e a dos neuróticos. Porto Alegre, RS: L&MP, 2013b.

_____. Recordar, Repetir e Elaborar (1914). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, v. XII, 1987, p.193-203.

FRIDMAN, Fania. As cidades e o café. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR**, 11., Salvador, 2005. Disponível em: http://www.infohab.org.br/biblioteca_resultado.aspx. Acesso em: 12 jun. 2008.

GARNIER, M. J. (Desenhista); FREIRE, Laudelino (Org.) **Sonetos brasileiros**: desenhos dos sonetos 299 a 338. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. Editores, 1916.

GEERTZ, Cliford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2008.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Pedagogia e luta de classes no Brasil, 1930-1937**. Ibitinga, SP: Humanidades, 1991.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

_____. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: **Horizontes Antropológicos**. Revista do PPGAS da UFRGS. vol. 11, n. 23, jan-jun de 2005. Disponível em: Arquivo eletrônico: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a02v1123.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2013.

GONDAR, J. Memórias, poder e resistência. In: GONDAR, J.; BARRENECHEA, Miguel Angel (Orgs). **Memória e espaço**: Trilhas do contemporâneo. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

_____. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, J.; DODEBEI, Vera (Orgs). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**. Cartografias do desejo. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.

HOBBSBAWM, E. Introdução. In: _____; RAWCER, T. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

_____. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **Tempos fraturados: cultura e sociedade no século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A Aliança Nacional Libertadora: Ideologia e ação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro**. Repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI de España, 2002.

J. L. ROQUETTE; FONSECA, José. **Diccionario dos synonymos, poetico e epithetos da lingua portugueza**. Pariz: J.P. Aillaud, Molone Ca, 1854.

JUNQUEIRA, Eduardo. LACERDA, Sebastião de. In: **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República: 1889-1930**. Coord. Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro: FGV, 2015, s/p. [Recurso eletrônico]. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LACERDA,%20Sebastião.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2015.

KATZ, J. **Le droit de tuer**. Actes de La Recherche em Sciences Sociales, Violence, 120, dec. 1997. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1997_num_120_1_3235. Acesso em: 28/08/2012.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a serra**: setores da evolução fluminense. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

LANG, Ana Beatriz da Silva Gordo. GORDO, Adolfo. In: **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**: 1889-1930. Coord. Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro: FGV, 2015, s/p. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GORDO,%20Adolfo.pdf>. Acesso em 08 jan. 2016.

LAPA, João Ignácio Ferreira; PEREIRA, João Felix. **Almanach do Lavrador para 1866**. Lisboa: Typ. De Costa Nascimento Cruz, 1865.

LE BON, Gustave. **Psicologia da evolução dos povos**. Niterói, RJ: Teodoro, 2013.

_____. **Psicologia das multidões**. Niterói, RJ: Teodoro, 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: UNICAMP, 1994.

LISBOA, José da Silva (Visconde de Cairu). **Estudos do bem-commum e economia política**. Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1819.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70, 1996.

MACHADO, Lielza. **Vassouras**, recanto histórico do Brasil. Vassouras, RJ: Prefeitura Municipal de Vassouras, 2000.

MAFFESOLI, Michel. **Dinâmica da violência**. São Paulo: editora Revista dos Tribunais, Edições Vértice, 1987.

_____. **Elogio da razão sensível**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. **A transformação do político**: tribalização do mundo. Porto Alegre: Sulina, 2005.

_____. Preface à la 3e edition. In: **Essais sur la Violence banale et fondatrice**. Paris: CNRS EDITION, 2009.

MAIA, João de Azevedo Carneiro. **O município**: Estudos sobre administração local. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1883.

MAIA FORTE, José Mattoso. **Memória da Fundação de Vassouras**: do início do povoamento á criação da villa. Rio de Janeiro: Off. Graf. O Globo, 1933.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. **Imprensa de 1930 e memória histórica**: uma questão para análise do discurso. Dissertação de Mestrado. Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Unicamp, 1988.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente**: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Revisitando casas-grandes e senzalas**: a arquitetura das plantations escravistas americanas no século XIX. An. mus. paul., São Paulo, v. 14, n. 1, jun. 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142006000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 06 jan. 2013

MARTINS, Roselene de Cássia Coelho. **Colonização e política**: debates no final da escravidão. Rio de Janeiro: ateliê, 2007.

MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Maria Lugão. **Memória do cativo**: família, trabalho e cidadania. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de Eu. In.: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MARX, Murilo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Conversas-1948**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Z Aidan Filho, Michel. **PCB (1922-1929)**: na busca das origens de um marxismo nacional. São Paulo: Global, 1985.

_____. **Comunistas em céu aberto**: 1922-1930. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

MOTTA, Marly. PASSOS, Pereira. In: **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**: 1889-1930. Coord. Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro: FGV, 2015, s/p. [Recurso eletrônico]. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PASSOS,%20Pereira.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2015.

MUNIZ, Célia Maria Loureiro. **Os donos da terra**: um estudo sobre a estrutura fundiária do Vale do Paraíba Fluminense no século XIX. 1979. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1979.

_____. **Riqueza fugaz:** trajetórias e estratégias de famílias de proprietários de terras de Vassouras – 1820-1890. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

NEIBURG, Federico; WAIZBORT, Leopoldo (Org.). **Norbert Elias:** escritos e ensaios. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

NIETZSCHE, Fredrich Wilhelm. **Genealogia da moral:** uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: os problemas dos lugares. In: **Projeto História:** Revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História, São Paulo: PUC, dez.1993. Disponível em: <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2009.

PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas:** o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

_____. LACERDA, Maurício de. In: **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República:** 1889-1930. Coord. Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro: FGV, 2015, s/p. [Recurso eletrônico]. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LACERDA,%20Maur%C3%ADcio%20de.pdf> . Acesso em: 14 nov. 2015.

PINHEIRO, Luciana. MONTEIRO, Henrique Borges. In: **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República:** 1889-1930. Coord. Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro: FGV, 2015, s/p. [Recurso eletrônico]. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MONTEIRO,%20Henrique%20Borges.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

PINHEIRO, Maria Esolina; MIRANDA, Nilce Pinheiro. **Anos que passam, memórias que ficam:** terra fluminense 1850 a 1952. Rio de Janeiro: Graf. Vitória 1981.

PINTO, Luís de Aguiar Costa. **Lutas de famílias no Brasil:** introdução ao seu estudo. São Paulo: Ed Nacional, 1980.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricas**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2278>. Acesso em: 10 out. 2010.

_____. Memória e identidade. **Revista Estudos Históricas**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 28 abr. 2010.

PORTO, Ana Gomes. **Novelas sangrentas**. Literatura de crime no Brasil (1870-1920). Tese de Doutorado. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: Unicamp, 2009.

PRESTES, Anita Leocadia. **Luiz Carlos Prestes: e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RAPOSO, Ignacio. **A questão social na antiguidade e cristianismo e trabalho**. Rio de Janeiro: Machado & Ninitich, 1934.

_____. **Historia de Vassouras**. Vassouras, RJ: Fundação 1º de Maio, 1935.

_____. **Historia de Vassouras**. 2ª Edição. Niterói, RJ: SEEC, 1978.

_____. **Mestre Cuia: contos do tempo da escravidão**. Rio de Janeiro: CIA. Brasil Editora, 1937.

_____. **Philosophia de Confucio**. Rio de Janeiro: Companhia Brasil Editora, 1939.

RAPOSO, José Cursino. No centenário de Inácio Raposo. In.: **Revista da Academia Maranhense de Letras**. São Luis, MA, ano 80, v. 18, mar. 1998. p. 153-174.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 1**. De Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

_____. **As identidades do Brasil 2**. De Calmon a Bomfim. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. **Teoria e história: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

RIBEIRO, Roberto Janine. Apresentação a Norbert Elias. In.: ELIAS, Norbert. **O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

RIBEIRO, Luci Silva. **Processo e figuração: um estudo sobre a sociologia de Norbert Elias**. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Campinas, Campinas-SP, 2010.

RIBEYROLLES, Charles. **Brasil pitoresco**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1859. Tomo III.

RICCI, Maria Fernanda Caravana de Castro Moraes. **A tessitura de uma comunidade fabril: a experiência de Vassouras companhia têxtil São Luiz**. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Severino Sombra, Vassouras-RJ, 2000.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tomo 1. Campinas-SP: Papyrus, 1994.

_____. **O percurso do reconhecimento.** São Paulo: Edições Loyola, 2006.

_____. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIESSMAN, Catherine Kohler. **Narrative methods for the human sciences.** California: Sage Publications, 2008.

ROBERT, Philippe. **Sociologia do crime.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ROCHA, Isabel. Arquitetura rural do médio Vale do Paraíba Fluminense no séc. XIX. In: **Revista Gávea**, Rio de Janeiro: PUC-RJ, n. 1, 1984.

_____. **Implantação e distribuição espacial e funcional da agroindústria fluminense, arquitetura do café: 1840-1860.** 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências da Arquitetura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____. Vassouras. In: PESSOA, José (Org.). **Atlas das cidades históricas.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

ROQUETTE, J. I.; FONSECA, José da. **Dicionário dos synonymos poeticos e de epithetos da língua portuguesa.** Pariz: J. P. Aillaud, Monlon e Cia, 1854.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento.** Seis ensaios sobre a história das ideias. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RUBIM, Braz da Costa. **Vocabulario brasileiro para servir de complemento aos dictionarios da lingua portugueza.** Rio de Janeiro: Typ. Dous de Dezembro de Paula Brito, 1853.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era escravo.** Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SANTOS, Francisco Coelho dos. O acaso das origens e o ocaso das finalidades. In: NASCIMENTO, Mara Regina do; TORRESINI, Elizabeth. **Modernidade e urbanização.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

SÃO LUIZ, Francisco de. **Ensaio sobre alguns synonymos da língua portuguesa.** Tomo Segundo. Typografia da Academia Real das Sciencias, 1828.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira república.** São Paulo : Brasiliense, 1999.

SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza.** Tomo II. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1813.

SILVA, Rudy Mattos da. **Lucindo Filho.** Vassouras-RJ: Editora Valença S.A., 1998.

_____. **Estudos vassourenses**. Vassouras-RJ: Editora Valença S.A., 1999.

_____. **Galeria vassourense**. Vassouras-RJ: Editora Valença S.A., 1999.

_____. **Galeria das personalidades notáveis de Vassouras**. Vassouras-RJ: Editora Valença S.A., 2002.

SILVA TELLES, Augusto Carlos. Vassouras. **Estudo da Construção Residencial Urbana**: Separata da Revista do IPHAN, Rio de Janeiro, v. 16, 1967.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SONTANG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx**: roupas, memória e dor. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

STEIN, J. Stanley. **Vassouras**: um município brasileiro do café, 1850-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

TAMBASCO, J. C. Vargens. **A vila de Vassouras e o vale médio do Paraíba**. A conquista da terra e a formação das bases agrícolas. Vassouras: Edição do Autor, 2007.

TAUNAY, Affonso de E. **História do café no Brasil**: 1822-1872. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939. v. 7. Tomo 5.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Revisão técnica: Antônio Negro, Cristina Moneguello, Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TODOROV, Tzvetan. **Les abus de la mémoire**. Paris: Arléa, 2004.

_____. **O medo dos bárbaros**: para além dos choques de civilizações. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a historia**. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2008.

VIANA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. Memória e história: fundamentos, convergências, conflitos. In: WEHLING, Arno *et al.* **Memória social e documento**: uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1997.

WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda (Barão do Paty do Alferes). **Memoria sobre a fundação e costeio de uma fazenda na provincia do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1863.

FONTES PRIMÁRIAS:

Escritório Técnico Médio Vale do Paraíba do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) - Vassouras/RJ

a. Arquivo Público Municipal de Vassouras

- i. Atas da Câmara de Vereadores: 1924-1930
- ii. Atas do Conselho Consultivo: 1933-1936

b. Vassouras-TJRJ

- i. Processos Criminais:

1820 – Homicídio Réu: Joaquim Cabrinha Autor: Justiça	1821 – Homicídio Réu: Fernando Antônio Autor: Vicente Savy	1824 – Homicídio Réu: Francisco Antônio do Espírito Santo Autor: Justiça Vítima: Manoel Benguela
1825 – Homicídio Réu: Luciano de tal, pedreiro. Autor: Justiça Vítima: Manoel Corrêa	1835 – Homicídio Réu: José Francisco Silva Autor: Justiça	1835 – Homicídio Réu: João Congo, escravo de Alexandre Cabral de Mello Vítima: Roza, escrava
1845 – Homicídio Réu: Marcirio de tal Autor: Justiça Vítima: Manoel dos Santos Guimarães	1847 – Homicídio Réu: João dos Santos Crisóstomo Autor: João Pires Ribeiro de Moraes Vítima: Miguel, escravo	1850 – Homicídio Réu: Florenço Paulista Autor: Justiça Vítima: José da Silva Maya
1861 – Homicídio Réu: Vicente, escravo Autor: Justiça Vítima: Carolina de Nação, escrava	1872 – Homicídio Réu: João Nogueira Guimarães Autor: Justiça Vítima: Filho do réu	1877 – Homicídio Réu: Ordelina Paula de Jesus Autor: A Justiça Vítima: Maria, filha da ré
1883 – Homicídio Réu: Joaquim Gonsalves de Moraes Autor: Justiça Vítima: Elias	1892 – Homicídio Réu: Viridiana Autor: Justiça Vítima: Filho da ré	1930 – Notificação de despejo Réu: Octaviano Dias Ferreira.

c. Jornais de Vassouras:

- i. Jornal de Vassouras, 1935
- ii. O Vassourense, 1882 - 1896
- iii. O Município, 1909 - 1915
- iv. Vassourense, 1910 - 1914

Fontes disponíveis na internet:

Fundação Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira
(<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>).

Periódicos:

A Campanha	Diário de São Luiz	O Combate
A Esquerda	Diário do Maranhão	Pacotilha
A Ideia	Fon-Fon	O Correio da Manhã
A Imprensa	Gazeta de Notícias	O Archivo
A Luta Democrática	Ilustração Brasileira	O Fluminense
A Rua	Jornal de Caxias	O Imparcial
Boletim Grande Oriente Maçonaria	Jornal das Moças	O Malho
Careta	Jornal do Recife	O Paiz
Diário da Noite	Jornal do Brasil	O Radical
Diário da Tarde	Jornal Pequeno	O Século
O Município		

RIO DE JANEIRO. Exposição feita ao Chefe do Governo Provisório da República Exm. Sr. Dr. Getúlio Vargas, pelo Interventor Federal, Capitão de Corveta Ary Parreiras. Niterói: Oficinas Gráficas da Escola de Trabalho do Estado do Rio de Janeiro, 1934.